



**UFSM**

**Tese de Doutorado**

**A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA OFICIAL  
DO TRABALHADOR BRASILEIRO**

---

**Fabiano Rocha Flores**

**PPGCOM**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2018**

**FABIANO ROCHA FLORES**

**A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA OFICIAL  
DO TRABALHADOR BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de Concentração em Comunicação Midiática, da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Comunicação**.

Orientadora: Ada Cristina Machado da Silveira

Santa Maria, RS, Brasil  
2018

Universidade Federal de Santa Maria  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação  
Área de Concentração em Comunicação Midiática

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Tese de Doutorado

**A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA OFICIAL  
DO TRABALHADOR BRASILEIRO**

elaborada por

**Fabiano Rocha Flores**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Doutor em Comunicação**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

Dr<sup>a</sup>. Ada Cristina Machado da Silveira (UFSM)  
Presidente/Orientador

---

Dr<sup>a</sup>. Maria Ivete Trevisan Fossá (UFSM)

---

Dr. Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira (UFSM)

---

Dr<sup>a</sup>. Angela Maria Rubel Fanini (UTFPR)

---

Dr. Ernani Cesar de Freitas (FEEVALE/UPF)

Santa Maria, 21 de março de 2018.

Flores, Fabiano Rocha  
A representação midiática oficial do trabalhador  
brasileiro / Fabiano Rocha Flores.- 2018.  
312 p.; 30 cm

Orientadora: Ada Cristina Machado da Silveira  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2018

1. Trabalho 2. Identidade 3. Representação 4.  
Simbolização 5. Audiovisual I. Cristina Machado da  
Silveira, Ada II. Título.

A Ney, Marli, Bernardo e Juliana; por  
tudo aquilo que só nós sabemos.

## AGRADECIMENTOS

Muito obrigado à professora e amiga Ada Cristina Machado da Silveira, pelas preciosas orientações, pela disponibilidade e por saber reconhecer e aceitar o meu tempo para a realização de cada etapa deste trabalho. Mas, sobretudo, muito obrigado pela confiança em mim depositada na jornada que juntos cumprimos.

Muito obrigado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro para o desenvolvimento desta pesquisa.

Muito obrigado aos queridos saudosos amigos que fiz nos Cursos de Comunicação. A Janderson Rodrigues, amigo que o Curso de Psicologia me deu. E a Eduardo Ghisleni, amigo que o Curso de Direito me apresentou.

Muito obrigado a João, Ednilson e Elenilton pela amizade refletida em tantos e tantos churrascos para assistir aos jogos do Grêmio, entre muitas outras coisas. Muito obrigado a Regis Borges, entre tantas outras coisas, pela amizade e pelos anos em que dividimos apartamento sem nunca haver algum tipo de desarmonia. Muito obrigado a Vinícius, Luiz Tiago, Luis Carlos, João, Rodrigo, e Gabriel, entre tantas outras coisas, pela amizade que sobrevive à distância e pelas conversas em nosso grupo de whatsapp, onde o bom humor sempre foi a regra. Registre-se, a todos retribuí com incansáveis aulas teóricas e práticas sobre futebol.

Muito obrigado a Madalena, Ana Amélia, Ana Paula e Marcelo, que me acolheram carinhosamente como membro da família e pelas tantas vezes em que estivemos juntos nesse período.

Muito obrigado aos meus pais, Ney Carlos de Vasconcellos Flores e Marli Rocha Flores, por não medirem esforços para que tenhamos uma vida melhor, eu e meu irmão, de quem gostaria de estar mais vezes junto, assim como a Janaína, Sophia e o recém-chegado Lorenzo.

Muito obrigado à Juliana, por seu amor, por estar sempre ao meu lado, por ter me dado força nos momentos difíceis, através de seu apoio e das palavras de incentivo, e por ter feito minha vida muito mais feliz.

*Ceguei a conhecer velhos gaúchos de chiripá e pé no chão, gente guapa na esquiva da lei e da miséria. Contrabandistas que passavam a noite sigilosos como sorros. Gente que falava uma mistura de espanhol e português, um portuñol que, ao invés de fazê-los binacionais, tornava-os estrangeiros nas duas pátrias.*

*Julián Murquía*

## **RESUMO**

Tese de Doutorado  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA OFICIAL DO TRABALHADOR BRASILEIRO**

AUTOR: FABIANO ROCHA FLORES  
ORIENTADORA: ADA CRISTINA MACHADO DA SILVEIRA  
LOCAL E DATA DA DEFESA: SANTA MARIA, 21 DE MARÇO DE 2018

Baseados no entendimento de que a esfera midiática ascendeu à posição de principal referência cultural para conformação das identidades na contemporaneidade, propomos analisar a representação midiática oficial do trabalhador brasileiro observada em produtos audiovisuais de caráter ficcional de autoria dos órgãos governamentais ligados à atividade laboral, tendo como referência para tal as considerações da literatura quanto (1) ao panorama das identidades na pós-modernidade e (2) à saúde mental do trabalhador do ponto de vista da psicodinâmica do trabalho, com vistas a verificar a presença de representações potencialmente prejudiciais aos sujeitos ali representados, caso por eles tomadas enquanto matrizes identitárias. Para tal, concebemos nosso objeto de pesquisa em dois âmbitos, um teórico e outro empírico, razão pela qual dividimos este trabalho em duas partes. No exame do objeto teórico, conforme os vieses indicados, analisamos nosso objeto visando sistematizar características de uma representação do trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial a este sujeito, construindo assim duas categorias centrais, uma resultante de cada viés de abordagem, para posterior interpretação da análise do objeto empírico. As categorias que construímos são, respectivamente: (1) a (in)existência da sustentação simbólica para os conteúdos culturais com que foram representadas as identidades dos trabalhadores e (2) a (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica nos termos da representação da atividade do trabalhador e de seu ambiente de trabalho. Já no exame do objeto empírico, tendo como parâmetro essas categorias, através da matriz de análise que desenvolvemos, analisamos semioticamente a representação do trabalhador brasileiro nos audiovisuais que selecionamos, com o que verificamos a presença do potencial caráter prejudicial dessa representação midiaticamente ofertada por tais órgãos. A metodologia geral desta pesquisa tem como método de abordagem o método dedutivo, como métodos de procedimento os métodos histórico e monográfico e como técnicas de pesquisa a pesquisa bibliográfica e a análise empírica. A metodologia da análise empírica não se baseia em uma corrente específica da teoria semiótica, mas em uma reunião de contribuições de diferentes correntes que nos são interessantes tendo em vista as características do objeto empírico desta pesquisa e os objetivos a ele relacionados. Dessa forma, empreendemos três tipos de leituras semióticas, denotativa, conotativa e polissêmica, buscando reconstruir os desenvolvimentos argumentativos (percursos temáticos e coberturas figurativas) das unidades semióticas dos audiovisuais. Nossos resultados nos permitem afirmar a veiculação midiática de produtos audiovisuais por parte dos órgãos governamentais ligados à atividade laboral potencialmente prejudiciais aos trabalhadores ali representados, caso essa representação oficial do trabalhador brasileiro seja por eles adotada enquanto matriz identitária.

**Palavras-Chave:** Identidade ; Trabalho ; Representação ; Simbolização ; Audiovisual.

## **ABSTRACT**

Tese de Doutorado  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA OFICIAL DO TRABALHADOR BRASILEIRO**

AUTHOR: FABIANO ROCHA FLORES  
ADVISER: ADA CRISTINA MACHADO DA SILVEIRA  
DATE AND PLACE OF DEFENSE: SANTA MARIA, MARCH 21ST, 2018

Based on the understanding that the media sphere ascended to the position of main cultural reference for the conformation of the identities in the contemporaneity, we propose to analyze the official mediatic representation of the Brazilian worker observed in audiovisual products of fictional character of the governmental organs linked to the labor activity, having as reference to considerations in the literature as (1) to the panorama of identities in postmodernity and (2) the mental health of the worker from the point of view of work psychodynamics, in order to verify the presence of representations potentially harmful to the subjects there represented, if they are taken as identity matrices. For this, we conceive our object of research in two ambits, one theoretical and the other empirical, which is why we divide this work into two parts. In the examination of the theoretical object, according to the indicated biases, we analyze our object aiming at systematizing characteristics of a representation of the Brazilian worker potentially harmful to this subject, thus constructing two central categories, one resulting from each approach bias, for later interpretation of the analysis empirical. The categories we construct are, respectively: (1) the (in)existence of symbolic sustention for the cultural contents with which workers' identities were represented; and (2) the (in)viability of occurrence of symbolic resonance in the terms of the representation of activity of worker and of your ambience of work. Already in the examination of the empirical object, having as parameter these categories, through the matrix of analysis that we developed, we analyze semiotically the representation of the Brazilian worker in the audiovisuals that we selected, with which we verified the presence of the potential character harmful of this mediatic representation offered by such organs. The general methodology of this research has as method of approach the deductive method, as methods of procedure the historical and monographic methods and as research techniques the bibliographic research and the empirical analysis. The methodology of empirical analysis is not based on a specific current of semiotic theory, but on a collection of contributions from different currents that are interesting to us in view of the characteristics of the empirical object of this research and the objectives related to it. Thus, we undertake three types of semiotic readings, denotative, connotative and polysemic, seeking to reconstruct the argumentative developments (thematic paths and figurative coverages) of the semiotic units of audiovisuals. Our results allow us to affirm the mediatic offering of audiovisual products by government agencies linked to the work activity potentially harmful to the workers there represented, if this official representation of the Brazilian worker is adopted by them as an identity matrix.

**Keywords:** Identity ; Job ; Representation ; Symbolization ; Audio-visual.

## **RESUMEN**

Tese de Doutorado  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA OFICIAL DO TRABALHADOR BRASILEIRO**

AUTOR: FABIANO ROCHA FLORES  
ORIENTADORA: ADA CRISTINA MACHADO DA SILVEIRA  
LOCAL Y FECHA DE LA DEFENSA: SANTA MARIA, 21 DE MARZO DE 2018

Basados en el entendimiento de que la esfera mediática ascendió a la posición de principal referencia cultural para conformar las identidades en la contemporaneidad, proponemos analizar la representación mediática oficial del trabajador brasileño observada en productos audiovisuales de carácter ficcional de autoría de los órganos gubernamentales vinculados a la actividad laboral, teniendo como referencia a tal consideraciones de la literatura cuanto (1) a la situación general de identidades en la posmodernidad y (2) la salud mental de los trabajadores del punto de vista de la psicodinámica de trabajo, con el fin de verificar la presencia de representaciones potencialmente perjudiciales para los sujetos allí representados, caso por ellos tomados como matrices identitárias. Para ello, concebimos nuestro objeto de investigación en dos ámbitos, uno teórico y otro empírico, razón por la cual dividimos este trabajo en dos partes. En el examen del objeto teórico, conforme a los sesgos indicados, analizamos nuestro objeto visando sistematizar características de una representación del trabajador brasileño potencialmente perjudicial a este sujeto, construyendo así dos categorías centrales, una resultante de cada sesgo de abordaje, para posterior interpretación del análisis del objeto empírico. Las categorías que construimos son, respectivamente: (1) la (in)existencia de sustentación simbólica a los contenidos culturales con que han sido representadas las identidades de los trabajadores, y (2) la viabilidad de la ocurrencia de la resonancia simbólica en términos de la representación de la actividad de los trabajadores y de su ambiente de trabajo. En el examen del objeto empírico, teniendo como parámetro esas categorías, a través de la matriz de análisis que desarrollamos, analizamos semióticamente la representación del trabajador brasileño en los audiovisuales que seleccionamos, con lo que verificamos la presencia del potencial carácter perjudicial de esa representación mediática ofrecida por tales órganos. La metodología general de esta investigación tiene como método de abordaje el método deductivo, como métodos de procedimiento los métodos histórico y monográfico y como técnicas de investigación la investigación bibliográfica y el análisis empírico. La metodología del análisis empírico no se basa en una corriente específica de la teoría semiótica, sino en una reunión de contribuciones de diferentes corrientes que nos son interesantes teniendo en cuenta las características del objeto empírico de esta investigación y los objetivos a él relacionados. De esta forma, emprendemos tres tipos de lecturas semióticas, denotativa, connotativa y polisémica, buscando reconstruir los desarrollos argumentativos (recorridos temáticos y coberturas figurativas) de las unidades semióticas de los audiovisuales. Nuestros resultados nos permiten afirmar la propagación mediática de productos audiovisuales por parte de los órganos gubernamentales vinculados a la actividad laboral potencialmente perjudicial a los trabajadores allí representados, caso esa representación oficial del trabajador brasileño sea por ellos adoptada como matriz identitária.

**Palabras clave:** Identidad ; Trabajo ; Representación ; Simbolización ; Audiovisual.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Número total de audiovisuais nos sites pesquisados.....	136
QUADRO 2 – Número de audiovisuais de conteúdo ficcional nos sites pesquisados.....	137
QUADRO 3 – Composição dos diferentes <i>corpora</i> de análise.....	140
QUADRO 4 – Aplicação das diferentes leituras semióticas nos diferentes <i>corpora</i> de análise.....	140
QUADRO 5 – Composição do <i>corpus</i> total de análise.....	141
QUADRO 6 – Composição do <i>corpus</i> complementar de análise.....	141
QUADRO 7 – Composição do <i>corpus</i> exemplar de análise.....	142
QUADRO 8 – Procedimento metodológico geral.....	152
QUADRO 9 – Procedimento metodológico específico.....	152
QUADRO 10 – Categorias principais de análise denotativa.....	153
QUADRO 11 – Categorias secundárias de análise denotativa.....	154
QUADRO 12 – Sequência completa de análise para cada unidade semiótica.....	155
QUADRO 13 – Modelo de matriz de análise semiótica.....	157
QUADRO 14 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria do CSJT e do TST quanto à (in)existência de sustentação simbólica na representação das identidades dos trabalhadores.....	161
QUADRO 15 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria do CSJT e do TST quanto à (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica a partir das representações da atividade dos trabalhadores e de seu ambiente de Trabalho.....	152
QUADRO 16 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria do Ministério da Previdência Social quanto à (in)existência de sustentação simbólica na representação das identidades dos trabalhadores.....	152

QUADRO 17 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria do Ministério da Previdência Social quanto à (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica a partir das representações da atividade dos trabalhadores e de seu ambiente de trabalho..... 153

QUADRO 18 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria do Ministério do Trabalho e Emprego quanto à (in)existência de sustentação simbólica na representação das identidades dos trabalhadores..... 154

QUADRO 19 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria Ministério do Trabalho e Emprego quanto à (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica a partir das representações da atividade dos trabalhadores e de seu ambiente de trabalho..... 155

QUADRO 20 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria de todos os órgãos analisados quanto à (in)existência de sustentação simbólica na representação das identidades dos trabalhadores..... 157

QUADRO 21 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria todos os órgãos analisados quanto à (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica a partir das representações da atividade dos trabalhadores e de seu ambiente de trabalho..... 161

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>13</b>
<b>PARTE I – DO OBJETO TEÓRICO.....</b>	<b>33</b>
<b>1 CAPÍTULO I – IDENTIDADE, COMUNICAÇÃO E MUDIATIZAÇÃO.....</b>	<b>35</b>
1.1 COMUNICAÇÃO COMO INTERAÇÃO: IDENTIDADE É UM OBJETO COMUNICACIONAL.....	36
1.2 COMUNICAÇÃO COMO TECNOINTERAÇÃO: AS IDENTIDADES MUDIATIZADAS SÃO UM OBJETO DA COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA.....	46
<b>2 CAPÍTULO II – IDENTIDADE, PÓS-MODERNIDADE E CULTURA.....</b>	<b>55</b>
2.1 A IDENTIDADE NA MODERNIDADE E AS IDENTIDADES NA PÓS- MODERNIDADE.....	56
2.2 A IDENTIFICAÇÃO SIMBÓLICA COMO ORIGEM DA CONSTITUIÇÃO DA(S) IDENTIDADE(S).....	68
<b>3 CAPÍTULO III – IDENTIDADE, MÍDIA E SIMBOLIZAÇÃO.....</b>	<b>83</b>
3.1 A MÍDIA COMO INSTITUIÇÃO CULTURALMENTE HEGEMÔNICA PARA OS PARÂMETROS DE CONSTITUIÇÃO DA(S) IDENTIDADE(S) NA IDADE CONTEMPORÂNEA .....	85
3.2 A DESSIMBOLIZAÇÃO DO SUJEITO PÓS-MODERNO.....	102
<b>4 CAPÍTULO III – IDENTIDADE, TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR.....</b>	<b>115</b>
4.1 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NA HISTÓRIA.....	116
4.2 OS MODELOS PRODUTIVOS E AS IDENTIDADES DO TRABALHADOR.....	123
4.3 A REPRESENTAÇÃO DO TRABALHADOR SOB O PRISMA DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO.....	142

<b>PARTE II – DO OBJETO EMPÍRICO.....</b>	<b>160</b>
<b>5 CAPÍTULO V – METODOLOGIA DE ANÁLISE EMPÍRICA.....</b>	<b>162</b>
5.1 OBJETO EMPÍRICO DE ANÁLISE.....	163
5.1.1 <i>Corpus</i> total de análise.....	171
5.2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	176
5.3 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS-METODOLÓGICOS.....	184
5.3.1 Matriz de Análise Semiótica.....	188
<b>6 CAPÍTULO VI – ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DOS TRABALHADORES... 191</b>	
6.1 AUDIOVISUAIS DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DO TRIBUNAL SOPERIOR DO TRABALHO.....	193
6.1.1 Programa trabalho seguro.....	193
6.1.1.1 Abertura.....	195
6.1.1.2 Construção civil.....	199
6.1.1.3 Acidentes não acontecem por acaso, mas por descaso.....	202
6.1.2 Semana nacional de execução trabalhista.....	205
6.1.2.1 Filmete que promove a semana nacional de execução trabalhista.....	206
6.2 AUDIOVISUAIS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	210
6.2.1 Audiovisual sem campanha especícica.....	210
6.2.1.1 Aposentadoria da previdência social – é mais seguro para você.....	211
6.3 AUDIOVISUAIS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.....	214
6.3.1 Direitos dos trabalhadores.....	214
6.3.1.1 Salário mínimo.....	215
6.3.2 Campanha seguro-desemprego.....	218
6.3.2.1 Audiovisual sem nome divulgado.....	219
6.3.3 Campanha nacional de prevenção de acidentes de trabalho.....	222
6.3.3.1 Campanha nacional de prevenção de acidentes de trabalho.....	223
6.3.4 Campanha RAIS.....	227
6.3.4.1 Campanha RAIS 2013.....	228
6.3.5 FGTS mais a fundo.....	231
6.3.5.1 Como usar o FGTS para comprar minha casa própria.....	232
6.3.6 Programa de proteção ao emprego.....	235
6.3.6.1 Programa de proteção ao emprego.....	236
6.4 SÍNTESE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DA ANÁLISE.....	240
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>248</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>260</b>
<b>APÊNDICE A – ANÁLISE PRÉVIA EXPLORATÓRIA DO <i>CORPUS</i> COMPLEMENTAR DE ANÁLISE.....</b>	<b>270</b>
<b>ANEXO A – DVD CONTENDO OS AUDIOVISUAIS DO <i>CORPUS</i> TOTAL DE ANÁLISE.....</b>	<b>312</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Iniciamos este estudo com um pequeno texto, algo inusitado, que conta a trajetória acadêmica que o autor deste trabalho percorreu até chegar ao ponto em que agora nos encontramos, a produção desta tese. Dizemos “inusitado”, pois sabemos que não é comum introduzir um trabalho acadêmico com um texto de conteúdo eminentemente pessoal. Entretanto, entendemos que em razão de estarmos versando sobre o tema das identidades, nada mais apropriado do que abordar tais aspectos, os quais contribuíram para a formação da identidade do autor deste trabalho, e influenciaram em absoluto as escolhas aqui elegidas, as quais serão explicadas aprofundadamente em todo seu corpo. Num segundo momento, apresentamos um texto mais tradicional, o qual expressa uma prévia do trabalho vindouro, expondo assim nossa proposta e indicando as bases conceituais a partir das quais este trabalho pode ser mais apropriadamente compreendido.

\*\*\*

Acerca do tema e do problema que abordamos, poderíamos dizer que não, eles não foram escolhidos, mas, sim, que eles próprios se escolheram, no sentido de que as bem-aventuranças pelos distintos labirintos teóricos os quais outrora percorremos é que foram direcionando-os para o que agora eles são. Dessa forma, eles representam a congruência da maioria dos conhecimentos com os quais até agora tivemos relação. Dizemos isso em função da trajetória pessoal e acadêmica que cumprimos.

Nascemos em Santana do Livramento, fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, “cidade-gêmea” de Rivera, a qual por sua vez localiza-se ao norte da República Oriental do Uruguai. Entre essas cidades não há divisão física, como pontes, rios ou muros, não há qualquer impedimento ao trânsito de pessoas ou carros entre ambas, uma vez que suas ruas são contínuas. Apenas a cultura de cada uma implica algum tipo de segmentação. Entretanto, tal encontro de distintas referências culturais faz de seus habitantes brasileiros um pouco uruguaios

e dos habitantes uruguaios um pouco brasileiros. Essa diversidade cultural provoca um sentimento de estranheza quanto ao pertencimento a qualquer dos lados e um sentimento de desconfiança da parte do outro quanto ao reconhecimento do fronteiro enquanto compatriota. Objetivamente a *Cédula de Identidad* uruguaia ou a Carteira de Identidade brasileira estabelecem o pertencimento, mas, subjetivamente, tal sentimento parece só se constituir quanto à própria fronteira.

Aos cinco anos de idade fomos morar na capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, por um período de cinco anos. Após, voltamos para Santana do Livramento. Ao voltarmos, pela primeira vez experimentamos o que é sentir-se deslocado. Não éramos mais semelhantes àqueles que ali haviam ficado. Muito tempo se passou até que não notássemos mais tal estranheza.

No ano de 2002, quando estávamos ainda em Santana do Livramento, cursando graduação em Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS –, voltamos a perceber um certo deslocamento, desta vez quanto àquela profissão. Decidimos tomar novos rumos, interrompemos essa graduação para, em 2003, outra iniciar: Comunicação Social – Habilitação Publicidade e Propaganda, na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Em seguida, acreditamos que podíamos ampliar nossa formação e iniciamos, em 2004, nova graduação, em Psicologia, igualmente na UFSM. No início, principalmente no Curso de Publicidade e Propaganda, o sentimento de deslocamento foi novamente experimentado, mas aos poucos foi diminuindo, até não ser mais percebido, graças ao convívio com os colegas, que, com o passar do tempo, se tornaram amigos.

Nestes primeiros semestres do Curso de Publicidade e Propaganda nos aproximamos do professor Adair Caetano Peruzzolo, inicialmente no Programa de Educação Tutorial, PET, do qual ele era tutor, onde frequentávamos suas reuniões. Ali estudamos questões vinculadas à Comunicação de uma forma geral. Logo o professor Adair criou um grupo de pesquisa, o qual chamávamos Grupo Imagem, mas que estava oficialmente registrado sob o nome Teorias e Estratégias Comunicacionais e de Significação, onde estudávamos semiologia visual, a leitura de imagens. Esta pequena trajetória culminou na produção de nossa monografia de conclusão do Curso de Publicidade e Propaganda, orientada pelo professor Adair sob o título *Estratégias Discursivas e Efeitos de Sentido nos Elementos Constitutivos de Audiovisual Publicitário*. É em razão de termos esta experiência em semiótica que optamos por neste trabalho utilizá-la como instrumental teórico-metodológico para nossa análise empírica, e em função de termos este percurso de alguns anos ao lado de Adair Peruzzolo é que justificamos sua utilização como principal referência no tema.

Nesta mesma época, tivemos o prazer de assistir muitas aulas ministradas pelo professor Eduardo Guillermo Castro, o qual em muito contribuiu para o caráter social com o qual passamos a encarar muitas questões em Psicologia e na vida. Também foi a esta altura que nos foi apresentada, em suas disciplinas, a Teoria Psicanalítica Freudiana pela destacada professora Maria Luiza Furtado Kahl, responsável por abrir esta nova perspectiva de entendimento da qual nunca mais nos afastamos. Passado algum tempo, participamos do Grupo de Estudos sobre Lacan, onde nos reuníamos em distintos locais para ouvir a apresentação de seminários proferidos pela professora Cláudia Maria de Sousa Palma sobre textos lacanianos pré-selecionados. Também muitas aulas desta professora foram por nós assistidas. Foi a professora Cláudia quem nos introduziu na Teoria Psicanalítica Lacaniana.

Concomitantemente, conhecemos o professor Hector Omar Ardans-Bonfácino, que nos apresentou toda uma (para nós inédita) problemática acerca da noção de identidade. Com ele realizamos um estágio extracurricular, em sua Clínica Psicossocial da Identidade, tivemos o prazer de assistir suas aulas, participamos de um projeto de extensão no município de Jaguari-RS, chamado Oficinas de Identidade em Jaguari, e criamos um grupo de estudos, o Grupo de Estudos em Identidade. Foi com o professor Omar que nos aproximamos na teoria e na prática da noção de identidade.

Ainda no Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria, igualmente tivemos o prazer de assistir as aulas da professora Cláudia Maria Perrone, com a qual, a partir de suas exposições no tema relativo à saúde mental do trabalhador pela via da Psicodinâmica do Trabalho, redimensionamos a atividade do Trabalho. Com ela, tomamos conhecimento tanto da literatura mais clássica e quanto da literatura mais atualizada no tema, seja em um caso ou em outro, sempre atrás de um viés crítico. A professora Cláudia participou da banca de nossa monografia de conclusão de curso, da qual falamos na sequência. Lá, também, conhecemos o professor Luís Fernando Lofrano de Oliveira, com o qual tivemos a satisfação de realizar um estágio curricular de práticas em psicologia, seguindo a linha psicanalítica, que contou com sua supervisão para questões teóricas. Podemos dizer que com ele reorganizamos nossa compreensão acerca da Psicanálise ao entendermos algumas das dificuldades advindas de perspectivas objetivantes, generalizantes. Aprendemos a conferir o status subjetivo a coisas que em essência não têm como não ser justamente o que são, subjetivas. Participamos do processo de criação de um grupo de pesquisa vinculado ao tema da representação da pulsão, por ele proposto. Por uma lástima, tal grupo de pesquisa não prosperou e extinguiu-se em pouco tempo. Nossa monografia de conclusão do Curso de Psicologia foi orientada pelo professor Luís Fernando, intitulada *Das Psicopatologias na Contemporaneidade*.

Nossa trajetória de formação contou ainda com a participação em um cartel, que é a maneira como lacanianamente é chamado um grupo de estudos sobre as ideias de Lacan, coordenado pelo professor Francisco Ritter. Nesse cartel, estudávamos os cinco primeiros seminários de Lacan. Com ele, nos aprofundamos e verificamos nosso entendimento acerca de algumas noções já conhecidas, assim como conhecemos muitas noções que desconhecíamos. O professor Francisco participou da banca de nossa monografia de conclusão do Curso de Psicologia.

Em 2010, também na Universidade Federal de Santa Maria, iniciamos o Curso de Direito, concluído em 2015. Nele conhecemos grandes mestres, os quais nos apresentaram, entre muitas outras coisas, uma nova abordagem do trabalhador brasileiro, muito mais ligada à perspectiva dos regramentos que permeiam a atividade do Trabalho do que à saúde do trabalhador envolvido, perspectiva que até então conhecíamos. Essa nova perspectiva não é a que primordialmente abordamos neste trabalho, entretanto, conhecê-la nos propiciou contar com importante parâmetro de referência para comparações e interpretações. Entretanto, nossa monografia de conclusão de Curso de Direito versou em outro sentido, abordamos a atividade cartorial em nosso país sob a perspectiva social, na monografia intitulada *A função social dos serviços notariais e de registro em um contexto de morosa efetivação de direitos*, com a orientação do professor José Fernando Lutz Coelho.

Um ano antes, em 2009, já havíamos iniciado nosso percurso de pós-graduação, no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, onde conhecemos a professora Ada Cristina Machado Silveira, orientadora de nossa Dissertação de Mestrado, intitulada *Dos Problemas da Identidade na Pós-modernidade*, a qual serviu de base para este estudo. Com ela, sedimentamos nossos conhecimentos acerca da noção de identidade a partir de outras perspectivas de compreensão, principalmente através do retorno do enfoque da questão para o viés midiático, e reorganizamos nosso entendimento quanto à pós-modernidade, que até então individualmente pesquisávamos em função do início da concepção desta temática. A alocação de uma posição para a esfera midiática em meio à problemática pós-moderna foi por nós lograda graças as suas qualificadas comunicações, seja nas orientações deste e de outros trabalhos, seja nas aulas ministradas. Participamos atualmente do grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras, do qual ela é líder.

Dessa forma, tendo em vista todos os elementos trazidos, quando decidimos empreender nosso percurso de pós-graduação, o tema da pesquisa que empreenderíamos e a perspectiva com a qual abordariamos tal tema de certa forma já haviam se escolhido. Não poderia ser outro que não identidade o tema, já que contamos com uma inquietação advinda daquilo que outrora

sentimos. Não poderia ser outra a abordagem que não um entendimento psicanalítico da noção de identidade, já que boa parte de nosso percurso de formação intelectual está a esse campo vinculado. Não poderíamos desconsiderar a mediação, dado toda nossa formação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda. Não poderia basear-se em outra teoria que não a semiótica nossa metodologia, dada a experiência que já acumulamos nesse arcabouço. Não poderíamos não considerar a noção de identidade a partir de um duplo aspecto, individual e social. Não poderíamos deixar de considerar as teorias da pós-modernidade, já que nossa dissertação de mestrado já havia nos mostrado a necessidade de abordar tal tema. E não poderia ser outro que não os audiovisuais produzidos pelos órgãos governamentais ligados à atividade laboral os objetos empíricos de análise neste estudo, uma vez que estudamos os regramentos impostos aos trabalhadores por estes órgãos no Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria.

Com tudo isso, talvez agora tenhamos nos colocado em uma posição onde melhor compreendemos o sentimento de estranheza que outrora sentíamos.

\*\*\*

Passemos agora a apresentar o trabalho em si. Vivemos já há algum tempo em um contexto de grande profusão de imagens, entretanto, esse quadro tem se complexificado. Na atualidade, não há apenas imagens por todas as partes, mas também materiais audiovisuais em todos os lados. As imagens, antes paradas, ganham som e movimento. A televisão já está consolidada como companheira invariável no cotidiano da imensa maioria dos lares e os computadores caminham no mesmo sentido. O desenvolvimento recente dos telefones móveis, os quais tornaram-se pequenos computadores, possibilitou a um grande contingente de pessoas dispor de acesso a produtos audiovisuais quase que permanentemente. Pontuamos, em meio a essa conjuntura, a grande importância conferida a esse tipo de material, no contexto da noção de mediação, a qual propõe, entre muitas outras coisas, que representações midiaticamente ofertadas estão sendo adotadas pelos sujeitos enquanto referência para composição de suas identidades.

Gostaríamos de atentar, igualmente, para as condições socioculturais e estético-políticas em que nos encontramos, sintetizadas por muitos na expressão pós-modernidade. A relativização das referências socioculturais e estético-políticas, a partir da crescente incredulidade nas grandes narrativas, implicou para a identidade dos sujeitos considerável dificuldade, colocando-a em uma situação dita de crise. Uma crise que se origina na

dessimbolização do sujeito e da cultura contemporâneos. Obviamente, para a identidade dos trabalhadores, não foi diferente.

O desenvolvimento dos modelos de produção industrial, ocorrido no século passado, não teve como parâmetro o bem-estar do trabalhador. Guiou-se pela ganância desmedida dos empregadores em busca de melhores índices de acúmulo de capitais, ocasionando a despersonalização e a alienação do trabalhador quanto a seu trabalho. Nesse contexto, em uma relação de forças evidentemente desproporcionais entre empregador e trabalhador, estes últimos esperam contar com a intervenção regulatória do Estado a seu favor, objetivando equilibrar essa relação.

Nosso Estado organizou-se com muitos órgãos ligados à atividade laboral, uma vez que é o trabalho que movimenta a economia do país. Esses órgãos, acompanhando as tendências hodiernas, passaram a buscar uma comunicação mais frequente com os atores sociais com que estão envolvidos. Por conseguinte, construíram ambientes virtuais, os chamados *sites*, e ingressaram em diversas redes (midiáticas) sociais. Nestes locais, passaram a oferecer, entre outras coisas, materiais audiovisuais em que relatam suas atividades, instruem trabalhadores ou empregadores quanto a seus direitos e deveres ou promovem as mais diversas ações que consideram interessantes, como programas de proteção à saúde do trabalhador, entre outros. Nesses materiais audiovisuais, recorrentemente, são representados trabalhadores em suas atividades e em seu ambiente de trabalho.

Considerando esse contexto, conjecturamos: se as representações midiáticas são hoje tomadas como parâmetro para conformação das subjetividades, evidentemente pode haver o caso de representações construídas de tal forma que estariam em harmonia com situações que são prejudiciais ao próprio trabalhador e, caso ele as adote como uma matriz identitária, resultaria prejudicado. Sendo precisamente essa a tese que defendemos. As situações prejudiciais ao trabalhador em que pensamos são essas que minimamente expomos, da crise pela qual passa a identidade dos sujeitos, em nossa visão em razão da dessimbolização do sujeito e da cultura contemporâneos e de uma atividade laboral desprovida de significação humana e a ausência de separação entre trabalho prescrito e trabalho real. Dessa forma, criou-se em nós a curiosidade de saber se estariam os órgãos do Estado ligados à atividade laboral, esses de quem o trabalhador espera uma ação regulatória na desigual relação que mantêm com seus empregadores, ofertando midiaticamente uma representação do trabalhador brasileiro que lhe é prejudicial, caso adotada enquanto matriz identitária.

Deste cenário foi que surgiu este trabalho. Para articulá-lo, avaliamos que precisaríamos primeiramente melhor definir essas situações que são prejudiciais ao trabalhador, para então

podermos analisar os materiais midiaticamente ofertados por esses órgãos e chegar a conhecer se isso que imaginamos está ou não acontecendo.

Dessa forma, a tese que aqui desenvolvemos tem como **tema**<sup>1</sup> a representação midiática oficial do trabalhador brasileiro observada em produtos audiovisuais de autoria dos órgãos governamentais ligados à atividade laboral. Tal tema está delimitado na utilização como referência para sua abordagem das considerações da literatura quanto (1) ao que chamamos, na falta de um nome melhor, de panorama das identidades na pós-modernidade e (2) à saúde mental do trabalhador desde o ponto de vista da Psicodinâmica do Trabalho.

Com panorama das identidades na pós-modernidade estamos nos referindo a um conjunto de categorias conceituais de diferentes autores que são por nós manejadas com objetivo de construir conhecimento acerca da condição da noção de identidade na contemporaneidade. As principais categorias conceituais e os respectivos autores que as cunham são: midiatização (Muniz Sodré), pós-modernidade (Mike Featherstone, Omar Calabrese, Gilles Lipovetsky, David Harvey, François Lyotard, Stuart Hall, Zygmunt Bauman), identificação (Octávio Souza, Jacques Lacan, Sigmund Freud), dessimbolização (Dany-Robert Dufour, Giovanni Sartori, Muniz Sodré, Maria Rita Kehl). Já com saúde mental do trabalhador do ponto de vista da Psicodinâmica do Trabalho estamos nos referindo igualmente a um conjunto de categorias conceituais que são por nós manejadas com o objetivo de construir conhecimento acerca da condição do trabalhador da contemporaneidade. As principais categorias conceituais trabalhadas e os autores com as quais as abordamos são: trabalho (Barreto, Sávtchenko, Marx, Arendt, Maya, Johnson, Jacques e Antunes), taylorismo, fordismo e toyotismo (Braverman, Pinto, Harvey e Antunes) e saúde, doença (Jacques, Canguilhem, Dejours), sublimação e ressonância simbólica (Merlo, Abdoucheli, Jayet, Dejours), trabalhador (Antunes, Harvey, Merlo, Abdoucheli, Jayet, Dejours).

Assim sendo, de plano estabelecemos que nosso **objeto teórico de estudo** é a representação midiática do trabalhador brasileiro observada em produtos audiovisuais de autoria dos órgãos governamentais ligados à atividade laboral sob o viés do panorama das identidades na pós-modernidade e da saúde mental do trabalhador do ponto de vista da Psicodinâmica do Trabalho. E que nosso **objeto empírico de estudo** são produtos audiovisuais de autoria dos órgãos governamentais ligados à atividade laboral onde estão representados

---

<sup>1</sup> Visando facilitar a localização dos diferentes títulos que compõem o projeto de pesquisa (tema, problema de pesquisa, hipótese, etc.) que deu origem a esta tese e agora articulam sua introdução, utilizamos como padrão durante este texto inicial de nosso trabalho sua marcação em negrito. Acreditamos que assim estão mais destacados no corpo do texto, facilitando a atividade de leitura.

trabalhadores. Mais à frente, apresentamos os critérios de seleção para composição de nosso objeto empírico de análise.

Consideramos que podemos observar, hoje, pelo lado do panorama das identidades na pós-modernidade, uma crise (alteração do *status*) da identidade contemporânea. O mundo torna-se cada vez mais fluido, mais multiforme; e o sujeito, em função disso, cada vez mais deslocado, mais descentrado. Da expansão do sistema de economia capitalista, originou-se o fenômeno da globalização, que por sua vez em muito favoreceu, e, ao mesmo tempo, muito foi favorecido, o/pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de larga escala.

É provável que a consolidação da esfera midiática como referência cultural na sociedade tenha tido relevante influência no surgimento de outro fenômeno contemporâneo, a pós-modernidade (e, conseqüentemente, o que dela decorre). Já a pós-modernidade, condição sociocultural e estético-política do capitalismo contemporâneo, é caracterizada por uma multiplicidade de particularidades, dentre as quais a mais importante, no âmbito do que aqui se propõe, é a crise da identidade contemporânea, no sentido de não mais ser solidamente conformatada.

Os referenciais socioculturais clássicos (Estado, igreja, família, escola, etc.) gradualmente perdem sua força como modelos que foram, um dia, para as identidades e, no contexto do conceito de midiaticização, os meios de comunicação de massa estão cada vez mais ocupando esse lugar, de espelhos que oferecem as matrizes nas quais calcar-se-ão as identificações.

Em razão disso, a identidade que era singular, torna-se plural. O sujeito não possui mais uma identidade, mas várias identidades, as quais entram em cena conforme a conveniência. E, em razão de ter abandonado os referenciais socioculturais clássicos, o sujeito encontra-se responsabilizado em sustentar simbolicamente suas escolhas identitárias, tal situação tem se mostrado uma tarefa que muitas vezes esse sujeito não consegue cumprir, passando a sofrer psicologicamente em função disso.

A psicodinâmica do trabalho igualmente traz importantes contribuições para pensarmos as representações dos trabalhadores. Ao evidenciar que a doença no trabalho nem sempre se manifesta de forma visível, atentou para aspectos psicossociais e psicodinâmicos do trabalho. Isso conduziu ao entendimento de que o conjunto de influências recíprocas entre as condições objetivas e a organização do ambiente de trabalho desempenha importante papel na configuração das psicopatologias do trabalho.

A literatura especializada na questão, tomando por base os trabalhos de Christophe Dejours, argumenta que a carga de trabalho mental imposta ao trabalhador vai ser composta

tanto por fatores de natureza racional e cognitiva quanto por aqueles vinculados à dimensão afetiva e relacional do indivíduo. E que a chave para não adoecer no trabalho é a chamada ressonância simbólica, a alternativa de abordar a situação concreta sem ter de deixar sua história, seu passado e sua memória de lado. Entretanto, se a atividade laboral opuser-se à liberdade, será o próprio trabalho que degradará, e que provocará, na verdade, o estranhamento e a despersonalização daquele que o executa. Dessa forma, prazer ou sofrimento no trabalho dependem do grau que ele oferece à livre-iniciativa do aparelho psíquico. Quanto menor a rigidez da organização do trabalho, maior o espaço disponível ao trabalhador para a reorganização de seus modos operatórios e maiores as chances de suas atividades contribuírem para um aparelho psíquico sadio.

Tendo em mente esse contexto, o vetor que guia este trabalho, nosso **problema de pesquisa**, é o seguinte: estariam os órgãos governamentais ligados à atividade laboral midiaticamente ofertando uma representação oficial do trabalhador brasileiro que pode ser potencialmente prejudicial a esse sujeito? Ou, dito de outra forma: estariam as representações constantes nos produtos audiovisuais de autoria dos órgãos governamentais ligados à atividade laboral, ofertadas como modelo oficial da identidade do trabalhador brasileiro, alinhadas às situações potencialmente problemáticas indicadas acima?

Essa questão de pesquisa que elaboramos nos faz formular o seguinte **objetivo geral** para nossa tese, qual seja: verificar se estão os órgãos governamentais ligados à atividade laboral midiaticamente ofertando uma representação oficial do trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial a esse sujeito, tendo como referência de análise os termos já explicitados. Para cumprir este objetivo geral, optamos por dividir a abordagem de nosso objeto em dois âmbitos, um teórico e outro empírico. No âmbito teórico, estabelecemos objetivos específicos, expostos na sequência, que, a partir da exploração das representações potencialmente prejudiciais aos sujeitos nelas representados, nos possibilitaram construir duas categorias de interpretação para nossa posterior análise empírica, uma categoria fundamentada no panorama das identidades na pós-modernidade e outra fundamentada na saúde do trabalhador desde o ponto de vista da Psicodinâmica do Trabalho. No âmbito empírico, nossos objetivos específicos nos conduzem à aplicação da análise empírica, interpretada a partir dessas categorias para tal fim desenvolvidas.

O cumprimento de cada um dos objetivos específicos por nós estabelecidos resulta, respectivamente, na produção dos capítulos de nossa tese. Destarte, na sequência, apresentamos cada um dos objetivos específicos que estabelecemos para alcançar nosso objetivo geral da seguinte maneira: inicialmente apresentamos o objetivo específico em si, para então logo

indicar o capítulo de nosso trabalho onde encontra-se o desenvolvimento referente ao cumprimento desse objetivo específico e finalizamos cada apresentação de objetivo específico com breve reflexão concernente ao cumprimento desse objetivo específico. Com isso, concomitantemente à apresentação de nossos objetivos específicos, realizamos a exposição dos capítulos que compõem a nossa tese e de uma breve avaliação quanto a eles.

Nosso primeiro **objetivo específico** é o de construir, à guisa de introdução da temática proposta, um quadro teórico de referência que ao mesmo tempo em que sustenta, através da relação entre as noções de identidade e midiaticização, a inserção do tema de estudo (1) na área de concentração comunicação midiática e (2) na linha de pesquisa mídias e identidades contemporâneas, elegidas para desenvolvê-lo, estabelece os passos subsequentes, ao demonstrar as conexões que a noção de identidade impõe sejam realizadas para que consigamos cumprir nossos objetivos, a partir da forma como organizamos o mesmo. O cumprimento desse objetivo específico resulta no capítulo I, chamado *Identidade, comunicação e midiaticização*, que nos possibilitou contar com um panorama inicial referente a atual situação das identidades, o qual tomamos como base.

Estabelecido o entendimento da necessária contemplação da esfera midiática ao se abordar a noção de identidade na contemporaneidade, resultante do quadro teórico anteriormente exposto, o qual tomamos como referência, passamos ao nosso segundo **objetivo específico**, uma vez que torna-se clara para nós a necessidade de construir um quadro teórico de referência que discuta aspectos relacionados à noção de identidade em maior profundidade, especialmente (1) que evidencie as possíveis dificuldades oriundas das condições socioculturais e estético-políticas do tempo em que vivemos (aqui falamos do contexto pós-moderno) no que concerne às identidades e (2) que discuta o modo como se formam as identidades para o sujeito. O cumprimento desse objetivo específico resultou no capítulo II, chamado *Identidade, pós-modernidade e cultura*, com o qual tornou-se possível para nós entender como os elementos culturalmente simbolizados se tornam alvos das identificações formadoras das identidades, o que, cotejado ao volátil contexto da pós-modernidade, nos possibilitou perceber as dificuldades que enfrentam boa parte dos sujeitos pós-modernos.

Nosso terceiro **objetivo específico** diz respeito a construir outro quadro teórico onde (1) abordamos a esfera cultural através de um viés bastante específico, o de analisar as instituições que foram hegemônicas através dos tempos enquanto proponentes da sustentação simbólica dos conteúdos culturais, alvos estes das identificações identitárias, e (2) abordar a dessimbolização da cultura e do sujeito na pós-modernidade, e a relação da mídia com esse contexto. O cumprimento desse objetivo específico resultou no capítulo III, chamado *Identidade, mídia e*

*simbolização*, com o qual encontramos a mídia como instituição culturalmente hegemônica na atualidade nesse sentido, em que pese caracterizar-se muito mais como uma desformatadora do que como uma conformatadora de identidades, em razão da fragilização da consistência da sustentação simbólica dos conteúdos culturais resultante da ascensão da mídia a esse posto. Assim como, com o cumprimento desse objetivo específico, percebemos a fragilização da capacidade de simbolização do sujeito pós-moderno.

Com o cumprimento dos três primeiros objetivos específicos que estabelecemos, entendemos que satisfatoriamente exploramos as representações potencialmente prejudiciais aos sujeitos nelas representados que por ventura as adotem enquanto matrizes midiáticas desde o ponto de vista do panorama das identidades na pós-modernidade, uma vez que alcançamos a construção da primeira categoria de interpretação para a análise de nosso objeto empírico: a (in)existência de sustentação simbólica nos conteúdos culturais predicativos ofertados enquanto modelos de uma identidade oficial do trabalhador brasileiro.

Passamos então a abordar as outras noções que consideramos fundamental no contexto de nossa tese, as noções de trabalho e trabalhador. Para tal, entendemos necessário, à guisa de introdução a essas novas noções, respondendo por nosso quarto **objetivo específico**, construir um quadro teórico de referência que defina e problematize as noções de trabalhador e de trabalho e que debata a representação social dessas noções ao longo da história. Assim como, que apresente a evolução dos modelos de produção contemporâneos, taylorismo, fordismo e toyotismo, enfatizando as características identitárias do trabalhador promovidas em tais paradigmas de produção industrial. E que, por fim, problematize tais características identitárias à luz da Psicodinâmica do Trabalho, enfatizando as consequências que estas impõem para a saúde mental do trabalhador. O cumprimento desse objetivo específico resultou no capítulo IV, intitulado *Identidade, trabalho e saúde do trabalhador*, a partir do qual exploramos as representações que podem vir a ser prejudiciais aos sujeitos nelas representados desde o ponto de vista da Psicodinâmica do Trabalho e construímos a segunda categoria de interpretação para nossa análise empírica: a (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica nos termos da representação do trabalhador e de seu ambiente de trabalho presente nos audiovisuais a serem analisados.

Explorado nosso objeto teórico de estudo e construídas as categorias para interpretação de nossa análise empírica, finalizamos a primeira parte dessa tese. Passamos então à sua segunda parte, onde abordamos nosso objeto empírico de estudo. Para tal, estabelecemos nosso quinto **objetivo específico**, construir um quadro teórico-metodológico onde as opções metodológicas e procedimentais da análise empírica a ser empreendida são apresentadas,

justificadas e aprofundadamente debatidas. Esse quadro é entendido como necessário uma vez que a análise empírica é sustentada por metodologia bastante específica (análise semiótica), se comparada à metodologia geral desta pesquisa, em razão da forma como trabalhamos, progredindo do objeto teórico para o objeto empírico em nossa tese. O cumprimento desse objetivo específico resulta no capítulo V, intitulado *Metodologia de análise empírica*.

Apresentamos, aqui, o cumprimento deste objetivo específico de forma algo mais aprofundada, uma vez que com isso evidenciamos também os critérios de seleção para composição de nosso objeto empírico de análise. Abordamos os órgãos governamentais de nível federal que consideramos os mais relevantes quanto à regência da atividade laboral em nosso país, procurando nos sítios eletrônicos destes órgãos a publicação de material audiovisual onde há representação de trabalhadores, ou a indicação do local, caso exterior ao próprio site, onde é possível encontrar tal material.

Limitamos nossa busca ao âmbito federal de tais órgãos em razão de que, conforme indicamos no título de nossa tese, buscamos analisar a representação oficial do trabalhador brasileiro. Com “oficial” e com “brasileiro” queremos dizer que nosso objeto é a representação do trabalhador construída, intencionalmente ou não, e ofertada por agentes do Estado brasileiro (nesse sentido, empregamos a expressão “oficial”) como a que representa o seu trabalhador de uma forma nacional (nesse sentido, empregamos a expressão trabalhador “brasileiro”). Se adentrarmos aos meandros regionais, acreditamos que estaríamos muito mais retratando uma representação regional do que uma de aspiração nacional. Com isso em mente, os órgãos selecionados enquanto órgãos governamentais de nível federal mais relevantes para a regência da atividade laboral foram: pelo poder Legislativo, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados; pelo poder Judiciário, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho; pelo poder Executivo, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Previdência Social; e, o órgão independente Ministério Público do Trabalho.

Nos sites de tais órgãos, realizamos pela primeira vez em setembro de 2014 um levantamento visando (1) o mapeamento da quantidade de material audiovisual ali arquivada, para que tenhamos conhecimento deste universo, e (2) o conhecimento referente a quanto desse material cumpre as características que atendem aos nossos interesses, obtivemos os resultados que seguem. Não foi possível uma contagem exata dos audiovisuais disponíveis em razão (1) da excessiva quantidade de certos tipos de audiovisuais, (2) da repetição do arquivamento de um mesmo audiovisual em mais de um desses sites, ou, ainda, (3) o arquivamento de um mesmo audiovisual em mais de um local de um mesmo site; o que, em razão do excessivo número de material audiovisual encontrado, impossibilitou qualquer tipo de cotejamento visando um

número exato. Entretanto, mesmo que sem números exatos, este mapeamento inicial alcançou seu objetivo, uma vez que construímos noção referente ao universo de material audiovisual com o qual lidamos e referente às características desse universo, o que nos mostrou a necessidade de construir para seleção de nosso objeto empírico de análise.

Entre os audiovisuais encontrados com a referida pesquisa, a grande maioria deles possui a perspectiva jornalística, são entrevistas, reportagens ou gravações das atividades cotidianas dos órgãos pesquisados que estão ali registradas. Tal material não se enquadra em nosso objeto empírico de pesquisa da forma como o concebemos. Entendemos que podemos encontrar exemplos mais significativos quanto à representação das identidades do trabalhador brasileiro, suas atividades laborais e seu ambiente de trabalho em audiovisuais onde tais representações encontram sua plenitude, do que naqueles audiovisuais onde elas não estão presentes de forma tão marcante.

Os audiovisuais onde as representações da identidade do trabalhador brasileiro, suas atividades laborais e seu ambiente de trabalho se encontram em plenitude, em nossa avaliação, são aqueles onde tais representações não se limitaram por um simples registro de uma realidade específica, como nos audiovisuais de viés jornalístico por nós encontrados (onde a atividade parlamentar é registrada) ou em entrevistas, debates ou documentários sobre temas diversos. Nesses produtos audiovisuais, em muitos casos, trabalhadores são, evidentemente, representados; entretanto, o objetivo de tais produtos audiovisuais não é essa representação, ela acontece de forma involuntária, não se apresentando como o foco da produção, da tematização ou figurativização do audiovisual.

Entendemos que as representações das identidades do trabalhador brasileiro, suas atividades laborais e seu ambiente de trabalho encontram plenitude nos audiovisuais onde a construção dessas representações se confunde, enquanto objetivo, com a própria produção do audiovisual. Essa situação acontece, em nossa compreensão, nos audiovisuais de caráter ficcional, aqueles onde o trabalhador não é representado através de sua própria pessoa, mas onde está representado em uma personagem. É nesse sentido que utilizamos o termo ficcional, pouco importando a veracidade do conteúdo desses audiovisuais.

Dessa forma, construímos então um critério para seleção dos audiovisuais que comporão nosso objeto empírico de análise. Para selecioná-los, excluimos todos aqueles que se caracterizam pelo simples registro de uma realidade específica. E ficamos com aquele que ficcionalmente apresentam representações das identidades do trabalhador brasileiro, suas atividades laborais e seu ambiente de trabalho.

Com esse critério como parâmetro, refizemos o levantamento que havíamos feito em inúmeras ocasiões pela última vez entre os dias 27 de junho de 2017 e 04 de julho de 2017, posteriormente ao exame de qualificação desta tese, e acabamos por reduzir nosso universo a uma quantidade de material possível de ser trabalhada. Câmara dos Deputados, Senado Federal e Ministério Público do Trabalho não apresentaram esse tipo de material audiovisual. Ministério do Trabalho e Previdência Social, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho apresentaram juntos 35 produtos audiovisuais assim caracterizados, passando tais materiais a constituir nosso *corpus* total de análise empírica.

Definido nosso *corpus* total de análise, cabe ressaltar que metodologicamente trabalhamos com as noções de *corpus* exemplar de análise e *corpus* complementar de análise. A escolha dos audiovisuais para comporem esses diferentes *corpora* é feita da seguinte maneira. O primeiro passo foi a escolha de nosso *corpus* total de análise através do critério que expomos. O segundo passo foi aplicar em todo o *corpus* total de análise o primeiro nível de leitura semiótica que compõe a matriz de análise que desenvolvemos, a leitura denotativa. Esta etapa constitui o que chamamos análise prévia exploratória do *corpus* total de análise.

Terminada esta etapa, a partir de seus resultados, selecionamos novamente os produtos audiovisuais que apresentam maior quantidade de elementos em torno da representação do trabalhador e maior qualidade dessa representação, passando estes a compor o *corpus* exemplar de análise de nossa análise empírica. Apenas nele aplicamos os outros dois níveis de análise semiótica de nossa matriz de análise: conotativo e polissêmico.

Quanto aos aspectos teórico-metodológicos de nossa análise empírica, tendo em mente que um exame deste tipo implica um elevado nível de rigor metodológico, consideramos fundamental a divisão da análise em diferentes níveis de pertinência, de abordagem, todos pensados em função de alcançar os objetivos a que o exame se propõe. Com isso em mente foi que elaboramos a já citada matriz de análise semiótica para aplicação em audiovisuais, desenvolvida principalmente a partir das indicações de Peruzzolo, com as quais trabalhamos de longa data. Assim como ele, não nos enquadrámos em uma vertente semiótica específica, dizemos que trabalhamos com uma Semiologia dos Discursos Midiáticos, que nada mais é do que a reunião de diferentes proposições de distintas correntes semióticas com vistas a alcançar uma metodologia de análise mais adequada aos discursos midiáticos presentes em nosso objeto empírico de análise. Com o aprofundamento desta opção, constante no também já citado capítulo V desta tese, e com a colocada em prática do que ali está, inferimos que logramos o devido rigor, uma vez que entendemos que é no aprofundamento empreendido às questões metodológicas de qualquer trabalho científico que tal rigor pode ser avaliado.

É justamente em função desse rigor que estabelecemos nossos procedimentos operacionais-metodológicos de análise empírica, o principal deles é o da *reconstrução do desenvolvimento argumentativo*, composto pelo *percurso temático* e pela *cobertura figurativa*, a partir da *linguagem sonora* e da *linguagem visual*, respectivamente. Para tal, conforme já havíamos adiantado, empreendemos três tipos de *leituras semióticas*: *denotativa*, *conotativa* e *polissêmica*.

Para que tais análises não se estendam em demasia, acabando por, a certa altura, deixar de oferecer resultados de análise que introduzam novidades quanto à reconstrução do desenvolvimento argumentativo no que diz respeito às representações dos trabalhadores nos audiovisuais, estabelecemos limites para as leituras denotativas e conotativas. Na leitura denotativa, os limites são as *categorias principais de análise denotativa*, as quais oferecem os fundamentos das análises posteriores (conotativa e polissêmica), e as *categorias secundárias de análise denotativa*, as quais oferecem elementos eventualmente utilizados para as análises posteriores, visto possuírem menor carga significativa.

As categorias principais de análise denotativa são, pelo lado da linguagem sonora, as *falas* das personagens do audiovisual e, pelo lado da linguagem visual, a *interpretação* que os atores empreendem; já as categorias secundárias de análise denotativa são, pelo lado da linguagem sonora, o *musical* e as *mixagens* que acompanham as falas e, pelo lado da linguagem visual, o *figurino* e o *cenário* utilizados.

Quanto à leitura semiótica conotativa optamos por organizar a análise nesse nível de forma distinta. Para que possamos melhor apresentar as análises que fazemos, sempre com o objetivo de evidenciar a forma como estão representadas as identidades dos trabalhadores, sua atividade laboral e seu ambiente de trabalho nos audiovisuais, aqui ainda mantemos a separação entre as diferentes linguagens que compõem o audiovisual, ou seja, são feitas duas leituras semióticas conotativas, uma para a linguagem sonora e outra para a linguagem visual. Essas leituras têm como base o material obtido com as categorias principais de análise denotativa, primeira abordagem analítica que empreendemos ao objeto empírico. Acreditamos que assim conferimos clareza e agilidade a nossa análise.

Já no que se refere à leitura semiótica polissêmica, em razão de sua própria natureza, a de ser uma leitura que se projeta para além do texto, não estabelecemos nenhum tipo de limite. É nesta leitura semiótica que utilizamos as categorias de interpretação da análise empírica que construímos na abordagem de nosso objeto teórico de estudo.

Com isso, findamos resumo do cumprimento do quinto objetivo específico que propomos para esta pesquisa, o de construir um quadro metodológico que sustente a análise

empírica. Passamos, então, para o sexto e último **objetivo específico** que estabelecemos para nossa tese, a análise empírica propriamente dita, onde temos por objetivo examinar os audiovisuais selecionados segundo os critérios estabelecidos, reunindo assim informações relevantes para nosso interesse, nos termos do que nos propomos como problema para esta pesquisa. Disponível estando tais informações, concluímos nossa tese com a síntese e a interpretação dos resultados de análise. Momento em que finalmente chegamos à resposta para a questão que nos colocamos, se estão os órgãos governamentais ligados à atividade laboral midiaticamente ofertando a representação de uma matriz identitária do trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial a esse sujeito. É o que faremos no capítulo VI, intitulado *Análise das representações dos trabalhadores nos audiovisuais*. O cumprimento desse objetivo específico nos permite afirmar a verificação da oferta midiática de uma representação oficial do trabalhador brasileiro por parte dos órgãos governamentais ligados à atividade laboral em nosso país potencialmente prejudicial a esse sujeito, caso a adote enquanto uma matriz identitária.

Terminada a apresentação dos objetivos específicos desta tese, podemos dizer que a metodologia desta tese está dividida em dois âmbitos<sup>2</sup>. Um deles é de nível micro, diz respeito às considerações referentes às opções metodológicas que adotamos no que se refere especificamente à nossa análise empírica. São as considerações que acabamos de apresentar. O outro desses âmbitos é de nível macro, diz respeito a considerações quanto às opções metodológicas que adotamos no que se refere ao trabalho de uma forma geral, é a metodologia geral desta pesquisa, a qual passamos a apresentar agora. Para tal, nos valem das orientações de Marconi e Lakatos (2003)<sup>3</sup>; dessa forma, dividimos nossa metodologia em *métodos de abordagem, métodos de procedimento e técnicas de pesquisa*.

---

<sup>2</sup> Gostaríamos de aqui promover uma precisão metodológica. No campo de estudos da Comunicação, com alguma recorrência encontramos estudos metodologicamente organizados correspondendo a totalidade da pesquisa à análise empírica do objeto de estudo. Nestas pesquisas, a exploração do objeto teórico de estudo é feita em meio à análise empírica do objeto, resultando ao fim um estudo completo. Tais estudos, entretanto, ao assim organizarem-se, frequentemente elegem a metodologia da análise empírica como a metodologia geral da pesquisa e, em virtude disso, em nossa avaliação, resultam carentes de definições metodológicas essenciais para que aquele que deles vier a tomar conhecimento possa mais adequadamente entendê-los. Em razão desse posicionamento, entendemos que uma pesquisa resultará metodologicamente melhor definida se a metodologia da análise empírica dessa pesquisa não corresponder à metodologia da pesquisa como um todo, ou seja, se a análise empírica for entendida como parte componente da pesquisa e não como sua totalidade. Assim entendida, não pode a metodologia da análise empírica ser a metodologia da pesquisa, visto que são de ordens, de grandezas diferentes.

<sup>3</sup> Apesar de sabermos não ser indicado a utilização de referências bibliográficas em texto de introdução de trabalhos científicos, entretanto, a exposição da metodologia geral desta pesquisa é por nós feita apenas neste segmento de nossa tese, o que faz com que não tenhamos a oportunidade de indicar a literatura que serviu de base para nossa organização metodológica geral em outro lugar, razão pela qual aqui o fazemos.

Assim sendo, no que se refere à **metodologia geral** desta pesquisa, conforme já brevemente indicamos acima, optamos por dividir nossa tese em duas partes complementares. Na primeira delas, problematizamos nosso objeto teórico de estudo: a representação midiática da identidade do trabalhador brasileiro sob o ponto de vista (1) do panorama das identidades na pós-modernidade e (2) da psicodinâmica do trabalho. Com isso, encontramos características de uma matriz identitária do trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial a este sujeito, construindo assim categorias para interpretação da análise de nosso objeto empírico de estudo: a representação midiática da identidade do trabalhador brasileiro em audiovisuais de caráter ficcional produzidos por órgãos governamentais ligados à atividade laboral. Análise que realizamos na segunda parte de nossa tese. Essa abordagem progressiva, do objeto teórico de estudo para o objeto empírico de estudo, resulta de uma característica pessoal do autor desta tese que aqui vos fala, é a forma como lhe é possível escrever cientificamente, progressivamente seguido o caminho que os últimos elementos abordados indicaram como o necessário a ser percorrido na sequência.

Especificamente tratando do *método de abordagem*, consideramos que o método de abordagem se caracteriza, segundo Marconi e Lakatos (2003, p.106), como “uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade”. Assim sendo, optamos por utilizar em nosso trabalho o método dedutivo, uma vez que partimos do geral para o particular: das considerações de caráter amplo que nos fornece a literatura, para a análise da situação específica dos audiovisuais selecionados. Ainda segundo estas mesmas autoras (2003, p. 106), o método dedutivo é aquele “que, partindo de teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente)”. É justamente isso o que inicialmente fazemos, para em seguida buscar resultados quanto a um segmento específico, aquele por nós empiricamente analisado, sendo que nos comprometemos com a validade do conhecimento que produzimos apenas quanto a este *corpus*. Apesar de ser evidente que o resultado da análise desta amostra pode nos dar uma sugestão de como se aresentam outros objetos a estes semelhantes.

Já os *métodos de procedimento* são definidos por Marconi e Lakatos (2003, p. 106-107) como “etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratas”, estes métodos “pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitados a um domínio particular”. Utilizamos uma combinação dos métodos de procedimentos histórico e monográfico. O método de procedimento histórico se caracteriza por partir “do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado” e, por esta razão, “é importante

pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função”. Já o método de procedimento monográfico, também conhecido como estudo de caso, é caracterizado pelas mesmas autoras (2003, p. 108) como uma investigação que deve examinar o tema escolhido, “observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos”, entretanto, sem, com isso, objetivar generalizações.

Quanto às *técnicas de pesquisa*, são definidas por Marconi e Lakatos (2003, p. 174) como “um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática”. As técnicas de pesquisa que utilizamos neste estudo são, basicamente, na primeira de suas partes, a pesquisa bibliográfica e, na segunda delas, a análise empírica, a qual, já brevemente indicamos anteriormente, mas que, em razão de sua especificidade, conta com um capítulo inteiro destinado à sua elucidação, o capítulo V deste trabalho.

Apresentada a metodologia geral desta pesquisa, gostaríamos de, por último, enfatizar que a realização de nossa pesquisa encontra **justificava** na relevância científica e social do trabalho aqui proposto, a qual entendemos como evidente considerando-se tanto o ineditismo do problema de pesquisa e do tema de estudo, quanto a necessidade de que tal problemática seja pesquisada, vistos os perigos envoltos à produção de materiais midiáticos potencialmente prejudiciais aos sujeitos ali representados. Compartilhamos o entendimento de haver a necessidade de um viés de responsabilidade quando da produção de qualquer material midiaticamente veiculado, para além das questões jurídicas, uma responsabilidade social.

Quanto à necessidade de se pesquisar esta problemática, entendemos que a mesma resulta plenamente sustentada pelo caráter potencialmente prejudicial para os trabalhadores ali representados que certas matrizes identitárias podem assumir, conforme já indicamos acima e conforme resta claro ao final da primeira parte deste trabalho.

Quanto ao ineditismo, o afirmamos em razão de não termos encontrado pares no estudo do estado do conhecimento de nossa pesquisa. Empreendemos pesquisas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no Portal de Periódicos da CAPES, no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, na base de dados SciELO e no site Google Acadêmico. Entre os estudos encontrados, apenas estudos exteriores ao campo da Comunicação (em Psicologia e em Psicanálise) tinham interesse em aspectos relacionados à saúde mental do trabalhador representado. Entretanto, a identidade estudada em tais trabalhos, exteriores ao campo da Comunicação, era invariavelmente a própria representação pessoal de identidade que esse sujeito construiu para si. E não a representação midiática dessa identidade, como em nosso caso. Em que pese, considerações sobre a importância da mídia na sociedade contemporânea

puderam nestes estudos serem vistas, entretanto, mesmo assim, mostraram-se demasiado distantes de nossa proposta.

Por mais que a saúde mental do trabalhador não seja nosso foco mais específico de estudo, mas sim a representação do trabalhador em produtos audiovisuais, problematizamos este objeto a partir das consequências potencialmente prejudiciais para saúde mental do sujeito ali representado que determinadas representações de configurações identitárias podem assumir, sendo este um viés essencial para que nosso trabalho possa dialogar com qualquer outro. Por estas razões, desconsideramos tais estudos em nosso levantamento do estado do conhecimento do tema de nossa pesquisa.

Já os estudos encontrados oriundos do campo da Comunicação interessavam-se em explicitar como a identidade do trabalhador estava midiaticamente representada em determinado produto midiático, seja no sentido de o que estava representado, seja no sentido de como se chegou a tal representação, não ultrapassando tal perspectiva. Outros estudos encontrados abordavam o tema por vieses distintos do viés da representação do trabalhador, como o fazemos. Citamos um caso específico, o do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da Universidade de São Paulo (USP). Este foi o único Grupo de Pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) dedicado a estudar os temas pertinentes ao binômio Comunicação e Trabalho que encontramos. Contudo, tal grupo destina-se ao estudo de comunicação organizacional, e não pública, como em nosso caso, e empreende suas atividades sob a perspectiva da pesquisa de recepção, e não de produção, como o fazemos. Estuda as mediações resultantes de determinadas comunicações organizacionais em trabalhadores, motivo pelo qual não o consideramos como portador de uma perspectiva de pesquisa semelhante à nossa.

Assim sendo, em função de não termos encontrado pesquisadores dedicados a estudar esta questão nos mesmos termos específicos aos quais nos dedicamos, ou seja, em função de não haver ainda entre os pesquisadores a percepção do potencial prejuízo que envolve esta situação, inferimos que não será entre os autores dos produtos midiáticos estudados que encontraremos esta preocupação. Entretanto, somente com estudos como este é que poderemos alcançar tal conclusão, a qual é de interesse de toda a sociedade. Dessa forma, entendemos plenamente justificada a indispensabilidade da realização de nossa pesquisa.

Nossa interpretação acerca do resultado da pesquisa de estado do conhecimento empreendida é a de que devido ao elevado número de articulações que estabelecemos entre os campos do conhecimento para chegarmos ao tema que estamos propondo, culminamos por nos conduzir a um alto nível de especificidade temática, restando-nos solitários. Em nossa visão,

alocamos nosso estudo em uma intersecção entre a seara da Comunicação Pública, também chamada de Comunicação Política, ou Mídia e Política, ou Mídia e Poder, onde a mídia é vista como uma “parte do jogo político, econômico e social, [que] partilha e disputa poder com e contra o Estado” (BRANDÃO, 2007, p. 6), de um lado, e, de outro, entre a seara da Comunicação e Saúde, especificamente a saúde mental, onde se busca progredir na produção de conhecimento acerca das complexas relações que se estabelecem entre esses dois campos do saber, para melhor compreender diversos aspectos, como a relação entre discurso e mudança social, ou midiatização e dispositivos de biopoder, entre outros. Sem, contudo, alocar-se confortavelmente em nenhuma dessas áreas. Sendo essa, então, uma área de estudo bastante específica. Se tal situação nos agracia com a benesse da originalidade da pesquisa, igualmente nos desafia com as dificuldades de um estudo de vanguarda.

## **PARTE I – DO OBJETO TEÓRICO**

Por razões metodológicas, conforme já indicamos, assim como em razão de uma característica pessoal do autor desta pesquisa, optamos por dividir esta tese em duas partes, progredindo de uma análise de seu objeto teórico de estudo para uma análise de seu objeto empírico de estudo, onde os avanços obtidos em cada um dos subsegmentos que compõem as diferentes partes direcionam o percurso a ser trilhado no subsegmento posterior, resultando assim um trabalho de partes e segmentos intimamente ligados e relacionados.

Na primeira dessas partes, nosso objeto teórico de estudo, a representação midiática do trabalhador brasileiro sob o ponto de vista (1) do panorama das identidades na pós-modernidade e (2) saúde mental do trabalhador desde o ponto de vista da psicodinâmica do trabalho, é analisado e, principalmente, problematizado, com o quê, ao final, encontramos características de uma representação do trabalhador brasileiro quanto as suas identidades, atividades e ambiente de trabalho potencialmente prejudicial a este sujeito, sendo precisamente esta a tese que aqui defendemos. Da sintetização dessas características, construímos categorias para interpretação da análise de nosso objeto empírico.

É o que fazemos na segunda parte desta tese, analisamos semioticamente nosso objeto empírico de estudo. Examinamos a representação dos trabalhadores brasileiros quanto a suas identidades, atividades e ambiente de trabalho em produtos audiovisuais de autoria dos órgãos governamentais ligados à atividade laboral, com finalidade de verificar se tais órgãos, nos audiovisuais analisados, midiaticamente ofertam uma representação oficial do trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial a esse sujeito, conforme a tese que construímos.

À guisa de introdução dessa problematização, iniciamos nosso percurso, com este primeiro capítulo vindouro, onde começamos a abordagem do panorama das identidades na pós-modernidade. Inicialmente apresentamos uma abordagem teórica tradicional da noção de identidade, mas a qual consideramos precisa ser atualizada através de um viés que cremos ser obrigatório na contemporaneidade, o contido na noção de mediatização.

## CAPÍTULO I – IDENTIDADE, COMUNICAÇÃO E MIDIATIZAÇÃO

Gostaríamos de, aqui, brevemente, com objetivo de facilitar um mapeamento do trajeto que trilhamos neste capítulo, adiantar o percurso que traçamos à frente. Esta é uma metodologia que adotamos durante todo este trabalho, a produção de um texto inicial, que explica o que é feito em cada segmento, e de um texto final, que avalia o segmento findo e direciona o segmento subsequente.

Destarte, com este primeiro capítulo, além de iniciarmos a problematização de nosso objeto teórico de estudo, apresentando inicialmente uma abordagem teórica mais tradicional da noção de identidade (tradicional no sentido de estar, em nossa avaliação, em certo sentido, desatualizada), para em seguida atualizá-la pelo viés da noção de midiatização, sustentamos a inserção do tema de estudo na área de concentração *comunicação midiática* e na linha de pesquisa *mídias e identidades contemporâneas*, por nós elegidas para desenvolvê-lo.

O capítulo é composto por dois subcapítulos, no primeiro deles, *Comunicação como relação: identidade é um objeto comunicacional*, apresentamos uma abordagem que consideramos mais tradicional da noção de identidade. Este subcapítulo não tem o objetivo de definir o modo como entendemos a noção de identidade, mas apenas de introduzir o debate teórico que tal noção propiciou na literatura. Dessa forma, alguns conflitos de definições ou termos estão aqui presentes. O panorama teórico apresentado acerca da noção de identidade nos permite, ao fim deste subcapítulo, afirmar que o objeto *Identidade* é pertencente, entre outros campos teóricos, também ao campo epistemológico da *Comunicação*.

Já no segundo subcapítulo, *Comunicação como tecnointeração: as identidades midiatizadas são um objeto da comunicação midiática*, atualizamos panorama teórico inicialmente apresentado através da noção de midiatização, o que nos conduz a outro patamar de compreensão da noção de identidade, o qual, esse sim, é adotado para a continuidade deste trabalho. Com ele, ao fim, é que afirmamos a atual pertinência do objeto *Identidade* ao subcampo epistemológico da *Comunicação Midiática*.

## 1.1 COMUNICAÇÃO COMO RELAÇÃO: IDENTIDADE É UM OBJETO COMUNICACIONAL

Aqui, visando indicar o panorama teórico mais tradicional da noção de identidade, inicialmente apresentamos algumas definições dessa noção. O entendimento da noção de identidade suscita a necessidade de conhecimento de outras noções (significado, papéis, cultura, representação), as quais, de uma forma mais reduzida, comentamos. Feito isso, passamos à apresentação da abordagem de entendimento da noção de identidade dos Estudos Culturais, da constituição de identidade a partir da diferença, a qual inicialmente exploramos em função de (1) a considerarmos como um dos entendimentos mais simplificados da noção de identidade e (2) por, em função dessa simplicidade, considerarmos esse como o entendimento por excelência do pensamento representativo ligado à noção de identidade.

Prosseguimos, então, com a exposição de parte da teoria da comunicação de Peruzzolo (2006), a qual entende a noção de comunicação como, fundamentalmente, uma relação com a alteridade. Finalizamos este segmento com a proposição argumentativa de uma relação lógica possível de ser estabelecida entre as posições que apresentamos: o entendimento da constituição de identidades a partir da diferença e a perspectiva da comunicação como encontro com o outro. Tal proposição argumentativa afirma que o objeto *Identidade* é pertencente, entre outros campos, também ao campo epistemológico da *Comunicação*.

\*\*\*

Podemos entender *identidade*, através de um viés semiológico, como o conjunto de marcas que estrutura o modo como os indivíduos são e, ao mesmo tempo, o conjunto de senhas pelas quais esses mesmos indivíduos se deixam identificar e se identificam; dessa forma, definimos identidade tanto no intercâmbio entre as crenças e construções simbólicas quanto na dinâmica das trocas (BARICHELLO, 2002). Castells (2006, p. 22-23) entende *identidade* como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qua(l)(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significados”. E, significado, como “a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator”.

Baseada em Castells, Barichello (2002) afirma que são possíveis identidades múltiplas, para um indivíduo ou para um ator coletivo, e que essa multiplicidade é uma fonte de tensão e contradição; logo, identidades múltiplas podem ser vistas em ações sociais ou em auto-

representações. Observa, ela, que Castells, em função disso, diferencia *identidade* e *papel*, propondo a noção de *identidade* como fonte de significado de maior importância, em função do processo de autoconstrução e individuação que envolve: identidades organizam significados e papéis organizam funções.

Para Castells (2006, p. 23), os papéis “(por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, [...]), são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade”; já identidades, “constituem fontes de significados para os próprios atores, [são] por eles originadas, e constituídas por um processo de individuação”. Ele afirma que, de um ponto de vista sociológico, “toda e qualquer identidade é construída”, e também que

a construção de identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de espaço/tempo (CASTELLS, 2006, p. 23).

Nesse sentido, observamos uma crescente importância da mídia na construção das identidades hodiernas. Percebemos uma suplantação, uma sobrepujança da mídia em relação a esses referenciais mais tradicionais que Castells enumera. Desse pressuposto, que é a identificação de um novo panorama no que se refere às identidades, derivam algumas consequências, as quais serão expostas no decorrer deste texto. São elas que possibilitam e/ou sustentam o argumento que aqui estamos propondo: de que *identidade* é um objeto de pesquisa pertencente ao campo da *comunicação*, em especial ao subcampo da *comunicação midiática*; que, se não é exclusivo a esse campo, também não pode ser estudado, contemporaneamente, sem que se considerem questões a ele relativas – ao domínio midiático. Entretanto, julgamos necessário explorar em maior profundidade a noção de identidade, ainda de forma isolada, antes melhor abordá-la no contexto do domínio supracitado.

Ronsini (2007) afirma que, quando se fala de identidade, normalmente, se oscila entre falar de identidades sociais, quando é usada a perspectiva de Cardoso de Oliveira<sup>4</sup>; de

---

<sup>4</sup> Acreditamos que não estamos diante do caso do uso da expressão latina “apud”. Assim entendemos, pois Ronsini cita Cardoso de Oliveira de forma indireta, o que faz com que não tenhamos a possibilidade de conferir precisão quanto ao que é de propriedade de Ronsini e o que é de propriedade de Cardoso de Oliveira nos conteúdos. Nestes casos, usamos como metodologia a indicação, em nota de rodapé, da obra citada pelo autor que consultamos. Acreditamos que assim possibilitamos o acesso a tal obra de quem por ela se interesse.

Na bibliografia de Ronsini (2007, p. 82): “CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidades, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.”

identidades culturais, quando se usa a perspectiva de Stuart Hall<sup>5</sup>; e de falar de identidades através de noções gerais de cultura e identidade, como fazem Renato Ortiz<sup>6</sup> e Nestor Garcia Canclini<sup>7</sup>. Cultura e identidade são categorias conceituais que, em uma certa perspectiva teórica, podem ser tomadas como muito próximas, uma vez que a noção *cultura* engloba o conjunto dos processos de significação. Garcia Canclini (2004, p. 34) define cultura como o “conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social”, onde *identidades* podem ser entendidas como as organizadoras dos significados. Nesse mesmo sentido, mas em um âmbito mais específico, Silveira (2001, p. 42) [grifo da autora] afirma ser responsabilidade da(s) identidade(s) “*produzir significados a partir de concreções retidas enquanto representações.*”

Temos, acima, a introdução de duas noções, *cultura e representação*, bastante amplas, uma vez que admitem diferentes definições a partir da linha teórica pela qual sejam abordadas. Julgamos que devem ser feitas breves considerações sobre elas, para avançarmos além do entendimento no nível do senso comum. Laraia (1986, p. 60-63), baseado em Keesing<sup>8</sup>, separa as teorias modernas que tentaram definir o termo *cultura* em dois diferentes conjuntos: as teorias que consideram a cultura como um sistema adaptativo e as teorias idealistas da cultura, que por sua vez se subdividem em três diferentes abordagens: a que considera a cultura como um sistema cognivo, a que considera a cultura como sistemas estruturais e a que considera a cultura como sistemas.

Segundo Laraia (1986, p. 63-64), Geertz afirma que a cultura não se define por “um complexo de comportamentos concretos, mas por um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas; regras, instruções (que os técnicos de computador chamam programa) para governar o comportamento”<sup>9</sup>. Metaforicamente, “todos os homens são geneticamente aptos a receber um programa, e este programa é o que chamamos cultura”. Exemplifica dizendo: “uma criança está apta ao nascer a ser socializada em qualquer cultura existente. Esta amplitude de possibilidades, entretanto, será limitada pelo contexto real e específico onde de fato ela nascer”.

---

<sup>5</sup> Na bibliografia de Ronsini (2007, p. 84): “HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.”

<sup>6</sup> Na bibliografia de Ronsini (2007, p. 85): “ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.”

<sup>7</sup> Na bibliografia de Ronsini (2007, p. 82): “GARCIA CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas*. São Paulo. Edusp, 1997a.”

<sup>8</sup> Na bibliografia de Laraia (1986, p. 114): “KEESING, Roger. ‘Theories of culture’. *Annual Review of Anthropology*, Vol. 3. Palo Alto, California.”

<sup>9</sup> Na bibliografia de Laraia (1986, p. 113): “GEERTZ, Clifford. ‘A transição para a humanidade’, *in* Sol Tax (org.), *Panorama da antropologia*. Rio, Fundo da Cultura, 1966.”

Já para Schneider<sup>10</sup>, ainda segundo Laraia, “cultura é um conjunto de símbolos e significados. Compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modo de comportamento”.

Quando estabelecemos uma relação entre as noções de identidade e cultura, podemos observar que, segundo Ronsini (2007), tais noções apresentam como semelhança os fatos de ambas serem construções simbólicas, ambas falarem de um pertencimento em relação a um referencial, e de ambas estarem imbricadas com a vida cotidiana e com a estrutura social. Essa mesma autora afirma que podemos fazer a seguinte relação entre essas noções: a cultura organiza identidades e identidades organizam os significados. Dessa forma, ela define *identidade* como

os processos simbólicos de pertencimento em relação a referentes variados como cultura, nação, classe, grupo étnico ou gênero. Tais referentes dizem respeito a aspectos objetivos como posição do sujeito na estrutura social e a aspectos subjetivos ou discursivos que os atores utilizam para incluírem-se/excluírem-se na estrutura social (RONSINI, 2007, p. 65-66).

Entendemos aqui, no contexto da noção de mediação, a qual exploramos à frente, que fala de um Homem e de uma sociedade mediados, que a mídia cada vez mais atua como um referencial para o indivíduo que calca sua identidade. A mídia, na maioria das vezes, apresenta para o indivíduo, de forma incontestável, o estado-de-ser dos outros referenciais. Ela assumiu, nos dias de hoje, a posição de maior propagadora da cultura para a grande maioria dos sujeitos em função de sua inserção nos cotidianos. O processo de propagação de cultura outrora dependia em grande parte da interação presencial entre as pessoas, mas, a partir de certo momento, praticamente a dispensa, pois conta com esse poderoso instrumento de irradiação. É a mídia quem expõe as características que poderão ser reproduzidas. É ela quem apresenta os diferentes modos-de-ser no mundo, alguns dos quais serão adotados pelo sujeito para compor sua identidade.

A partir disso, entendemos que a mídia opera como uma espécie de referencial secundário, pois seu modo de operar é expor ou possibilitar que se exponham<sup>11</sup> os outros (primários), caracterizando-os, dentro de certos limites, à sua maneira. Dessa forma, observamos esse referencial secundário como o mais poderoso ou influente dos referenciais, justamente em função de que a legitimação da maioria dos outros referenciais precisa agora necessariamente passar por ele.

---

<sup>10</sup> Na bibliografia de Laraia (1986, p. 115): “SCHNEIDER, David. *American Kinship: A Cultural Account*. Nova Jersey, Prentice Hall, 1968.”

<sup>11</sup> No sentido de tornar público.

Para que possamos mais aprofundadamente apresentar tal entendimento, acreditamos que é muito importante que se precise, na medida do possível, o que se quer dizer com *representação*, uma vez que a tentativa de definição da noção de identidade, da forma como ela foi historicamente abordada no Ocidente, passa necessariamente pela tentativa de definição dessa outra noção. Pesavento (1998, p. 19) coloca que, para entender o que se quer dizer com *representação*, é preciso tomar como pressuposto que esse termo comporta uma relação ambígua, entre presença e ausência, pois, *representação*, “é a presentificação de um ausente, que é dada a ver por uma imagem mental ou visual que, por sua vez, suporta uma imagem discursiva”. Então, a *representação* enuncia algo distante no tempo e no espaço, e estabelece uma relação de correspondência entre o que está ausente e o que está presente, que é diferente do mimetismo puro e simples. Ou seja,

as representações do mundo social não são o reflexo do real nem a ele se opõem de forma antitética, numa contraposição vulgar entre imaginário e realidade concreta. Há, no ato de tornar presente o ausente, a construção de um sentido ou de uma cadeia de significações que permite a identificação. Representar, portanto, tem o caráter de anunciar, ‘pôr-se no lugar de’, estabelecendo uma semelhança que permita a identificação e reconhecimento do representante como representado (PESAVENTO, 1998, p 19).

Chartier (1990), argumenta que, para poder identificar o modo como, em diferentes lugares e diferentes momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada ou lida, são necessárias classificações, divisões e delimitações que organizem a apreensão do mundo social em categorias fundamentais de percepção e apreciação do real. Essas categorias fundamentais são variáveis conforme a classe social ou meio intelectual e são produzidas pelas disposições estáveis, e partilhadas, próprias do grupo. Essas classificações, divisões e delimitações são os esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras com as quais o presente adquire sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço pode ser decifrado. Essas figuras são as representações do mundo social e essa organização da realidade é a forma como elas se constroem: elas aspiram à universalidade. Contudo, sempre são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, não são discursos neutros, pois delas derivam estratégias e práticas sociais. A noção de *representação*

[...] permite articular três modalidades de relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns «representantes» (instâncias coletivas ou pessoas

singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou comunidade (CHARTIER, 1990, p. 23).

Dessa forma, poderíamos dizer que a(s) identidade(s) parte(m) de um sistema articulado de ideias e imagens de representações coletivas, estabelecendo uma existência social distinta que se afirma no plano do imaginário, a qual se traduz em práticas sociais efetivas, legitimadoras dessas representações. Ela é um processo ao mesmo tempo individual e coletivo, onde cada um se define em relação a um “nós”, em detrimento de um “outros” (PESAVENTO, 1998).

Pertinente também é a noção proposta por Silveira (2002, p. 11-13), ao falar especificamente de *representações midiáticas*<sup>12</sup>, quando introduz a noção de representação no interior do campo midiático, caracterizando as representações como uma forma atual de difundir e fixar a memória. Formações culturais sintéticas que são, as representações midiáticas são consequências dos mecanismos que as tornam concretas.

O termo *mediáticas* indica que estão acessíveis a um grande número de pessoas, em função da grande inserção que os meios de comunicação de larga escala possuem. A origem da representação está na ação transitiva de um sujeito que, ao perceber um objeto, dele constrói uma imagem. Silveira pondera que tanto o processo (a ação de criar uma imagem, de produzir uma reprodução de um original, ou seja, sua qualidade imediata) quanto o produto (a imagem em si, a reprodução mesma, ou seja, sua qualidade mediata) de tal ação são chamados de representação.

Assim como Pesavento (1998), Silveira (2002, p. 16) entende que as representações buscam substituir a presença na ausência; contudo, vai além e propõe que também buscam “recuperar e instaurar uma ordem vinda do passado, o que tem implicações na representação do porvir”. Baseada em Henry Lefebvre<sup>13</sup>, Silveira (2002, p. 20) afirma que “o mundo das representações substituiu todos os referentes das tradições através da linguagem e do discurso”. Não podendo deixar de se considerar que, no ocidente, “as representações vêm prevalecendo sobre os mitos e símbolos e, inclusive, sobre as lendas religiosas”.

Reforça-se o que dissemos anteriormente, pois, ainda nas palavras de Silveira (2002, p. 20), “as igrejas, assim com as outras instituições clássicas (a família, o Estado-Nação, a escola), têm perdido a função que tiveram antigamente”. Entendemos tal fato como uma consequência

---

<sup>12</sup> As quais são as que efetivamente interessam nos termos do que este trabalho se propõe a fazer.

<sup>13</sup> Na bibliografia de Silveira (2002, p. 32): “LEFEBVRE, H. **La presencia y La ausencia. Contribución a La teoría de las representaciones**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.”

do modo de funcionamento da mídia enquanto referencial secundário<sup>14</sup> a partir de onde calcam-se as identidades. Consideramos que as instituições clássicas têm perdido o privilégio que tiveram na função específica de oferecer as matrizes identitárias para a identificação e conseqüente estabelecimento das identidades para uma instituição em particular, a mídia. As identidades continuam a ser calcadas nesses referenciais clássicos, mas eles não são mais percebidos diretamente, como dissemos acima, agora o são indiretamente, por intermédio da mídia, e estão suscetíveis à caracterização que essa lhes impõe.

Trazemos à cena, então, algumas categorias que possibilitam operacionalizar o funcionamento da noção de identidade, pois, afirma Ronsini (2007, p. 66), em relação a uma identidade coletiva, grupal, que se pode dizer que as identidades têm um modo de operar, o qual pode ser entendido através do conhecimento de quatro de suas características: (1) As identidades são políticas, “os processos sociais envolvidos na formação e manutenção da[s] identidade[s] são determinados pela estrutura social (Berger e Luckmann, 1994, p. 228)<sup>15</sup>, de forma que quanto mais subalterno é o grupo, maior é a dificuldade em legitimar ou expressar sua[s] identidade[s]”; (2) as identidades são *contrastivas*, elas “não pode[m] ser definida[s] em termos absolutos, mas pela relação contrastiva com outros grupos, a definição de um ‘nós’ implica o contraste com ‘outros’ (Cardoso de Oliveira, 1976, p. 5)<sup>16</sup>”; (3) as identidades são circunstanciais, elas são utilizadas “pelo grupo ou pelo indivíduo nas relações sociais de modo a preservar certos interesses em jogo”; e, (4) as identidades são discursivas, elas envolvem “um conjunto de representações, ideologias e estigmas que são narrados e imaginados”.

No âmbito do objetivo que temos aqui, gostaríamos de destacar a segunda característica atribuída por Ronsini (2007), a partir dos autores que podem ser vistos no parágrafo acima, às identidades: serem contrastivas. Esse atributo nos permite pensar sobre sua constituição. Nesse sentido, é interessante considerar a proposição de Silva (2000, p. 74): a de que identidades estabelecem-se na diferença. Afirma ele que identidade *parece* ser simplesmente aquilo que se é, “uma positividade ('aquilo que sou'), uma característica independente, um 'fato' autônomo”. Sou gaúcho, sou homem, sou mulher, “sou brasileiro”; por exemplo. Já a diferença, em oposição, igualmente aparece como uma característica independente: “aquilo que o outro é”. Ele é carioca, ela é mulher, ele é homem, ela é brasileira; por exemplo. Identidade e diferença,

---

<sup>14</sup> Secundário apenas no sentido de seu mecanismo de funcionamento, mas não quanto a suas possibilidades de ação.

<sup>15</sup> Na bibliografia de Ronsini (2007, p. 82): “BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.”

<sup>16</sup> Na bibliografia de Ronsini (2007, p. 82): “CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidades, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.”

se assim concebidas, hipotetiza Silva, aparentam, cada uma, ter apenas ela mesma como referência a si, apresentando-se como autocontida, autorreferente, algo que só remete a si, que simplesmente existe.

Não é difícil, contudo, entender a relação de estreita dependência que existe entre elas, afirma Silva (2000, p. 74), proposição que evidencia a impropriedade da perspectiva anterior. É “apenas a forma afirmativa como expressamos identidades que tende a esconder essa relação”. Quando dizemos, por exemplo: “sou brasileiro”. Há a aparência de que “estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma”. Todavia, tal afirmação só necessita ser feita pela razão de que outros não são brasileiros. Reforça Silva (2000, p. 75): “Em um mundo imaginário, totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido”. Como exemplo, o autor traz a raridade das vezes que precisamos afirmar que somos humanos.

Afirmar *ser brasileiro* faz parte, na realidade, de uma longa cadeia de negações, “de expressões negativas de identidade, de diferença”; pois, no interior da afirmação da brasilidade, podemos entender: “‘não sou argentino’, ‘não sou chinês’, ‘não sou japonês’ e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável”. Assim, “Sou brasileiro” funciona como uma simplificação para evitar pronunciar todas as negativas que essa pequena oração comporta. O mesmo vale para as afirmações sobre diferença, elas “só fazem sentido se forem compreendidas em sua relação com as afirmações sobre identidade”. “Ela é chinesa”, “ela é japonesa” ou “ela é argentina” fazem subentender que “ela não é brasileira”, ou seja, “que ela não é o que eu sou”, o que possibilita dizer que: “as afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades”. Dessa forma, identidade e diferença mostram-se inseparáveis. Em resumo, geralmente,

consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos. Por sua vez, na perspectiva que venho tentando desenvolver, identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas. Numa visão mais radical, entretanto, seria possível dizer que, contrariamente à primeira perspectiva, é a diferença que vem em primeiro lugar. Para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual *tanto* a identidade *quanto* a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença – compreendida agora como ato de diferenciação (SILVA, 2000, p. 75-76).

Gostaríamos de enfatizar que na perspectiva de Silva (2000), mais comumente conhecida como a perspectiva dos Estudos Culturais, já está presente o entendimento de que *a noção de identidade minimamente comporta dois elementos*, a partir de onde se dá, segundo

ele, a diferenciação. Acrescentamos a essa perspectiva o seguinte entendimento: já que a diferenciação, para a conseqüente identificação, sempre envolve, como referência, um *outro*, diferente de si, o reconhecimento desse *outro* como tal (como diferente de si), ocorre (só pode ocorrer) por meio da *relação de Comunicação*, forma através da qual há troca de sentidos entre duas ou mais pessoas.

Entendemos que a Comunicação é, antes de tudo, uma relação. Assim igualmente a entende Peruzzolo (2006, p. 44), em quem nos apoiamos. Para ele, o fenômeno da comunicação deve ser entendido como “uma relação no jogo de encontro com a alteridade”, onde “a comunicação se faz por um meio, que é justamente representar aquilo que se quer comunicar”. Portanto, a representação, que se dá através da linguagem, é que marca a especificidade da relação de comunicação:

nem toda relação é comunicação, mas toda comunicação é relação. A relação tem uma amplitude lógica maior que a comunicação. Essa relação de comunicação tem um componente específico que é ser operada por uma matéria, que subentende as representações dos comunicantes. [...] Comunicar, no nível humano, é estabelecer uma relação entre uma pessoa e outra através de um meio material, comumente chamado mensagem, que subentende as representações do sujeito comunicante. Logo, o que faz com que uma relação seja relação de comunicação é representar como meio de comunicar (PERUZZOLO, 2006, p. 44-45).

Sobre tais concepções, Peruzzolo (2006, p. 45) pondera que a mensagem configura-se como “um pacote de representações”, o qual cumpre a função “de ponto de passagem para as significações sociais”, ao que completa:

essas materializações são o meio de comunicar, um fluxo, que faz a relação de dizer, de projetar, de ver, de gesticular, etc. e subentender as representações dos comunicantes, isto é, uma relação com aquilo que se mostra e com aquele que se mostra. Então, no nível da representação, eu me relaciono com a linguagem que é o meio de representar; linguagem essa que organiza e representa aquilo que quero mostrar para chegar ao outro, mas que também constrói o outro como termo da relação de comunicação.

Este é um entendimento da Comunicação enquanto processo relacional, que atenta mais para o indicativo de seu fluxo do que para sua definição e que é anterior ao processo técnico a partir do qual frequentemente a vemos ser abordada. É um entendimento do fenômeno da comunicação em função da formulação mínima, mas essencial, do que é comunicação, entendido no limiar do cultural (PERUZZOLO, 2006, p. 52).

Postos tais considerações teóricas, podemos estabelecer uma relação lógica. Se, como defende a perspectiva de entendimento dos Estudos Culturais, *a constituição de identidade se faz a partir da diferença* (enquanto processo, enquanto diferenciação), o que necessariamente envolve um outro (diferente de si) onde é percebida, reconhecida, constituída essa diferenciação, e, se a comunicação é uma *relação no jogo de encontro com a alteridade*; então, *a comunicação é uma condição necessária à constituição de toda e qualquer identidade*, pois é através da relação de comunicação que o próprio processo de diferenciação ocorre. Dessa forma, podemos dizer que na base da constituição da(s) identidade(s) está a comunicação. Por essa razão, igualmente podemos afirmar que *Identidade* é um objeto de pesquisa possível de ser estudado no interior do campo epistemológico da *Comunicação*, desde que abordado a partir de um viés comunicacional.

Este panorama teórico que acabamos de apresentar representa o entendimento mais tradicional acerca da noção de identidade. Em que pese muitas de suas proposições continuem plenamente adequadas, entendemos que este panorama precisa ser atualizado pelo viés da noção de mediação, com o que algumas delas resultam redefinidas. Promover essa atualização em razão do contexto em que vivemos é ao que nos dedicamos a fazer no próximo subcapítulo.

## 1.2 COMUNICAÇÃO COMO TECNOINTERAÇÃO: AS IDENTIDADES MIDIATIZADAS SÃO UM OBJETO DA COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA

Apresentado o panorama mais tradicional de entendimento acerca da noção de identidade, agora, conforme anunciamos, promovemos a atualização deste panorama no sentido que julgamos necessário, o da noção de midiaticização. Para isso, inicialmente apresentamos a “Antropológica do Espelho”, teoria da comunicação de Muniz Sodré onde debatemos as consequências do surgimento das “neotecnologias de informação”, que introduzem as categorias “tempo real” e “espaço virtual”, as quais nos conduziram a outros regimes de visibilidade pública. Derivam daí as noções de *medium*, *ethos* midiaticizado e 4º *bios*, que produzem a tecnocultura, base para que nossa sociedade possa ser definida, agora, como midiaticizada.

Finalizamos este segmento, e com ele este capítulo, com a expansão da proposição que anteriormente fizemos. A adição das noções que compõem a teoria da comunicação de Sodré, baseada na emergência do fenômeno da midiaticização, nos possibilita afirmar a atual pertinência do objeto *Identidade* ao subcampo epistemológico da *Comunicação Midiática*. Com isso, contamos com um panorama de abordagem teórica da noção de identidade que consideramos atualizado, o qual adotamos para o prosseguimento deste trabalho.

\*\*\*

Intimamente relacionado ao que dissemos no subcapítulo anterior, atualmente podemos pensar que a mídia faz surgir uma nova qualificação da vida, pois ela cria uma outra eticidade (os costumes, as condutas, as cognições e os sensorialismos), estetizante e vicária. Ela cria um *bios* (um gênero de existência) virtual. Um novo tipo de formalização da vida social, que implica uma outra dimensão da realidade, novas formas de perceber, pensar e avaliar o real. Possibilitadas pelos avanços da ciência, as “neotecnologias da informação” inserem as categorias do “*tempo real* (comunicação instantânea, simultânea e global) e do *espaço virtual* (criação, por computador, de ambientes artificiais e interativos)”, que tornam ““compossíveis’ outros mundos, outros regimes de visibilidade pública” (SODRÉ, 2002, p. 16).

As informações que antes eram *representadas* ao receptor “numa forma isenta da sua dinâmica ou de seu fluxo original” tinham como “principais recursos de linguagem a palavra e o discurso”. Essas mesmas informações, com a constituição do *campo do audiovisual*, passaram

então a ser *reapresentadas* ao receptor, e esse passou a acolher o mundo em seu fluxo por meio de, segundo Sodré (2002, p. 16), uma

simulação de um tempo vivo ou real, na verdade uma outra modalidade de representação, que supõe um outro espaço-tempo social (imaterialmente ancorado na velocidade do fluxo eletrônico), um novo regime de representação social e, por certo, um novo regime de visibilidade pública. Fala-se, por conseguinte, de *simulação*, quer dizer, da existência de coisas ou de fatos gerados por técnicas analógicas (ondas hertzianas, transmissão por cabo).

Com o advento do computador, a simulação *digitaliza-se* e daí decorre a conformatação que se pode ver hodiernamente na tecnocultura, “uma cultura da simulação e do fluxo, que faz da ‘representação apresentativa’ uma nova forma de vida”, onde “saber e sentir ingressam em um novo registro, que é o da possibilidade de sua exteriorização objetivante, de sua delegação a máquinas” (SODRÉ, 2002, p. 17-18). Essa mudança produz um enorme impacto sobre o “mundo do trabalho e sobre a cultura”, ela transforma “velozmente a vida das pessoas”. Nesse sentido, é largo

[...] o espectro das transformações sociais. Muda, por exemplo, a natureza do espaço público, tradicionalmente animado pela política e pela imprensa escrita. Agora, formas tradicionais da representação da realidade e novíssimas (o virtual, o espaço simulativo ou telereal da hipermídia) interagem, expandindo a dimensão tecnocultural, onde *se constituem e se movimentam novos sujeitos sociais* (SODRÉ, 2002, p. 19, grifo nosso).

A sociedade contemporânea é regida pela *mediatização*, uma tendência à virtualização (telerrealização) das relações humanas, a qual está presente tanto na articulação do variado funcionamento institucional quanto em certas pautas individuais de conduta para com as tecnologias da comunicação. A elas (às novas tecnologias de informação) se deve a multiplicação das tecnointerações setoriais. A mediatização é uma ordem de mediações sociais, onde a comunicação é entendida como processo informacional, influenciada pelo mercado, que tem como principal tipo de interação a *tecnointeração*, “caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *médium*” (SODRÉ, 2002, p. 21). Sodré afirma que o espelho é a prótese primitiva que mais se assemelha ao médium contemporâneo, pois ele traduz reflexivamente (espelha, retrata) o mundo sensível; ele fecha, em sua superfície, tudo aquilo que reflete.

O médium contemporâneo *simula* o espelho, mas não simulará nunca um reflexo puro, uma vez que é um condicionador ativo daquilo que deseja refletir. Sodré (2002, p. 21-22) afirma que o médium é um “dispositivo cultural historicamente emergente”, neste momento em que

“o processo da comunicação é técnica e industrialmente redefinido pela informação”, num regime “posto quase que exclusivamente a serviço da lei estrutural do valor, o *capital*, e que constitui propriamente uma nova *tecnologia societal* (e não uma neutra ‘tecnologia da inteligência’) empenhada num outro tipo de hegemonia ético-política”. Médium, tomado como prótese (extensão),

[...] não designa algo separado do sujeito, à maneira de um instrumento manipulável, e sim a *forma* tecnointeracional resultante de uma extensão especular ou espectral que se habita, como um novo mundo, com nova ambiência, código próprio e sugestões de conduta. Isso equivale a dizer que essa forma é que não se pode instrumentalizar por inteiro, isto é, objetivá-la socialmente como um dispositivo submetido a um sujeito, **por ser uma entidade capaz de uma retroação expropriativa de faculdades tradicionalmente atinentes à soberania do sujeito, como saberes e memória** (SODRÉ, 2002, p. 22, grifo do autor em itálico, grifo nosso em negrito).

Dessa forma, as próteses midiáticas devem ser agora tomadas como uma “metáfora intelectual” de um novo ordenamento cultural da sociedade, onde não mais são “reflexos e máscaras de uma realidade referencial”; são agora “simulacros auto-referentes, embora político-economicamente a serviço de um novo tipo de gestão da vida social”. Na representação (no espelhamento) de parte da mídia tradicional, também dita “linear”, como o cinema e a televisão, por exemplo, “há ainda um efeito irradiado do referente externo”, agora, nos ambientes digitais da nova mídia “o usuário pode ‘entrar’ e mover-se, graças à interface gráfica, trocando a representação clássica pela vivência apresentativa” (SODRÉ, 2002, p. 21-22).

O espelho midiático constitui-se, assim, não como uma simples cópia, reprodução ou reflexo, pois implica nova forma de vida, pois implica “um novo espaço e modo de interpelação coletiva dos indivíduos”, o que provoca “*outros parâmetros para a constituição das identidades pessoais*”; ele dispõe de “um potencial de transformação da realidade dos indivíduos”. O espelho midiático é uma “*forma condicionante da experiência vivida*, com características particulares de temporalidade e espacialização”, mas, conforme em outros termos anteriormente afirmamos, o espelho midiático somente condicionará na medida em que estiver aberto a “permeabilizações e hibridizações com outras formas vigentes no real-histórico” (SODRÉ, 2002, p. 22, grifos nossos). De fato, trata-se

[...] de uma afetação de formas de vida tradicionais por uma qualificação de natureza informacional [...] cuja inclinação no sentido de configurar discursivamente o funcionamento social em função dos vetores mercadológicos e tecnológicos é caracterizada por uma prevalência da forma (que alguns autores preferem chamar de ‘código’; outros, de ‘meio’) sobre os conteúdos semânticos (SODRÉ, 2002, p. 22).

Resulta que, atualmente, temos uma mediação social tecnologicamente exacerbada: a midiaticização. Sodré (2002) afirma que, desde o pós-guerra, altera es nos costumes, crenças, afetos e, até mesmo, na estrutura a das percep es vêm ocorrendo, e que, agora, esse processo está se perfazendo com a integra a entre os mecanismos clássicos da representa a e os dispositivos do virtual. A no a de midiaticiza a refere-se, especificamente,   hibridiza a entre as múltiplas institui es (formas até certo ponto estáveis de rela es sociais vinculadas a objetivos humanos globais) e organiza es de m dia (fazeres com objetivos unicamente mercadológicos e tecnológicos). Ela implica um novo modo para o sujeito de estar-no-mundo, em uma qualifica a particular da vida, um *bios* específico, se tomarmos como referência a classifica a de Aristóteles para as formas de vida.

Aristóteles, a exemplo de Platão, distingue três g neros de existência (*bios*) na *Polis*, a vida contemplativa, a política e a prazerosa. Cada qual   um gênero qualificativo, um âmbito onde se desenrola a existência humana, segundo Sodré (2002). A vida de negócios não constituía nenhum *bios* específico, pois era, no entender de Aristóteles, motivada por algo a mais (além do Bem e da Felicidade), o que a caracterizava como violenta. Mas, examinando as práticas dos dias de hoje, a partir da classifica a aristotélica, compartilhamos a posi a de Sodré (2002, p. 25), de que a midiaticiza a pode ser pensada como uma “tecnologia de sociabilidade ou um novo *bios*, uma espécie de *quarto âmbito* existencial, onde predomina a esfera dos negócios, com uma qualifica a cultural própria, a ‘tecnocultura’”.

Sodré (2002) pondera ainda que a linguagem não tem como única fun a designar a realidade, ela principalmente a produz. E, a média, a exemplo da antiga retórica,   uma técnica política de linguagem, politizada para requalificar a vida social, atingindo desde atitudes e costumes até crenças religiosas, a serviço da tecnologia e do mercado. A tecnocultura, constituída por mercado e meios de comunica a,

[...] implica uma transforma a das formas tradicionais de sociabiliza a, além de uma nova tecnologia perceptiva e mental. Implica, portanto, um *novo tipo de relacionamento do indivíduo com referências concretas* ou com o que se tem convencionalmente designado como verdade, ou seja, uma outra condi a antropológica (SODRÉ, 2002, p. 27, grifo nosso).

Progredindo com o raciocínio, observamos que o próprio indivíduo torna-se suscetível de converter-se em realidade midiática. Ele   o núcleo de muitas tecnointerac es e acaba por tornar-se “imagem e *médium* (análogo ao *self-médium* da realidade virtual) e investe-se, por uma espécie de imersão virtual na esfera significativa, das regras do código de visibilidade pública vigentes no momento, tornando-se boa ‘cara de vitrine’”. A imagem pública, aqui, não

é a representação técnica audiovisual de um referente humano, é “um simulacro verossímil ou crível. É a realidade tecnocultural de uma aparência, de uma sombra” (SODRÉ, 2002, p. 37).

Então, ser uma imagem pública, um signo icônico, significa para o indivíduo realizar-se como uma forma acabada e abstrata da relação humana, mediada pelo mercado, ou seja, existir como um indivíduo irreal, rele suporte para signos que representam uma realidade instituída somente como mercadoria (SODRÉ, 2002). Nesse contexto, julgamos ser interessante trazer à cena o conceito de *ethos* que diz respeito ao “espaço disposto para a realização ou para a ação humana, forma organizativa das situações cotidianas”. O *ethos* é o objeto da ética, dele ressoa o sentido de habitar, pois é a morada das condições, das normas, dos atos práticos que o sujeito frequentemente executa e aos quais se acostuma; dele também se apreende o sentido do termo *caráter*, a *imagem moral* que o *orador* constitui discursivamente para o público (SODRÉ, 2002, p. 45). De uma forma ampla, o

*ethos* é a *consciência* atuante e objetivada de um grupo social – onde se manifesta a compreensão histórica do sentido de existência, onde têm lugar as interpretações simbólicas do mundo – e, portanto, a **instância de regulação das identidades individuais e coletivas**. Costumes, hábitos, regras e valores são os materiais que explicam a sua vigência e regulam, à maneira de uma ‘segunda natureza’ (como estatui um aforisma popular a respeito do hábito), o senso comum (SODRÉ, 2002, p. 45, grifis do autor em itálico, grifo nosso em negrito).

Intimamente relacionado ao conceito de *ethos* está o de *eticidade*, a ética social imediata, a forma de vida de um grupo social específico, a prática do *ethos*. Entendemos que Sodré (2002) pensa o *ethos* de uma pessoa ou grupo como a forma como agem, a ação rotineira a qual implica continência, que por sua vez define a vida por um jogo aleatório de carências e interesses; faz oposição ao que se apresenta como necessário, como dever-ser. Sobre a eticidade midiática que vemos hoje, o mesmo autor afirma que

a midiática da sociedade oferece a perspectiva de um eticismo vicário ou paralelo, atravessado por injunções da ordem de ‘ter de’ e ‘dever’ e suscetível de configurar uma circularidade de natureza moral, fundamentada pela tecnologia e pelo mercado (SODRÉ, 2002, p. 50).

Essa eticidade injuntiva exalta o desejo individual com objetivo de capturá-lo “em nome da qualificação existencial orientada pelo mercado”, onde “consumo e moralidade passaram a equivaler-se” e “chamar a atenção, atrair e manter sobre si mesmo o olhar do outro, converte-se em valor moral” (SODRÉ, 2002, p. 50-51). O espelho midiático, repleto de técnicas de verossimilhança naturalista “[como, por exemplo] a clonagem do mundo, seja por imagens cinematográficas e televisivas, seja pela visualidade computacional das redes) é, em si mesmo,

gerador de um novo tipo de controle moral, publicitário-mercadológico” (SODRÉ, 2002, p. 52-53).

Contudo, essa prescrição moral-midiática é difusa, sem linearidade discursiva ou regulamentação explícita. É uma situação carente de regra de juízo estável, incapaz de solucionar um problema, muito próximo ao que Lyotard<sup>17</sup> chama *diferendo*, informa Sodré (2002, p. 53-54), onde a prescri o moral-midiática apresenta semelhanças “  lógica não-sequencial ou ‘caótica’ do hipertexto cibernético, diante do qual a postura cognitiva mais adequada ao usuário   a da ‘explora o’ interpretativa, em vez da dedu o de verdades”.

Sodré (2002, p. 54) recorre a Ver n<sup>18</sup> para caracterizar como *indiciário* o regime semiótico da média, uma vez que o  ndice “  um signo que não apresenta um significado universal e abstrato (linguístico), mas uma situa o apropriável no interior de um processo dinâmico de significa o”. Nessa ordem,

[...] os conceitos ficam em segundo plano [assim como o discurso argumentativo], dando lugar a posicionamentos subjetivistas caucionados por uma atmosfera sensorial, um gosto, oriundos do imaginário social e induzidos pela interpreta o situacional dos  ndices (SODRÉ, 2002, p. 54).

A moral da eticidade mercadológico-midiática   hedonista e sensualista, ou seja, nela, fica claro que, mais do que os juízos, são os afetos e as sensa es que presidem os jogos discursivos da moralidade. A eficiência

[...] da generaliza o dessa eticidade na sociedade tradicional   assegurada pela ilusão simulativa (nesta, tem-se a ‘sensa o’ de estar informado, por exemplo, pelo fato de estar ‘quase-presente’ ao acontecimento veiculado pela imagem) e pela retórica repetitiva, simplificadora e veloz das mensagens. O emocionalismo infantil da decorrente confunde-se com a informa o classicamente definida pela transmissão de conteúdos pertinentes   compreensão da realidade histórica (SODRÉ, 2002, p. 60).

Mas, para que não caiamos em uma perspectiva apocal tica<sup>19</sup>,   importante esclarecer que não defendemos que a m dia determina a realidade social e cultural, pensamos que ela a prescreve, ou melhor, que ela a ilumina. E, “  luz dessa ilumina o estetizante, que leva ao

<sup>17</sup> Na bibliografia de Sodré (2002, p. 54): “Lyotard, Jean-François. *Le Diff rend*. Minuit, 1983.

<sup>18</sup> Na bibliografia de Sodré (2002, p. 54): “Ver n, Eliseo. *Semiosis de lo ideológico y Del poder – La mediatizaci n*. Curso editado pela Oficina de Publicaciones del CBC, Universidad de Buenos Aires, 1995.”

<sup>19</sup> Pensamos que, aqui,   conveniente pontuar que não pretendemos nos inscrever na ordem dos juízos de valor. Não há inten o de classificar como “boa” ou “má” (ou outra posi o que dessa dicotomia derive) qualquer das asser es que venhamos a fazer.

agendamento eticista, pode-se entender as flutuações da ‘opinião pública’ diante de situações conjecturais” (SODRÉ, 2002, p. 61).

Pensamos que é interessante agora introduzir a noção de *eticismo*, proposta por Sodré (2002, p. 66-67), a qual refere-se à regularidade de injunções e diretivas jornalísticas, publicitárias e ficcionais que rotineiramente ocupam o tempo e o espaço, e assim configuram a repetição contingente do costume. Tais diretivas são moldadas pela mídia, discursivamente, a partir de “insumos ‘intertextuais’ oriundos de outras esferas de representação da vida social, como o Estado, os partidos políticos, os sindicatos, os educadores, os especialistas, etc. Pode-se falar em negociações estratégicas para essas modalizações”, nos moldes do que chamamos anteriormente de referenciais primários e secundários.

Dessa forma, a mídia “faz nascer” aquilo mesmo que ela ilumina, pois “a produção/reprodução imagística da realidade não se define, portanto, como mera instrumentalidade, e sim como princípio (ontológico) de geração de real próprio” (SODRÉ, 2002, p. 74). É daí que decorre socialização vicária realizada pela mídia, a qual pode ser caracterizada por sua

[...] capacidade de permear os discursos sociais e influenciar moral e psicologicamente a forma mental do sujeito metropolitano. *O que emerge das ruínas da velha identidade ‘moderna’ é uma nova identidade adaptável ao ethos contingente da tecnocultura* (SODRÉ, 2002, p.74, grifo nosso).

Neste contexto, descrito por Sodré (2002), predomina um universo democratizante, o qual se baseia em critérios de prazer e felicidade individual, um estímulo ao autocentramento egóico, característico do individualismo moderno; e uma redefinição da(s) identidade(s) pelos múltiplos *espelhos* da tecnocultura. Assim sendo, uma ação individual conveniente está na dependência do que acontece na mídia, ou seja, do reconhecimento narcísico no espelho.

\*\*\*

Acreditamos que, com o incremento da Teoria da Comunicação supra apresentada, resultante do surgimento das novas tecnologias de comunicação, cumprimos o objetivo que estabelecemos para este subcapítulo, o de atualizar o panorama de abordagem teórica da noção de identidade anteriormente apresentado. Principalmente no sentido de entender que, com a midiaticização, a esfera midiática acendeu a um lugar de grande importância enquanto referência cultural para as identidades. Podemos, então, agora, complementar as relações lógicas que

havíamos estabelecido. Antes, provisoriamente concluímos, a partir das perspectivas explicitadas, que a comunicação é uma condição necessária à constituição de toda e qualquer identidade, pois é através de um fenômeno de comunicação que o próprio processo de diferenciação ocorre, o que nos possibilitou afirmar que *Identidade* é um objeto de pesquisa possível de ser estudado no interior do campo epistemológico da *Comunicação*.

Agora, ao agregarmos a tal conclusão a teoria da comunicação de Muniz Sodré, que propõe a midiaticização (*uma mediação social tecnologicamente exacerbada*) como característica da cultura atual (*tecnocultura*), o que provoca o surgimento de *outros parâmetros para a constituição de identidades pessoais*, somos obrigados a afirmar que um estudo sobre identidades, para alcançar uma abordagem adequada dessa noção, necessariamente precisa contemplar em sua análise o subcampo da comunicação midiática. Dessa forma, resta estabelecido que o objeto de pesquisa *Identidade* pertence, mesmo que não exclusivamente, à subárea epistemológica da *comunicação midiática*, desde que abordado a partir de um viés comunicacional, conforme o fazemos.

Não estamos com isso dizendo que um estudo sobre identidades deva restringir-se ao domínio da esfera midiática. Consideramos *Identidade* uma noção muito ampla e complexa, o que impossibilita que seja alocada em um único campo epistemológico ou abordada com uma única fundamentação teórica. Outros campos de pesquisa igualmente possuem legitimidade quanto à pertinência epistemológica dessa noção. Não há dúvidas quanto à obrigatoriedade de uma abordagem que movimente distintos saberes, oriundos de diferentes campos do conhecimento, para uma aproximação o mais íntima ou verdadeira possível da noção de identidade. É o que nos esforçamos em fazer neste trabalho. É a metodologia que utilizamos.

Quanto a nosso problema geral de pesquisa, descobrir se estão os órgãos governamentais ligados à atividade laboral midiaticamente ofertando a representação oficial de um trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial a esse sujeito, quanto a sua identidade, sua atividade e seu ambiente de trabalho, cremos que avançamos no sentido da satisfação dessa inquietação, encontramos um panorama que tomamos como base, o qual indica a ascensão da esfera midiática a um lugar de destaque enquanto referência cultural para conformação das identidades hodiernamente, posicionamento que é um pressuposto de nossa tese. Entretanto, consideramos que o referido panorama precisa ser estendido, debatido, aprofundado e problematizado com maior intensidade, para que consigamos, nessa abordagem teórica de nosso objeto de pesquisa, explorar as representações que podem ser potencialmente prejudiciais aos sujeitos que as tomarem enquanto matrizes identitárias, culminando com a construção da

primeira das categorias de interpretação da análise empírica de nosso objeto de estudo, conforme nos propomos.

É o que fazemos no próximo capítulo, através da contemplação da noção de pós-modernidade no contexto de que até aqui dispomos e através de um aprofundamento no sentido de como ocorrem as identificações que fundamentam as escolhas identitárias. Somente após termos construído essa primeira categoria de interpretação da análise empírica, a que interpela nosso objeto pelo viés que chamamos de o panorama das identidades na pós-modernidade, é que abordamos as noções de trabalho e trabalhador, então em busca da construção da segunda dessas categorias, que o interpela, principalmente, pelo viés da psicodinâmica do trabalho. E é somente de posse de ambas essas categorias que nos consideramos prontos para a abordagem empírica de nosso objeto de pesquisa.

## **CAPÍTULO II – IDENTIDADE, PÓS-MODERNIDADE E CULTURA**

Neste capítulo, aprofundamos a problematização em torno da noção de identidade, para tal, empreendemos a introdução de outra das noções que consideramos fundamentais para sua adequada abordagem, a noção de pós-modernidade. Isso é feito no subcapítulo intitulado *A identidade moderna e as identidades pós-modernas*, no qual diferenciamos as configurações identitárias típicas da modernidade e da pós-modernidade e introduzimos a existência de um problema com as identidades nas pós-modernidade.

Deixamos essa conclusão temporariamente suspensa, para abordarmos a configuração de identidades a partir de um viés psicanalítico, para assim nos aprofundarmos no sentido de como ocorrem as identificações que fundamentam as escolhas identitárias. É o que fazemos no subcapítulo *A identificação simbólica como origem da constituição da(s) identidade(s)*. Neste segmento, descrevemos como se dão as escolhas empreendidas pelo sujeito entre os constituintes conceituais predicativos da linguagem para imaginariamente compor-se. Escolhas que se darão tanto pela sustentação simbólica que possuem tais predicativos na cultura, como pelo quanto eles estão de alguma forma relacionados ao traço unário de seu eu ideal recalcado.

## 2.1 A IDENTIDADE MODERNA E AS IDENTIDADES PÓS-MODERNAS

Aqui, inicialmente promovemos uma precisão conceitual relativa a termos que utilizamos, para então caracterizarmos, a partir de diversos autores, as condições socioculturais e estético-políticas da modernidade e da pós-modernidade. A partir delas, evidenciamos aquilo que distingue as configurações identitárias características dessas épocas. Encontramos a identidade moderna como possuindo uma configuração fortemente definida, fundamentada nas grandes narrativas características do período, e as identidades pós-modernas como possuindo configurações evasivas, voláteis, em razão da incredulidade nessas grandes narrativas.

\*\*\*

Iniciamos este segmento com uma definição teórica acerca de termos um tanto quanto confusos que aqui utilizamos. Falamos dos derivados de *moderno* e *pós-moderno*, os pares: modernização/pós-modernização, modernismo/pós-modernismo e modernidade/pós-modernidade. Não há padronização rígida quanto ao uso de tais termos. Featherstone (1995) indica seus usos mais frequentes e propõe a uniformidade apresentada abaixo, a qual julgamos interessante, uma vez que facilita seu entendimento. Por essa razão, dela nos valem para alcançar o sentido que queremos com o uso de tais termos. Entretanto, para sermos fiéis às opções de cada autor, já que, como dissemos, não há consenso na literatura quanto aos termos utilizados, manteremos as expressões utilizadas por eles quando nos valermos de seus pensamentos. A padronização apresentada abaixo vigora, apenas, para asserções estritamente nossas.

O par modernização/pós-modernização é proposto para uso no que se refere a questões econômicas ou de evolução tecnológica. Featherstone (1995, p. 23) pondera que o termo modernização é usado

habitualmente na sociologia do desenvolvimento para indicar os efeitos do desenvolvimento econômico sobre estruturas sociais e valores tradicionais. A teoria da modernização é usada ainda para designar as etapas de desenvolvimento social baseadas na industrialização, a expansão da ciência e da tecnologia, o Estado-nação moderno, o mercado capitalista mundial, a urbanização e outros elementos infra-estruturais.

Para o termo pós-modernização, diz ser evidente que “um perfil detalhado concomitante de processos sociais e mudanças institucionais específicas ainda está por ser elaborado”.

Já para o par modernismo/pós-modernismo, Featherstone (1995, p. 24) indica que, num sentido restrito, modernismo refere-se aos “estilos que associamos aos movimentos artísticos originados na virada do século e que até recentemente predominavam em várias áreas”. E que entre as características mais destacadas do modernismo estariam a reflexividade, a autoconsciência estética, a rejeição da estrutura narrativa em favor da simultaneidade e da montagem, a exploração da natureza paradoxal, ambígua e indeterminada da realidade e a rejeição da noção de uma personalidade integrada em favor da ênfase num sujeito desestruturado e desumanizado. Entretanto, resulta difícil definir o outro pólo, o pós-modernismo, uma vez que, nas artes, muitas das características do modernismo compõem as definições de pós-modernismo, havendo, portanto, uma certa confusão quanto ao uso desses pares no âmbito das artes. Featherstone (1995, p. 25) ainda refere que o termo modernismo, além das questões de estilo, igualmente pode ser usado para designar a cultura da modernidade, e o termo pós-modernismo para a cultura emergente da pós-modernidade. É neste sentido que usamos este par neste trabalho.

O terceiro par, modernidade/pós-modernidade, é indicado quando se quer referir com tais termos uma noção de época, de Era. Para Featherstone (1995, p. 20, grifo nosso), “a modernidade contrapõe-se à ordem tradicional, implicando a progressiva *racionalização* e diferenciação econômica e administrativa do mundo social”. Já a pós-modernidade sugere uma “mudança de uma época para outra ou a interrupção da modernidade, envolvendo a emergência de uma nova totalidade social, com seus princípios organizadores próprios e distintos”, como detectada por Baudrillard, Lyotard e Jameson, segundo ele.

Especialmente quanto ao uso dos derivados de *pós-moderno*, Calabrese (1989, p. 25, grifo nosso) mostra três âmbitos onde há diferença em seu emprego.

Em literatura, ‘pós-moderno’ quer dizer antiexperimentalismo, mas em filosofia quer dizer *pôr em dúvida uma cultura baseada em narrativas que se tornam prescrições*, e em arquitetura significa projeto que regressa às citações do passado, à decoração, à superfície do objecto contra a sua estrutura e a sua função.

A noção filosófica dos derivados do termo *pós-moderno*, indicada por Calabrese, é, sem dúvida, a que nos é mais cara. Feita tal distinção, esclarecemos que tomamos como referência para este segmento as três fases históricas da moral, propostas por Lipovetsky (2004). Este autor denomina Era *teológica* da moral a primeira e mais longa delas, quando a moral era inseparável dos mandamentos divinos. “Era somente através da Bíblia que os homens podiam conhecer a verdadeira moral”, sendo ela, pois, dependente da religião. “Sem a Revelação e as sanções

divinas, a moral parecia impossível. Esse esquema funcionou assim, de maneira geral, até o fim do século XVII”, afirma Lipovetsky (2004, p. 25). A Era da moral teológica está intimamente relacionada ao período da história do Ocidente chamado Idade Média, não nos detemos nesta época, uma vez que nossos objetivos para este texto não estão relacionados à Era da moral teológica.

Por volta do fim do século XVII se inicia a segunda Era da moral, denominada *laica moralista*, que vai até meados do século XX. Foi com o Iluminismo que os modernos “buscaram estabelecer bases independentes da Igreja”. A moral passou a ser pensada em termos “estritamente racionais, universais, eternos – é a ‘moral natural’ –, que estariam presentes em todos os homens”. A moral torna-se independente da religião, passando a ser preponderante sobre ela. O “verdadeiro valor não está mais no jejum, nas penitências, nas rezas e nas peregrinações, mas na obediência à lei moral, que prescreve a tolerância religiosa, a liberdade religiosa, o direito à ‘consciência errônea’”, é a supremacia da razão moral. Entretanto, um paradoxo possível de ser apontado é a manutenção do “dever absoluto, a ética do sacrifício”, figuras essenciais da Era teológica, na Era laica moralista (LIPOVETSKY, 2004, p. 25-26).

Assim como a Moral teológica, a moral laica tem sua condição sociocultural e estético-política caracterizada pela existência das grandes narrativas. A primeira, as metanarrativas religiosas; a segunda, principalmente as metanarrativas provenientes de uma grande instituição social em específico, a qual igualmente pode ser dita como um de seus ícones, a ciência positivista. Harvey (2008, p. 19) definiu as grandes narrativas como as “interpretações teóricas de larga escala pretensamente de aplicação universal”. O Homem, em alguma medida, torna-se, na modernidade, novamente responsável por sua história, considerando que começa a libertar-se do sobrenatural e do divino como fontes únicas de simbolização. A identidade moderna, de um sujeito centrado, unificado, consciente, ativo, racional e técnico, começa então a ser construída. Em nossa visão, a ruptura com o modelo feudal e a adoção do modelo capitalista de desenvolvimento está intimamente relacionada a tal surgimento. Para Harvey, o modernismo geralmente é percebido como “positivista, tecnocêntrico e racionalista” e “tem sido identificado com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento e da produção”. Como não poderia ser diferente, a identidade moderna é reflexo de tais características, ela era positivista, racionalista, linear e constituída a partir de verdades absolutas.

A terceira Era da moral, a qual vivemos hoje, *pós-moralista*, caracteriza-se por uma sociedade que exalta “mais os desejos, o ego, a felicidade, o bem-estar individual, do que o ideal de abnegação”. Nossa cultura não está mais dominada pelos imperativos do “dever

sacrificial e difícil, mas pela felicidade, pelo sucesso pessoal, pelos direitos do indivíduo, não mais pelos seus deveres”. Os imperativos deixaram de ser deveres absolutos do homem para consigo e transformaram-se em opiniões livres. “A cultura dos deveres relativos a si mesmo foi substituída pela dos direitos individualistas e da gestão funcional de si em nome do máximo bem-estar” (LIPOVETSKY, 2004, p. 27).

Enquanto nas duas primeiras fases históricas da moral, afirma Lipovetsky (2004, p. 29), eram comuns os sermões regulares e disciplinadores, na terceira, comuns são “os encantamentos”, as “operações de mídia especialmente dirigidas a um ponto específico, circunstanciais, emocionais”. Mas disso resulta outro paradoxo, agora relativo à era pós-moralista:

quanto mais se manifestam os desejos de autonomia individualista, mais as ações morais de generosidade são impulsionadas, estimuladas pelo exterior. Quanto mais há exigência de autogoverno, mais a vida moral é tributária de palavras, de imagens, de mensagens exteriores a nós mesmos e finalmente consumidas por nós mesmos (LIPOVETSKY, 2004, p. 29).

A Era pós-moralista tem sua condição sociocultural e estético-política caracterizada pela incredulidade nas grandes narrativas, pela pós-modernidade, termo usado pela ampla maioria dos autores. Para Featherstone (1995, p. 26), a pós-modernidade qualifica-se como um “aprofundamento das tendências antinômicas do modernismo, com o desejo, o instintivo e o prazer liberados para levar a lógica modernista a suas últimas conseqüências, exacerbando as tensões estruturais da sociedade e a disjunção dos domínios”. Segundo Harvey (2009, p. 19), a pós-modernidade é uma reação à “monotonia” com a qual o modernismo via o mundo, privilegiando agora a heterogeneidade e a diferença. A marca da pós-modernidade é a fragmentação, a indeterminação e a desconfiança para com os discursos totalizantes, universais. Para este autor, o pensamento pós-moderno apresenta uma rejeição às grandes narrativas.

Assim também pensa Lyotard (1990, p. 5), diz ele: “Simplificando ao máximo, poderemos considerar ‘pós-moderna’ a incredulidade nos confrontos com as metanarrativas”. Este autor, ao falar sobre o pós-moderno, diz que “ele designa o estado da cultura depois das transformações súbitas nas regras dos jogos da ciência, da literatura, e das artes, a partir dos finais do século XIX. Tais transformações seriam aqui postas em relação com a crise das narrativas”.

Entretanto, é preciso fazer nova promoção de uma precisão conceitual aqui. Entendemos que Lyotard não usa o termo metanarrativas, no mesmo sentido que usam os outros autores

trazidos. Lyotard escreve *O pós-moderno*<sup>20</sup> em 1979, sob encomenda do Conselho das Universidades do Estado de Quebec. Trata-se exatamente de um relatório sobre a condição do saber na atualidade (em 1979), especificamente sobre a legitimação do saber nas sociedades “mais desenvolvidas”, “as informatizadas”. Por ter sido encomendado, muitos o consideram um livro “de ocasião”, o que diminuiria sua importância; contudo, visto sua influência nos autores que tratam do tema da pós-modernidade, esta parece ser uma consideração superada.

No livro, Lyotard (1990) explicita que as ciências, assim como as artes e a história, nada mais são do que saberes estruturados enquanto narrativas. A legitimação destes saberes estava ancorada em uma narrativa de nível superior, de segunda ordem (esse é o sentido do prefixo “meta”), a filosofia ou as filosofias, chamadas metanarrativas, que forneciam as regras e condições de validade de tais saberes/narrativas de primeira ordem. Dessa forma, estritamente falando, a afirmação de Lyotard, da incredulidade nas metanarrativas, refere-se inicialmente à incredulidade na filosofia ou nas filosofias que validavam, legitimavam, essas narrativas. O que, conseqüentemente, implica na incredulidade quanto às narrativas que, apesar de não serem metanarrativas propriamente ditas, possuíam estrutura de metanarrativas, ou seja, se apresentavam como totalizantes e universais. É assim, com este efeito secundário, que este autor vai falar do fim das crenças em visões totalizantes e universais do mundo, que acabam por prescrever condutas políticas e éticas para toda a humanidade.

A precisão que queremos prover aqui é a de que quando os outros autores aqui trabalhados falam na incredulidade em grandes narrativas, parecem estar muito mais se referindo a esse efeito secundário indicado por Lyotard do que à queda da filosofia que ditava as regras de legitimação dos saberes. Assim sendo, se fôssemos usar sua terminologia estrita, quando outros autores falam da incredulidade às grandes narrativas, estão na verdade falando na incredulidade às narrativas de primeira ordem (a ciência, as artes a história), essas de aspirações totalitárias e universais. Continuaremos usando a expressão “incredulidade às grandes narrativas” ou “incredulidade às metanarrativas”, conforme o faz a maior parte da literatura especializada no tema. Apenas registramos que em Lyotard é preciso tomar o referido cuidado para uma melhor compreensão.

Promovida essa precisão conceitual, resta uma questão. Se as grandes narrativas foram abandonadas, como justificar o saber, o conjunto de conhecimentos que autoriza uma pessoa a emitir um juízo de verdade sobre determinado assunto? Para Lyotard (1990), assim como nos

---

<sup>20</sup> As edições mais atuais em português passaram a adotar a tradução direta do título original, *A condição pós-moderna: relatório sobre o saber*, para evidenciar tratar-se de uma condição de vivência e não um estado dado.

jogos de linguagem de Wittgenstein<sup>21</sup>, os saberes passaram a ser justificados por consensos provisórios e parciais, eles passaram a ser locais e contextuais. A noção de jogos de linguagem diz respeito, de forma livre e breve, ao entendimento de que as palavras não possuem um significado absoluto em relação a um objeto. Elas adquirem significado em razão do contexto onde são empregadas. Ou, dito de outra forma, a capacidade de comunicação de determinada linguagem não está unicamente condensada na relação significante/significado, como entendiam os estruturalistas, mas também nas regras estabelecidas pelos próprios interlocutores. Dessa forma, a incredulidade às grandes narrativas implica uma nova condição de legitimação do saber, situação que conduz a uma infinidade de consequências, condensadas na expressão *pós-modernidade*.

Voltando a Lipovetsky, é importante frisar que este autor redimensiona a pós-modernidade, a entende como um curto período logo substituído pela hipermodernidade. Entretanto, esta é uma posição solitária. A ampla maioria dos estudiosos do tema entende a hipermodernidade de Lipovetsky como a própria pós-modernidade a que se referem os outros autores. Apesar de ser por vezes taxado como defensor da hipermodernidade, por ver nela mais pontos positivos do que negativos, destaca o hiperindividualismo como uma de suas principais características.

Para ele, a cultura cotidiana é dominada pelo “bem-estar individual, pelo prazer, o interesse pelo corpo, os valores individualistas do sucesso pessoal e do dinheiro”, há a predominância dos “valores individualistas do prazer e da felicidade, da satisfação íntima, não mais a entrega da pessoa a uma causa, a uma virtude austera, a renúncia de si mesmo”. Se, antes o discurso do dever era austero e regular, difícil e disciplinar, e os desejos estavam submetidos à lei moral, agora, as ações éticas combinam-se com o divertimento, com o interesse econômico e com a liberdade individualista. Entretanto, este autor afirma que nem todos acessam essa mobilidade e que alguns o fazem a um custo muito alto, o custo de um sofrimento psicológico (LIPOVETSKY, 2004, p. 21-23).

Para Hall (2003), no que diz respeito ao sujeito, a passagem da modernidade para a pós-modernidade é composta por uma fase intermediária. Dessa forma, igualmente numa perspectiva histórica, propõe três concepções de sujeito. O primeiro deles, o *sujeito do iluminismo*, o qual, através do estabelecimento de um paralelo, consideramos, grosso modo, como o sujeito da moral laica de Lipovetsky (2004), era um sujeito absolutamente centrado, fundamentalmente dotado de razão, individualista, que possuía um centro, um núcleo interior,

---

<sup>21</sup> Filósofo Austríaco considerados por muitos como o maior filósofo do Século XX, um dos pais da Filosofia Analítica. Foi um dos principais atores da virada linguística na filosofia.

sua identidade. O segundo deles, o *sujeito sociológico*, o qual consideramos um sujeito de transição entre a era da moral laica e era da pós-moralidade, já não é nem tão autônomo, nem tão autossuficiente, pois ele se forma na sua relação com outras pessoas que para ele medeiam a cultura, esta é uma concepção de identidade interativa, neste caso a identidade é formada da interação do “eu” com a sociedade. O terceiro sujeito, o *pós-moderno*, o qual aproximamos ao sujeito da era da pós-moralidade de que fala Lipovetsky (2004), nasce do processo de mudança estrutural e institucional que a sociedade vem vivendo e ainda vive, esse sujeito caracteriza-se por não ter uma identidade fixa, permanente ou essencial.

Dessa forma, podemos agora falar das transformações resultantes da passagem do modernismo para o pós-modernismo no que refere à(s) identidade(s). As identidades do sujeito pós-moderno são uma “celebração do móvel” (HALL, 2003, p. 13), “o sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos, identidades que não são identificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”; logo, são possíveis, num mesmo sujeito, identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, então, inevitavelmente, essas identificações são constantemente deslocadas. Hall (2003, p. 16-17) afirma que uma estrutura é deslocada quando seu centro é deslocado, não quando ele é substituído por outro, mas quando o centro, anteriormente único, passa a configurar-se enquanto uma pluralidade. Ainda diz que uma “identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente, é uma fantasia” e que qualquer sensação nesse sentido, não passa de “uma confortadora ‘narrativa do eu’”. Para ele, o processo que ocorre atualmente é o de que

à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2003, p. 13).

Essa alteração na caracterização das identidades do sujeito dos dias de hoje é consequência, principalmente, dos impactos produzidos pela mudança contemporânea conhecida como globalização. Hall (2003, p. 13) afirma que, para suportar, para adequar-se a esses novos tempos, o sujeito precisou configurar-se como uma figura discursiva, fazendo de sua antiga identidade (“a posição do sujeito”, “a narrativa de eu”) agora mutável.

Bauman, conhecido crítico da pós-modernidade, é outro pensador que contribui para a caracterização da sociedade em que vivemos. Quanto aos impactos que essas novas condições socioculturais e estético-políticas trazem para as identidades, Bauman (2005) fala de uma liquefação de estruturas e instituições sociais, de uma passagem, na modernidade, de uma fase

sólida para uma fase líquida, fluida, assim chamada, pois, como os fluidos, ela não mantém a forma por muito tempo, muda por ação das menores forças. Autoridades respeitadas hoje, amanhã serão desprezadas, e até ridicularizadas; celebridades, esquecidas; novidades preciosas, relegadas ao depósito de lixo; grandes organizações políticas/econômicas, ou serão engolidas por outras ainda maiores ou desaparecerão. Tudo isso, num universo muito confuso e nebuloso.

Bauman (2005) caracteriza a sociedade da modernidade tardia, terminologia que adota, dizendo que sua força e seu poder sobre os indivíduos se baseiam em agora ela ser não-localizável, por fluida que é, evasiva que é, versátil, volátil, imprevisível, ágil e hábil que é; pois desafia expectativas e volta atrás em suas promessas, declaradas sem rodeios ou engenhosamente insinuadas. Nesse contexto, ele diz que formar um todo coeso não é a principal preocupação de nossos contemporâneos, pois uma identidade desse tipo, firmemente fixada e solidamente construída, seria um fardo, uma limitação da tão preciosa liberdade de escolha, resumindo:

[...] seria uma receita de *inflexibilidade*, ou seja, dessa condição o tempo todo execrada, ridicularizada ou condenada por quase todas as autoridades do momento, sejam elas genuínas ou supostas – os meios de comunicação de massa, ou doutos especialistas em problemas humanos e os líderes políticos –, por se opor à atitude correta, prudente e promissora diante da vida, e assim constituir uma condição [a condição de identidade coesa, inflexível] em relação à qual a recomendação quase unânime é ter cautela e evitá-la cuidadosamente. Para a grande maioria dos habitantes do líquido mundo moderno, atitudes como cuidar da coesão, apegar-se às regras, de acordo com os precedentes e manter-se fiel à lógica da continuidade em vez de flutuar na onda das oportunidades mutáveis e de curta duração, não constituem opções promissoras (BAUMAN, 2005, p. 60, grifo do autor).

Eram as identidades sólidas que proporcionavam estabilidade ao mundo social na modernidade; entretanto, uma mudança estrutural está transformando as sociedades modernas que conhecemos. Vemos, agora, um indivíduo duplamente descentrado (fragmentado, deslocado): do mundo (de seu lugar social e cultural) e de si (de seu sentido de si). Tal panorama configura uma crise<sup>22</sup> da noção de identidade, segundo Hall (2003). Não concordamos com Hall quanto à existência de uma crise da noção de identidade, pelo motivo de que a noção de crise diz respeito ao impasse criado entre o velho percebido como inadequado e o novo que ainda não tem forma, que não surgiu. Entendemos que o novo, no caso das identidades, já possui forma, já substituiu a velha identidade, desconfigurando assim o impasse próprio da crise. Preferimos dizer que as identidades enfrentam um problema ou uma dificuldade na pós-modernidade.

---

22 No sentido de alteração do status do que está (ou estava) posto.

Sobre o ritmo e o alcance da mudança da transformação anteriormente referida, Hall (2003, p. 15) baseado em Giddens indica que “à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda superfície da terra”. A energia que tão poderosamente desloca as identidades é um complexo de processos e forças de mudança, chamado globalização. Hall (2003, p. 67) baseado agora em McGrew afirma que o termo globalização

[...] se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado.

Uma das principais características da globalização – que tem grande efeito sobre as identidades contemporâneas – é a imposição de uma nova forma de compreensão da relação espaço-tempo. Os processos comunicacionais aceleram-se a uma velocidade inimaginada e difundem-se a regiões, antes, inacessíveis. Tem-se a impressão de que o mundo é menor, e de que as distâncias são mais curtas. Harvey (2008, p. 240) propõe que

à medida que o espaço se encolhe para se tornar uma aldeia ‘global’ de telecomunicações e uma ‘espaçonave planetária’ de interdependências econômicas e ecológicas [...] e na medida em que os horizontes temporais se encurtam até o ponto em que o presente é tudo que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais.

A proposta de separação entre espaço e lugar, de Giddens, citado por Hall (2003, p. 72), observa que nas sociedades pré-modernas, espaço e lugar coincidem; o lugar (concreto, conhecido, familiar) era muito bem delimitado, pois as “dimensões espaciais da vida social eram, para a maioria da população, dominadas pela presença”; com a pós-modernidade, espaço e lugar ficam cada vez mais separados, pois reforça-se a relação com outros que estão concretamente ausentes, distantes, espacialmente. Na pós-modernidade, os lugares são completamente invadidos por espaços não-coincidentes, e moldados por influências sociais incrivelmente distintas e distantes. Hall (2003, p. 72-73) pondera que “os lugares permanecem fixos; é neles que temos raízes. Entretanto, o espaço pode ser ‘cruzado’ num piscar de olhos – por avião a jato, por fax ou por satélite”<sup>23</sup>. Complementa Harvey (2008, p. 205): é a “destruição do espaço através do tempo”.

---

23 É interessante salientar que quando Hall escreveu sua análise – o texto original é de 1992 – não dispunha, enquanto objeto, da aceleração da troca de informações – via internet – proporcionada pela expansão e domesticação da tecnologia digital da forma como dispomos hoje.

De tal panorama, resulta que as identidades fortes, bem definidas, enfraqueceram-se, as identificações globais deslocam as identidades, há uma fragmentação dos códigos culturais, uma multiplicidade de estilos, uma ênfase no efêmero torna-se possível e observável, triunfa o flutuante, o impermanente. O consumismo global e os fluxos culturais possibilitam identidades partilhadas, características comuns aos habitantes da Terra, é uma infiltração cultural (HALL, 2003). Os sistemas internacionais de comunicação, globalmente interligados, com sua inserção que se multiplica a cada dia, cada vez mais desvinculam as identidades de tempos, de lugares, de histórias e tradições particulares. Elas flutuam livremente, pois eram as diferenças culturais que definiam as identidades; diferenças que, de uma forma geral, enfraquecem-se progressivamente.

A globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e ‘fechadas’ de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação [...]. Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em *transição*, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais: e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado (HALL, 2003, p. 87-88, grifo do autor).

Então, como são possíveis diferentes identidades para os grupos sociais ou mesmo para um sujeito individual, é também possível um *jogo de identidades*, onde, segundo Hall (2003) é interessante ressaltar: é possível que as identidades assumidas, nesse jogo, sejam contraditórias e é observável que elas se cruzem e desloquem mutuamente; essas contradições atuam tanto fora, na sociedade, atravessando grupos estabelecidos, quanto dentro de cada indivíduo; nenhuma dessas identidades singulares pode alinhar todas as outras identidades, como uma identidade mestra; a paisagem política da gama de escolha de identidades no mundo moderno é cada vez mais invadida por possibilidades de identificações rivais e deslocantes. A identificação deixou de ser automática, ela pode ser ganhada ou perdida, ela tornou-se politizada. É a mudança de uma política de identidade de classes para uma política de diferença (categoria básica que sustenta o processo) nas identificações, nas posições do sujeito (HALL, 2003).

Entretanto, é imprescindível que se tenha em mente o alerta de Lipovetsky (2004, p. 21, grifo do autor em itálico, grifo nosso em negrito):

[...] cada um se quer autônomo para constituir livremente, *à la carte*, o seu ambiente pessoal. Vivemos a época da mobilidade subjetiva. Cada um se serve. Fica o problema para aqueles que não conseguem ter acesso a essa mobilidade, convertida num imperativo das democracias liberais. De qualquer maneira, **essa mobilidade e essa**

**autonomia têm um custo**, com frequência, elevado, pois **são acompanhadas por um crescimento inquietante da ansiedade, da pressão, de perturbações psicopatológicas comportamentais diversas**.

Na pós-modernidade, autonomia para constituir-se substitui então a constituição heterônoma característica da modernidade. Entretanto, cria-se um problema para aqueles que não conseguem muito bem se articular nessa nova condição. Gostaríamos de brevemente pontuar que, evidentemente, na constituição heterônoma da modernidade, os sujeitos também encontravam dificuldades para constituírem-se, numa problemática de outra ordem, mais relacionada a uma não adequação às simbolizações que lhe eram impostas.

\*\*\*

Pretendemos ter conseguido caracterizar dois tipos distintos de configuração identitária, os quais estamos chamando identidade moderna e identidades pós-modernas. Caracterizamos a primeira delas como eminentemente singular, uma vez que foi definida como fixa, racional, científica, positivista, linear, padronizada, absoluta, centrada, unificada, consciente e monótona, fundamentada em grandes narrativas, e tendo como objetivo ser coerente e perene. Metaforicamente, foi dito que a identidade moderna é sólida, no sentido de que tem sua configuração fortemente definida, talvez imutável, a ponto de ser confundida com a essência do sujeito.

Já a segunda, foi caracterizada como eminentemente plural, uma vez que foi definida como móvel, flexível, individualista, autônoma, contraditória, frequentemente deslocada e fragmentada. Metaforicamente, foi dito que as identidades pós-modernas são líquidas, no sentido de que suas configurações são evasivas, voláteis e ágeis; elas alteram-se constantemente. O sujeito deixa de possuir uma identidade única, ilusão de retrato de sua essência, passando a possuir muitas, convenientes a diferentes contextos. Contudo, apesar de ser conhecido como entusiasta da pós-modernidade, Lipovetsky apontou que essa flexibilidade tem um custo para o sujeito, que muitas vezes desenvolve algum tipo de psicopatologia em razão disso.

Com isso em mente é que utilizamos a expressão *a identidade* quando estamos nos referindo à configuração identitária característica da modernidade, a identidade moderna, ou seja, precedida de artigo definido e no singular. Pelo mesmo motivo usamos a expressão *as identidades* quando nos referimos à configuração identitária típica da pós-modernidade, as identidades pós-modernas, ou seja, precedida de artigo definido, mas no plural.

Quando nos referimos à noção de identidade de uma forma geral, ou seja, sem estarmos falando especificamente da identidade moderna ou das identidades pós-modernas, usamos as expressões *identidade* ou *identidades*, sozinhas, por vezes precedidas da preposição *de* ou dos artigos indefinidos *uma* ou *umas*, mas sem a precedência de artigo definido. Fazemos isso durante todo este trabalho, como já deve ter sido percebido; exceção feita às citações, onde respeitamos a grafia original de cada autor.

Dessa forma, tendo já caracterizadas as configurações identitárias pertinentes a essas duas últimas condições socioculturais e estético-políticas, ressaltamos a indicação da existência de uma dificuldade do sujeito pós-moderno quanto a sustentar suas identidades. É o que chamamos de *o problema das identidades na pós-modernidade*, o qual entendemos como relacionado à incredulidade nas grandes narrativas. Deixamos essa indicação momentaneamente suspensa para que seja retomada no mais adiante, uma vez que acreditamos que precisamos nos aprofundar no entendimento de como se formam identidades no sujeito para melhor abordá-la. É o que fazemos a seguir.

## 2.2 A IDENTIFICAÇÃO SIMBÓLICA COMO ORIGEM DA CONSTITUIÇÃO DA(S) IDENTIDADE(S)

Na produção do primeiro capítulo desta tese, relacionamos a noção de identidade com o panorama contemporâneo da midiaticização da sociedade e da cultura, onde traçamos um panorama inicial quanto à situação das identidades. No segmento anterior, onde aprofundamos a problematização da noção de identidade à luz da noção conceitual de pós-modernidade, ao diferenciarmos as configurações identitárias características da modernidade e da pós-modernidade, encontramos a indicação da existência de um problema com as identidades na contemporaneidade, o qual entendemos esteja relacionado à incredulidade às grandes narrativas, uma dificuldade do sujeito pós-moderno quanto a sustentar suas identidades, passando a sofrer psicologicamente em razão disso. Indicação que deixamos suspensa momentaneamente.

Antes de nos dedicarmos a ela, e mesmo para que possamos melhor compreendê-la, avaliamos que precisamos mais aprofundadamente entender como se formam identidades, para que aí sim possamos melhor abordá-las. É o que fazemos neste segmento através da introdução da perspectiva da teoria psicanalítica freudo-lacanianiana quanto à constituição de identidades, a qual centra-se na noção de identificação.

Dessa forma, aqui, novamente passamos pela definição de noções que precisam ser conhecidas para que possamos nos articular conforme nos propomos. Feito isso, baseados nas proposições de Jacques Lacan, descrevemos o processo de identificação pelo qual passam os sujeitos, as identificações do ideal de eu entre os constituintes conceituais predicativos da linguagem elegidos por este para configurar-se. Escolhas que se darão tanto pela sustentação simbólica que possuem tais predicativos na cultura, como pelo quanto eles estão de alguma forma relacionados ao traço unário de seu eu ideal recalçado.

\*\*\*

Iniciamos este segmento definindo e debatendo noções que consideramos fundamentais para a compreensão das relações que pretendemos aqui estabelecer. As primeiras delas dizem respeito a três dimensões que só podem ser apresentadas em conjunto, os registros do imaginário, do simbólico e o real. Essas categorias conceituais são usadas por diferentes matrizes teóricas com sentidos distintos em cada uma delas. Como dissemos anteriormente, aqui estamos usando tais noções a partir da forma como são entendidas em psicanálise. Como

este não é o entendimento mais comum de tais noções, abaixo as definimos. O registro do imaginário se relaciona com a imaginação, é lugar do eu<sup>24</sup> e seus fenômenos de ilusão, captação e engodo. Segundo Kaufmann (1996, p. 371), tal termo é empregado “para designar aquilo que se relaciona com a imaginação, isto é, com a faculdade de representar coisas em pensamento, independente da realidade”, ao que à frente completa: “não mais simples fato psíquico, porém uma imago”. Também para Chemama (1995, p. 104), o imaginário

deve ser entendido a partir da imagem. Este é o registro do engodo, da identificação. Na relação intersubjetiva, é sempre introduzida alguma coisa fictícia, que é a projeção imaginária de um sobre a tela simples em que o outro se transforma. É esse o registro do eu, com aquilo que comporta de desconhecimento, de alienação, de amor e de agressividade, na relação dual.

Uma vez que é entendido enquanto imagem, o imaginário é o registro onde o pensamento tende a paralisar-se, repousar. É o registro onde se depositam os conteúdos que o sujeito classifica como “entendidos, compreendidos”. Apaziguados. Os movimentos do pensamento são possíveis, mas, após operarem-se, configurar-se-ão em novas imagens. Estáticas, até um novo movimento. Não é que não existam palavras, mas o modelo de operação dessa estrutura é o das imagens. O sujeito configura determinadas imagens sobre a cadeia significante, que as paralisa temporariamente.

O registro do simbólico tem a ver com representação, com linguagem. É onde o sujeito pode ser reconhecido, uma vez que só é sujeito porque fala. O simbólico é a “função complexa e latente que envolve toda atividade humana, comportando uma parte consciente e outra inconsciente, ligadas à função da linguagem e, mais especificamente, à do significante”. É este registro que faz do homem animal “fundamentalmente regido, subvertido pela linguagem, o que determina as formas de vínculo social e principalmente suas escolhas sexuais” (CHEMAMA, 1995, p. 199).

Para melhor entendê-lo, podemos pensar nos animais, eles possuem certos objetos de necessidade, conseguem farejar uma fruta a quilômetros de distância; o simbólico é justamente a ausência desse objeto de necessidade determinado, é uma circularidade, é um vazio por não chegar ao objeto. Para Kaufmann (1996, p. 714), o termo “simbólico” designa “um sistema de representações baseado na linguagem, isto é, em signos e significações que determinam o

---

<sup>24</sup> As traduções das diferentes edições da obra freudiana em língua portuguesa inicialmente privilegiaram o uso de expressões latinas, como no caso dos termos consagrados *Id*, *Ego* e *Superego*. Com o passar do tempo, começaram a ser usadas expressões da língua portuguesa *Isso*, *Eu* e *Sobre Eu*. Tanto em um caso quanto em outro tais expressões referem-se aos termos originais *Es*, *Ich* e *Über-Ich* do texto freudiano em alemão.

sujeito à sua revelia, permitindo-lhe referir-se a ele, consciente ou inconscientemente, ao exercer sua faculdade de simbolização”.

Dessa forma, o registro simbólico é onde o pensamento se opera por meio da cadeia significante. É o registro do pensamento em movimento. É o registro das palavras. É o registro do significante. Onde o sujeito vai buscar os conteúdos no social, na cultura. No Outro. E onde, à medida que este fala, se significam (os significantes) o tempo todo.

O real é aquilo que para um sujeito “é expulso da realidade pelo simbólico”, mas que “volta na realidade para um lugar no qual o sujeito não o encontra, a não ser sob a forma de um encontro que desperta o sujeito de seu estado ordinário”. É o não-acessível, o sem-nome. O real é definido como “o impossível”, aquilo que “não pode ser simbolizado totalmente na palavra ou na escrita e, por consequência, não cessa de não se inscrever”. O real precede o imaginário, pois manifesta-se como primitivo, como uma imagem completamente estranha ao sujeito (CHEMAMA, 1995, p. 182-183). O termo “real” designa “uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível de simbolizar”. O real é um “absoluto ontológico, um ser-em-si que escaparia à percepção” (KAUFMANN, 1996, p. 644).

Cabe ressaltar que o real é entendido não como um registro, como o são o simbólico e o imaginário, uma vez é justamente o que escapa a eles, o que está fora. Uma última ponderação é a de que, no Seminário 22, Lacan alerta, através da ilustração com o nó borromeu, um entrelaçamento de três círculos que desprende a todos caso um deles seja retirado, para a necessária abordagem simultânea do real, simbólico e imaginário; pois, se tratados em separado, perdem sentido.

A definição de significante igualmente nos será útil. Este termo foi retirado da linguística saussureana, onde o signo linguístico é uma entidade de duas faces, significado e significante. O significado, nesse sentido, é o conceito, a ideia que se tem de uma palavra, e não seu referencial real; já o significante, não o som material que se produz quando se fala a palavra, mas a imagem acústica que se forma ao ouvir esse som. Lacan retoma o conceito saussureano de significante e transforma-o, enfatiza a autonomia do significante, que é considerado como definível além de qualquer relação com o significado. “Segundo a fórmula de Lacan: ‘um significante é aquilo que representa o sujeito para um outro significante’.” É todo elemento do discursivo, referível no nível consciente ou inconsciente, que determina e representa o sujeito (CHEMAMA, 1995, p. 197-198).

Tal concepção de significante também contempla a dimensão de ato que existe na linguagem: “o significante não é apenas um efeito de sentido. Ele comanda ou pacifica, adormece ou desperta”. Se uma expressão for tomada como um significante, ela o será, “antes

de mais nada porquê, mais do que os outros termos, possui efeito sobre a significação”, pois há um lugar para um “jogo de palavras na função significante. Esse lugar é dado pelo fato de que aquilo que representa não é a palavra, mas precisamente o significante, isto é, uma seqüência acústica que pode assumir diferentes sentidos” (CHEMAMA, 1995, p. 197-199).

Cabe esclarecer que, para Lacan, baseado em Wittgenstein, a única realidade possível de existir é a dos símbolos (significantes), já que não há a possibilidade de acessar o real através das palavras. As palavras apenas falam de outras palavras; os símbolos, de outros símbolos; os significantes, de outros significantes. Eles jamais ultrapassam esse campo para atingir o real. Dessa forma, vivemos numa espécie de exílio no campo do simbólico, pois, após ter sido inventada a linguagem, só nos restaram os símbolos que nós mesmos criamos. As coisas viraram palavras, tudo virou palavra. Daí deriva a máxima lacaniana que pondera que a palavra é a morte da coisa (RITTER, 2010, informação verbal<sup>25</sup>).

O lugar onde se encontram ordenadas todas as palavras, o campo da linguagem, é o que Lacan chama de Outro (o tesouro dos significantes). O Outro não é igual ao dicionário, pois, diferentemente do dicionário, o Outro é capaz de dar sentido às mensagens que o sujeito produz, entretanto, tal sentido é dado *à posteriori*. A mensagem é lançada ao Outro e esse a devolve, investida de sentido (RITTER, 2010, informação verbal). Já para Chemama (1995, p. 156-157), Outro é o “lugar onde a psicanálise situa, além do parceiro imaginário, aquilo que anterior e exterior ao sujeito, não obstante o determina”. É uma dimensão de alteridade que não se resolve e que não é um semelhante. Além das “representações do eu e também além das identificações imaginárias, especulares, o sujeito é tomado por uma ordem radicalmente anterior e exterior a ele, da qual depende, mesmo que pretenda dominá-la”: o Outro, a linguagem. Pois, se “a referência a uma instância Outra é feita pela palavra, o Outro, em seu limite, confunde-se com a ordem da linguagem”. Logo, “é a partir do Outro que ele [o sujeito] fala e que ele deseja: o desejo do sujeito é o desejo do Outro”.

É em razão de o Outro devolver a palavra ao sujeito investida de significado que Lacan diz que a palavra pré-existe a seu significado, uma vez que é preciso essa atuação do Outro para que o sentido da mensagem se produza. Se, como dissemos, tudo são palavras, significantes, então o sujeito também é apenas um significante, não tem nenhuma consistência de coisa. Entretanto, o sujeito é um significante que não é encontrado no Outro, tampouco no dicionário: não há Fabiano Rocha Flores em nenhum deles. Mesmo que o sujeito percorra todo o conjunto de símbolos que o Outro comporta, jamais irá achar-se nesse campo enquanto um significante

---

<sup>25</sup> Em grupo de estudos sobre os cinco primeiros seminários de Lacan.

próprio, especialmente seu. Esta é uma das razões pela qual Lacan afirma que o sujeito é barrado<sup>26</sup>, pois ele não é reconhecido em sua particularidade, e em razão disso não recebe a devolução do Outro, que produziria seu sentido. Para não acabar totalmente sem um sentido de si, o sujeito sai à procura de um, através das identificações. Esse sentido será no máximo um sentido vazio, deixando ao sujeito apenas a certeza de sua própria incerteza (RITTER, 2010, informação verbal).

Outras noções que merecem destaque são as noções de Nome-do-Pai, Objeto, Eu ideal e Ideal de Eu. Iniciamos com a noção de Nome-do-Pai, o significante que organiza o campo simbólico, pois é o lugar por onde as palavras necessariamente precisam passar para serem investidas de sentido pelo Outro. Em Chemama (1995, p. 148), o Nome-do-Pai é descrito como um

produto da metáfora paterna que, designando primeiramente o que a religião nos ensinou a evocar, atribui a função paterna ao efeito simbólico de um puro significante e que, em um segundo momento, designa aquilo que rege toda a dinâmica subjetiva, ao inscrever o desejo no registro da dívida simbólica.

O Nome-do-Pai regula o sujeito com seu desejo em relação ao jogo dos significantes que o animam e constituem em lei. Considerando a formalização lacaniana da metáfora paterna, em Chemama (1995, p. 148), “se observa que ela consiste unicamente em um jogo de substituição na cadeia, organizado em dois tempos”, onde, no primeiro deles se

realiza a elisão do desejo da mãe, colocando em seu lugar a função do pai a que ela conduz, através do apelo ao seu nome, pela identificação com o pai [...] e pela retirada do sujeito para fora do campo do desejo da mãe. [...] No segundo tempo, o Nome-do-Pai, enquanto significante vai duplicar o lugar do Outro inconsciente. Ele dramatiza, em seu justo lugar, a relação com o significante fálico originalmente recalcado e constitui a palavra, sob os efeitos do recalçamento e da castração simbólica, condição sem a qual um sujeito não conseguiria assumir seu desejo [...].

Entre as consequências da correlação entre o Nome-do-Pai e o desejo, está o fato que o Nome-do-Pai,

ao simbolizar o falo (originalmente recalcado) no lugar do Outro, duplica, em consequência, a marca da falta no Outro (que também é a do sujeito: seu traço unário e, por efeitos metonímicos ligados à linguagem, institui um objeto causa do desejo. [...] Quando J. Lacan lembra que o desejo do homem é o desejo do Outro (genitivo objetivo e subjetivo), é preciso entender que esse desejo é prescrito pelo Outro, forma conhecida da dívida simbólica e da alienação, e que, de uma certa forma, esse objeto é igualmente arrancado ao Outro (CHEMAMA, 1995, p. 148-149).

---

<sup>26</sup> O outro barramento imposto ao sujeito é quanto ao objeto *a*.

Já a noção de Objeto diz respeito “àquilo que orienta a existência do ser humano, enquanto sujeito desejante”. O objeto não surge do mundo sensível. Em Freud, deve ser entendido como “um determinante explícito ou implícito: objeto da pulsão, objeto de amor, objeto com o qual se identifica”. Em Lacan, “em oposição a objeto, *a coisa* surge como objeto absoluto, objeto de uma satisfação mítica” (CHEMAMA, 1995, p. 150).

Entretanto, o acesso do sujeito à cultura parece estar relacionado às noções de eu ideal e ideal de eu. A noção de eu ideal corresponde a uma “formação psíquica”, a qual pertence ao domínio do imaginário e representa o primeiro esboço do eu libidinalmente investido.

O termo, introduzido por S. Freud, em 1914 (*Sobre o narcisismo: uma introdução*), designa o eu real, que teria sido objeto das primeiras satisfações narcisistas. Posteriormente, o sujeito tende a reencontrar o eu ideal, característico do estado dito ‘de onipotência’ do narcisismo infantil, do momento em que a criança ‘era ela mesma seu próprio ideal’. Em, *O ego e o id* (1923), Freud compara o eu ideal ao ideal de eu, atribuindo-lhes as mesmas funções de censura e idealização (CHEMAMA, 1995, p. 67, grifos do autor).

Para Lacan, em *O estádio do espelho como formador da função do eu*, de 1949, a elaboração do eu ideal se dá a partir da imagem do próprio corpo no espelho.

Essa imagem é o suporte da identificação primária da criança com seu semelhante, constituindo um ponto inaugural da alienação do sujeito, na captura imaginária, sendo no tronco das identificações secundárias o local onde o ‘je’ se objetiva, *em sua relação com a cultura e com a linguagem, por intermédio do outro* (CHEMAMA, 1995, p. 67, grifo nosso).

Segundo Freud (2004, p. 112), em *À guisa de introdução ao narcisismo*, o ideal de eu se origina do eu ideal, pois o amor por si que o eu verdadeiro já havia desfrutado na infância dirige-se ao eu ideal. Deslocado, surge o narcisismo, que como no eu infantil, agora, neste outro eu; é ideal. Esse eu vê-se perfeito e completo, e nega-se a perder esse *status*. Mas, como não poderá mantê-lo para sempre, em função das repreensões que sofre da educação e do desenvolvimento de sua capacidade de julgar, procura recuperá-lo na nova forma de um ideal de eu. “Assim, o que o ser humano projeta diante de si como seu ideal é substituto do narcisismo perdido da infância, durante a qual ele mesmo era seu próprio ideal”.

O ideal de eu é a “instância psíquica que escolhe, entre os valores morais e éticos exigidos pelo supereu, aqueles que constituem um ideal ao qual o sujeito aspira”. Em Freud, primeiramente, como acima indicamos, o ideal de eu “surge como um substituto do eu ideal. Influenciado pelas críticas parentais e do mundo exterior, as primeiras satisfações narcisistas

buscadas pelo eu ideal são progressivamente abandonadas”, é através desse “novo ideal do eu que o sujeito tenta reconquistá-las” (CHEMAMA, 1995, p. 99). Após a elaboração da segunda tópica, o ideal do eu confunde-se com o sobre eu, em razão de suas funções de auto-observação, julgamento e censura, as quais aumentam as exigências do eu e favorecem o recalçamento. Já em Lacan, ainda segundo Chemama (1995, p. 99, grifo nosso), *o ideal de eu “designa a instância da personalidade, cuja função, no plano do simbólico, é regular a estrutura imaginária do eu, as identificações e os conflitos que regem suas relações com seus semelhantes”*.

O ideal de eu é, então, por nós entendido como uma nova forma de ideal, a qual já está atravessada pelos valores culturais, morais e críticos. Esta é solução encontrada pelo sujeito para recuperar a perfeição de que teria outrora desfrutado, quando acreditou ser, ele próprio seu eu ideal. Nesse mesmo sentido, Novaes (2005, p. 44, grifo nosso) afirma que ao mesmo tempo em que “o ideal de eu é um ponto de alteridade a partir do qual o sujeito se constitui na sua singularidade, como sujeito do significante, o eu ideal é a imagem da qual o sujeito vai se servir para que se construa tanto sua imagem corporal quanto a realidade”. O que faz com que tenhamos, portanto, *“ideal de eu e eu ideal como as duas alteridades no jogo da constituição subjetiva: respectivamente, alteridade simbólica e imaginária”*.

Introduzidas as noções mais básicas, de plano gostaríamos de dizer que abordar a noção de identidade desde uma perspectiva psicanalítica igualmente impõe que se tenha em mente que tal expressão, quando aplicada a seres humanos, sugere uma situação de suposta unidade e pretensa estabilidade<sup>27</sup>, essa sugestão é sem dúvida incompatível com o descentramento que resulta da descoberta freudiana do inconsciente como determinante último da vida psíquica. É o que afirma Octavio Souza (1994, p. i):

quer consideremos a identidade como um sentimento íntimo de unidade consigo mesmo, quer a consideremos como um conjunto predicativo estável atribuído ao sujeito, ela é sempre referida a conteúdos disponíveis para a consciência, implicando, portanto uma relação de desconhecimento e alienação face ao inconsciente [...].

Com isso, este autor quer dizer que a noção de identidade pertence ao domínio do Eu e, uma vez que o objeto principal de estudo da psicanálise é o Isso, resta inviável de ser estudado sob essa perspectiva. Por esse motivo, a via de abordagem de tal tema em psicanálise é a noção de *identificação*. A identificação opera como a marca simbólica que produz em cada sujeito, não sua unidade, mas, sim, sua *singularidade*. As identidades se estabelecem como referência

---

<sup>27</sup> *Unidade* no sentido de reconhecer-se ou ser reconhecido como **um** todo; e *estabilidade* no sentido de, mesmo que por um breve período de tempo, reconhecer-se ou ser reconhecido em função desse **mesmo** todo.

ao *ser*; já a identificação, dá ênfase à referência ao *dizer*. Pensamos que essa diferença deva ser apresentada com mais profundidade, uma vez que ela define nossa posição quanto à noção de identidade.

Segundo Souza (1994, p. ii), no seminário IX, *A Identificação*, Lacan analisa um artigo de Heidegger, chamado *O princípio de identidade*. Nesse artigo, Heidegger (1973) inicia por estabelecer uma diferença entre as noções de identidade e igualdade, dizendo que igualdade sempre requer dois elementos e identidade apenas um, uma vez que não são requeridos dois termos para que uma coisa seja, ela mesma, a mesma. Daí deriva que a fórmula “A é A”, como é frequentemente expresso o princípio de identidade, não estabelece uma igualdade, na medida em que faz referência a apenas um elemento. No entanto, Souza afirma que Lacan observa que, na expressão “meu avô é meu avô” não é estabelecida uma relação de identidade, mas, sim, de igualdade porque o primeiro “meu avô” refere-se à pessoa e confunde-se com seu nome próprio (Pedro, José, etc.), já o segundo “meu avô” refere-se à estrutura de parentesco (o pai de meu pai ou de minha mãe). Temos então uma igualdade entre dois elementos diferentes: “A é igual a A”, e não uma identidade, “A é A”, pois *um* A é igual a *outro* A.

No desenvolvimento do artigo de Heidegger (1973), este define como a(s) identidade(s) é/são pensada(s) na tradição ocidental. Ela(s) o é/são através da fórmula “todo A é ele mesmo o mesmo com ele mesmo”, observando que, em relação à fórmula “A é A”, essa outra fórmula tem a vantagem de explicitar uma mediação sintética que na fórmula simplificada está escondida: “a união em uma unidade”. Ao que completa afirmando que não “podemos representar a unidade da identidade como a simples uniformidade, negligenciando a mediação que se afirma no seio da unidade” (SOUZA, 1994, pág. iii).

Com essa ponderação, Heidegger reconhece o valor daquilo que chama de “pensamento representativo” para a história do pensamento ocidental; mas esse reconhecimento não o impede de ultrapassar essa forma de pensar. Também Lacan, a seu modo, abandona o pensamento representativo, pois não concorda com a relação imediata entre homem (entendido enquanto pensamento) e ser, conclusão a que chega o pensamento de Heidegger. Lacan propõe que o pensamento representativo, aplicado à noção de identidade, seja ultrapassado em termos de uma *identificação simbólica*, que nada mais é do que uma *identificação com um significante* (SOUZA, 1994, pág. iv-v).

De modo distinto à representação, o significante não tem como conceder ao sujeito “uma unificação sintética numa identidade”, uma vez que o princípio de identidade (“A é A”) não pode ser mantido. Souza (1994, p. v), afirma que, baseado em Saussure, Lacan estabelece: “É no estatuto mesmo de A que está inscrito que A não pode ser A, [...] A como significante não

pode de nenhum modo ser definido senão como não sendo o que são os outros significantes”. Por conseguinte, “a unidade englobante da identidade é substituída pela ‘unaridade’ do significante: o ‘um’ não é unificador, mas um traço diferencial com o qual o sujeito se identifica”.

Então, nessa perspectiva, aponta Souza (1994, p. vi), *está em questão pensar uma distinção entre dois tipos de mediação, uma pela imagem e outra pelo significante*, ou seja, distinguir entre uma possível *identidade imaginária*, traduzida pelo permanecer de um objeto no campo perceptivo, e uma impossível *identidade simbólica*, onde “a experiência humana do próprio ser só pode ser resolvida por uma *identificação* com um significante” o qual, em vez de conferir unidade, produz um sujeito (barrado), “efeito da cisão entre ser e significante (pensamento)”. Através do viés psicanalítico essa é a distinção entre tais termos, que nada mais é até agora do que mais uma precisão conceitual. A noção de identidade pertence ao registro do imaginário, onde predomina a imagem. A noção de identificação, por sua vez, pertence ao registro do simbólico, onde predomina a linguagem, ou seja, da identificação com um significante.

Para a(s) identidade(s) imaginária(s), cabe o exemplo de um objeto que é mostrado, logo após é escondido e então é novamente mostrado. O reconhecemos como o mesmo objeto, pois, quando o objeto desaparece, formamos uma imagem que assegura a determinação da identidade entre tais presentificações do objeto. Contudo, uma mera mediação de imagem mostra-se deficiente quando questionamos a forma de existir no mundo que o ser humano experimenta; pois, o mais importante, nesse caso, não é saber se os outros nos consideram o mesmo, é saber sobre esse “mais íntimo de nós mesmos onde tentamos nos ancorar; a raiz, o fundamento do que somos enquanto sujeitos” (LACAN apud SOUZA, 1994, p. vi).

Essa mesma inadequação é apontada por Freire Costa (1989, p. 107-108, grifo nosso), ao analisar uma passagem de Hannah Arendt: nosso próprio vocabulário não nos favorece dizer *quem* alguém é, apenas *o que* alguém é; pois, nessa tentativa, geralmente nos perdemos descrevendo qualidades que certa pessoa compartilha com outras, distanciando-se assim daquilo que essa pessoa tem de singular e específico. Entretanto, alguns instrumentos da linguagem podem sim funcionar como *operadores de individualização*. Os *nomes próprios* são um exemplo de processo de determinação não-predicativo que, se não descreve o *quem*, designa-o de maneira evidente.

Através de determinado viés, podemos pensar que esse desdobramento de Freire Costa (1989, p. 110) em torno dos operadores de individualização, que têm nos nomes próprios seu exemplo mais destacado, pode ser estendido para os significantes, sendo essa a saída de Freire

Costa para o labirinto proposto por Arendt, da impossibilidade de responder *quem* alguém é. Tal resposta só pode ser dada por meio de uma “referência aos operadores de individualização, ou seja”, pelo “significante em seu caráter não-predicativo”; o que, segundo Souza (1994, p. vii-viii), para Lacan, põe em prática a anulação, “no ato designativo, de todas as diferenças qualitativas presentes no objeto percebido”.

Para demonstrar essa operação, [Lacan] faz referência ao termo freudiano *einzigster Zug*, traduzido por ‘traço unário’, o qual se apresenta, em suas palavras, como a ‘forma mais simples’ do significante, a ‘essência do significante’. O exemplo de que mais freqüentemente lança mão para mostrar o que entende por traço unário é o do caçador que, a cada tiro que acerta, faz um entalhe, marca um traço na coronha de sua espingarda (SOUZA, p. viii).

Independente de que espécie de animal foi morto ou do que possa ter acontecido na caçada, todos os entalhes são iguais, a única diferença é sua posição na série. “É assim que o significante se apresenta como pura diferença, diferente das diferenças atribuídas às dissemelhanças (*sic*) qualitativas percebidas na realidade”. Essa etapa é descrita como o “nível elementar” do surgimento do significante, onde, mais claramente é possível “perceber em que medida o significante derroga o princípio da identidade”; pois, não está em causa “dizer que um entalhe é igual a ele mesmo, pelo simples motivo que iguais são todos entre si” (SOUZA, 1994, p. viii). É por isso que a identidade não lhes confere unidade, quem faz isso é a diferença de posição em relação aos outros. O último dos entalhes tem, em relação ao penúltimo, a diferença essencial de ser, exatamente, o último. Tal entalhe prescinde de qualquer identidade a si para que se distinga dos outros.

É essa referência à pura diferença, ou a simples possibilidade de estabelecê-la, que “permite que o ser humano conte, e é a conta que lhe atribui um passado, fazendo com que sua experiência não fique limitada à dimensão do vivido imediato” (SOUZA, 1994, p. viii). Por conseguinte, podemos pensar que o que possibilita ao ser humano não ficar limitado a somente *ser*, mas também *saber-se ser* é o significante. Entretanto, pode-se questionar que *saber-se ser* não é a mesma coisa que saber *o que se é* e muito menos *quem se é*; com o que concordamos; mas, não se pode perder de vista que *saber-se ser* é o que abre a possibilidade para o sujeito de questionar-se sobre *quem* ele é.

Freud, no capítulo VII de *Psicologia das massas e análise do ego* (1990) menciona três maneiras de identificação: a narcísica, a formadora do ideal de eu e a histórica. A *identificação narcísica* origina-se por uma incorporação do pai da pré-história. Essa referência à pré-história indica pensar que essa identificação é anterior ao investimento objetal, o que impossibilita que

de tal identificação resulte uma perda de objeto. A *identificação formadora do ideal de eu* sim é consequência de um desses tipos de perda, a perda de objetos libidinais da história edípica do sujeito. Essa identificação não copia a forma total do objeto copiado, apenas um de seus traços: o traço unário de que fala Lacan. É esta a forma de identificação que Lacan toma como base quando relaciona o mecanismo de identificação e o significante: o sujeito identifica-se com determinado significante quando, de alguma forma, na simbolização que esse sujeito atribui a esse significante, a qual por sua vez estará sempre ancorada na simbolização prévia que a cultura deu a esse significante, algo o faz lembrar o traço unário do objeto libidinal da história edípica perdido (SOUZA, 1994, p. ix-x).

Já a *identificação histórica*, diz respeito a dar destaque na pessoa-modelo, não no quanto ela seja desejável, mas no quanto ela seja desejante. O que faz com que a posição de objeto copiado possa ser ocupada por qualquer um, bastando para isso que essa pessoa evidencie seu desejo insatisfeito. Essa terceira forma de identificação, na visão de Lacan, tem “um papel estruturante na formação do sujeito e da fantasia que o sustenta como desejante: o de reintroduzir como falta o objeto perdido na segunda identificação, inaugurando o movimento do desejo como busca do reencontro”. O que faz com que, a partir das três formas de identificação propostas por Freud, Lacan proponha, respectivamente, “a formação de três elementos fundamentais para a constituição do sujeito: o Nome-do-Pai, o ideal de eu e o objeto”. O Nome-do-Pai “instaura o campo da metáfora que possibilita o desejo”; o ideal de eu responde por uma condição necessária para o exercício desse desejo, qual seja “de onde desejar?”; e o objeto responde, igualmente, por outra condição necessária para esse exercício, definir “o que desejar?” (SOUZA, 1994, p. x).

Resta que, ao estabelecermos uma relação entre a noção de identificação e a natureza do significante que anteriormente expusemos, especificamente a segunda forma de identificação, a simbólica, essa que forma o ideal de eu a partir do traço unário, o significante seu nível elementar, exemplificado no entalhe empreendido pelo caçador, entendemos que “na série contável dos traços unários” não irá tal sujeito identificar-se “a nenhum traço unário em particular, mesmo porque são todos iguais”, “o sujeito identifica-se com a possibilidade da conta, confundindo-se e sendo a mesma coisa que a operação ‘mais um’ da produção do sucessor”. Assim sendo, com a identificação do sujeito a um significante, inaugura-se um campo onde “todas as respostas que o sujeito produzir para a questão ‘quem sou eu?’ serão marcadas pelo caráter não-predicativo e serial desse significante”, guardarão algum tipo de relação com ele. E, dado o referido caráter desse significante, que se apresenta como pura

diferença, não haverá resposta final ou correta para a pergunta, uma exigirá outra infinitamente (SOUZA, 1994, p. x-xi).

Neste contexto, vejamos o que afirma Souza (1994, p. xi) ao responder sobre a igualdade conceitual entre traço unário e operadores de individuação. Diz que apesar de compartilharem ambos o predicativo da não-predicabilidade, no nível primitivo de funcionamento do traço unário, não é possível ainda entendê-lo como um operador de individuação do sujeito. “É verdade que o sujeito nasce pelo contável do traço, mas, como já foi dito, ele aí ainda não está singularizado, na medida em que se confunde com a própria conta”. E, complementa:

Uma aproximação possível entre traço unário e a demarcação inequívoca do sujeito pela qual procedem os operadores de individuação surgirá quando da formação do ideal do ego, momento em que um traço unário é extraído da série do contável para representar, para o sujeito, a perda do objeto edipiano. Daí em diante, esse traço unário ganha valor de significante [pleno], na medida em que é a partir dele (de onde desejar?) e identificando-se a ele que o sujeito passará a interrogar todos os outros significantes da cadeia em busca de reencontrar-se (SOUZA, 1994, p. xi).

Diz-se que é a “aproximação possível” em razão de que o ideal de eu “demarca ‘inequivocamente’ não o sujeito, mas o lugar de onde o sujeito surge enquanto movimento de representação”.

Dessa forma, essa demarcação simbólica daquilo que resulta como possibilidade para constituição do ideal de eu, a partir da não-predicabilidade do traço unário, assim como a concretização disso, ou seja, as identificações do ideal de eu com os elementos culturais, resultam na oportunidade de focalização de um eu ideal recoberto, “imaginariamente [re]construído pelos conteúdos qualitativos dos ‘constituintes conceituais’ predicativos da linguagem”. Onde a ilusão do eu de uma identidade acabada é entendida como uma ambição sua de alcançar, através de identificação a certos ideais, valores ou simples adjetivos, culturalmente simbolizados, percebidos pelo ideal de eu, igualdade ao eu ideal. É precisamente em razão de o sujeito ser barrado, por não ter um significante particularmente seu no Outro, que o ideal de eu precisa buscar na cultura alvos para essas formações substitutivas. Dessa forma, cada resposta que o sujeito lança para dizer quem é inevitavelmente estará delimitada no intervalo entre o eu ideal e o ideal de eu, entre traço unário e conteúdos qualitativos dos constituintes conceituais predicativos da linguagem. “A multiplicidade das respostas deriva do significante enquanto série, ao passo que possibilidade de resposta contingente e singular deriva do campo da segunda identificação, na qual o ideal de ego aponta para o ego ideal” (SOUZA, 1994, p. xii).

Mas, como os conteúdos predicativos da linguagem nunca serão contingentes e singulares como necessita o sujeito, este acaba por operar em um circuito de repetição, sempre buscando a identificação que ilusoriamente por algum tempo lhe é contingente e singular, mas que em algum momento será vacilada. A constatação da insuficiência da resposta faz com que cada uma delas venha a ser relançada. É o conhecimento da impossibilidade de o eu efetivo equiparar-se ao eu ideal, assim como a “possibilidade que a estrutura confere de se reduzirem de novo a um significante não-predicativo as diferenças qualitativas que compõem o quadro da resposta” que fazem com que o sujeito encontre elementos para chegar a tal constatação (SOUZA, 1994, p. xii). Resulta, para o sujeito psicanalítico,

uma perpétua tensão entre um nome [próprio] ao qual está ancorado, e que não pode dispensar por ser a condição de sua individualização, e conteúdos que disputam a propriedade do nome, pretendendo ser o único ou o verdadeiro sentido que o nome pode ter. Esses conteúdos vão formar as representações constitutivas da identidade ou subjetividade, que [...] são uma faceta do sujeito (FREIRE COSTA apud SOUZA, 1994, p. xii-xiii).

Dessa forma, a(s) identidade(s) do sujeito corre(m) perigo na medida em que “os conteúdos que a constituem podem sempre ser reduzidos a um significante não-predicativo”, mas isso não impede que ela seja “relançada num outro patamar”, que ela se reconfigure. É precisamente por isso que não se pode “falar de identidade nos termos de ser o sujeito ele mesmo o mesmo consigo mesmo”. A(s) identidade(s) é/são uma faceta que se renova(m) o tempo todo quando “o sujeito efetivamente diz o que tem a dizer”. Ela é o tom imaginário que o sujeito dá para aquilo com o que simbolicamente se identifica (SOUZA, 1994, p. xiii).

\*\*\*

É importante que aqui façamos uma ressalva. Em nosso entendimento, o sujeito de que Souza fala é o sujeito psicanalítico, o sujeito do inconsciente. Aquele que está se colocando como questão, que está pensando sobre si. Situação basilar de uma análise psicanalítica. Evidentemente, nem todos os sujeitos estão neste processo. A grande maioria deles nunca chega a passar por uma experiência de análise. Entretanto, isso não os impossibilita colocarem-se em questão. Isso apenas é feito de forma muito mais eventual e desorientada fora da situação de análise do que quando em análise. Dessa forma, pontuamos que a constante impermanência da identidade da forma como é apontada por Souza diz respeito à identidade dos sujeitos que estão colocando a si, a suas atitudes, a suas crenças ou a seus pensamentos em questão. Para aqueles

que não estão se colocando em questão, apesar da impermanência identitária ser inevitável, haverá momentos mais longos de estabilidade para suas configurações identitárias.

É nesse contexto que existem certos constituintes conceituais predicativos da linguagem que são mais estáveis do que outros nesse quadro de respostas. Alguns permanecem ali por muito tempo. Octávio Souza explica que a permanência de tais respostas, aquilo que possibilita ao sujeito reconhecer-se enquanto tal, deriva da provisória passagem deste quadro pelo registro do imaginário, momento em que o sujeito engana-se ao concluir que encontrou suas respostas finais, configurando tal quadro enquanto uma imagem, ou seja, provisoriamente estático.

Entendemos que a estabilidade de cada elemento que compõem esse quadro imaginário de respostas está diretamente ligada à consistência da sustentação simbólica de determinado conteúdo predicativo da cultura, alvo das identificações do ideal de eu em sua busca por reconstruir ilusoriamente o eu ideal, pois é esse conteúdo simbólico que será relacionado de alguma forma, pelo sujeito, com o traço unário de seu eu ideal recalçado, produzindo assim uma formação substitutiva. Caso esse conteúdo predicativo da cultura perca o arranjo simbólico que detém e que possibilitou ao sujeito empreender tal ligação (a identificação simbólica com o traço unário de algum elemento de seu eu ideal recalçado), essa relação simbólica deixará de existir. Será necessária então uma nova resposta.

Fica claro agora porque fala-se de uma desarmonia quando da tentativa do estudo da noção de identidade através de um viés psicanalítico. Desde essa perspectiva, em razão da abordagem do inconsciente que lhe é própria, o processo a ser estudado é o da *identificação*, e a noção a ser estudada é a da *subjetividade*, a qual comporta as vicissitudes das respostas. Entretanto, em que pese esta precisão conceitual, manteremos o termo *identidade* na realização deste trabalho, dada sua familiaridade aos outros campos do conhecimento que envolvem esta pesquisa. Deixamos claro que nosso objeto de estudo refere-se a estes quadros momentaneamente estáticos das respostas encontradas pelo sujeito entre os predicativos da linguagem, simbolizados pela cultura, para configurar-se.

À guisa de dar encaminhamento ao estudo, não podemos deixar de perceber que, se considerarmos as características pertinentes às condições socioculturais e estético-políticas da contemporaneidade que apresentamos no subcapítulo anterior, especificamente o aumento da fugacidade das condições em geral, podemos pensar em uma aceleração do circuito de substituição de identificações em que vive o sujeito, em sua busca por dar um tom imaginário para aquilo com o que simbolicamente se identifica, conforme acima apresentamos. Com a fragilização da sustentação simbólica dos conteúdos culturais na pós-modernidade, entendemos que o quadro de respostas para a questão *quem sou eu?* entoada pelo sujeito desse período teve

sua volatilidade acelerada. Relembramos a conclusão a que chegamos no subcapítulo anterior, a indicação de uma dificuldade do sujeito pós-moderno quanto a sustentar suas configurações identitárias, o que chamamos de o problema das identidades na pós-modernidade.

Dessa forma, relacionamos a volatilização da sustentação simbólica dos conteúdos culturais ao referido problema das identidades na pós-modernidade, o que novamente estabelece uma ligação entre este e a incredulidade às grandes narrativas. Entretanto, encontramos outras questões de grande relevância. A principal delas, a apresentação do mecanismo através do qual as identidades escolhem os conteúdos que funcionam como seus provisórios predicados.

Destarte, entendemos que, para consigamos apresentar a tese que estamos aqui defendendo, ou pelo menos a parte dela que é relativa às representações que são potencialmente prejudiciais ao sujeito que as tomar enquanto matrizes identitárias pelo viés do que chamamos de panorama das identidades na pós-modernidade e com isso ainda alcançar a primeira categoria de interpretação de nossa análise empírica, precisamos agora empreender uma abordagem da esfera cultural através de um viés específico, o da análise das instituições socioculturais que em grande medida conferem sustentação simbólica a todos os tipos de conteúdos culturais, uma vez que entendemos que é justamente em razão disso que essas instituições podem ser consideradas matrizes que fornecem elementos para as configurações identitárias. Com isso, poderemos abordar em maior profundidade essa relação e avançar no sentido de descobrir se estão os órgãos governamentais ligados à atividade laboral midiaticamente ofertando a representação oficial de um trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial a esse sujeito. É o que fazemos a seguir.

### CAPÍTULO III – IDENTIDADE, MÍDIA E SIMBOLIZAÇÃO

No primeiro capítulo desta tese, iniciamos a problematização de nosso objeto teórico estabelecendo a pertinência da noção de identidade ao campo epistemológico da Comunicação, em especial ao subcampo da Comunicação Midiática. Com isso, alcançamos a construção de um panorama inicial referente à noção de identidade na contemporaneidade que nos indicou a ascensão da esfera midiática a um lugar de destaque entre as referências culturais para sua conformatação. Tomamos esse panorama como base.

Em seu segundo capítulo, diferenciamos as configurações identitárias da modernidade e da pós-modernidade, o que nos indicou a possibilidade da incredulidade nas grandes narrativas estar causando um problema para o sujeito pós-moderno no que tange à sustentação de suas configurações identitárias. Deixamos essa indicação em suspenso uma vez que avaliamos que precisávamos nos aprofundar no modo como se configuram identidades antes de abordá-la. Tal aprofundamento nos levou aos conteúdos predicativos culturalmente simbolizados como alvos das identificações que resultam em identidades, o que, relacionado às características da pós-modernidade que apresentamos, nos possibilitou perceber a dificuldade do sujeito pós-moderno de sustentar suas identidades, resultando por vezes em sofrimento psicológico para este.

Optamos, então, neste terceiro capítulo, em dar prosseguimento ao ponto em que chegamos com uma abordagem da esfera cultural através de um viés específico, o da análise das instituições socioculturais que ocuparam ou ocupam um lugar privilegiado enquanto matrizes que em grande medida conferem sustentação simbólica aos conteúdos culturais, uma vez que entendemos que são essas instituições que fornecem os principais elementos para as configurações identitárias.

É o que fazemos em seu primeiro subcapítulo, intitulado *A mídia como instituição culturalmente hegemônica para os parâmetros de configuração da(s) identidade(s) na idade contemporânea*, onde, no decorrer da análise que nos leva a entender a mídia como a instituição que na atualidade tem a maior capacidade de fornecer a referida sustentação simbólica,

abordamos a relação que anteriormente havíamos deixado suspensa. Essa abordagem abre para nós novas questões, para além do viés social, mas relativas ao sujeito pós-moderno em sua individualidade, que complementam nosso entendimento quanto à relação do problema das identidades na pós-modernidade e a incredulidade nas grandes narrativas. É o que fazemos em seu segundo e último subcapítulo, intitulado *A (des)simbolização do sujeito pós-moderno*, o que nos permite construir a primeira categoria de interpretação de nossa posterior análise empírica.

### 3.1 A MÍDIA COMO INSTITUIÇÃO CULTURALMENTE HEGEMÔNICA PARA OS PARÂMETROS DE CONFIGURAÇÃO DA(S) IDENTIDADE(S) NA IDADE CONTEMPORANEA

Neste subcapítulo, temos o objetivo de construir uma breve genealogia<sup>28</sup> das instituições que foram culturalmente hegemônicas quanto à proposição de parâmetros para a constituição de identidades. Consideramos tais instituições como culturalmente hegemônicas para os parâmetros de constituição de identidades em função de que (1) se concluímos, a partir do segmento anterior, que é a partir da identificação simbólica com os conteúdos predicativos culturalmente simbolizados que o sujeito imaginariamente constrói sua identidade, e que é a consistência da sustentação simbólica desses conteúdos que em grande parte promove a estabilidade da identidade do sujeito, e (2) se aceitarmos que as instituições culturalmente hegemônicas colocam-se em posição privilegiada para estabelecer, através dos predicativos da linguagem, a simbolização dos conteúdos culturais, então, (3) podemos pensar que tais instituições, nesses termos, são responsáveis, em grande parte, tanto pela oferta de elementos para a configuração identitária, quanto pela sua manutenção, após imaginariamente configurada. Pois, se a identificação simbólica apresentada no capítulo anterior representa a etapa autônoma da constituição identitária do sujeito, a simbolização dos conteúdos culturais pelas instituições culturalmente hegemônicas representa sua etapa heterônoma.

Dessa forma, o que fazemos, então, é uma análise de caráter pessoal que tem como referência as características atribuídas aos tradicionais períodos da História no ocidente. Nossa ênfase, em função dos objetivos gerais deste trabalho, recai sobre a Idade Contemporânea. O raciocínio que aqui realizamos nos permite, ao fim, pensar a forma como a mídia, a instituição que acreditamos ser atualmente a hegemônica quanto aos parâmetros de configuração das identidades, (des)articula tais parâmetros, situação que entendemos só se torna possível em razão da incredulidade às grandes narrativas. Concluímos este segmento apresentando de forma mais detalhada o processo de simbolização midiática dos conteúdos culturais, assim como introduzindo consequências da referida constatação.

---

<sup>28</sup> Gostaríamos de esclarecer que entendemos que as características que marcam as diferentes eras que aqui retratamos não são homogêneas como por vezes nosso texto pode fazer parecer. O período de tempo compreendido nessas eras, assim como a amplitude territorial e cultural compreendida resulta em inúmeras peculiaridades, as quais não temos como aqui abordar. Por essa e outras questões, a metodologia de dividir a história em períodos de características comuns é veemente rechaçadas por muitos historiadores. Evidentemente, a história é contínua, não se divide em blocos. Mesmo sabedores disso, utilizamos aqui essa metodologia para que possamos com mais clareza nos articularmos quanto ao que queremos aqui enfatizar, uma vez que não temos outra forma de fazer isso.

\*\*\*

Podemos entender Genealogia como a ciência, auxiliar à (ou auxiliada pela) História, que estuda a origem, a evolução e/ou a disseminação de determinada noção, evento ou fenômeno. É nessa direção que aqui faremos um esforço, no sentido de uma elucidação sócio-histórica de diversos elementos que serviram de parâmetro para a conformação de identidades. Como dissemos, entendemos a simbolização empreendida pela cultura como a matriz a partir de onde o sujeito retira elementos para identificar-se e assim configurar sua temporária ilusão de identidade. Dessa forma, a instituição que ocupa um lugar hegemônico enquanto fonte simbólica pode, em seu tempo, em certa medida, oferecer a maioria dos elementos que servem de parâmetro para a conformação de identidades.

Entendemos que, assim, refletindo sobre a trajetória que observamos para as diferentes configurações que a História nos mostra, relativas à(s) instituição(ões) que foi/foram hegemônica(s) em cada período, encontramos sustentação para melhor compreender essa situação na contemporaneidade. Evidentemente não temos a pretensão, nem a ilusão, de abordar, aqui, todas as instituições que um dia ocuparam essa posição, apenas fazemos um raciocínio que leva a contemplar aquelas que consideramos mais importantes, em função de alguns de seus elementos ainda estarem servindo de parâmetro para a configuração das identidades nos dias de hoje.

Para fins metodológicos, estamos aqui tomando como base para contextualização a tradicional divisão dos períodos da História no ocidente (Pré-História e Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea), por entender que esses períodos encerram em si, respectivamente, características até certo ponto comuns, o que torna possível nossa proposta de contextualização. São utilizadas, na análise do último desses períodos, com objetivo de enriquecer o raciocínio exposto, novamente as categorias filosófico-sociológicas referentes às últimas condições socioculturais e estético-políticas da vida no ocidente: modernidade e pós-modernidade, as quais muito nos ajudam em nossa reflexão.

Para que seja possível pensar em elementos que servem de parâmetro para a configuração de identidades, faz-se necessário que uma identidade exista em um sentido pleno, ou seja, resultando de uma identificação simbólica. Não há consenso em torno de uma data que estabeleça um marco a partir do qual isso passou a acontecer. Mas, acreditamos que não é necessário pensar em identidade em termos conceituais para que ela exista. Considerando uma de suas definições mais simples, ela passou a existir no momento em que pela primeira vez

completou-se a frase “eu sou...”, sendo que essa afirmação não está condicionada à verdade dos fatos. É pacífico afirmar que tal aquisição ocorreu na Pré-História (... - 4000/3500 a.C.).

A Pré-História é o período da História anterior à invenção da escrita. Nele, o Homem desenvolve a linguagem; domina o fogo; passa da convivência em grupos, nas cavernas, em nomadismo, para as primeiras casas, sedentarismo, onde a individualização da família vai aos poucos acontecendo; cria as primeiras cidades-estados, também os primeiros reinos; e, culmina, na invenção da escrita (VICENTINO, 1997). Esse período da História do ocidente é demasiado extenso, há uma distância de milhares de anos em relação ao presente. Nesse meio tempo diversas mudanças fundamentais para a caracterização que aqui estamos propondo ocorreram. Esse enorme afastamento faz com que dificilmente possamos abrir questões de uma maneira mais aprofundada quanto à instituição culturalmente hegemônica nesse período.

Contudo, algumas especulações pontuais podem ser feitas, as quais: (1) Pelo fato de termos enfatizado, no segmento anterior, entre outras coisas, a identificação simbólica como discursiva, ou seja, somente produzida no interior do discurso, da ordem do dizer, e levando-se em conta o fato de ser consenso o surgimento da linguagem ter ocorrido na Pré-História, consideramos que o surgimento da noção identidade ocorreu nesse período. (2) Como o surgimento da linguagem se dá na situação em que o Homem vive em cavernas, em grupos; e, como nesta ocasião não há registro de alguma outra instituição hierarquicamente superior ao grupo, uma vez que a família e a comunidade ainda estão em vias de constituírem-se enquanto instituições, supomos que podemos dizer que a primeira instituição culturalmente hegemônica foi o *grupo* de convivência ao qual pertenciam esses indivíduos, pioneiros da linguagem. (3) Com o abandono do nomadismo e a opção pelo sedentarismo, com o abandono da caverna e a opção pelas casas, gradativamente vai-se abandonando a situação grupal e, em primazia à comunidade, vai-se constituindo a família. O grupo ganha um pleiteante ao trono de instituição culturalmente hegemônica que até então isoladamente ocupava; gradativamente, esse pleiteante irá ocupar seu lugar, sendo, então, a *família*, a segunda instituição que, provavelmente, tenha ocupado o lugar de culturalmente hegemônica.

Acreditamos ser necessário que um esclarecimento aqui se faça. A proposição de haver um local capaz de estabelecer alguns parâmetros para a conformação de identidades pode tornar-se equivocada se tomada em certos sentidos, um deles é o de entender este local como ocupado por apenas uma instituição. Pois, nenhuma instituição proporá sozinha os elementos que o sujeito disporá para identificar-se, esse é um acontecimento que se dá em concomitância, em simultaneidade, entre muitas instituições. O que há é uma gradação de forças entre elas, onde, em função de determinada condição sócio-cultural e estético-política vigente, configurar-

se-á uma situação que terá alguma delas como predominante. Então, no raciocínio que até aqui apresentamos, que, como dissemos, propõe uma breve genealogia das instituições culturalmente hegemônicas para os parâmetros de configuração da(s) identidade(s) em razão da consistência da sustentação simbólica dos conteúdos culturais, o advento da *família* a esse lugar (principal) em nada exclui o *grupo* desse processo. Ambos passam a atuar em simultaneidade.

Outro dos sentidos que conduzem a um equívoco é o de entender esse processo que estamos tentando descrever como uma relação de causa e efeito, ou algum outro mecanismo que conta com certo grau de previsibilidade, onde qualquer tipo de manipulação seria possível. Tal processo, em nossa visão, é absolutamente imprevisível e incontrolável, justamente por não haver quem controle a instituição família, a instituição grupo, ou qualquer outra instituição que aqui comentamos. Se há alguma impressão de controle sobre essas instituições, ela se dá sempre *a posteriori* em relação ao acontecimento social tido como consequência/efeito de tal controle; o que, obviamente, invalida tal impressão. E, se nossa descrição faz por vezes parecer ser possível algum tipo de controle sobre essa situação, tal inadequação se dá de uma maneira involuntária, é fruto exclusivo de não encontrarmos um modo melhor para expressarmos-nos. Apenas para reforçar: em nosso julgamento, nos termos do que estamos aqui analisando, consideramos que não há como controlar ou manipular a conformação de identidades, justamente porque não se pode determinar o que pelo sujeito foi destacado como traço unário de seu eu ideal primitivo, e também porque cada sujeito possui um traço unário único, diferente de todos os demais, assim como porque cada identificação simbólica estabelecida pelo sujeito para ligar traço unário e conteúdo cultural é igualmente única e imprevisível, o que não significa que algum tipo de conformação não possa existir, apenas a limita a existir de uma forma particular, livre de pré-determinações.

(4) Tendo o Homem passado ao sedentarismo, e tendo a família rudimentarmente se constituído, inicia-se a composição da comunidade, a qual está fundamentada na ancoragem do Homem ao local onde vive. A *comunidade* passa, então, por sua vez, a contender o lugar privilegiado em relação à cultura; morada da qual, após certo tempo, transitoriamente toma posse. Estamos aqui usando a noção de *comunidade* num sentido bastante amplo, quando de seu surgimento, entendemos que se referia a poucas pessoas que estavam espacialmente em contato, em função de fixarem suas habitações em proximidade umas das outras; com o passar do tempo, com a criação das primeiras cidades-Estado e dos primeiros reinos, com poder

centralizado, passa a contemplar um número progressivamente maior de pessoas que, em função de uma organização social mais articulada, passam a conviver<sup>29</sup>.

Já a Idade Antiga, que se inicia com a invenção da escrita, em algum momento entre 4000 a.C. e 3500 a.C. e termina com a queda do império romano do Ocidente, em 476 d.C. (VICENTINO, 1997). Segundo Oliveira (1994), esta época pode ser em linhas gerais caracterizada pelo princípio da formação, ainda um esboço, dos Estados-nação, os quais são territórios e organizações com maior grau de complexidade dos que as cidades-Estado da Pré-História, onde há, nos Estados-nação, o tracejar de certo grau de nacionalidade; pela construção de grandes Impérios; pelo desenvolvimento do comércio em maior grau; pelo enriquecimento do pensamento, principalmente em função da filosofia grega, que faz com que o mito, a lenda e a ficção do fato histórico percam seu lugar; e, pelo surgimento de algumas das grandes religiões que conhecemos, como o cristianismo, o judaísmo e o budismo.

Durante esse período os Estados e os Impérios, nos referimos especificamente às nacionalidades que emanam deles, na grande maioria dos casos, não chegam a constituírem-se como referenciais para identidades, em função de que algumas vezes esses Estados e, mais frequentemente os Impérios, assumiam proporções grandiosas e o contato cultural interno ou externo era pontual, fragmentado e fugaz, insuficiente para constituir uma coesão dos elementos culturais nos termos que aqui procuramos.

A *Filosofia grega*, com todo o redimensionamento que proporcionou do estudo de problemas ligados ao conhecimento, à verdade, à existência, aos valores e à linguagem, em função da amplitude de sua abrangência, sim, pode ser apontada como um lugar com importância suficiente para estabelecer parâmetros culturais, sua influência ainda pode ser sentida, sendo essa, então, outra das instituições culturais hegemônicas mais importantes em nossa avaliação. Outra instituição que será, à frente, da mesma forma caracterizada, mas que começa já nesse período a acender a uma posição de maior destaque é a religião, especificamente a Católica Apostólica Romana; contudo, seu domínio só será experienciado no próximo período histórico que a seguir analisamos<sup>30</sup>.

---

29 É possível que se objete quanto à diferenciação das noções de *grupo* e *comunidade*, os principais fatores que os diferenciam, em nossa visão, são a organização social interna, a constância (permanência) dos membros e o número de pessoas a que se refere. Com relação a essas duas noções, podemos fazer a seguinte relação: toda comunidade é um grupo, mas a recíproca não é verdadeira.

30 Lembramos que estamos empreendendo essa análise tendo como referência as instituições culturais que de alguma forma ainda exercem influência na configuração da(s) identidade(s) no ocidente. Já neste período, em certos lugares, a religião ocupava posição privilegiada. Assim como, fora da Grécia, quanto mais distante dela, mais a filosofia grega ia perdendo sua relevância em razão de seu desconhecimento.

Tal período denomina-se Idade Média, ele é temporalmente delimitado por dois eventos políticos, pois inicia-se com a queda do império romano do ocidente (476 d. C.) e termina com a queda do império romano do oriente, com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos (1453 d.C.), segundo Vicentino (1997). A Idade Média se distingue dos demais períodos por ser o mais marcadamente europeu deles. Na Europa, após a implosão do império romano do ocidente, restou apenas uma instituição de grande força social, a *Religião*. Os castelos e a cavalaria medieval são dois de seus grandes ícones. O sistema de organização social e político que predominou durante a Idade Média foi o feudalismo. Também é marcante que nesse período se dá a origem das monarquias (Estados) nacionais, algumas das que conhecemos hoje, e o início das universidades (OLIVEIRA, 1994). Entretanto, é somente nos períodos subsequentes, na Idade Moderna e na Contemporânea, respectivamente, que as monarquias nacionais e a universidade irão exercer sua influência com vigor.

Na Idade Média, a religião passa a estar presente mais intensamente em muitas das ações do Homem, como na Filosofia, nas artes, na ciência e nas guerras, seu poder atinge patamares quase ilimitados e rapidamente ela se torna a instituição cultural hegemônica dessa época, por mais que já existisse e já causasse influencia desde tempos bem mais remotos. A religião passa a ditar os valores morais e espirituais da cristandade, que são os parâmetros para configuração de identidades ocidentais nesse período, e torna-se assim responsável pela unidade de toda a Europa, que comungava essa mesma fé. É relevante observar que estamos falando de uma instituição especial, pois, talvez, seja, dentre elas, a que exerceu a força de conformatar identidades com mais robustez, visto o ambiente cultural bem delimitado e impositivo que se criou. Como se disse, uma instituição, mesmo que hegemônica, não estabelece os parâmetros para constituição de identidades sozinha, sempre há uma multiplicidade, uma concomitância delas; entretanto, durante a Idade Média, é quando notamos, possivelmente, a maior prevalência de uma instituição em relação às outras. Mas, sobretudo, não devemos perder a noção de que esse é um período essencialmente europeu, ou seja, que retrata a história da Europa. A América nem “descoberta”, ainda, havia sido; portanto, “não existia”.

O próximo período da História do ocidente é a Idade Moderna, ela inicia-se com a queda do império romano do oriente (1453 d.C.) e termina nos dias da revolução francesa (1789 d.C.), segundo Vicentino (1995, 1997). Nesse período efetiva-se o chamado renascimento comercial, o qual já vinha ocorrendo desde o século XI. A Idade Moderna caracteriza-se também pela substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista, transição intimamente ligada à ocorrência das cruzadas (outro de seus marcos), que expandiram o

comércio. O castelo vai dando lugar à cidade burguesa, e vão-se criando modos pelos quais lugares distantes pudessem entrar em comunicação. Recentemente, em 1440 d.C., Johannes Gutenberg havia inventado a imprensa, através de seus tipos móveis. Outra característica dessa época é o surgimento das grandes navegações, que têm como um de seus ápices o descobrimento da América, fato que abre caminho para as práticas de colonização (VICENTINO, 1995).

Principalmente nos planos cultural e estético, mas também nos planos social e econômico, viu-se o que se convencionou chamar de Renascimento, o abandono do pensamento religioso em favor de uma lógica centrada no Homem e na Natureza, um retorno aos valores da Idade Antiga. Essas alterações exigiam uma reformulação da estrutura social. Logo surgiram, dentro do próprio catolicismo, as primeiras críticas às ideias da igreja católica, as quais culminaram na Reforma Protestante e que receberam como resposta a Contra-Reforma da igreja romana. E, finalmente, no plano político houve a ascensão do absolutismo monárquico, a centralização do poder em torno do rei, um novo absolutismo, agora esclarecido e progressista, que se funda numa ordem política que se expressa na constituição de um Estado moderno, assim como em uma nova coletividade que, por fim, formará a nação (SILVA; PENA, 1972).

Recapitulando: renascimento comercial/expansão do comércio; fim do feudalismo, início do capitalismo; invenção da imprensa; grandes navegações; descobrimento da América; colonialismo; renascimento; reforma; contra-reforma; absolutismo monárquico; Estado moderno; e, nação. São muitas as mudanças ocorridas durante a Idade Moderna. O advento do capitalismo permite aos parâmetros de configuração de identidade dos homens inicialmente uma maior flexibilidade, já que eles resultam agora descompromissados da rígida e polarizada hierarquia “senhor-vassalo” ou dos mandamentos divinos; mas, mais tarde, a ascensão do positivismo, irá enrijecê-los sobremaneira.

O descobrimento do “novo mundo” igualmente reconfigura as possibilidades de disposição desses parâmetros, uma vez que choca e descentra o europeu, o qual está agora mais próximo a uma outra forma de estar-no-mundo, a dos índios americanos, eminentemente diferente da sua. Em contrapartida, o colonialismo novamente possibilita, em certo sentido, bipolarizar a configuração de identidades, entre colonizador e colonizado; não que essas sejam as duas únicas formas possíveis de serem assumidas, mas de agora em diante sempre se pode pensar internamente a delas, quando se considera determinado aspecto de uma identidade imaginarizada que verbalizam europeus ou americanos.

O renascimento, esse sim, contribuiu de uma maneira fundamental para que a hegemonia cultural mudasse de instituição, pois desloca a lógica de pensamento religioso que

até então vigorava. Não mais se pensa em função de Deus, ou da fé, ou da salvação, mas sim em função do Homem e da Natureza. Este novo modo de pensar desata, liberta, o sujeito do renascimento da hegemonia cultural da igreja católica, instituição a qual esteve por muito tempo vinculado. Eis que, nesse mesmo panorama, desde longa data, aos poucos, o absolutismo monárquico, que lentamente constitui seus Estados nacionais modernos, vem incitando na coletividade a ideia de nação, fazendo da *nacionalidade* e do próprio *Estado* duas novas instituições que passam, também, a oferecer elementos possíveis para compor identidades.

Finalmente, chegamos à atualidade, a Idade Contemporânea, a qual se inicia com a revolução francesa (1789 d.C.), segundo Vicentino (1995, 1997). Seu desabrochar é fortemente marcado pela filosofia iluminista, a qual já havia se iniciado na Idade Moderna. Após um longo tempo onde predominaram a fé, o misticismo e a crença, emerge o pensamento iluminista, o qual vem propor basear na razão as ações humanas, pregando a expansão e democratização do conhecimento (SILVA; PENA, 1972). A solução para os problemas e dificuldades do Homem seria então dada pela *Ciência*, através dela a civilização desenvolver-se-ia. E, em alguma medida, é isso que acontece, no século XIX há uma profusão de teorias e pensadores.

Mas, a ideia de se estar atingindo um elevado patamar de desenvolvimento, uma espécie de evolução da civilização, não dura muito tempo, ela é soterrada por duas grandes guerras consecutivas. Em meio às guerras, o senso comum perguntava-se como uma civilização evoluída poderia cometer tamanha atrocidade, barbárie, como aquelas? A conclusão geral a que se chegou, a resposta para esta pergunta, foi a de que possivelmente a civilização não era tão evoluída como se pensava.

Pensamos que, talvez, a ciência, da forma pragmática como estava em grande medida articulada, não seria uma fonte adequada para o tipo desenvolvimento que se almejava; ou, quiçá, a forma como o Homem a estava aplicando é que estivesse equivocada. O conhecimento fundamentado na razão passa, assim, a ser questionado. Inicia-se, então o chamado período pós-guerras e nele é estabelecida uma nova bipolarização para o mundo, capitalismo – comunismo, através da chamada guerra fria, “vencida”, se é que se pode assim dizer, como se sabe, pelo sistema capitalista. Concomitantemente, e, muito em função disso, desenvolve-se a mídia, conhecemos o fenômeno da globalização e experimentamos o colossal sucesso da rede mundial de computadores, a internet. Após essa longa caminhada, desembarcamos na sociedade midiaticizada em que vivemos.

Quanto à simbolização dos elementos possíveis de constituírem identidades, podemos dizer que passaram a regerem-se a partir dos parâmetros que adotou a *ciência positivista*, característica do início da Idade Contemporânea. No interior da razão, da fixidez, da tradição,

da segurança, da cientificidade, da lógica formal e a partir das grandes narrativas teórico-científicas é que a identidade dos homens passou a ser delimitada e configurou-se da forma como anteriormente expusemos. Como também já dissemos, o início desse período ficou conhecido social, cultural, estética e politicamente pela expressão *modernidade*.

A ciência positivista, em seu modo de simbolizar os conteúdos possíveis de servirem de base para a identidade, dá privilégio tanto para substituir por novos os conteúdos propostos pela(s) instituição(ões) anterior(es), como para enfatizar e promover conteúdos muitas vezes já introduzidos por essas outras instituições. Por óbvio, a ciência positivista promove ou desenvolve somente aquelas simbolizações que estão em concordância com os parâmetros que adota. Muitas simbolizações promovidas pelo grupo, pela família, pela comunidade, pela filosofia, pela religião (aqui reside o maior pólo de tensão), pela nacionalidade e pelo Estado, entre outros, continuam a ser utilizados pelas pessoas para conformar sua identidade, mas agora cada vez mais segundo os parâmetros estabelecidos por essa nova instituição hegemônica.

Mas acontece que, no período pós-guerras, as bases que resultam no mundo fluido que experienciamos, de que fala Bauman (2001), já estavam postas. O rápido desenvolvimento da mídia, a qual em muito contribuiu para a produção de um mundo globalizado, potencializada pela expansão da internet, resulta no surgimento de uma sociedade midiaticizada, o que fez Sodré (2002) propor a existência de um quarto *bios*, midiático, do qual falamos. Retornamos ao contexto de midiaticização, o qual, relacionado ao raciocínio que estamos desenvolvendo neste segmento, nos faz propor como atual instituição culturalmente hegemônica para os parâmetros de configuração das identidades a *mídia*.

Impulsionada/impulsionadora pela/da globalização, regida pela lei do mercado, o lucro, a mídia é a instituição onde racionalidade, fixidez, tradição e segurança perdem espaço. O que passa a ser visto como características dos parâmetros possíveis de modelagem para as identidades são a mobilidade, efemeridade, a fragmentação, a fluidez, entre outros, as quais em poucas palavras definem social, cultural, estética e politicamente a já debatida era chamada *pós-modernidade*.

Grande parte do sucesso da mídia nessa conjuntura se dá pelo fato de que, em função do contexto de midiaticização, conforme apresentamos com Sodré, a legitimação dos conteúdos simbólicos das outras instituições culturais precisa necessariamente agora por ela passar se efetivar, ideia que já havíamos anteriormente esboçado. A extrema valorização das construções discursivas midiáticas em nosso tempo confere à mídia liberdade quase que absoluta para legitimação de qualquer simbolização, provém daí toda sua influência e aí está depositada toda sua força.

A partir de nossa interpretação dos fatos, sustentamos que a mídia copia o mecanismo de operação de que se valeu a ciência positivista para legitimar as simbolizações dos conteúdos culturais, os quais servem de parâmetro para as configurações das identidades. Contudo, a mídia privilegia sobremaneira a opção pela apropriação de conteúdos simbólicos oriundos de outras instituições culturais, caracterizando-as à sua maneira, com a diferença fundamental de que a mídia suporta tanto a contradição entre as simbolizações dos conteúdos culturais que promove (que midiaticamente veicula), quanto as simbolizações que a deslegitimam enquanto instituição culturalmente hegemônica. Essa característica só é possível graças à incredulidade nas grandes narrativas, aos saberes serem agora locais e contextuais, conforme apresentamos com Lyotard (1990).

Essa diferença em relação ao mecanismo de funcionamento da ciência positivista que acima descrevemos, a percepção de que a mídia, fiel às características da pós-modernidade, promove uma gama de conteúdos simbólicos com características incrivelmente variadas, uma vez que esta não está vinculada à uma lógica cartesiana como aquela, é para nós muito relevante. Uma vez que é graças à pós-modernidade, à incredulidade nas grandes narrativas, que a mídia encontra-se livre para simbolizar os conteúdos culturais sem ter como parâmetro nenhuma meta-referência. Essa liberdade, que suporta, como dissemos, tanto as contradições entre as simbolizações promovidas quanto as simbolizações que deslegitimam a mídia enquanto referencial simbólico, favorece tanto a fragilização da consistência da sustentação simbólica dos conteúdos culturais, quanto, paradoxalmente, sua própria fragilização enquanto instituição culturalmente hegemônica.

Resulta, para as identidades, a existência de uma multiplicidade de parâmetros para suas configurações identitárias. E, havendo uma gama de parâmetros para a configuração das identidades com parâmetros incrivelmente variados promovidos, cumprem-se os postulados pós-modernos que pregam a inexistência de parâmetros; uma vez que existir parâmetros incrivelmente variados equivale a uma situação de inexistência dos mesmos. Dessa forma, diferentemente de todas as outras instituições hegemônicas quanto aos parâmetros de configuração de identidades, principalmente a religião e a ciência positivista, que caracterizaram-se por serem as maiores conformatadoras de identidades, a mídia nos parece muito mais uma *desformatadora* das identidades contemporâneas.

Alcançamos então nossa resposta para a indicação que anteriormente havíamos encontrado em nosso percurso, quanto à possibilidade haver uma ligação entre a incredulidade nas grandes narrativas e o problema que enfrentam as identidades na pós-modernidade. Foi justamente a incredulidade nas grandes narrativas que abriu caminho para que a mídia possa

operar da forma como apresentamos e, conseqüentemente, para essa situação de ausência de parâmetros para a configuração das identidades, assim como para a fugacidade das identificações que as conformam. Em outras palavras, o percurso que trilhamos até agora na presente tese nos permite afirmar ser o enfraquecimento dos referenciais simbólicos, ou da consistência da sustentação simbólica dos conteúdos culturais, o problema das identidades na pós-modernidade.

Nesse contexto, com os três atributos que diferenciam Deus de todas as outras coisas em mente, onipresença, onisciência e onipotência, convém lembrar o que dissera Nietzsche (2002), em proposição harmônica com o que articulamos quando falávamos da passagem da Idade Média para a Idade Contemporânea: que nós matamos Deus através da ciência, da racionalização da realidade. Ao que complementa Foucault (1987), dizendo que a consequência da morte de Deus seria a inevitável morte do Homem, uma vez que se evidenciou sua inevitável finitude. Questionamo-nos se a sociedade pós-moderna não estaria colocando a mídia no lugar em que outrora colocava Deus, almejando reestabelecer a adoração a algo onipresente, onisciente e onipotente.

Por coincidência ou não, conforme observa Duarte (2009), a mídia parece cada vez mais reproduzir as características atribuídas a Deus pela Igreja Católica. Ela se faz parecer *onipresente*, uma vez que está em todos os lugares, em todos os momentos, valorizando, quando suporta essa característica, sobremaneira as transmissões ao vivo, onde o acontecimento acaba de suceder. Faz-se parecer *onisciente*, capaz de falar sobre qualquer assunto e apresentar seus conteúdos como se soubesse tudo o que acontece em todos os lugares. Características que a fazem configurar-se como *onipotente*, pois, afinal, a qual limite obedece a esfera midiática?

Entretanto, quanto à substituição de Deus pela Mídia, tendemos a ver mais sentido no argumento de Agamben (2012), da possibilidade de termos substituído Deus pelo dinheiro, principalmente em razão dessa característica do campo simbólico criado pela mídia de comportar as próprias simbolizações que o deslegitimam ou enfraquecem enquanto tal. Baseado em Benjamin, Agamben (2012) afirma que o capitalismo é a mais implacável e irracional religião que já existiu, uma vez que não conhece redenção ou tregua. Configura-se como um culto ininterrupto, o qual tem por liturgia o trabalho e por objeto o dinheiro, sendo o banco a sua igreja. Posição que muito pertinentemente explica a situação vivida pelo sujeito contemporâneo, com disposição para jornadas de trabalho infindáveis em busca dessa nova divindade, o dinheiro. Contudo, entendemos que tanto a mídia quanto o dinheiro falham nessa tentativa de substituir Deus, em razão de seus limites simbólicos, conforme melhor abordamos no capítulo seguinte.

Com o objetivo de melhor apresentar o processo midiático de simbolização dos conteúdos culturais, lembremos que tradicionalmente são atribuídas à mídia em geral três funções básicas. Seriam elas: *informar*, *educar* e *entreter*. Qualquer produção midiática estaria identificada, em maior ou menor grau, com uma dessas funções, não sendo um problema a simultaneidade. Essas funções são declaradas pelos próprios veículos midiáticos, funcionando como estandarte ou estratégia de legitimação. Entretanto, há uma quarta função que lhe é inerente, a qual perpassa as demais: a função de *promover*. Isso se dá porque no Brasil as empresas de mídia, dado seu caráter comercial, cumprem um duplo papel, comunicativo e mercadológico, sendo obrigadas a qualificar e amplamente divulgar sua produção. Dessa forma, elas constituem-se indiscutivelmente como um espaço de projeção para aquilo que veiculam, até mesmo seus próprios afazeres, característica apontada por Castro (2009) como pertinente principalmente aos veículos de suporte audiovisual.

A função de promover tem uma característica especial, que a difere das funções tradicionais: ela opera sob o caráter tácito. As mídias não declaram essa como uma de suas funções básicas. Tal função se processa sob o viés da obscuridade, da desfaçatez. Inicialmente, tomando a história da televisão como exemplo, mas deixando claro que a ideia não se encerra neste veículo, a função de promover dizia respeito a objetos exteriores à própria televisão: um produto, através da publicidade, era promovido entre as pessoas, era dado a conhecer. Em uma segunda etapa, um crescente grau de importância atribuído à televisão elevou este veículo à posição de conferidor de *status* aos objetos que ali aparecessem. Uma pessoa, um produto, um serviço, uma ideia, etc. passam a estar promovidos perante os demais por estar, por aparecer, na televisão. E, vinculado ao desenvolvimento do panorama de midiatização, observamos uma terceira etapa, caracterizada pela auto-referencialidade, onde o poder de promover algo passa a ser usado pela televisão a seu próprio favor. Os próprios conteúdos midiáticos alcançam tamanha relevância que lhes é possível ser fonte de novos conteúdos midiáticos, relegando aos objetos externos algo que podemos chamar de segundo plano. Cabe esclarecer que essa sucessão de etapas de desenvolvimento da função promocional na televisão não implica no abandono da etapa imediatamente anterior, tais etapas são cumulativas (CASTRO, 2009).

A palavra *promoção*, vem do latim *promovere*, deve ser entendida como uma atividade que se destina a fazer mais conhecido um produto, serviço, marca, ideia, pessoa ou instituição. É um movimento para frente, que divulga, projeta, torna conhecido alguma coisa ou alguém em função de suas ações ou atributos. *Promoção*, para além do âmbito de compras, tem a ver com o que a mídia representa hoje, muito mais que um lugar de divulgação, um lugar de projeção para aquilo que veicula (CASTRO, 2009). Justamente por isso, muitos querem nela transitar.

Houve quem dissesse, certa feita, que a maior distância do mundo era a que separava o sofá do telespectador do interior da tela de sua televisão. A expansão da internet derrubou essa ideia, democratizando o polo da produção de material midiático, o que pode ser visto na multiplicação contemporânea das pessoas que ficam famosas ao produzirem materiais audiovisuais sobre diversos assuntos, os chamados *youtubers*.

A função midiática de promover compreende dois movimentos, publicizar e projetar. *Projetar* diz respeito a mover para frente, credibilidade, exaltação, torna algo conhecido ou respeitado.

Combinando os valores da sociedade com a natureza e os interesses do público-alvo, esse tipo de promoção converte-se em movimento de influência, de poder, de exaltação a tudo que ocupa espaço na mídia. Esses valores, dentro da sociedade, são fundantes e decisivos nas relações entre as pessoas. Aparecer nos meios de comunicação traz *status* e posição no cenário social e cultural; daí a preocupação dos meios [...] em qualificar o espaço que colocam no ar (CASTRO, 2009, p. 173, grifo da autora).

Já *Publicizar* pode ser entendido pela

a ação de tornar público aquilo que se quer mostrar. Essa ação convoca um conjunto de princípios e de práticas, relacionadas à propagação de imagens, à disseminação de ideias, à divulgação de produtos ou serviços em geral.

A proposta da publicização é muito clara: dar a conhecer, a um público determinado, aspectos positivos e/ou vantagens [...] através de recursos de ordens diferentes que possam estabelecer vínculo com esse público. A finalidade desse verdadeiro jogo de convencimento é levar [...] à aquisição, à aceitação, e/ou à aprovação do que é ofertado (CASTRO, 2009, p.172).

Dessa forma, podemos entender que o movimento de publicizar semantiza algo, concreto ou abstrato, fazendo com que sua condição se altere para outra, mais ou menos valorizada, após a semantização. O que, em nossa visão, pode ser entendido enquanto uma breve descrição da operacionalização do processo de simbolização empreendido pela mídia do qual falávamos anteriormente. Em que pese não avance, como nós, (1) para a percepção de uma situação de fragilização da consistência das simbolizações dos conteúdos culturais em razão da ausência de parâmetros para a multiplicidade de simbolizações midiáticas encontradas, (2) assim como em razão da possibilidade de contradição entre elas, ou (3) para a existência de simbolizações que lhe deslegitimam enquanto instituição culturalmente hegemônica, uma vez que Castro (2009, p.172), em função de possuir distintos objetivos para seu texto, conclui este raciocínio apenas alertando para que não se deve esquecer que o “estabelecimento das relações de troca [...] diz respeito aos valores sociais e culturais atualizados nesse processo”.

Entendemos, com dissemos, que esses valores sociais e culturais de que fala Castro (2009) resultam do mesmo processo de simbolização do qual estamos falando e podem servir de predicados para as identidades. Nesse sentido, Gordon Alpport, citado por Viana (2007), pondera que um valor opera como uma crença, em que o homem se baseia para atuar por referência. Segundo o Dicionário Priberam de Língua Portuguesa (2010), valor é “o que vale uma pessoa ou coisa”, ou “a significação precisa de um termo”. Já para o Dicionário Michaelis (2010), valor é “o caráter dos seres pelo qual são mais ou menos desejados ou estimados por uma pessoa ou grupo”. Sodré (2002, p. 173) define valor como “um ‘comum-universal’, ou um equivalente geral, no âmbito de qualquer relação de troca”. Na esfera ética, é uma

[...] orientação prática de conduta no que diz respeito ao entendimento do bem e do mal para um determinado grupo. É algo transcendente ou externo ao indivíduo, proveniente de uma ordem – um ‘comum’ – que se impõe como naturalmente desejável e coletivamente vinculante, diante da qual se levanta para todos o impulso da responsabilidade. Figura organizadora do ‘desejável’, o valor permite a avaliação de [...] atos e opiniões (SODRÉ, 2002, p. 174).

Nesse sentido, valores como

[...] saúde, justiça, sagrado, beleza e outros são imprescindíveis ao vínculo social, respondendo à pergunta humana sobre o que se *deve* fazer quando se suscita uma questão essencial da responsabilidade individual e coletiva – logo, de uma normatividade – para com o desejo do grupo de continuar existindo (SODRÉ, 2002, p. 174).

A palavra desejo vem latim *desiderium*, que por sua vez vem do remoto designativo de estrela *Sid*, que dá origem a palavra sideral, e que faz referência ao astro que brilha e orienta a comunidade. Das concepções aristotélicas deriva que o desejo é a energia do homem de realização da realidade, “de uma ética como empenho por um Bem: não mais puramente ideal e vazio, e sim relacionado com o fazer do homem”. O que faz com que Hegel sustente “que o próprio ser do homem implica e pressupõe o desejo. Isto implica também o *valor*, por ser este o objeto de todo desejo”, segundo Sodré (2002, p. 174, grifo do autor).

Parece estar claro, então, que o desejo do homem

[...] visa um objeto não-natural, algo que não simplesmente destrói uma realidade objetiva a ser assimilada, mas ultrapassa essa realidade. Esse algo é o próprio desejo, a presença de uma ausência, diferente da coisa desejada, porque convertido em valor, entendido em princípio como equivalente geral, uma transcendência, que troca a coisa pelo símbolo [...] (SODRÉ, 2002, p. 174).

Dessa forma, a ética pode ser entendida como a consciência individual de inserção na linguagem comum do desejo e a criação de condições para que uma normatividade e as tomadas de decisões sejam compatíveis ao “justo”, ou ao que é reconhecido enquanto um valor (SODRÉ, 2002, p. 176). E o valor pode ser entendido como a coisa tomada pelo símbolo, simbolizada. Restando claro o que entendemos por simbolização quando a ela nos referimos neste subcapítulo, característica que não se encerra na noção de valores, mas que neles pode ser entendida de forma evidente.

A partir da conjuntura da análise acima apresentada, e já pensando em termos de consequências desse entendimento, de ser a mídia a instituição culturalmente hegemônica na contemporaneidade quanto aos parâmetros para configuração das identidades, tendo como característica marcante, resultante da incredulidade nas grandes narrativas, uma produção de conteúdos simbólicos livres de quaisquer parâmetros, suportando inclusive os que são contraditórios entre si e os que a deslegitimam enquanto tal, o que resulta num enfraquecimento consistência da sustentação simbólica dos conteúdos culturais, e conseqüentemente, numa multiplicidade tão grande de parâmetros para configuração das identidades que equivale à inexistência dos mesmos, vejamos como a literatura se posiciona quanto a esse panorama.

Lipovetsky (2004, p. 68-70), apesar de expressar-se com termos conceituais distintos dos que utilizamos, afirma ser difícil contestar que “a mídia exerce um poder social em matéria de transformações dos modos de vida, dos gostos e dos comportamentos”. Para ele, a dinâmica de individuação dos comportamentos e dos modos de vida de nossa época tem a mídia como uma de suas forças. Seus veículos espalham no corpo social as regras “da felicidade e do consumo privados, da liberdade individual, do lazer e das viagens e do prazer erótico: a realização íntima e a satisfação individual tornam-se ideais de massa exaustivamente valorizados”. Ao assim proceder, favorecendo uma “cultura relacional”, a mídia dissolve as “forças das tradições e das barreiras de classe, das morais rigoristas e das grandes ideologias políticas”. Impõe-se viver conforme as próprias vontades, aqui e agora, acionando “a emancipação dos indivíduos em relação às autoridades e às coerções identitárias”.

Foi a partir da década de 60 que as grandes instituições coletivas perderam parte de seu poder regulador. Desde lá, “as condutas individuais são cada vez menos limitadas socialmente, cada um tendo a liberdade para compor e recompor suas orientações e modo de vida através da oferta crescente de referências” (LIPOVETSKY, 2004, p. 71). Este mesmo autor aponta para o paradoxo de que o império da comunicação e do consumo produziu um indivíduo “desinstitucionalizado e opcional, disposto, em todos os planos, a ter o direito a dirigir a si mesmo”, mas que cada vez mais é dirigido pela mídia.

A presença televisão nos lares acelerou a erosão de certas formas de sociabilidade tradicionais... [...] Os rituais do café e do cinema foram substituídos pelo jornal de televisão e pelo filme de domingo à noite. Na véspera de Natal, não se vai mais à missa, liga-se a televisão. Da mesma forma, o esporte é cada vez mais olhado na telinha. [...] Os lugares tradicionais de sociabilidade (trabalho, Igreja, sindicatos, cafés) cedem por toda parte, terreno ao universo privatizado do consumo de objetos, de imagens e de sons (LIPOVETSKY, 2004, p. 71).

Acreditamos que é possível que a excessiva exposição aos conteúdos midiáticos que caracteriza o tempo em que vivemos esteja, entre outras coisas, definindo o desenvolvimento das faculdades mentais através da profusão de imagens e informações superficiais, fragmentadas e difundidas apenas para divertir. Assim também vê Lipovetsky (2004, p. 72), que afirma:

a mídia – especialmente a televisão – não se preocupa em educar ou levar à reflexão, mas somente em distrair e em obter o máximo de audiência. Nada mais do que futilidade, espetáculo, variedades, temas desfilando a toda velocidade, sem qualquer possibilidade de reflexão.

Apesar de trabalhar no sentido de libertar os sujeitos das tradições, a mídia contribui, “de forma imperfeita e muito desigual, para a individualização dos julgamentos, para a multiplicação dos valores de referência [...]. Isso não elimina o conformismo nem os clichês, mas os torna menos rígidos, menos firmes, mais rapidamente questionáveis” (LIPOVETSKY, 2004, p. 72). Favorecendo, dessa maneira, o uso de uma razão individualista, onde perdem força as críticas radicais e fortalecem-se as rejeições parciais. O que se vê, ainda segundo Lipovetsky, é que “os indivíduos têm mais possibilidade de questionar e de mudar suas próprias posições, de avaliar e de julgar livremente, de tomar distância em relação às posições das autoridades institucionais”, mas ao preço de responsabilizar-se em termos simbólicos por tais posições.

\*\*\*

Dessa forma, podemos afirmar agora que entendemos a mídia como instituição culturalmente hegemônica quanto aos parâmetros para configuração das identidades na idade contemporânea. E que, conforme apresentado, esta atua muito mais como uma desformatadora das identidades do que como uma conformatadora, em razão do enfraquecimento da consistência da sustentação simbólica dos conteúdos culturais possibilitada pela incredulidade nas grandes narrativas, resultante de sua própria atuação no processo de simbolização desses conteúdos culturais. Se antes a consistência da sustentação simbólica dos conteúdos culturais

tinha aspirações universais e absolutas, assim como indicou Lyotard (1990) quanto aos saberes, agora igualmente passou a ser local e contextual, relativa. O que possibilita ao sujeito pós-moderno configurar-se autonomamente. Esse é nosso posicionamento concernente à indicação de uma ligação entre a incredulidade nas grandes narrativas e o problema das identidades na pós-modernidade que havíamos encontrado no capítulo anterior.

Entretanto, não podemos esquecer a indicação de Lipovetsky (2004), de que a autonomia e a mobilidade para configurar-se livremente têm, com frequência, para o sujeito pós-moderno, um custo, geralmente elevado, o de um sofrimento psicológico. Pois, se, como o próprio Lipovetsky (2004) entende, os indivíduos estão cada vez mais se autodirigindo, o que nesta nova condição está dando errado a ponto de levar este mesmo autor a perceber a existência desse sofrimento para muitos desses sujeitos? É o ponto que nos resta abordar, para assim complementarmos a resposta que até agora obtivemos para a indicação de haver uma ligação entre a incredulidade nas grandes narrativas e o problema que enfrentam as identidades na pós-modernidades.

Não esquecemos, conquanto, a dívida que assumimos. A de abordar as razões que nos levam a crer que a mídia, o dinheiro ou o mesmo o mercado (as trocas mercadológicas) não podem ser colocados no lugar de Deus, não podem ser considerados uma economia simbólica plena. É o ponto de partida para o próximo subcapítulo.

### 3.2 A (DES)SIMBOLIZAÇÃO DO SUJEITO PÓS-MODERNO

Para chegarmos ao ponto em que agora nos encontramos, iniciamos a problematização de nosso objeto teórico estabelecendo a pertinência da noção de identidade ao campo epistemológico da Comunicação, em especial ao subcampo da Comunicação Midiática. Com isso, alcançamos a construção de um panorama inicial referente à noção de identidade, atualizado pelo viés da noção de mediação, o qual tomamos como base.

Na sequência, diferenciamos as configurações identitárias da modernidade e da pós-modernidade, o que nos indicou a possibilidade de a incredulidade nas grandes narrativas estar causando um problema para o sujeito pós-moderno no que tange à sustentação de suas configurações identitárias. Deixamos essa indicação em suspenso uma vez que avaliamos que precisávamos nos aprofundar no modo como se configuram identidades antes de abordá-la. Tal aprofundamento nos levou aos conteúdos culturalmente simbolizados como alvos da identificação simbólica que produz a temporária sensação de identidade; o que, relacionado às características da pós-modernidade que apresentamos, nos possibilitou perceber a dificuldade encontrada pelo sujeito pós-moderno para sustentar suas identidades, inclusive passando por sofrimento psicológico em muitos casos.

Demos prosseguimento a este ponto com a abordagem da esfera cultural através de um viés específico, o da análise das instituições socioculturais que ocuparam ou ocupam um lugar privilegiado enquanto matrizes que fornecem conteúdo para as configurações identitárias, uma vez que entendemos que são essas instituições que em grande medida determinam a forma como os conteúdos culturais são simbolizados. Concluímos, conforme o subcapítulo 3.1, ser a mídia a instituição que na atualidade tem a maior capacidade de fornecer conteúdo simbólico para os elementos culturais caracterizando-se como uma desformatadora de identidades. Com isso em mente, e com a percepção da fragilização de consistência da sustentação simbólica conferida aos conteúdos culturais, retornamos ao ponto anteriormente suspenso, da indicação de uma relação entre a incredulidade nas grandes narrativas e o problema das identidades na pós-modernidade. Entendemos ser a incredulidade às grandes narrativas a situação que em maior medida possibilitou tanto a fragilização da sustentação simbólica dos conteúdos culturais que apontamos, como suas consequências.

Conquanto, abriram-se para nós questões relativas não mais tanto ao social, mas ao sujeito pós-moderno em sua individualidade, as quais complementam posições que apresentamos até agora e aprofundam a abordagem da relação que havíamos deixado suspensa. Para tal, nos valem principalmente das proposições teóricas de Danny-Robert Dufour, que

entende vivermos em uma sociedade regida por uma nova fase da economia capitalista, chamada ultraliberal, caracterizada por produzir um sujeito com reduzida capacidade de simbolização. Posição defendida também por outros autores, conforme apresentamos a seguir.

\*\*\*

Considerando que o capitalismo permitiu o pleno desenvolvimento da técnica, da razão instrumental, em detrimento da capacidade de julgar *a priori* se algo é verdadeiro ou falso, a razão pura, há quem defenda, como Dufour (2005), que a troca mercadológica tende a dessimbolar o mundo. Como no caso dos navios ingleses, que no ano de 2002 mudaram de sexo ao trocar *she* por *it* em sua denominação e deixaram de pertencer ao gênero feminino diante da qualificação dos navios como simples mercadorias:

Que importa o antigo costume de decorar a proa dos navios com estátuas de deusas e que importa a mágica ligação dos marinheiros com seus barcos, com frequência comparados a uma esposa, a uma mãe, a uma amante! A partir do momento em que o barco se torna ‘um produto como outro qualquer’, isto é, uma mercadoria que pode ser trocada em seu valor de mercadoria por outras mercadorias, ele perde o essencial de seu valor simbólico (DUFOR, 2005, p. 13).

Tal barco agora está aliviado do excesso de sentido que impedia que figurasse com um simples produto. É justamente isso que esse autor defende, que de uma maneira geral, todas as figuras transcendentais que fundavam valores são de agora em diante recusadas, restam apenas mercadorias trocadas em função de seu valor mercadológico.

Hoje, os homens são solicitados a se livrar de todas as cargas simbólicas que garantiriam suas trocas. O valor simbólico é desmantelado, em proveito do simples e neutro valor monetário da mercadoria, de tal forma que nada mais, nenhuma consideração (moral, tradicional, transcendente, transcendental...) possa entrar em sua livre circulação. Daí resulta a dessimbolarização do mundo. Os homens não devem mais entrar em acordo com os valores simbólicos transcendentais, simplesmente devem se dobrar ao jogo da circulação infinita e expandida da mercadoria (DUFOR, 2005, p. 13).

Mas, desaparecendo a garantia simbólica entre as trocas dos homens, a própria condição humana altera-se: “A nova montagem do indivíduo se efetua, pois, em nome de um ‘real’ no qual é melhor consentir do que a ele se opor: ele deve sempre parecer doce, querido, desejado, como se se tratasse de *entretenimentos* (exemplos: a televisão, a propaganda...)” (DUFOR, 2005, p. 15).

O velho sujeito freudiano, com suas “neuroses e falhas nas identificações que não param de se cristalizar em formas rígidas antiprodutivas”, preso na sua culpabilidade compulsiva, está sendo substituído por um sujeito aberto a todos os tipos de conexões, esquizóide, o sujeito da pós-modernidade. O atual estado do capitalismo é o melhor produtor desse sujeito precário, acrílico, psicotizante (no sentido de ser “aberto para todas as flutuações identitárias e, conseqüentemente, pronto para todas as conexões mercadológicas”). Mas Dufour (2005, p. 21-22) faz a ressalva de que nem todos os indivíduos obedecem a sua descrição, este seria o sujeito dominante, não o único: “Em todo lugar onde há ainda instituições vivas, isto é, ali onde nem tudo ainda está seja completamente desarranjado, seja esvaziado de toda substância, há resistência a essa forma dominante”.

Dufour (2005, p. 27), afirma que o processo de individuação do sujeito é consequência da acentuação do liberalismo, hoje ultraliberalismo, o qual está diretamente ligado à fratura da modernidade. O termo “sujeito” vem do latim *subjectus*, e designa o que é submisso. Podemos perceber que pela própria definição, o sujeito é o assujeitado, o que se submete, o submisso. Não por acaso “o homem é uma substância que não tira sua existência de si mesma, mas de um outro ser”, um terceiro, elaborado por ele próprio no curso da história:

Os sujeitos falantes, simbolizáveis como *eu* e *tu*, nunca param de construir terceiros, os *ele* eminentes, deuses em relação aos quais eles podiam se autorizar a ser. [...] porque falam, os sujeitos não param de construir entidades que eles elegem como princípio unificador, como Um, como o grande Sujeito, isto é, sujeito à parte em torno do qual se organiza o restante dos sujeitos. Essa noção de construção discursiva [...] é especiosa em todos os casos, já que essas instâncias são inteiramente produzidas por pequenos sujeitos na necessidade de construir o grande Sujeito, o qual, em troca, os faz existir. O terceiro, centro dos sistemas simbólico-políticos, tem, portanto, em todos os casos, estrutura de ficção, de ficção sustentada pelo conjunto dos falantes (DUFOUR, 2005, p. 30).

O Outro lacaniano, lugar terceiro na fala, é bastante próximo a esse Um de que fala Dufour acima. O Um relaciona-se mais com o registro político, o Outro com o registro simbólico, na medida em que permite um ponto de apoio ao sujeito, um fundamento para seus discursos, mesmo que fictício. Mas se o sujeito é submisso ao Outro, dado o caráter próprio de incompletude do Outro, o sujeito pode a ele resistir, bastando para isso antes ter entrado nessa sujeição.

Dufour (2005, p. 37, grifo do autor) pondera que “o Outro, aquele mesmo que tem sua sede no centro dos sistemas simbólicos, é *imaginário*”. Sua função simbólica “só é assegurada por figuras que têm estruturas de ficção”. Somos nós que “pintamos”, que “cantamos” o Outro, somos nós que “lhe emprestamos uma figura, uma voz, nós o colocamos em cena, lhe damos

uma representação e mesmo uma supra-representação, inclusive sob a forma de um irrepresentável”. Mas não podemos perder de vista que nosso interesse único pelo Outro é que ele “suporte por nós, o que não podemos suportar. É por isso que ele ocupa tanto espaço e exige tanto dos sujeitos. Ele ocupa o lugar de *terceiro* que nos funda”.

A psicanálise lacaniana muito contribuiu para as questões ligadas à simbolização, mas pouco falou sobre a variância do Outro. Sua ambição de apreender o sujeito aparentemente foi cerceada pelo estruturalismo ao qual inicialmente aderiu, do que resultou um Outro

hipostasiado numa forma válida de uma vez por todas. Ora, o Outro não pára de mudar na história. Melhor: a história é a história do Outro, ou mais precisamente, figuras do Outro, de modo que teremos que construir uma psicologia histórica, sem a qual teremos muita dificuldade para compreender de onde vem o que nos acontece agora (DUFOR, 2005, p. 38).

Pensemos nas figuras que o homem construiu ao longo da história para assujeitar-se. Dufour (2005, p. 38) nos fornece alguns bons exemplos, segundo ele, o homem assujeitou-se “às forças da *Physis*, no mundo grego, ao Cosmos ou aos Espíritos em outros mundos, ao Deus nos monoteísmos, ao Rei na monarquia, ao Povo na república, à Nação nos nacionalismos, ao Proletariado no comunismo”. Observamos que a distância entre sujeito e Outro progressivamente diminui. Acreditamos, como Dufour, que na pós-modernidade, essa distância possa ter se reduzido a nada.

As sociedades tradicionais se caracterizaram pela hegemonia exclusiva de um Outro, simples, como nos monoteísmos, ou múltiplo, como nos politeísmos. Já as sociedades modernas se caracterizaram pela coexistência, não necessariamente pacífica, de vários Outros: Espíritos, Deuses, o Deus único dos monoteísmos, o Rei, a República, o Povo, o Proletariado, etc.; todos ancorados na razão, pulando de uma definição à outra. É o início da mundialização das trocas de toda natureza e do contato muitas vezes violento entre a Europa e a América e entre a Europa e o Oriente o marco a que remonta Dufour (2005, p. 45) como a virada entre tais eras para a Europa, próximo ao ano 1500. “A modernidade é um espaço cultural no qual, não parando de mudar o referente universal, todo espaço simbólico se torna complexo” (DUFOR, 2005, p. 50).

Já nas sociedades pós-modernas, aparentemente todos os antigos Outros da modernidade “ainda estão disponíveis”, mas nenhum mais “dispõem do prestígio necessário para se impor” (DUFOR, 2005, p. 58).

Em suma, na pós-modernidade não há mais Outro no sentido do Outro simbólico: um conjunto incompleto no qual o sujeito possa verdadeiramente engancha uma demanda, formular uma pergunta ou apresentar uma objeção. Nesse sentido, é idêntico dizer que a pós-modernidade é um regime sem Outros ou que a pós-modernidade é repleta de semblantes de Outros... (DUFOUR, 2005, p. 59).

Refletindo sobre a afirmação anterior, Dufour (2005) questiona se estamos reeditando o momento único compreendido entre o Império de Cícero e o de Marco Aurélio, em Roma, quando os Deuses não estavam mais e Cristo não estava ainda, onde o homem esteve só. Como ele, cremos que não. Em que pesem todas as diferenças que precisam ser levadas em conta, como as diferenças culturais, sociais, religiosas, políticas e econômicas, advindas das diferentes posições geográficas que ocupam os sujeitos no mundo, cremos que ainda há entre nós restos das grandes narrativas, mas que mesmo esses restos não conseguem fundar referências suficientemente sólidas para o sujeito identificar-se de uma forma mais estável. E que tais restos das grandes narrativas têm, em função das diferenças acima apontadas, maior ou menor carga simbólica, se comparados entre si. Entretanto, tendo por parâmetro de comparação o período anterior, e conscientes de todos os pequenos erros que comporta uma generalização, ainda assim percebemos a incredulidade às grandes narrativas.

A democrática pós-modernidade corresponde à época em que o sujeito é definido não mais por sua dependência em relação ao Outro, mas por sua auto-referencialidade: “o novo sujeito não é mais sujeito de Deus, sujeito do Rei ou sujeito à República, mas sujeito dele mesmo”. De algum modo a civilização “se autodevorou, mais nenhuma grande narrativa foi possível, e foi assim que nos encontramos sem grande narrativa, isto é, pós-modernos” (DUFOUR, 2005, p. 71-72).

Dufour (2005, p. 76) questiona se o mercado, com suas narrativas que glorificam a mercadoria, está a ponto de constituir-se como o Outro da pós-modernidade e diz que é a conexão entre economia de mercado e economia pulsional que explica a força atual do domínio da narrativa do mercado. Trata-se de

pôr diante de cada desejo (por definição ‘sem objeto’<sup>72</sup>[sic]), de cada desejo seja qual for (de ordem cultural, prática, estética, de distinção social, real ou falsamente médico, de excelência, de ornamentação, sexual...) um objeto industrializado encontrável no mercado dos bens de consumo. Na narrativa da mercadoria, cada desejo deve encontrar seu objeto (DUFOUR, 2005, p. 76).

Após buscar o objeto que supõe seja o de seu desejo, o sujeito, dada a natureza da pulsão, percebe que a falta que havia suscitado o desejo ainda existe, o que leva a crer que o objeto que

procura deve ser outro. Essa consecutiva decepção quanto ao objeto é extremamente conveniente ao mercado, uma vez que reinicia o ciclo da demanda de objeto.

Mas o mercado falha justamente no ponto de constituir-se como o Outro da pós-modernidade. Incapaz de tomar para si a questão da origem do Homem, o mercado só pode colocar diante dele os tormentos de sua autofundação. Este é o limite intransponível à economia de mercado quanto a sua “pretensão de se encarregar do conjunto do laço pessoal e do laço social: não é uma economia geral, não é uma economia simbólica, mas apenas uma ‘economia econômica’”, pois abandona o sujeito em algo essencial, sua fundação (DUFOR, 2005, p. 84). O mercado igualmente fracassa em constituir-se como o Outro da pós-modernidade em razão de que ignora o Terceiro, uma vez que propõe apenas relações duais, pois não permite ao sujeito fixar-se no que o ultrapassa. Os mesmos fundamentos podem ser aplicados tanto ao dinheiro quanto à mídia para descaracterizá-los enquanto Outros da pós-modernidade.

É todo o funcionamento trinitário da condição subjetiva que se encontra assim posto em perigo, produzindo seus efeitos devastadores sobre o sujeito falante. [...] [Passamos] de um regime em que o inconsciente se manifestava de maneira prevalente pela neurose (como dívida para com o terceiro) para um modo em que ele se manifesta por formas psicotizantes... (DUFOR, 2005, p. 87).

Pela derrocada das grandes narrativas, a pós-modernidade pode ser entendida como a queda dos ideais de eu, o que por sua vez implica na queda do Sobre eu, uma vez que essa instância forma-se a partir da introjeção dos ideais de eu. Se o sujeito encontra-se desapossado dos ideais de eu, “a sociogênese do supereu de algum modo cai em pane, por falta de alimentação. A queda dos ideais acarreta, pois, em sua sequência, a do supereu em sua face simbólica, ali onde se inscreve a lei. [...] Estamos, pois, lidando com uma *dessimbolização...*” (DUFOR, 2005, p. 106, grifo do autor). Essa afirmação é muito relevante, pois se anteriormente afirmamos a fragilização da consistência da sustentação simbólica dos conteúdos culturais na pós-modernidade; agora, Dufour afirma, também, a dessimbolização do sujeito pós-moderno.

É justamente no espaço vacante de ausência de simbolização que o mercado, através da mídia, age. Dufour cita o exemplo dos publicitários, que tentam fazer das marcas novas referências, novos ideais.

O Mercado (notadamente o mercado da imagem) assim se tornou um grande provedor desses novos ideais do eu voláteis, em constante remanejamento. A identificação com certos traços desses ideais (o famoso *einzigster Zug* ou ‘traço unário’) funciona tanto melhor na medida em que o sujeito flutue sem supereu simbólico (DUFOR, 2005, p. 107-108).

Nos termos com os quais nos articulamos anteriormente, Dufour está dizendo que a identificação simbólica do traço unário do eu ideal recalçado com a simbolização dos conteúdos culturais fica facilitada; entretanto, o abandono dessa identificação igualmente fica facilitado.

Se o homem é um ser da linguagem, podemos pensar que toda nova prática de linguagem possa causar transformações àqueles em contato com ela. Novas práticas de linguagem que são, as novas tecnologias de comunicação já causam transformações, elas estão enfraquecendo a função simbólica e as formas de simbolização. Isto se dá em função de uma exposição maciça à imagem, situação que altera a relação tradicional texto-imagem. Antes da ascensão da televisão, a iniciação à prática simbólica partia do texto através do qual eram inferidas as imagens. O leitor/ouvinte desempenhava a atividade psíquica de criar imagens mentais. Tal competência em presentificar o que está ausente é um elemento fundamental da representação e é um ponto chave para a simbolização, pois a imagem mental que o leitor/ouvinte cria ao ler um texto ou ouvir uma fala mostra algo que nenhuma imagem real poderia mostrar. A ficção que um texto produz é irredutível a toda e qualquer imagem (DUFOUR, 2005).

Mas existe também um outro tipo de imagem articulada ao texto, interior ao sujeito

[...] que se chama desde Freud de *fantasia* [*phantasme*] que pode proceder da ‘representação inconsciente’. Com efeito, essas imagens podem ser inconscientes no sentido em que Freud o entendia ao distinguir ‘a ‘representação inconsciente’, que é a *representação da coisa* apenas [em outras palavras, ‘o significado’] da ‘‘representação consciente’, que compreende a *representação da coisa* [o significado] mais a *representação de palavra* aferente [‘o significante’<sup>18</sup>]. A fantasia reenvia, pois, a imagens errantes, conscientes *ou* inconscientes, que habitam o aparelho psíquico. A característica dessas imagens é que elas perderam seu apoio num texto que, só pode figurar como texto ‘perdido’ ou ‘censurado’[...]. Como o ‘texto’ dessa fantasia está escondido daquele mesmo que é seu portador, essas imagens voltam ao sujeito de maneira repetitiva e intrusiva, sem fixar nem se encadear num processo cumulativo. E toda imagem exterior pode então vir entreter a fantasia, colando-se compulsivamente nela em seqüências sem texto (DUFOUR, 2005, p. 127, grifos do autor).

A função simbólica se transmite por intermédio da narrativa, a qual conduz todo um universo imaginário. Mantém-se a primazia do texto em relação à imagem. Destaca-se a transmissão de narrativas, dos pais para os filhos, onde, além de toda uma transmissão de conteúdos, crenças, nomes próprios, genealogias, etc. transmite-se o dom da palavra, a aptidão por falar, “de modo que o destinatário da narrativa possa, por sua vez, identificar-se como si e situar os outros a seu redor, antes dele e depois dele, a partir desse ponto”. Dessa forma, se essa instituição do sujeito falante não ocorrer, não há acesso à função simbólica. “Essencialmente, o acesso à simbolização se opera desde sempre pelo simples pôr em operação a mais antiga

atividade do homem, o discurso oral frente a frente. [...] Ora, pode ser que com a televisão de repente não se saiba mais transmitir esse dom” (DUFOUR, 2005, p. 128-129).

A criança, falada no discurso do outro desde antes de seu nascimento, adquire, ao responder a tal interpelação (essa de ser falada pelo outro), uma gama de referências simbólicas. São signos que se tornam plenos quando empregados no discurso. Aí estão os indicadores de pessoa e tempo, é através deles que o falante se auto-indexa como aquele que fala, fixando também um onde ele fala e um quando ele fala. A partir de então, é possível representar o mundo exterior pela via da narrativa. “A função simbólica, a partir daí, pode ser representada muito simplesmente: para ter acesso a ela, é preciso e basta fazer seu e integrar um sistema em que ‘eu’ (presente) fala a ‘tu’ (copresente) acerca d’‘ele’ (o ausente, isto é, o que é a representar)<sup>23</sup>[sic]” (DUFOUR, 2005, p. 130).

Caso no sujeito haja um conjunto de referências simbólicas bem construído, ele pode transcrever algumas das muitas imagens que vê na mídia, principalmente na televisão, ao discurso e isso pode ser lúdico e formador. Mas, caso o conjunto de referências simbólicas que possui o sujeito não esteja tão bem construído e caso ele não as transcreva à narrativa, “as imagens externas se tornam uma espécie de conexão mais ou menos colada nas imagens internas, nas fantasias (frequentemente imagens de onipotência ou de impotência) que povoam o aparelho psíquico”. Como já dissemos, tais fantasias não estão relacionadas com o processo de simbolização. Dufour (2005, p. 132) aponta, então, que o uso frequente da televisão pode ser nocivo, uma vez que “ele afasta o sujeito do domínio das categorias simbólicas de espaço, de tempo e de pessoa”. A televisão, por não poder transmitir o dom da palavra, dificulta a “antropofeitura simbólica”, o que faz, conseqüentemente, com que se dificulte o acesso ao bem mais precioso do homem, a cultura.

Nesse contexto, é pertinente certa colocação de Sodré (2000, p.11), a de que as sociedades com avançados sistemas individuais e com progressivo isolamento dos sujeitos, são terreno propício para “esse sistema de distanciamento entre produ o e consumo da fala e da cultura: a televisão”. Dessa forma, as novas tecnologias da comunica o podem, então, tanto levar o domínio das categorias simbólicas de espaço, tempo e pessoa, a outra potência quanto podem prejudicá-lo, sendo a segunda op o a que mais se verifica nos dias de hoje.

Para Sodré (1994, p. 126)<sup>31</sup>, a televisão habita justamente o vazio institucional que se criou, e de l  simula uma continuidade do real-histórico. Ela estimula o olhar, fascina-o, e assim

---

<sup>31</sup> Ponderamos que Sodré (1990, p. 127) usa o termo *real* não no sentido proposto por Lacan, segundo o próprio, refere-se ao que “as ideologias oitocentistas têm entendido por real”, parece referir-se ao que lacan entende por realidade; em uma simplifica o grosseira, o real já representado.

oculta “o fato político da implantação de novas formas de controle social”, que têm a ver “com a assimilação psicológica dos indivíduos, das consciências narcisicamente teledirigas”. O simulacro “realista” da televisão é atraente, pois cria a ilusão da volta “ao conforto de um sem-número de referências que já se volatilizaram como os valores essenciais”. Há aí um paradoxo da televisão, ela anuncia-se como o instrumento da mais absoluta realidade, uma janela para o mundo, mas, entretanto, seduz em função dos conteúdos imaginários em que se apoia, os quais não passam de suas versões para a realidade. O que efetivamente na televisão seduz é a morte da referência concreta.

Os simulacros, as imagens que tanto produz a sociedade pós-moderna, geram um universo próprio, o que faz com que a televisão, ou com que toda moderna tecnologia da comunicação, imponha-se como organizadora de novas relações sociais e pessoais, agora centradas no contato à distância e no olhar (SODRÉ, 1994, p. 137).

A redução da realidade à informação por imagens é um traço profundo da “ética social imediata” da pós-modernidade. “A imagem opera mutações na estrutura psíquica e nos modos de percepção do indivíduo contemporâneo”. Por isso a importância da televisão, ela não é um simples “meio de informação”, que, entre outros, veicula conteúdos específicos, “trata-se, na verdade, de uma estrutura, uma forma de saturação informacional do meio ambiente” (SODRÉ, 2000, p. 8).

Sartori (2001, p. 31-32, grifos do autor) afirma que o *homo sapiens* se define por sua capacidade de abstração, de simbolização. As palavras que articulam a linguagem humana são símbolos que evocam representações. No caso dos nomes próprios e das palavras com referentes concretos, são configurações mentais, imagens de coisas visíveis. Entretanto, há muitas palavras que não possuem referentes concretos, “quase todo nosso vocabulário cognitivo e teórico consiste em *palavras abstratas* que não têm nenhuma correspondência exata com coisas visíveis, e cujo significado não pode ser referido nem traduzido em imagens”. Nosso controle sobre a natureza, nossa capacidade de criar e administrar o ambiente político e econômico em que vivemos “tem seu eixo exclusivo em um *pensar mediante conceitos que são* – evidentemente – entidades invisíveis e inexistentes”.

Os chamados povos primitivos são assim denominados pelo predomínio em sua linguagem, com exceção de suas fábulas, de palavras com referentes concretos. Esta característica lhes confere pouquíssima capacidade científico-cognitiva, faz com que permaneçam nas pequenas aldeias, nas tribos. Já os povos que desenvolveram uma linguagem abstrata, “que ao mesmo tempo é a linguagem da construção lógica”, a qual possibilita o conhecimento analítico-científico, são os chamados avançados (SARTORI, 2001, p. 32).

Então, admitindo que o conhecimento do *homo sapiens* se articula no *mundus intelligibilis*, dos conceitos e das concepções mentais, e não no *mundus sensibilis*, das percepções de nossos sentidos,

a televisão inverte o progredir do sensível para o inteligível, virando-o em um piscar de olhos (*octu oculi*) para um retorno ao puro e simples ver. Na realidade, a televisão produz imagens e apaga os conceitos; mas desse modo atrofia a nossa capacidade de abstração e com ela toda nossa capacidade de compreender. Para o sensismo – uma doutrina epistemológica abandonada por todos há muito tempo – as idéias são decalques derivados de experiências sensíveis. Mas na verdade é o oposto. A idéia, escrevia Kant, é ‘um conceito necessário da razão ao qual não pode haver nos sentidos nenhum objeto correspondente (*congruierender Gegenstand*)’<sup>14</sup> [*sic*]. Portanto, o que nós vemos e percebemos concretamente não produz ‘idéias’, mas se insere nas idéias (ou conceitos) que classificam e ‘significam’<sup>15</sup> [*sic*]. E é justamente este o processo que vem sendo atrofiado quando o *homo sapiens* é suplantado pelo *homo videns* (SARTORI, 2001, p. 33, grifos do autor).

Esse *homo videns* se caracteriza pelo que Sartori (2001, p. 125-126) chama de pós-pensamento: “O homem do pós-pensamento, incapaz de reflexão abstrata e analítica, [é] cada vez mais balbuciante na demonstração lógica e na dedução racional, mas ao mesmo tempo fortalecido na sua capacidade visual (o homem ocular)”.

Mais freudianamente, e também com elementos lacanianos, Kehl (2002, p. 175) apresenta um entendimento semelhante ao de Sartori. Essa autora afirma que a relação da televisão com o telespectador em geral é “uma relação de sedução. O sedutor é aquele que diz ao outro: ‘eu sei o que você deseja’ e ao mesmo tempo insinua ‘eu tenho o que você deseja’ e assim deixa o outro fascinado, enfeitiçado diante desse saber”. Esta autora propõe que, na relação do sujeito com a televisão, está interdito o gozo, o pensamento. Um tipo diferente de interdição em relação àquela que produz o recalque. Segundo ela, o pensamento, para iniciar-se, parte da desilusão em relação ao princípio do prazer:

O funcionamento primário, típico do princípio do prazer, regido pela onipotência do desejo [...] num certo ponto da vida psíquica começa a fracassar. Muito cedo na vida a criança começa a sofrer com a tentativa de realizar alucinatoriamente e imediatamente, de um modo onipotente, o seu desejo. A premência das necessidades do corpo não se satisfaz com a capacidade alucinatória. O seio ‘alucinado’ não mata a fome. Assim o modelo da *realização alucinatória de desejos* fracassa porque põe em risco a própria sobrevivência. O modelo de funcionamento próprio do princípio do prazer tem de ser substituído pelo modo de funcionamento regido pelo princípio de realidade, para se obter, no domínio do real, não o gozo absoluto, mas algum prazer possível (KEHL, 2002, p. 176-177, grifos da autora).

Fracassado o funcionamento a partir do princípio do prazer, o sujeito necessita desenvolver outros recursos de relação com a realidade externa: “O principal desses recursos é

o pensamento, que Freud denomina *substituto da realização alucinatória de desejos*”, segundo Kehl (2002, p. 177, grifo da autora). O pensamento impõe que se aceite um adiamento da satisfação dos desejos, o que consiste em uma mudança de qualidade em relação ao modo dessa satisfação. É a transformação gradual no recém-nascido da intensa descarga psíquica para pequenas descargas parciais articuladas na linguagem que faz surgir o pensamento. É um processo mais demorado de realização dos desejos, contudo mais eficiente.

Kehl (2002, p. 177, grifo da autora) defende que a televisão propõe um retorno ao modelo de realização alucinatória dos desejos. Em função de sua linguagem onírica, “todas as condensações e todos os deslocamentos são possíveis, não há falta, e a lei do gozo impera”. Logo, como o princípio do prazer se sustenta, o pensamento cada vez menos precisa se pôr a funcionar. “A relação com a televisão não proíbe nem recalca o pensamento, nem poderia fazê-lo – mas, numa analogia com o que se passa na psicose, ela torna o pensamento *desnecessário*”. Nos casos extremos, o sujeito fica como que enfeitiçado pelo objeto total, que nomeia e satisfaz o desejo de uma só vez, todas as vezes.

Entretanto, para Kehl (2002, p. 178-179), há ponderações a fazer, diferentemente de Sodré em relação à esfera midiática, ela acredita, em relação à televisão, que ela não cobre toda a relação do sujeito com o real. Segundo ela, outras instituições ou outras instâncias de comunicação podem forçar a introdução à via do pensamento. Contudo, é certo que o discurso televisivo assumiu papel de grande relevância na mediação das relações dos sujeitos com o real e assim substitui outras dimensões da experiência. O empobrecimento da experiência direta é uma violência invisível, camuflada na sedução, que atinge muitas classes sociais e culturas contemporâneas. Este seria o mal-estar na civilização atual, segundo Kehl. A solução que ela apresenta para este problema vai na direção do acesso a uma variedade de experiências diretas, somente isso poderia relativizar o poder das imagens de televisão e “desenfeitiçar o espectador fascinado pelo código e realização de desejos dessa mídia. [Diz ela que] É por meio da experiência que eu conheço meus limites e os limites do real, aprendendo os que devem ser respeitados e os que eu posso tentar romper – e a que preço”.

\*\*\*

Dessa forma, exposta a dificuldade do sujeito pós-moderno de empreender o processo de simbolização e enfatizada a parcela de contribuição referente à esfera midiática neste panorama, principalmente da televisão e levando-se em conta o enfraquecimento da sustentação simbólica dos conteúdos culturais que apresentamos no subcapítulo anterior, podemos

novamente, agora com maior profundidade, abordar a ligação entre a incredulidade às grandes narrativas, características da Era moderna, e o problema que enfrenta o sujeito da pós-modernidade no que se refere a suas configurações identitárias.

Com a incredulidade às grandes narrativas, e o conseqüente enfraquecimento dos referenciais simbólicos, houve o deslocamento da responsabilidade pela sustentação simbólica dos conteúdos culturais para o sujeito em sua singularidade, para que ele, de forma livre, em cada situação de identificação, confira conteúdo simbólico a cada referência. Atividade essa da qual não estava incumbido, uma vez que na modernidade as referências já se encontravam consistentemente simbolizadas pelas grandes narrativas. Entretanto, conforme apresentamos, o sujeito pós-moderno tem-se tornado cada vez mais incompetente em desempenhar esse processo, situação com a qual a mídia está intimamente relacionada, passando a sofrer, em termos psicológicos, em razão da referida dificuldade. É especificamente esse o problema das identidades na pós-modernidade, e esta é sua ligação com a incredulidade nas grandes narrativas.

Dessa forma, conforme anunciamos desde as primeiras páginas dessa tese, que abordaríamos nosso objeto teórico desde dois vieses com vistas a explorar representações que são potencialmente prejudiciais aos sujeitos que por ventura as tomarem enquanto matrizes identitárias, culminando na construção de duas categorias de interpretação para a análise de nosso objeto empírico, entendemos que, a partir do percurso que trilhamos, nos colocamos na posição de agora propor a primeira delas. Agregando ao contexto acima apresentado as conclusões a que chegamos anteriormente, principalmente a de que é a partir da identificação simbólica do traço unário do eu ideal recalcado com os conteúdos predicativos culturalmente valorizados que o sujeito imaginariamente constrói sua identidade, podemos afirmar, no contexto de nosso objeto teórico de pesquisa, que a oferta de uma matriz identitária oficial do trabalhador brasileiro, como a que é midiaticamente representada nos audiovisuais de autoria dos órgãos governamentais ligados à atividade laboral, pode ser prejudicial a esse sujeito caso não confira, ela mesma, conteúdo simbólico aos ideais, aos valores, aos predicativos do sujeito ali representados, esses que serão os alvos das identificações, os parâmetros para as configurações identitárias. Ou que, no mínimo, apresente sugestão de simbolização fortemente representada no audiovisual, para que o trabalhador possa mais facilmente realizar esse processo.

Assim sendo, é precisamente essa nossa primeira das categorias de interpretação para a análise empírica vindoura: a (in)existência de sustentação simbólica na forma como foram

construídos os valores, os ideais e os predicativos do sujeito que compõem as identidades dos trabalhadores representados nos audiovisuais a serem analisados.

Mas, conforme dissemos anteriormente, há outro viés com o qual igualmente interpretamos nossa análise empírica na busca por responder nossa questão central de pesquisa, a de saber se estão os órgãos governamentais ligados à atividade laboral midiaticamente ofertando uma representação oficial do trabalhador brasileiro que pode ser potencialmente prejudicial a esse sujeito, o viés da psicodinâmica do trabalho. A partir da exploração das noções de trabalho e trabalhador, construímos nossa segunda e última categoria de interpretação para análise empírica. É ao que nos dedicamos no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO IV – IDENTIDADE, TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR

Posteriormente a termos problematizado a noção de identidade, explorando assim as representações que podem ser potencialmente prejudiciais aos sujeitos que por ventura as tomarem enquanto matrizes identitárias, culminando com a construção da primeira categoria para interpretação de nossa análise empírica, passamos a problematizar as noções de trabalho e trabalhador com este mesmo afã, com vistas à segunda dessas categorias. É o que fazemos neste capítulo.

Inicialmente, no subcapítulo intitulado *A representação social do trabalho na história*, apresentamos aspectos introdutórios à discussão que posteriormente abordamos, assim como, com sua realização, reforçamos a construção de parâmetros teóricos de referência concernentes a nosso objeto de análise empírica. Com esse escopo, aprofundamos as noções de trabalho e trabalhador e exploramos a representação social do trabalho ao longo da história.

Dando sequência, no subcapítulo intitulado *Os modelos produtivos e as identidades do trabalhador*, apresentamos a evolução dos modelos de produção contemporâneos, taylorismo, fordismo e toyotismo, enfatizando as consequências, para as identidades dos trabalhadores, do predomínio de cada um desses modelos.

Por fim, no subcapítulo *A representação do trabalhador sob o prisma da psicodinâmica do trabalho*, problematizamos as considerações apresentados anteriormente através das noções propostas pela Psicodinâmica do Trabalho, principalmente através de Cristophe Dejours, referencial teórico que consideramos o mais adequado, tendo como referência tanto as características de nosso objeto de pesquisa, quanto a harmonização teórica com o referencial que até aqui utilizamos.

Com isso, alcançamos o cumprimento de nosso objetivo para este capítulo, a apresentação das representações potencialmente prejudiciais aos sujeitos nela representados desde o ponto de vista da Psicodinâmica do Trabalho, culminando com a construção da segunda categoria de interpretação para nossa análise empírica.

#### 4.1 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NA HISTÓRIA

Neste subcapítulo, à guisa de introduzir esta nova problematização, inicialmente debatemos as noções de trabalho e trabalhador. Tal debate nos leva à questão da representação social do trabalho na história, a qual exploramos na sequência. Com este subcapítulo, passamos a dispor de um quadro de referência que, ao mesmo tempo em que auxilia na definição de tais noções, o que é fundamental para uma melhor compreensão do que propõem os subcapítulos seguintes, nos serve de parâmetro de interpretação para os resultados de nossa análise, a qual, evidenciará as representações midiáticas da identidade do trabalhador brasileiro, de suas atividades e de seu ambiente de trabalho no contexto já indicado.

\*\*\*

Para alguns autores há uma ligação muito estreita entre as categorias trabalho e identidade. Um desses autores é Pinto (2007), o qual entende que, para muito além de uma apropriação racional da natureza, o trabalho consolida a cultura dos povos e a diferenciação política interna de suas comunidades, assumindo muitas vezes um papel central na constituição de classes sociais, no interior das quais entende estar a base da formação de identidade dos indivíduos. Afirma haver uma espécie de remuneração social pelo trabalho, no sentido de propiciar a integração a determinado grupo, e também uma função psíquica do trabalho, essa de ser um dos grandes alicerces da constituição da subjetividade do sujeito e de sua rede significados. Em razão disso, complementa:

Privar, portanto, uma pessoa do trabalho, além de tudo, arrisca sua sobrevivência física, pois, mesmo no caso de esta ser assegurada fora das condições normais de cooperação no trabalho, a ausência de reconhecimento da própria identidade, decorrente desse processo, promove grande sofrimento e leva a distorções na percepção e no comportamento dos indivíduos a ele submetidos (PINTO 2007, p. 9-10).

Essa concepção evidencia sobremaneira a ligação entre essas categorias que estamos aqui explorando, trabalho e identidade, apesar de este autor entender que a formação das identidades se dá quase que exclusivamente a partir do trabalho, entendimento que consideramos evidentemente exagerado. Tendo em vista nossos objetivos para esta pesquisa, entendemos que a noção identidade já foi satisfatoriamente problematizada nos capítulos

anteriores, passemos agora a dedicarmo-nos a essa outra noção. O termo trabalho tem sua origem epistemológica na fusão de duas palavras advindas do latim, *tripalium* e *trabacula*.

O termo vem do Latim *tripalium*, uma armação de três estacas utilizadas nas fazendas para ajudar nos partos e na ferragem dos animais, que, no início da Idade Média, porquanto vinculada ao sofrimento e à dor, é percebida como um instrumento de suplício. Etimologicamente, ele irá se cruzar com a palavra *trabacula*, ou seja, uma pequena viga e designando um cavalete de tortura, e assim produzir a noção de que trabalhar consiste em fazer sofrer. Pode-se, então, se dizer, que, em sua forma mais antiga, o trabalho designa as duras penas e a miséria da vida (BARRETO, 2006, p. 829, grifos do autor).

Quanto à noção de trabalho, uma de suas primeiras e mais difundidas definições é a do russo Sávtchenko (1987, p. 7), o qual refere que várias das necessidades vitais ao homem, como alimentação, moradia, vestimenta, não se encontram a ele disponíveis, sendo indispensável a atividade humana para delas dispor. A partir disso, define trabalho da seguinte forma: “O trabalho é a atividade racional do homem com a qual ele adapta os objetos da natureza, de modo a satisfazer suas necessidades”. Nesse mesmo sentido, Marx (1996, p. 202) entende trabalho como sendo “um processo de que participam homem e natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza”. Caracterizando-se por essencialmente humano em razão de que o homem, diferentemente dos animais, consegue materializar antecipadamente em sua mente o resultado de seu trabalho.

Arendt (2009) define trabalho com o auxílio da categoria labor. Para a autora, labor é a força motriz natural utilizada buscando a satisfação das necessidades imediatas do homem, seu limite em termos de liberdade social.

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio tem a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida (ARENDRT, 2009, p. 15)

Já o trabalho responde pela transformação das coisas naturais em coisas úteis e duráveis, direcionadas para o consumo, construindo assim um mundo artificial para a existência dos homens. Um mundo que não está ligado ao ciclo natural da espécie, é uma realidade construída, onde

o trabalho de nossas mãos, em composição ao labor do nosso corpo – *o homo faber* que ‘faz’ e literalmente ‘trabalha sobre’ os materiais, em oposição ao *animal laborans* que labora e ‘se mistura’ com eles – fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano. Em sua maioria, mas não exclusivamente, essas coisas são objetos destinados ao uso, dotados de durabilidade de que Locke

necessitava para o estabelecimento da propriedade, do ‘valor’ de que Adam Smith precisava para o mercado de trocas, e comprovam a produtividade que Marx acreditava ser o teste da natureza humana. Devidamente usadas, elas não desaparecem, e emprestam ao artifício humano a estabilidade e a solidez sem as quais não se poderia esperar que ele servisse de abrigo à cultura mortal e instável que é o homem (ARENDR, 2009, p. 149, grifos da autora).

Maya (2008, p. 33) afirma que o trabalho tem uma significação ampla para o homem. Atividade precipuamente social que é, o trabalho representa sua objetivação no mundo, a exteriorização de sua personalidade, sua diferenciação ou identificação em relação aos demais, a maneira como sustenta sua existência. Dessa forma, indica que necessitamos de uma definição mais ampla da noção de trabalho, com a qual encontrem-se contempladas as atividades que não produzem objetos concretos, mas que resultem um determinado objetivo a ser alcançado, como o trabalho intelectual ou a produção de serviços, por exemplo.

Para tal, Johnson (1997, p. 240) afirma que “de modo geral, trabalho é toda atividade que gera um produto ou serviço para uso imediato ou troca”, sendo considerado atualmente também uma ocupação.

Em sociedades de mercado, onde indivíduos satisfazem suas necessidades principalmente mediante aferimento de salários, em vez de produzir para o consumo próprio ou praticar escambo com outros produtores, o trabalho é em geral considerado como ocupação apenas se resultar em ganho monetário (JOHNSON, 1997, p. 241).

Nesse mesmo sentido, Antunes (2009, p. 102) cunha a categoria classe-que-vive-do-trabalho para atualizar a concepção de Marx quanto à classe trabalhadora. Segundo ele, esta classe inclui todos aqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. De tal forma, essa concepção não se restringe ao trabalho manual direto, ela abarca a totalidade do trabalho social e do trabalho coletivo assalariado. A classe-que-vive-do-trabalho comporta também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas laborais são caracterizadas e utilizadas como serviço, “seja para uso público ou para capitalista, e que não se constituem com elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia”. Nos chamados trabalhadores improdutivos,

...o trabalho é consumido como *valor de uso* e não como trabalho que cria *valor de troca*. O *trabalho improdutivo* abrange um *amplo leque* de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos etc.. até aqueles que realizam atividades nas fábricas mas não criam diretamente valor (ANTUNES, 2009, p. 102, grifos do autor).

Essa noção ampliada da classe trabalhadora que Antunes (2009, p. 103) propõe inclui todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário, ela incorpora, além do sempre lembrado proletariado industrial, os assalariados do setor de serviços e também o proletariado rural que vende sua força de trabalho para o capital. E mais:

Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado do Mc Donalds, [...] os trabalhadores terceirizados [...], os trabalhadores *assalariados* da chamada ‘economia informal’ [aqueles sem carteira de trabalho], que muitas vezes são diretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural (ANTUNES, 2009, p. 103-104, grifos do autor).

Consideramos, em razão dos objetivos que temos para este trabalho, mais interessante do que interpelarmos as noções de trabalho e trabalhador em si mesmas, é fazê-lo tendo por parâmetro as representações sociais que tais categorias adquiriram no decorrer dos tempos. A representação social do trabalho foi abordada através dos tempos a partir do binômio trabalho – tempo livre, onde o elogio de um implica na desvalorização do outro. Na antiguidade, em geral, o trabalho era desprezado. Na Grécia Clássica, qualquer atividade física ou manual que não a guerra ou os esportes era considerada indigna de homens livres, mas própria de escravos. Platão pregava o distanciamento do mundo material pelo homem, para ele, a vida era essencialmente contemplação. O trabalho era entendido como um obstáculo às ideias, uma vez que pode ser visto em Platão uma separação entre teoria, a atividade propriamente humana, e prática, atividade que prejudica intelecto e corpo (MAYA, 2008).

Assim também pensava Aristóteles. Para ele, uma sociedade não poderia tolerar aqueles que se dedicassem a atividades de operário ou comerciantes, pois estas afastavam o homem da virtude. Pelo trabalho, os homens tornam-se escravos do mundo material, sendo também este indigno dos homens livres na visão deste filósofo. Ponderamos que a estrutura social da Grécia antiga, fundada na separação escravista, possibilitava tais concepções. A concepção grega de valorização do tempo livre e desvalorização do trabalho foi modificada pelo antigos romanos; mas, a seu modo, persistiu. O tempo livre deixou de ter uma finalidade em si mesmo e passou a ser concebido como descanso e diversão. (MAYA, 2008).

A valorização do tempo livre não se alterou por quase toda a idade média, com o cristianismo. A visão cristã, dominante na época, entendia que o homem pecador expulso do paraíso “precisava agora ganhar a vida ‘com o suor do seu rosto’”. Nesta visão, o paraíso era definido “não só pela presença de Deus, mas também pela ausência da necessidade de trabalho”.

Dessa forma, o trabalho passou a ser entendido como um castigo imposto ao homem, como um meio para sua purificação, ou como “um testemunho de sua imperfeição”. Em que pese, houvesse a valorização de algumas atividades manuais, as artísticas, “sobre todas elas preponderava a meditação, a contemplação e a exaltação do divino”. A vida neste mundo era considerada pelo pensamento cristão da idade média como menos importante do que a vida que estaria por vir em um outro plano. Os trabalhos e as dificuldades precisariam ser suportados pelos homens, no aguardo da posterior felicidade eterna (MAYA, 2008, p. 37).

Essa situação apenas vai se alterar com a queda do sistema feudal e o incipiente desenvolvimento do sistema mercantil. Para acompanhar as mudanças nos âmbitos econômico e social no mundo ocidental, inicia-se uma inversão da concepção relativa ao binômio trabalho-tempo livre.

A partir das transformações materiais concretas ocorridas com a ascensão da burguesia a partir do século XV, com a acumulação de capitais financeiros devido ao comércio internacional, a expropriação de terras e bens de pequenos proprietários e da Igreja, a ampliação do mundo econômico decorrente das descobertas, ocorre o surgimento dos grandes Estados Modernos, sendo fortalecidas as monarquias pelo apoio da burguesia ascendente. A isso correspondeu uma mudança na consciência filosófica ocidental, com reflexos na questão da valorização do trabalho e do tempo livre (MAYA, 2008, p. 37).

São os filósofos renascentistas que introduzem novas concepções de compreensão do homem, para além de um ser teórico-contemplativo, então um sujeito “ativo, transformador e criador de seu mundo”. O motor dessa mudança é a razão, a qual possibilita entender e alterar a natureza conforme os interesses do homem. O incipiente modo de produção capitalista promove o desenvolvimento da técnica e da ciência, as quais, em reciprocidade, o fortalecem. A exaltação do Divino vai sendo deixada de lado, passando a ser exaltado aquilo que é humano, produzido pelo homem, por mais que não se tenha inicialmente suprimido a contemplação de seu lugar superior, diminui a oposição entre trabalho físico e atividade intelectual. O trabalho, neste período, inicialmente é visto socialmente como uma “preparação, um estágio necessário na passagem para a função superior da contemplação” (MAYA, 2008, p. 40).

A compreensão do trabalho vai transformar-se decisivamente em razão da Reforma Protestante, uma nova forma de interpretar a bíblia organizada em uma aglutinação de manifestações artísticas, filosóficas e científicas condizente com os valores e padrões burgueses. O trabalho é reinterpretado e deixa de ser uma atividade subalterna para tornar-se uma “missão atribuída por Deus”. Os principais teólogos renascentistas propõem uma ideologia

que valoriza o acúmulo de capital financeiro, caracterizando-o como graça divina, dignificando assim o trabalho e condenando o ócio ou a mendicância.

A ética protestante passa a pregar valores como a diligência, a temperança, a parcimônia, o afastamento dos prazeres carnis e a poupança, valores esses em perfeita consonância com as necessidades do capitalismo ascendente. Surge assim uma nova consciência filosófica, em que o trabalho recebe um novo significado: o homem até então trabalhara para sobreviver, agora vai fazê-lo visando a obtenção de algo mais do que a simples satisfação de suas necessidades vitais: é a moral, é o que se deve fazer. A ociosidade é um mal e o trabalho se impõe como dignificante (MAYA, 2008, p. 40-41).

Os economistas clássicos do século XVIII seguem a tradição dos filósofos iluministas e enciclopedistas e entendem no trabalho “toda fonte de riqueza das sociedades humanas”, promovendo-o a um lugar central em suas análises da realidade. Contudo, separavam as mudanças da natureza causadas pelo trabalho humano das mudanças no homem causadas pela alteração do ambiente que o circunda. “A apreensão dessa relação de duas vias viria a acontecer com Hegel e, mais tarde em toda sua radicalidade, com Marx” (MAYA, 2008, p. 41).

Marx empreende sua análise sócio-histórica do homem igualmente tendo no trabalho uma categoria central, entretanto entende que o trabalho assume um viés tanto positivo como negativo na sociedade capitalista. O trabalho é positivo “na medida em que de certa forma o trabalho criou o homem, constituindo-se em uma dimensão fundamental de sua personalidade, pois o caracteriza como ser humano”. Em contrapartida, o trabalho é entendido como negativo “na medida em que nas sociedades de classe assumiu uma função alienadora: quando é despojado dos meios de produção, o indivíduo perde a perspectiva de exteriorização de si mesmo no mundo real, separado que está dos objetos que produz e em que produz-se” (MAYA, 2008, p. 41).

Enquanto ser social, o homem não diferencia sua vida individual e social, uma vez que uma incide na outra. “Se a vida humana é vida social e se manifesta em sua exteriorização através do trabalho, é forçoso admitir que quando o trabalhador não é dono de sua capacidade de trabalhar e nem daquilo que produz, não é dono de si mesmo”. Ao vender sua força de trabalho, é a si mesmo que o trabalhador está vendendo, uma vez que deixa de pertencer-se, de controlar sua vida, pertence então a outro, passando a ser entendido como uma mercadoria, como um objeto a ser consumido. “Estabelece-se uma relação de dominação, onde a dimensão do econômico substitui a dimensão do humano” (MAYA, 2008, p. 42).

Para Marx, o futuro do trabalho estava vinculado ao modo comunista de produção, onde não mais se trabalharia em razão de um salário, mas para que os indivíduos conseguissem

“desenvolver-se pessoalmente e contribuir para o enriquecimento material e social de toda a sociedade”. Neste modelo, a separação entre trabalho e tempo livre perderia sentido, pois deixando de ser o trabalho um meio de subsistência, converter-se-ia em “uma necessidade vital, a atividade produtiva se tornaria uma atividade lúdica” (MAYA, 2008, p. 42-43). Entretanto, como sabemos, o modo de produção comunista enfraqueceu-se sobremaneira nas últimas décadas e não parece apresentar-se como alternativa provável para o futuro do trabalho.

Dessa forma, quanto à representação do trabalho e do trabalhador, entendemos que “a tradição judaico-cristã, através do Gênesis, confere ao trabalho significado de castigo e punição, imposto ao homem quando de sua expulsão do paraíso”, entendido como a ausência de trabalho. Apesar do rompimento parcial experimentado na época patrística e escolástica quanto à valoração negativa do trabalho, a ele atribuindo “também o significado de purificação e salvação, o imaginário da sociedade ocidental conserva a concepção judaico-cristã sobre a qual se consolidou”. As mudanças ocorridas na sociedade a partir dos séculos XIV e XV, com o descobrimento de novos mundos, a ampliação das economias e a ascensão da burguesia, têm como consequência a ética religiosa da reforma protestante, que exalta o trabalho, entendido então como dignificante, e considera a ociosidade um mal. “A sociedade ocidental assimila a positividade moral conferida ao trabalho em oposição à negatividade associada ao ócio, sem romper com a tradição judaico-cristã de relacioná-lo a punição e sofrimento” (JACQUES, 2002, p. 101).

\*\*\*

Com este subcapítulo, passamos a dispor de um quadro inicial de referência para que possamos melhor nos articularmos nos próximos subcapítulos. Precisamos nos aprofundar quanto às noções de trabalho e trabalhador para chegarmos à segunda categoria para interpretação de nossa análise empírica. Entendemos que esse aprofundamento deva ocorrer a partir das teorizações referentes aos modos de produção historicamente adotados pelo homem para satisfazer suas necessidades, uma seara teórica costumeiramente utilizada na abordagem dessas noções. É o que fazemos no próximo subcapítulo.

## 4.2 OS MODELOS PRODUTIVOS E AS IDENTIDADES DO TRABALHADOR

Neste subcapítulo, exploramos os modos de produção historicamente adotados pelo homem para satisfazer suas necessidades, nossa ênfase recai sobre os modelos industriais, taylorismo, fordismo e toyotismo, uma vez que são os que mais produzem consequências potencialmente prejudiciais para os trabalhadores neles inseridos. Com isso, consideramos que avançamos no sentido de encontrar a segunda categoria para interpretação de nossa análise empírica.

\*\*\*

O Homem sempre foi dependente da Natureza para sua sobrevivência. Nos primórdios, limitava-se a coletar aquilo que nela encontrava, passando, posteriormente, a pequenos atos de caça. Com o rudimentar desenvolvimento da tecnologia, pode o Homem lentamente desenvolver instrumentos que a ele possibilitaram a transformação da natureza em elementos de seu interesse. Por mais simples que fossem suas criações, estas representam o início dos processos de produção, caracterizado inicialmente como artesanato. No artesanato, não havia divisão do trabalho, a mesma pessoa desempenhava todas as tarefas de forma manual, sendo, portanto, o tempo gasto para a produção bastante elevado (PINTO, 2007).

Contudo, o desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia possibilitaram ao homem a estruturação da atividade produtiva conforme as características de seu tempo. Por volta do século XVI, na Europa, há o surgimento das primeiras máquinas voltadas para a produção, dando início processo produtivo chamado manufatura, o qual envolve máquinas simples e manuais, conta com pequena divisão do trabalho e com considerável aumento da produção (PINTO, 2007).

Já no século XVIII, na Inglaterra, surge um novo modo produção, chamado industrial, caracterizado por grande mecanização, o acentuado uso de máquinas, agora à vapor, por uma grande divisão do trabalho e pela produção em larga escala. Neste modelo produtivo, o trabalhador deixa ter o controle sobre o processo e as condições do trabalho, encontrando-se a ele alienado (PINTO, 2007).

Todos esses modelos de produção podem ainda ser encontrados nas diversas atividades de trabalho que realiza o Homem hoje, entretanto, o modelo de produção industrial indubitavelmente é o que prevalece. E é, segundo a literatura, o mais prejudicial para os sujeitos com ele envolvidos. Razão pela qual a ele nos dedicamos, principalmente no sentido de

evidenciar esse caráter prejudicial, em razão de nossos objetivos. Como é sabido, esse modelo passou por algumas fases de desenvolvimento. Ressaltamos que as características de um trabalhador ideal aos olhos do empregador foram-se alterando em razão da sucessão dessas fases, assim como, essas fases foram produzindo alterações na identidade dos trabalhadores. Aqui, comentamos as principais delas.

O modelo industrial de produção desenvolve-se visando aumentar os índices de produtividade. Nesse contexto, o engenheiro norte-americano Frederick Taylor, a partir de seu livro *Princípios da administração científica*, de 1911, desenvolveu as regras de um sistema produtivo que ficou conhecido como administração ou gerência científica ou, simplesmente, taylorismo, onde aperfeiçoou a divisão social do trabalho introduzida pelo sistema fabril e acabou por assegurar definitivamente o controle do tempo no trabalho pela classe empregadora. Taylor observava o processo de produção em uma fábrica, principalmente a forma e ritmo como os funcionários trabalhavam, atividade por atividade, e registrava como isso se processava, atentando muito para o tempo de cada processo. Taylor percebe algo que chama de indolência sistemática do trabalhador, uma tendência desses por retardar o ritmo do trabalho, produzindo assim muito menos do que poderiam, razão pela qual, em sua visão, não poderia o controle do processo de produção ficar nas mãos dos trabalhadores (BRAVERMAN, 2011). Pinto (2007) afirma que Taylor percebeu que

...os trabalhadores desenvolviam seus macetes (e os utilizavam justo aos deslocamentos no espaço fabril etc.) justamente como forma de controlar o tempo em que trabalhavam e, dessa forma, proteger seus conhecimentos e seus salários, frente a uma produtividade em expansão advinda do emprego crescente de maquinaria que, pouco a pouco, tornava cada vez mais escassa a necessidade de trabalho humano na produção (PINTO, 2007, p. 21).

Dessa forma, buscando um modo de como acabar com tal situação, Frederick Taylor conclui que “se dividisse ao extremo diferentes atividades em tarefas tão simples quanto esboços de gestos, passando então a medir a duração de cada movimento com um cronômetro, o resultado seria a determinação do tempo ‘real’ gasto para se realizar cada operação” (PINTO, 2007, p. 22). A partir disso, Taylor desenvolve aquela que para ele era a forma mais lucrativa de desempenhar determinada tarefa, aquela onde o tempo está controlado e otimizado, e a define como a forma padrão de executá-la. Com o controle do tempo de fabricação, Taylor aumentou em 4 vezes os índices de produção, exigindo que os funcionários aderissem a um determinado ritmo e que cumprissem um plano de trabalho dentro de um tempo específico. Outra metodologia implementada foi a de dividir os funcionários das fábricas em dois grupos, a

gerência, aqueles que planejavam e fiscalizavam, e os homens-boi, aqueles que executavam e que não conheciam, ou não deveriam conhecer, o processo de uma forma geral (BRAVERMAN, 2011).

Os princípios da administração científica são o planejamento, a substituição dos métodos empíricos e improvisados por métodos científicos e testados; a seleção ou preparo, a escolha dos trabalhadores em razão de suas melhores aptidões, e o treinamento para cada cargo; o controle, a supervisão do trabalho visando verificar se está sendo realizado como estabelecido; e, a execução, a distinta distribuição das atribuições e responsabilidades para que o trabalho seja realizado o mais disciplinado possível (PINTO, 2007).

Taylor também prega que a gerência não pode deixar o controle da produção nas mãos dos operários, que deveria passar a conhecer os métodos de trabalho dos operários mais do que eles mesmos, para que pudesse cobrá-los. Conhecendo o processo de produção, a gerência poderia estabelecer os tempos necessários para cada etapa, e assim distribuir o tempo de trabalho. Dessa forma, a gerência deveria sufocar os trabalhadores numa jornada de trabalho controlada, supervisionada, sem interrupções, onde estes apenas poderiam parar de trabalhar quando os fosse permitido. Onde, ainda, cada trabalhador deveria conhecer apenas uma etapa da produção, sequer conhecendo o produto final. Este parcelamento do processo retira o poder que o trabalhador possuía até então, o conhecimento (PINTO, 2007). Nas palavras do próprio Taylor:

Sob o sistema antigo de administração, o bom êxito depende quase inteiramente de obter a iniciativa do operário e raramente essa iniciativa é alcançada. Na administração científica, a iniciativa do trabalhador (que é seu esforço, sua boa vontade, seu engenho) obtém-se com absoluta uniformidade e em grau muito maior do que é possível sob o antigo sistema; e em acréscimo a essa vantagem referente ao homem, os gerentes assumem novos encargos e responsabilidades, jamais imaginados no passado. À gerência é atribuída, por exemplo, a função de reunir todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíram os trabalhadores e então classifica-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmulas, grandemente úteis ao operário para execução de seu trabalho diário (TAYLOR, 1970, p. 49-50)

Para Pinto (2007, p. 27), a ideia fundamental do sistema de Taylor era a especialização extrema das atividades e funções. Desde as ferramentas utilizadas até os movimentos realizados, passando pelas operações intelectuais. Essa delimitação rígida e explícita dos limites das funções “reduziu sensivelmente a exigência de aprendizagem dos trabalhadores para cumpri-las”.

Os aspectos positivos do taylorismo foram, para os trabalhadores, o de ter-lhes proporcionado, inicialmente, a sensação de valorização, com o quê, sentiam-se mais acolhidos

pela empresa. Os salários sofrem considerável aumento e as jornadas de trabalho considerável diminuição. Houve a introdução do descanso remunerado. Já os aspectos negativos mais destacados foram as críticas no sentido de que este modelo ignora as necessidades dos trabalhadores, pensando apenas nas necessidades da empresa, assim como ignora os contextos sociais, provocando muitos conflitos entre administradores e trabalhadores, uma vez que os trabalhadores logo percebem que este modelo é apenas uma forma de a empresa lucrar mais e de eles próprios trabalharem mais ganhando relativamente menos do que anteriormente (ANTUNES, 2009).

Gostaríamos de deixar claro que a sucessão de modelos de produção que aqui apresentamos não indica que tais paradigmas se substituam em todos os casos, mas apenas em alguns deles. As características de produção dos diferentes bens que compõem o mercado definem o modelo que orientará predominantemente sua produção. Ou seja, o taylorismo, como forma de produção sistematizada, não está superado. Pode ser facilmente observado nas empresas onde a alma da produção está centrada na gerência. A rede de *fast foods* McDonald's é um de seus exemplos na atualidade.

Baseado nos princípios do taylorismo, Henry Ford, contemporâneo de Taylor, cria a linha de produção em série para a produção de automóveis<sup>32</sup>, a qual caracteriza o modelo fordista de produção, também chamado modelo de produção em massa. Ford parte do princípio de que o deslocamento do trabalhador durante o processo de produção é uma perda de tempo; visando diminuir esse desperdício, introduz a linha de produção, onde o operário fica parado e o que se movimento é a mercadoria. Dessa forma, sobre uma esteira, os carros eram movidos e cada operário desempenhava sua única função, como colocar um banco ou apertar determinado parafuso. Esta implementação resultou em diminuição dos custos, aumento da produção e maior controle da qualidade, uma vez que, anteriormente, a produção automobilística era quase artesanal (BRAVERMAN, 2011).

Para Antunes, os elementos constitutivos básicos do fordismo

...eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através dos controles dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar, e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (ANTUNES, 2006, p. 24, grifos do autor).

---

<sup>32</sup> É preciso esclarecer que a criação de Ford foi mais uma inovação do que uma invenção, pois adveio de uma adaptação de um sistema de carretilhas usado em matadouros de reses em Chicago, segundo Pinto (2007).

Entretanto, há quem diga, como Pinto (2007, p. 30), que a principal genialidade de Ford não foi a da criação de um sistema onde os índices de produtividade elevaram-se, principalmente em razão da linha de produção, mas, “sobretudo, ter imaginado a possibilidade de inculcar em seus contemporâneos a postura de consumidores de massa de produtos padronizados”. A época da implementação do fordismo coincidiu com o aumento do tamanho das cidades nos Estados Unidos. A grande quantidade de pessoas, agora chamadas massas, implicou uma mudança por parte do mercado, o qual precisava atender sua demanda. Os carros, que antes eram artigos de luxo, para atingir as massas, precisavam ser mais simples, mais baratos. A ideia de Ford era reduzir os custos unitários de fabricação através da diluição dos custos fixos em uma grande quantidade de produtos fabricados.

A redução dos custos também seria alcançada, segundo Ford, por uma lógica de simplificação. Todos os materiais utilizados devem ser os mais simples possíveis, os mais baratos possíveis. A mesma lógica valendo para as ferramentas utilizadas. E a mesma lógica valendo para a mão-de-obra envolvida, a mais simples e barata possível, facilmente cambiável. Como a tarefa a ser realizada era simples, se um funcionário entrasse em desacordo, ele era demitido e, no mesmo dia, outro já estava em seu lugar, sem prejudicar a característica ou a qualidade do produto final. Dessa forma, o conceito de linha de produção baseia-se em aumentar a velocidade e o ritmo da produção de maneira padronizada e econômica (ANTUNES, 2009).

Buscou-se estrangular ao máximo os ‘poros’ da jornada de trabalho, de modo que todas as ações realizadas pelos trabalhadores estivessem, a cada instante, agregando valor aos produtos. Se a ‘racionalização’ taylorista permitia uma significativa intensificação do trabalho humano através do controle pela cronometragem dos tempos de operações parciais, no sistema fordista é a velocidade automática da linha de série (do objeto de trabalho, portanto) que impõe ao trabalhador (o sujeito do trabalho) a sua condição de disposição para o labor, estabelecendo, dentro de limites cada vez mais estreitos de tempo, a melhor maneira de trabalhar (PINTO, 2007, p. 33).

Harvey (2008) entende que, assim como o taylorismo não foi uma criação original de Taylor, mas, sim, um pensamento com longa ancestralidade, as inovações tecnológicas e organizacionais trazidas por Ford eram mera extensão de tendências bem estabelecidas na época. No mesmo sentido da avaliação de Pinto (2007), para este autor, o que havia de especial no fordismo, e que em última análise o diferencia do taylorismo

... era sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova

estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2008, p. 121).

Harvey (2008, p. 121-122) recorre a Gramsci para dizer que o fordismo pode ser entendido como o “maior esforço coletivo para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”, “adequado ao novo tipo trabalho e de processo produtivo”, uma vez que os novos métodos de trabalho que introduz “são inseparáveis de um modo específico de pensar e de viver a vida”. Uma sociedade massivamente consumista.

Por conseguinte, o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total. Produção em massa significava padronização do produto e consumo de massa, o que implicava toda uma nova estética e mercantilização da cultura (HARVEY, 2008, p. 131).

Quanto aos trabalhadores fordistas, Pinto (20007, p. 33-34) entende que a “intervenção criativa dos trabalhadores nesse processo é praticamente nula, tal como sua possibilidade de conceber o processo produtivo como um todo”, pois cada qual é fixado num mesmo ponto de produção o tempo inteiro. As qualidades, competências, habilidades, a experiência dos trabalhadores, sua criatividade, são dispensáveis, tanto no sistema taylorista quanto no fordista. Interessa apenas sua capacidade de “abstrair-se de sua própria vontade durante um longo período de tempo de sua vida”. Daí a razão de o absenteísmo e a rotatividade terem acompanhado esses sistemas desde suas implementações.

O fordismo desenvolveu um complexo sistema de relações que extrapolam o âmbito das fábricas em todo o mundo. Tornou possível a intercambialidade das peças e dos funcionários, a padronização dos produtos, a integração vertical e a centralização do poder. As peças padronizadas permitem a economia de esforço para a fabricação dos produtos. A padronização dos produtos permite a diminuição dos erros durante a produção, assim como a criação de outras empresas, as quais também eram de propriedade de Ford, destinadas à produção de componentes específicos. Dessa forma, o poder encontra-se amplamente centralizado (ANTUNES, 2009).

A contribuição fundamental do fordismo para a estrutura produtiva foi a padronização da atividade de produção. Entretanto, a repetição, nesse sistema de tarefas monótonas, cria uma cultura de trabalhadores entediados e estressados, sem perspectivas ou motivação, entendidos como apêndices das máquinas. Erros na fabricação passam a ser cometidos por trabalhadores nessas condições. Logo, os produtos começaram a sair da linha de montagem com defeitos, o

que acarretava custos. Visando muito mais diminuir esses custos do que preocupado com a saúde dos trabalhadores, Ford cria uma política de incentivo ao trabalhador, a qual ajuda a atenuar o problema dos defeitos nos produtos, mas não soluciona o problema dos trabalhadores (PINTO, 2007).

O sistema de produção em massa do fordismo entra em crise quando o próprio sistema capitalista enfrenta sua maior crise. As razões para tal são muitas. Não vamos nelas nos aprofundar em função dos objetivos que temos aqui. Podemos brevemente dizer que surge um excesso de capacidade produtiva, o que resulta em acumulação de estoques e perda de lucratividade, aliadas a um contexto de hipertrofia da esfera financeira, resultante da maior concentração de capitais oriundos da onda de fusões que marcou esse período, somada à elevação do preço do petróleo, são alguns dos maiores responsáveis por tal crise. Também em razão das sucessivas valorizações e desvalorizações do dólar, as quais acarretam nas primeiras grandes variações nas taxas de câmbio das economias nacionais, acentuando a internacionalização e o já crescente volume de investimentos em capitais financeiros, que, por meio da tecnologia microeletrônica aplicada à informação, tornou-se possível para os detentores de capital especular sobre essas flutuações cambiais (PINTO, 2007; ANTUNES, 2009; HARVEY, 2008).

Além da diminuição de sua demanda, o padrão de consumo se altera, deixa de ser um consumo de massa e passa a ser um consumo especializado. A acumulação de estoques foi experimentada e logo percebida como um dinheiro estagnado. A única solução possível foi a flexibilização dos meios de produção, coisa que as linhas de produção fordistas não permitiam. Dessa forma, na década de 1980, ganha força a reestruturação produtiva, caracterizada pela flexibilidade da produção. A referida flexibilização não se restringe aos meios de produção, o trabalhador igualmente precisa flexibilizar-se. Ele não pode apenas desempenhar uma única tarefa, precisa dominar muitas delas, conhecer todas ou várias etapas da produção, precisa tornar-se multifacetado, para possibilitar uma produção voltada para um mercado diferenciado, de públicos cada vez mais específicos (ANTUNES, 2006).

A instabilidade macroeconômica mundial do início da década de 1970, associada à hipertrofia do capital financeiro, afetaram

...o crescimento dos mercados nacionais protegidos e em expansão desde o pós-1945, promovendo a utilização de inovação tecnológicas e organizacionais que, por sua vez, resultaram em novas formas de produção e de circulação de mercadorias e serviços, alimentando mudanças nos mercados de consumo. O pilar de crescimento contínuo do consumo e da produção de massa de artigos estandardizados foi então substituído por um conjunto aparentemente personalizado, com mercados cujo lento e instável

crescimento passou a ser atendido por um sistema produtivo ‘enxuto’, ‘flexível’ e crescentemente transnacionalizado (PINTO, 2007, p. 44).

Processo esse que foi acompanhado por políticas sociais e econômicas de desregulamentações de mercados, de relações de trabalho e de barreiras comerciais. Para Antunes (2006):

Foram tão intensas as modificações que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise desde século, que atingiu não só sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e no íntimo inter-relacionamento desses níveis, afetou sua *forma de ser* (ANTUNES, 2006, p. 23, grifos do autor).

O Cronômetro e a produção em série são em grande parte substituídos por novos processos de trabalho onde a ênfase está agora na flexibilização da produção, na especialização flexível, na busca por novos padrões de produtividade e por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (ANTUNES, 2006). Harvey (2008) denomina essa fase da produção industrial de acumulação flexível, a qual tem como marca a oposição à rigidez fordista. Em sua definição:

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2008, p. 140).

Entretanto, Harvey (2008, p. 140-141) pondera que o aumento da flexibilidade e da mobilidade possibilita aos empregadores exercer “pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida [...] para níveis sem precedentes no pós-guerra”. A acumulação flexível implica níveis relativamente altos de desemprego “estrutural”, acelerada “destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista”.

Pinto (2007), enfatiza o fato de que a flexibilização da produção exigiu em consequência a flexibilização das leis que regem o uso e a alocação da força de trabalho pelas empresas. Segundo ele:

Isso implica em alterações na legislação trabalhista, levando, principalmente as economias periféricas, onde já são escassas as estruturas de proteção social por parte do Estado, à redução dos direitos dos trabalhadores e à crise do movimento sindical, através da elevação do número de contratações precárias (como as temporárias, por tempo parcial etc.), mudanças nas normas salariais (como vinculação dos salários ao

faturamento das firmas), com heterogeneização entre os segmentos do mercado de trabalho (PINTO, 2007, p. 70).

Estamos diante de um novo padrão de acumulação, denominado acumulação flexível, onde há continuidades e descontinuidades em relação ao binômio taylorismo/fordismo. A acumulação flexível “se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado”, onde há a introdução de “técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços”. Temos, assim, uma “estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc” (ANTUNES, 2009, p. 52).

De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*, reduzindo muito ou eliminando tanto o *trabalho improdutivo*, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador *produtivo* (ANTUNES, 2009, p. 53, grifos do autor).

Quanto ao consumo, na acumulação flexível, passou a haver

...uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidade fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercantilização de formas culturais (HARVEY, p. 2008).

Obrigada a adequar-se ao fragmentado e reduzido mercado japonês, a fábrica automotiva Toyota, através de seu engenheiro Taiichi Ohno, já havia repensado o modelo fordista, e apresentava a referida proposta de uma produção flexibilizada já há algum tempo, onde os produtos somente são fabricados conforme a demanda de sua comercialização, o que permite acompanhar, as cada vez mais rápidas, oscilações do mercado<sup>33</sup>. É o chamado modelo toyotista de produção ou modelo de produção enxuta.

Antunes (2006) indica quatro fases ou situações pelas quais a empresa Toyota passou e das quais resultaram no advento do toyotismo:

*Primeira:* a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente

<sup>33</sup> O sistema japonês de produção não foi o primeiro modelo de acumulação flexível conhecido, mas sim o que alcançou maior repercussão (ANTUNES, 2009). Outras experiências nesse mesmo sentido que o antecederam localizaram-se na chamada Terceira Itália e na Suécia, na região de Kalmar (PINTO, 2007) e também o Vale do Silício, nos EUA, assim como em algumas regiões da Alemanha (ANTUNES, 2006).

com várias máquinas. *Segunda*: a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores. *Terceira*: a importação de técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao *kanban* [...], de reposição dos produtos somente depois da sua venda. [...] *Quarta*: a expansão do método *kanban* para as empresas subcontratadas e fornecedoras (ANTUNES, 2006, p. 31-32, grifos do autor).

No modelo toyotista, a estrutura organizacional é mais horizontalizada e menos compartimentalizada, há a utilização de políticas inovadoras de recursos humanos, justificadas pela globalização da economia, pelo desenvolvimento científico e tecnológico e pela valorização da cidadania. Entre suas principais características estão a mecanização flexível, a multifuncionalização da mão-de-obra, o sistema de qualidade total e a produção *just-in-time* (BRAVERMAN, 2011).

Para Pinto, entre a miríade de detalhes relativos ao sistema toyotista, este tinha como base

...uma metodologia de produção e de entrega mais rápidas e precisas que os demais, associada justamente à manutenção de uma empresa ‘enxuta’ e ‘flexível’. Isso era obtido pela focalização no produto principal, gerando desverticalização e subcontratação de empresas que passavam a desenvolver e a fornecer produtos e atividades, com utilização de uma força de trabalho polivalente – agregando em cada trabalhador atividades de execução, controle de qualidade, manutenção, limpeza, operação de vários equipamentos simultaneamente, dentre outras responsabilidades (PINTO, 20007, p. 40).

Harvey associa o modelo fordista de produção à era moderna:

A modernidade fordista está longe de ser homogênea. Há muito nela que se vincula com uma fixidez e uma permanência relativas – capital fixo na produção em massa, mercados estáveis, padronizados e homogêneos, uma configuração fixa de influência e poder político-econômicos, uma autoridade e metateorias facilmente identificáveis, um sólido alicerce na materialidade e racionalidade técnico-científica e outras coisas dessa espécie (HARVEY, 2008, p. 303).

E o modelo da acumulação flexível, à pós-modernidade:

A flexibilidade pós-modernista, por seu turno, nominada pela ficção, pela fantasia, pelo imaterial (particularmente do dinheiro), pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho e de nichos de consumo; no entanto, ela também personifica fortes compromissos com o Ser e com o lugar, uma inclinação para a política carismática, preocupação com a ontologia e instituições estáveis favorecidas pelo neoconservadorismo (HARVEY, 2008, p. 303-305).

Ponderação de cunho político-econômica que pode ser mais bem compreendida se rememoradas as considerações de cunho estético-político-social acerca das noções de

modernidade e pós-modernidade constantes no título 2.1 desta pesquisa, assim como com o auxílio daquilo que fazemos constar neste segmento.

No sistema toyotista, cada empresa principal dedica-se apenas à atividade substancial da organização, restando as atividades acessórias a empresas terceirizadas. Dessa forma, as grandes empresas nucleiam redes de pequenas empresas, a elas dedicadas (ANTUNES, 2009). Esta é a chamada horizontalização do sistema toyotista, onde há a redução do “âmbito de produção da montadora” e uma extensão desse âmbito “às subcontratadas, às ‘terceiras’, da produção de elementos básicos, que no fordismo são atributos das montadoras (ANTUNES, 2006, p. 35).

As organizações fundamentadas no modelo toyotista de produção<sup>34</sup> transferem o máximo de responsabilidades possíveis para os trabalhadores dos níveis mais baixos de sua hierarquia. Seus trabalhadores são qualificados, desempenham várias funções e são proativos em direção a inovações e melhorias de qualidade no processo produtivo. Nelas, não existe apenas uma linha de produção e montagem, mas infinitas linhas. Isso faz com que os trabalhadores e as máquinas precisem ser flexíveis, ou seja, um mesmo trabalhador tem de ter a capacidade de exercer diversas funções, operar ou monitorar várias máquinas, para que toda a equipe possa ser reconfigurada se necessário. Nesse sentido, Pinto afirma que

...a ideia era permitir que os trabalhadores adquirissem o conhecimento, executassem e passassem a se responsabilizar por várias fases do processo produtivo total, o que lhes possibilitaria desenvolver múltiplas capacidades, que ao final, seriam reaproveitadas no cotidiano de seu trabalho, com aumento de produtividade (PINTO, 2007, p. 57).

Ao que complementa: “a ampliação do raio de ação sobre o trabalho, aventada como vantagem aos trabalhadores, foi seguida pelo aumento do volume e pela intensificação dos ritmos, sem que houvesse, em contrapartida, maior estabilidade no emprego” (PINTO, 2007, p. 65).

Outra característica marcante do modelo toyotista é o já citado sistema *kanban*, o qual regulava a produção, contribuindo para a redução dos estoques. Este sistema funcionava da seguinte maneira, cada trabalhador de um posto se abastecia, quando necessitava, de peças de um posto anterior ao seu, sendo que a fabricação de peças desse posto só ocorria mediante

---

<sup>34</sup> Para Antunes (2009, p. 59), o toyotismo vem sendo assimilado pela ampla maioria das grandes empresas, “a princípio no ramo automobilístico e, posteriormente, propagando-se também para o setor industrial em geral e para vários ramos do setor de serviços, tanto nos países centrais quanto nos de industrialização intermediária”. Já para Harvey (2008, p. 179), as “tecnologias e formas flexíveis não se tornaram hegemônicas em toda parte”, assim como “o fordismo que as precedeu também não”. Pontuamos que Antunes publica a primeira edição de seu livro, em 1999, dez anos após a publicação da primeira edição de Harvey, em 1989.

solicitação. Havia um fluxo de informações que regulava esse processo, o qual se realizava através de pequenos cartazes. Pinto ilustra a situação:

No âmbito interno das fábricas, esses fluxos de informação e de materiais foram possibilitados pela elaboração de um dispositivo mecânico que conduzia caixas no sentido inverso da produção (ou seja, dos postos posteriores aos anteriores), contendo cartazes (*kanban*, em japonês), com informações sobre a quantidade necessária de alimentação dos postos subsequentes, ao mesmo tempo em que outras caixas passaram a circular no sentido normal do fluxo produtivo (dos postos anteriores aos posteriores), carregadas das peças ou materiais encomendados por cada um desses postos (PINTO, 2007, p. 59).

Já a metodologia de trabalho das células de produção do sistema toyotista diz respeito a equipes que alternam seus postos de trabalho conforme o volume de produção ou metas de qualidade solicitadas.

Cada célula é responsabilizada pelo cumprimento de metas estabelecidas pela gerência, decidindo com isso como distribuir as atividades de trabalho internamente entre os membros. Contrariamente ao sistema taylorista/fordista, a ideia é fazer que cada trabalhador conheça e compreenda, tanto quanto possível o funcionamento dos postos e de toda a célula e, se necessário, também de outras células (PINTO, 2007, p. 66).

Entretanto, a transferência desses trabalhadores polivalentes entre as diversas atividades causa-lhes constantes crises de adaptação, em razão de que cada atividade exige muitas habilidades, as quais estão sempre em mutação. “Uma vez que isso os mantém altamente concentrados na superação das dificuldades, tornam-se reduzidas as chances de refletirem sobre sua condição social comum ao ambiente de trabalho” (PINTO, 2007, p. 66-67). Dessa forma, contrariamente ao que poderia parecer, as células de trabalho aumentam o isolamento do trabalhador, pela sobrecarga de trabalho, e limitam um contato pessoal mais íntimo durante a realização das atividades de trabalho.

As células de produção conduziram ainda a uma situação de horizontalização da hierarquia do controle da produção, pois agora são os próprios trabalhadores que fiscalizam uns aos outros. Por conseguinte, diferentemente do que acontecia no sistema taylorista/fordista, quando a gerência era a responsável pelo aumento contínuo de produção e qualidade, no sistema toyotista essa responsabilidade é transferida para os próprios trabalhadores, de forma que a “tensão por produtividade abrange toda a organização empresarial” (PINTO, 2007, p. 69).

Sob determinado ponto de vista, o modelo toyotista revaloriza o trabalhador, uma vez que o saber referente à atividade que desempenha é devolvido ao operariado, os quais apresentam-se subjetivamente engajados à empresa em que trabalham e caracterizam-se por

fortes sentimentos de identificação, compromisso e pertencimento. Esse sistema se aproveita do que aponta Chanlat (2011, p. 122), de que o espaço organizacional “é um lugar, ao mesmo tempo, dividido e imposto, de modo que o pessoal, independentemente de seu grau ou posição, tenta, a despeito das dificuldades, se apropriar”. Em razão disso, tem sido possível constatar exemplos crescentes de intensificação do trabalho onde o sistema *just-in-time* é implementado. A produção *just-in-time*, refere-se à mentalidade produzir apenas o necessário ou, em condições ideais, de apenas produzir qualquer mercadoria se a mesma for solicitada pelo setor de vendas. Ao analisar esses fortes sentimentos de identificação, compromisso e pertencimento com a empresa, Antunes observa:

A subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital, a sujeição do *ser* que *trabalha* ao ‘espírito’ Toyota, à ‘família’ Toyota, é de muito maior intensidade, é *qualitativamente* distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica mais *despótica*; aquela, a do toyotismo, é mais *consensual*, mais *envolvente*, mais *participativa*, em verdade mais *manipulatória* (ANTUNES, 2006, p. 42, grifos do autor).

Esse sistema, o toyotista, não busca eliminar ou minimizar o confronto entre os trabalhadores e os empresários, mas está articulado para “se aproveitar dessa situação e, através da manipulação da subjetividade dos trabalhadores, extrair-lhes o acúmulo de conhecimentos tácitos que adquirem, a favor da acumulação capitalista” (PINTO, 2007, p. 53).

Num sentido semelhante, mas focando sua análise nas empresas ocidentais que se orientam pelo toyotismo, Pinto (2007) afirma que estas

...têm tentado introduzir uma nova ‘mentalidade’ no corpo de funcionários. Estabeleceu-se um ‘tipo ideal’ de trabalhador, do qual se exige iniciativa, equilíbrio, acessibilidade e facilidade no trabalho em equipe, raciocínio ágil e, sobretudo, responsabilidade para com os compromissos da empresa, dentre outros aspectos que vêm se conformando dentro do ambiente de trabalho.

Isso implica, entretanto, em aceitar muitas vezes grande intensificação do volume e do ritmo de trabalho, com elevação do número de horas trabalhadas, pois o fechamento de postos de trabalho em atividades como manutenção, supervisão, controle de qualidade, limpeza, entre outras, implica na sua transferência aos trabalhadores que ‘ficam’ (PINTO, 2007, p. 71).

Assim sendo, as organizações flexíveis passam a transferir a sobrecarga de trabalho dos postos eliminados para os trabalhadores remanescentes. Isso termina por piorar as condições de trabalho, não em razão da monotonia, como anteriormente no fordismo, mas em razão da intensa pressão no ritmo e na natureza do trabalho da forma como está estruturado, associado ao desafio constante da redução de custos e do aumento da qualidade do produto. As metas neste tipo de sistema de produção são zero defeitos, tempo zero de preparação, estoque zero,

movimentação zero, quebra zero, *lead time* zero e lote unitário (uma peça). Outro desafio complexo é a constante necessidade de qualificação imposta ao trabalhador. Para estar habilitado às diversas tarefas que lhe são exigidas, torna obrigatório o investimento em aperfeiçoamento. Temos, novamente, mesmo que por outros motivos, trabalhadores estressados em razão da forma como está organizada sua atividade laboral (ANTUNES, 2009).

Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da ‘empresa enxuta’ merecem destaque, e são citadas como exemplos a serem seguidos, aquelas empresas que dispõem de *menor* contingente de forças de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade (ANTUNES, 2009, p. 55, grifo do autor).

Este é justamente outro ponto fundamental do toyotismo para Antunes (2006, p. 36), o de este sistema “estruturar-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado”. Lembrando que, mesmo que inicialmente as horas extra representassem um acréscimo nos salários dos operários, logo o sistema toyotista criou o sistema do banco de horas, onde o operário trabalha em uma jornada menor quando a demanda é pequena. As horas não trabalhadas são pagas, mas elas ficam registradas, para serem trabalhadas quando a empresa necessitar.

Logo, a empresa livra-se do pagamento de boa parte, se não todas, horas extra nos momentos de maior demanda por produção. Por conseguinte, é preciso ter em mente, conforme já indicado, que para que o toyotismo consiga articular-se de tal forma, “para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores”, são necessários “direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor”, sendo que, direitos flexíveis é um eufemismo para uma situação de perda de direitos por parte dos trabalhadores (ANTUNES, 2006, p. 36).

Há ainda a questão da informatização, inicialmente chamada telemática ou teleinformática. Esse avanço tecnológico permite que no toyotismo haja o avanço do trabalho a domicílio, uma desconcentração do processo produtivo. E permitiu ainda a possibilidade de grandes bancos e empresas controlarem a expansão de seus ativos agora em escala internacional (ANTUNES, 2009, p. 114). O capitalismo torna-se cada vez mais organizado com a dispersão, a mobilidade geográfica e as respostas flexíveis nos mercados de trabalho. Isso se deu em razão de que “as informações precisas e atualizadas são agora uma mercadoria muito valiosa”, logo,

o acesso a esse tipo de informação, assim como seu controle e capacidade de análise instantânea “tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados”. Destarte, houve uma “completa reorganização do sistema financeiro global e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira” (HARVEY, 2008, p. 150-152).

Com isso, novos mercados futuros de mercadorias, ações, moedas e dívidas surgiram em muitas partes, “introduzindo o tempo futuro no presente de maneira estarrecedora”. E o uso de computadores e comunicações eletrônicas possibilitaram o crescimento espantoso da “coordenação internacional instantânea de fluxos financeiros”. Os bancos passaram a “tomar maciços empréstimos de curto prazo uns dos outros”, independente de “tempo, espaço ou moeda” (HARVEY, 2008, p. 153-154), e as companhias de seguro e fundos de pensão passaram a reunir

...tal quantidade de fundos de investimento que terminam por funcionar como ‘formadores de mercado’ dominantes, enquanto o capital industrial, mercantil e imobiliário se integram de tal maneira às estruturas e operações financeiras que se torna cada vez mais difícil dizer onde começam os interesses comerciais e industriais e terminam os interesses estritamente financeiros (HARVEY, 2008, p. 154).

Com o advento da acumulação flexível, houve um crescente interesse em formas “alternativas de obter lucros que não se restrinjam à produção pura e simples de bens e serviços”, principalmente a partir de uma “cuidadosa monitoração de mercados internacionais e condições políticas por multinacionais, de modo que possam tirar proveito das variações relativas dos valores das medas ou taxas de juro” (HARVEY, 2008, p. 154). Nesse contexto, o correspondente físico do capital, o dinheiro, deixa de ter grande importância, ele vira informação. Informatizado, o dinheiro que anoitece em um lugar do globo terrestre é transferido para outro, onde ainda é dia, onde ainda pode render dividendos. Para os países mais desenvolvidos, Estados Unidos e alguns Europeus, é mais fácil obter lucro a partir do dinheiro do que da produção de um produto físico. É o chamado capitalismo virtual, oriundo dessa transnacionalização do capital. Aliado à mão-de-obra barata de certos países, como a China, por exemplo, desmantela-se o modelo de acumulação de capital baseado na produção fabril que conhecemos. Os países centrais passam a sediar apenas seus escritórios, os diversos componentes dos produtos são produzidos em diferentes países, onde sua produção é mais conveniente. Ainda nas palavras de desse autor:

Na atual fase, contudo, o que importa não é tanto a concentração de poder em instituições financeiras quanto a explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, associada à ascensão de sistemas altamente sofisticados de coordenação financeira em escala global. Esse sistema financeiro foi o que permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporal da acumulação capitalista. A estado-Nação, embora seriamente ameaçada como poder autônomo, retém mesmo assim grande poder de disciplinar o trabalho e de intervir nos fluxos de mercados financeiros, enquanto se torna muito mais vulnerável a crises fiscais e à disciplina do dinheiro internacional (HARVEY, 2008, p. 181).

No toyotismo, cresce a importância do setor de gestão de pessoas, especificamente criado para pensar no trabalhador, agora considerado bem imaterial da empresa. O trabalhador passa a ser entendido como o centro das empresas, que, em contrapartida, passam a exigir intelectualmente o máximo de seus funcionários. Torna-se difícil parar de trabalhar, à noite, na madrugada, nos finais de semana. Os trabalhadores passam a ter pouco tempo para sua vida pessoal, surgem os problemas familiares, a consequência são os fenômenos de solidão. As empresas estabelecem metas que precisam ser cumpridas em equipes, se algum funcionário não cumprir sua parte, prejudica seus colegas. Somem as hierarquias. Um trabalhador controla o outro. São as equipes de auto desempenho. Os problemas não são mais resolvidos pela chefia, são os próprios trabalhadores que devem resolvê-los. Essa realidade tem produzido como consequência a exaustão do trabalhador e uma exclusão intensa de pessoas do mercado de trabalho, em razão do fechamento de postos (ANTUNES, 2006; 2009).

Todas essas características levam Antunes (2006) a concluir que a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se na atualidade se comparada com contextos anteriores, mas, principalmente, a classe trabalhadora precarizou-se:

Tornou-se mais qualificada em vários setores, como a siderurgia, onde houve uma relativa *intelectualização* do trabalho, mas *desqualificou-se* e *precarizou-se* em diversos ramos, como na indústria automobilística, onde o ferramenteiro não tem mais a mesma importância, sem falar na redução dos inspetores de qualidade, dos gráficos, dos mineiros, dos portuários, dos trabalhadores da construção naval etc. Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador '*polivalente e multifuncional*' da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural (ANTUNES, 2006, p. 170, grifos do autor).

O que leva Antunes (2006, p. 166, grifos do autor) a sentenciar que essa “lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca de produtividade num processo *destrutivo* que tem gerado uma imensa *sociedade dos excluídos e dos precarizados*”.

Quanto à necessidade de qualificação, Antunes (2009) indica que ela é crescente no toyotismo, entretanto, além de crescente, há outra alteração importante nesse contexto:

Parte importante do ‘tempo livre’ dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir ‘empregabilidade’, palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente era em grande parte realizadas pelo capital (ANTUNES 2009, p. 131).

Essa devolução ao operariado de seu saber, de seu saber-fazer, sua experiência, subtraídos pelo taylorismo/fordismo, é empreendida pelo toyotismo visando “apropriar-se crescentemente da sua dimensão *intelectual* das suas capacidades cognitivas, *procurando* envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária”. As ideias dos trabalhadores são então absorvidas pela pelas empresas, desde que apresente vantagem lucrativa. Com a maior integração entre homem e máquina, aumenta o estranhamento, a alienação, “distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianeidade autêntica e autodeterminada” (ANTUNES, 2009, p. 131, grifos do autor). Logo:

Com a *aparência* de um despotismo mais brando, a sociedade produtora de mercadorias torna, desde o seu nível microscópico, dado pela fábrica moderna, ainda mais *profunda* e *interiorizada* a condição do *estranhamento* presente na subjetividade operária (ANTUNES, 2009, p. 131, grifos do autor).

Harvey (2008, p. 119) já havia sentenciado: “A produção de mercadorias em condições de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões, bem como do aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que de fato faz o trabalho”. Ele chama de controle do trabalho a disciplinação da força de trabalho para os propósitos da acumulação de capital. Essa disciplinação é um processo complicado:

Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pelas simples articulações de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho (HARVEY, 2008, p. 19).

Mais incisivo, Antunes, valendo-se do entendimento de Lukács quanto à noção de estranhamento, a qual diz ser a da “existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana, à individualidade emancipada”, afirma que o capital contemporâneo, o responsável por todas as alterações

observadas no mundo do trabalho, em função de sua ânsia acumulativa, “ao mesmo tempo em que pode, através do avanço tecnológico e informacional, potencializar as capacidades humanas, faz expandir o fenômeno social do *estranhamento*”. Em razão de essas evoluções não terem produzido para a classe-que-vive-do-trabalho “necessariamente o desenvolvimento de uma subjetividade cheia de sentido”, justamente pelo contrário (ANTUNES, 2006, p. 172, grifos do autor).

Especificamente quanto ao Brasil, Antunes (2009) avalia que o padrão de acumulação industrial brasileiro começa a desenvolver-se de forma mais organizada a partir da década de 1950, intensificando esse desenvolvimento posteriormente ao golpe militar de 1964. Dessa forma, entre 1950 e 1970 a estrutura produtiva brasileira foi bifronte: bens de consumo duráveis para um mercado interno restrito e seletivo, as classes dominantes e os estratos mais altos da classe média, e a produção para exportação, tanto de produtos primários como de produtos industrializados. Quanto à expansão capitalista industrial:

...sustentou-se (e ainda se sustenta) num processo de *superexploração do trabalho*, dado pela articulação de baixos salários, uma jornada de trabalho prolongada (nos períodos de ciclo expansionista) e de fortíssima intensidade, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado (ANTUNES, 2009, p. 236, grifos do autor).

Já a década de 1980 foi marcado no Brasil mudanças, embora os traços básicos, o padrão de acumulação e o modelo econômico permanecessem os mesmos. Entretanto, tais alterações organizacionais e tecnológicas do processo produtivo e de serviços ocorriam em um ritmo muito mais lento se comparadas com as alterações em curso nos países centrais, em razão de o Brasil ainda estar ainda “relativamente distante dos processos de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal” (ANTUNES, 2009, p. 236).

Foi na década de 1990, com Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso como presidentes, que a implementação do projeto neoliberal se intensificou sobremaneira, o que alavancou o processo da reestruturação produtiva em nosso país. Passamos a presenciar um enorme enxugamento dos processos desnecessários nas empresas e um “aumento das formas de superexploração da força de trabalho, verificando também mutações no processo tecnológico e informacional” (ANTUNES, 2009, p. 236). Assim sendo, flexibilização, desregulamentação e novas formas de gestão produtiva características do modelo toyotista passam a estar presentes no trabalho no Brasil, mesclando-se ao fordismo já existente. “Coube ao governo FHC intensificar o processo de desmontagem dos parques diretos trabalhistas, construídos durante várias décadas de luta e ação dos trabalhadores” (ANTUNES, 2009, p. 240). Situação que volta

a se intensificar hoje com as propostas de reforma previdenciária e trabalhista propostas pelo governo Michel Temer, onde os direitos da classe-que-vive-do-trabalho são mais uma vez enfraquecidos.

\*\*\*

Com a finalização deste subcapítulo, consideramos que demos um passo importante para construirmos a segunda categoria de interpretação para nossa análise empírica. As indicações de potenciais prejuízos para os trabalhadores são inúmeras, prejuízos físicos e, principalmente, psicológicos. Situação que ganha gravidade ao considerarmos que tais modelos predominam nas atividades laborais em todo o mundo. A partir disso, entendemos que nossa investigação teórica encontrará fim se nos aprofundarmos em uma abordagem de tais prejuízos desde um ponto de vista psicológico. É o que fazemos no próximo subcapítulo.

### 4.3 A REPRESENTAÇÃO DO TRABALHADOR SOB O PRISMA DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Neste subcapítulo, apresentamos a introdução da última concepção teórica com a qual estamos analisando nosso objeto teórico de estudo, a escola dejouriana da psicodinâmica do trabalho. Dessa forma, aqui apresentamos seus principais fundamentos, buscando problematizar, no que se refere a representação das identidades do trabalhador, suas atividades laborais e seu ambiente de trabalho, as características dos modelos produtivos que no subcapítulo anterior apresentamos, continuando a construir assim critérios e referências gerais para a análise de nosso objeto empírico, e culminando com a construção da segunda categoria de interpretação de nossa análise empírica vindoura.

\*\*\*

Através do trabalho, o Homem transforma sua própria natureza, no sentido de que os vínculos que estabelece entre saúde e doença na atividade laboral alteram “sua condição de ser e estar no mundo e suas condições de adoecer e morrer” (JACQUES, 2002, p. 98). Intimamente relacionado a esta afirmação está a percepção de que

as transformações técnicas e organizativas introduzidas nos processos de trabalho têm suscitado um acentuado desgaste no trabalhador, revelado através de distúrbios orgânicos, psíquicos ou mistos: hipertensão, doenças coronárias e digestivas, neuroses e psicoses classificadas, genericamente, como doenças do estresse ou tensão. Uma análise mais apurada revela uma íntima relação entre essas doenças e as situações de trabalho, embora nem sempre reconhecida pela legislação específica (JACQUES, 2002, p. 99).

Para dar conta deste contexto, recorreremos à psicodinâmica do trabalho, como referencial teórico mais apropriado e harmônico em razão dos pressupostos teóricos que adotamos nos capítulos anteriores, das características com as quais construímos nosso objeto teórico de pesquisa, assim como em razão dos objetivos que temos para esse estudo. Nas origens da psicodinâmica do trabalho estão os estudos de Sivadon e Le Guillant. Sivadon questiona que o trabalho pode não ser bom para todas as pessoas, e assim contribui para a queda da idealização que havia em torno do trabalho no pensamento científico da época. Le Guillant percebe a existência de uma psicopatologia social, no sentido de que as estruturas sócio-históricas são responsáveis pela existência de psicopatologias mentais. Propõe pensar em vez de uma psicopatologia da vida cotidiana, uma psicopatologia da realidade da vida cotidiana, a qual

inclui essas estruturas sócio-históricas. Através de uma escuta dos próprios trabalhadores, combinada com a comparação a dados estatísticos, qualitativos e quantitativos, funciona a proposta de Le Guillant quanto à saúde mental do trabalhador. Essa junção de condições sociais e de fatos clínicos é utilizada até a década de 1970, quando surge Christophe Dejours (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011).

Os trabalhos produzidos por Dejours inscrevem-se inicialmente na vertente então denominada psicopatologia do trabalho, que tinha em Le Guillant, Sivadon e Veil seus mais destacados expoentes. Corrente essa vinculada à psiquiatria institucional clássica. Neste momento, a lógica adotada por Dejours é a de que o trabalho, em certas condições, irá contribuir para o surgimento ou desencadeamento de doenças mentais em alguns trabalhadores. Entretanto, com a prática de seus estudos, Dejours acaba por não observar o surgimento de doenças mentais decorrentes da atividade laboral nos trabalhadores. Observa, sim, a recorrência de doenças psicossomáticas. Aliada a uma matriz teórica psicanalítica, essa observação faz com que Dejours altere a lógica de abordagem da questão a que se dedica, deixando de observar as doenças resultantes do trabalho e passando elucidar as saídas encontradas pelos trabalhadores para não adoecer no trabalho (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011). Nas palavras do próprio autor:

Ocorre que as pesquisas que procedemos não trouxeram os resultados pretendidos: destacar a doença mental caracterizada. Ao invés disso, descobrimos nos operários [...] problemas psíquicos que conduziam menos à aparição de doenças mentais clássicas, do que uma fragilização que favorecia a eclosão de doenças do corpo [...]. Por uma derivação, esboçou-se, pouco a pouco, outro modelo teórico que tentava dar conta dos dados empíricos, buscando sobretudo tematizar o *sofrimento* no trabalho e as *defesas* contra a doença (DEJOURS e ABDOUCHELI, 1994, grifos dos autores).

Com o abandono da abordagem de seu objeto de pesquisa através do viés da patologia para uma abordagem através do viés da normalidade, surge a Psicodinâmica do Trabalho. Esta alteração de viés de abordagem igualmente está intimamente relacionada às proposições presentes na tese de doutorado do filósofo e médico francês Georges Canguilhem, apresentada em 1943, referentes ao normal e o patológico.

Em crítica (1) à vertente da medicina herdeira da concepção positivista de ciência pregada por Augusto Comte, a qual entende que a doença seria delimitável, teria uma essência, e que a partir do quadro da doença seria possível explicar o quadro de saúde; (2) à vertente da medicina herdeira da concepção de Claude Bernard, a qual entende que a doença em si não existe, não é delimitável, que o que existe é uma alteração do estado normal que resulta num

estado patológico, onde a partir do quadro de normalidade seria possível entender o patológico; e (3) às proposições de René Leriche, o qual afirmava que para se entender uma doença, é preciso desumanizá-la, uma vez que o estado de saúde corresponderia ao silêncio dos órgãos; Canguilhem (2009) introduz a necessidade de uma medicina mais dinâmica, que ouça do sujeito envolvido a relação que este estabelece com sua doença. Para ele, o homem que não teve uma experiência valorativa de sua doença, ainda não está doente.

Nesse paradigma, doença e saúde são qualitativamente semelhantes. O raciocínio clássico era o de que quem está em saúde, está em equilíbrio; a proposição de Canguilhem (2009) inverte essa concepção. Para ele, a saúde é a constante mudança de equilíbrio, é o desequilíbrio. Saúde tem a ver com instabilidade, com ser afetado pelo meio, senti-lo. Os sujeitos precisam ter condições de modificar suas normas, justamente para não adoecerem. Já a doença tem a ver com estabilidade, rigidez, com dificuldade para alterar suas normas.

Desde esse paradigma, adoecer pode ser a coisa mais saudável que pode acontecer para um sujeito, pois instiga-o a uma mudança, uma transformação que o leva a mais vida. Essa transformação não se resume a uma mudança interna ao sujeito, mas contempla uma alteração que o sujeito deve ser capaz de produzir no meio onde vive, pois a primeira hipótese diagnóstica é a de que a causa do desconforto está no meio e não no sujeito.

Com Canguilhem (2009), rompemos o entendimento de que o normal é a adequação do sujeito à estatística, ou de que uma saúde continuamente perfeita seja normal, pois revela a estabilidade do sujeito, e passamos a entender o normal como a capacidade do sujeito de produzir mais vida. A anomalia passa a ser entendida como diferença e, enquanto diferença, pode ser ou não patológica. Com ele, deixamos de pensar em órgãos e passamos a pensar em sujeitos, deixamos de tomar por base a doença, ou a morte, e passamos a pensar a saúde a partir da vida.

Para Canguilhem (2009), normal, saudável, é aquele que institui normas, regras, que consegue manter em sua vida, não por adaptar-se a elas, mas por serem flexíveis. Estar vivo e em saúde é tolerar as variações das normas, ter diferentes vidas, se necessário. É ser instável a ponto de construir novas normas. É submeter-se a crises e se recriar sob outra forma. É estabelecer suas normas conforme o momento de vida. Este autor entende que para haver vida em um sujeito, em saúde, é preciso haver a imanência num sentido de criar cada vez mais vida. E que, possuir imanência de mais vida, é definir a vida de uma forma intrínseca a ela mesma. Qualquer outra definição, médica, técnica, religiosa é extrínseca a ela.

Com este paradigma como base, Dejours vai entender então, no âmbito do trabalho, que ter saúde é poder ter esperança, é a capacidade de expandir a vida, e, a partir disso, contraria

autores da psiquiatria da época, dizendo que o trabalho não provoca doenças mentais, que, no máximo, e em muito poucos casos, ele as desencadeia, fundando, como dissemos, a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho.

Nesse contexto, Dejours e Abdoucheli (1994, p. 125, grifo dos autores), a partir de suas pesquisas e experiências metodológicas, indicam o que há de “potencialmente desestabilizador para a saúde mental dos trabalhadores: todas as pressões aparecem como decorrentes da *organização do trabalho*”, conceituada pelo contraste em relação às condições do trabalho, “sobre as quais a maioria dos pesquisadores médicos e ergonômicos focaliza, seus estudos”. É preciso entender, por condições de trabalho,

...antes de tudo, ambiente físico (temperatura, barulho, vibração, irradiação, altitude, etc), ambiente químico (produtos manipulados, vapores e gases tóxicos, poeiras, fumaças etc), o ambiente biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos), as condições de higiene, de segurança, e as características antropométricas do posto de trabalho (DEJOURS, 1992, p. 25).

Já por organização do trabalho, deve-se ter em mente, por um lado, a divisão do trabalho: divisão de tarefas entre os operadores, o conteúdo das tarefas, as repetições, a cadência e, enfim, o modo operatório prescrito; e, por outro, a divisão de homens: repartição das responsabilidades, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de controle, etc. (DEJOURS, 1992, p. 25). É importante destacar que as condições de trabalho têm por alvo principalmente o corpo do trabalhador, enquanto a organização do trabalho atua, preferencialmente, em seu funcionamento psíquico (DEJOURS e ADBOUCHELI, 1994, p. 125-126;).

Em meio a esse contexto, e tomando como referência o panorama que apresentamos quanto aos modelos produtivos industriais contemporâneos, os quais articulam tanto a organização do trabalho quanto as condições do trabalho visando, conforme vimos, sempre o aumento da produtividade e do acúmulo de capital, em detrimento da saúde mental e física do trabalhador, como conseguem os trabalhadores resistir a tais pressões sem desenvolver alguma doença mental? Precisaremos percorrer o caminho trilhado por Dejours para alcançar tal resposta. É o que brevemente fazemos.

Em seus primeiros trabalhos, ainda procurando descrever a forma como o trabalho desencadearia doenças mentais nos trabalhadores, Dejours (1992), já observava que o trabalhador desenvolve estratégias defensivas para dar conta das tensões do trabalho, pontuando que, para que essas estratégias atuem, é necessário que o corpo tenha liberdade de movimentos, físicos e psicológicos, para que possa satisfazer suas necessidades. Caso contrário, seria o

sujeito candidato ao adoecimento. A oposição, a resistência a uma relação de dominação no trabalho é uma forma de criar novas normas para si, de (r)existir. Contudo, se há patologia na resistência, o sujeito não está conseguindo exercê-la sozinho. As situações trazidas como aquelas, por excelência, onde o corpo não tem liberdade são o trabalho repetitivo e o trabalho ausente de significado. Tais situações, segundo ele, atacam o aparelho mental do trabalhador, pois este sujeito para de pensar, de simbolizar, como um mecanismo de defesa, para poder suportá-las.

Posteriormente, já buscando entender como os trabalhadores conseguem não adoecer no trabalho, reforça que as estratégias defensivas surgem em razão do sofrimento pelo qual passam os trabalhadores, sofrimento resultante do conflito entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico. E complementa que essas estratégias defensivas “levam à modificação, transformação e, em geral, à eufemização da *percepção* que os trabalhadores têm da realidade que os faz sofrer”, possibilitando aos trabalhadores minimizar as pressões, fontes de sofrimento (DEJOURS e ADBOUCHELI, 1994, p. 127-128, grifos dos autores). É justamente essa a diferença entre uma perspectiva e outra, entre a psicopatologia do trabalho e a psicodinâmica do trabalho. Na primeira delas, a investigação tem interesse por descrever como o trabalho faz os trabalhadores adoecerem, na segunda, a investigação tem interesse por descrever como fazem os trabalhadores para não adoecer no trabalho, sem desconsiderar as situações colocadas pela primeira perspectiva.

Quanto às estratégias defensivas utilizadas pelos trabalhadores, Dejours (1992) vai citar as ideologias defensivas, resultantes de um consenso social que condena tanto o doente quanto a doença no trabalho, onde os trabalhadores preferem não saber o que têm, negando-se inclusive a falar sobre a doença, para assim manter longe o risco de afastamento da atividade.

Quando se está doente, tenta-se esconder o fato dos outros, mas também da família e dos vizinhos. É somente após longas voltas que se chega, às vezes, a atingir a vivência da doença, que se confirma como vergonhosa: bastou uma doença ser evocada para que, em seguida, venham numerosas justificativas, como se fosse preciso se desculpar. [...] Maciçamente, com efeito, emerge uma verdadeira concepção da doença, própria do meio. Concepção dominada pela acusação. Toda doença seria, de alguma forma, voluntária: ‘Se a gente está doente, é porque é preguiçoso’ (DEJOURS, 1992, p. 29).

Dejours (1992, p. 29-30) percebe haver um verdadeiro consenso social que condena a doença e o doente, o qual resulta não por fazer evitar a doença, mas “domesticá-la, contê-la, controlá-la, viver com ela”. A ponto de apenas consultar um médico quando “a doença tenha atingido uma gravidade tal que ela impeça a continuidade da atividade profissional”. A dependência em relação à remuneração proveniente do trabalho é a regra; destarte, manter longe

a doença é manter longe a fome, a miséria e a morte. Conquanto, a principal função das ideologias defensivas é mascarar, conter e ocultar a ansiedade de um perigo entendido com real. Em razão disso, sarar “é entendido como um problema de ânimo”. A cura não equivale ao desaparecimento do processo patogênico, sarar é tão-somente não sofrer. “Seja que o sintoma da enfermidade desapareça ou que se consiga domesticar a dor, pode-se considerar como sarado”.

Nesse contexto Dejours (1992, p. 32-33) aponta a existência de uma ideologia da vergonha. Vergonha de parar de trabalhar. Esta ideologia novamente implica um silêncio quanto à doença. A doença não é vista enquanto tal, mas como um impedimento para o trabalho. Enquanto luta contra a dor, enquanto nega seu sofrimento, o trabalhador não tem uma atitude terapêutica frente o processo patogênico, apenas o faz calar-se. O corpo só é aceito no silêncio dos órgãos.

Em primeira análise, pode-se considerar que a vergonha instituída aqui como sistema constitui uma verdadeira ideologia elaborada coletivamente, uma ideologia defensiva contra uma ansiedade precisa, a de estar doente, ou, mais precisamente, de estar com o corpo incapacitado (DEJOURS 1992, p.33).

Se essas estratégias defensivas possibilitam ao sujeito a eufemização da percepção da realidade que os faz sofrer no trabalho, para tal, elas cobram um preço muito alto. Dejours (1992, p. 46) indica que o uso do tempo fora do trabalho pode atenuar essas consequências, se usado para o lazer de acordo com os desejos de cada trabalhador. Entretanto, são raros os que conseguem usar esse tempo de tal maneira, seja por questões financeiras, seja pela permanente necessidade de aperfeiçoamento, ou outras razões. O mais frequente é a ocorrência de uma “contaminação involuntária do tempo fora do trabalho”, o que leva muitos autores, segundo Dejours, a criticar a divisão tempo de trabalho e tempo livre. Não vamos nos aprofundar nessa questão<sup>35</sup>.

Preferimos apontar que do embate entre indivíduo e organização, entre um sujeito com uma história personalizada e uma instituição com uma injunção despersonalizante, resulta o sofrimento no trabalho, e é em face desse sofrimento que as estratégias defensivas são constituídas. São dois os sofrimentos fundamentais, organizados através de dois sintomas, a insatisfação e a ansiedade. Quando acaba a esperança de que a insatisfação ou a ansiedade possam ser revertidas, começa o sofrimento. As situações que contribuem para que essa esperança acabe, geralmente são as mesmas, falta de significação humana na atividade,

---

<sup>35</sup> Para tal, sugerimos a consulta a Dejours (1992, p 45-47).

frustração narcísica, concepção de inutilidade de seus gestos, falta de qualificação para as tarefas que desempenha e falta de compreensão da finalidade de seu trabalho. O que se vê, na maioria dos casos, é uma vivência depressiva, frequentemente denominada cansaço (DEJOURS, 1992).

Executar uma tarefa sem investimento material ou afetivo exige a produção de esforço e de vontade, em outras circunstâncias suportadas pelo jogo de motivação e do desejo. A vivência depressiva alimenta-se da sensação de adormecimento intelectual, de anquilose mental, de paralisia da imaginação e marca o triunfo do condicionamento ao comportamento produtivo (DEJOURS, 1992, p. 49).

Quanto mais rígida for a organização do trabalho, mais a divisão do trabalho é acentuada, o que faz com que haja menos conteúdo significativo no trabalho e menos possibilidades de mudança dessa situação. Logo, mais sofrimento para o trabalhador resistir. Dejours (1992) ainda observa que, havendo uma inadequação do trabalhador quanto às exigências da tarefa que desempenha, será mais seu corpo que sofrerá algum impacto; mas, se a insatisfação for quanto ao conteúdo significativo da tarefa que executa, será principalmente seu aparelho psíquico que será atingido.

O conteúdo significativo em relação ao sujeito, conforme Dejours (1992, p. 50), diz respeito à “dificuldade prática da tarefa, a significação da tarefa acabada em relação a uma profissão (noção que contém ao mesmo tempo a ideia de evolução pessoal e de aperfeiçoamento) e o estatuto social implicitamente ligado ao posto de trabalho determinado”. Já quanto ao conteúdo significativo em relação ao objeto, este autor afirma que

ao mesmo tempo que a atividade de trabalho comporta uma significação narcísica, ela pode suportar investimentos simbólicos e materiais destinados a um outro, isto é, ao Objeto. A tarefa pode também veicular uma mensagem simbólica para alguém, ou contra alguém. A atividade do trabalho, pelos gestos que ela implica, pelos instrumentos que ela movimenta, pelo material tratado, pela atmosfera na qual ela opera, veicula um certo número de símbolos. A natureza e o encadeamento destes símbolos dependem, ao mesmo tempo, da vida interior do sujeito, isto é, do que ele põe, *do que ele introduz de sentido simbólico no que o rodeia e no que ele faz.* [...] A significação em relação ao Objeto põe em questão a vida passada e presente do sujeito, sua vida íntima e sua história pessoal. De maneira que, para cada trabalhador, esta dialética do Objeto é específica e única (DEJOURS, 1992, p. 50, grifo nosso).

Tais significações, concretas e abstratas se organizam na dialética com o objeto. Objeto, por um lado, real e exterior e, por outro, objeto interiorizado, cujo papel é decisivo na vida.

É importante ter em mente que as “frustrações resultantes de um conteúdo significativo inadequado às potencialidades e às necessidades da personalidade podem ser uma fonte de grandes esforços de adaptação”. Nesses casos, “o sofrimento começa quando a relação homem-

organização do trabalho está bloqueada; quando o trabalhador usou o máximo de suas faculdades intelectuais, psicoafetivas, de aprendizagem e de adaptação” (DEJOURS, 1992, p. 52).

A insatisfação também pode se dar em relação ao conteúdo ergonômico do trabalho, as condições de trabalho, quando há entre elas e a estrutura de personalidade do trabalhador uma desarmonia, resultando, ressaltava Dejours (1992, p. 57, grifos do autor), na já citada insatisfação e em “um sofrimento *que são de natureza mental e não física*. Esta insatisfação não está, a exemplo da insatisfação em relação com o conteúdo *significativo* do trabalho, situada no registro simbólico. Trata-se dessa vez, de insatisfação e frustração antes de tudo concretas”. Nesse contexto, Dejours (1992, p. 61, grifos do autor) afirma que “a insatisfação proveniente de um conteúdo ergonômico inadaptado à estrutura da personalidade não é outra coisa do que *uma carga de trabalho psíquica*”.

Buscamos em outro texto deste mesmo autor uma passagem onde aprofunda essa noção através de uma análise do ponto de vista de uma economia pulsional relacionada ao sofrimento do trabalhador. Dejours (1994, p. 22) inverte a ordem dos termos do nome do conceito e afirma que a carga psíquica do trabalho, quando em excesso, pode ser entendida como uma equivalente ao acúmulo de uma energia pulsional na teoria freudiana. A ideia central é a de que essas energias precisam ser descarregadas, pois seu acúmulo gera tensão no aparelho psíquico. Há três formas de descarga dessas energias pulsionais, uma via psíquica, uma via motora e uma via visceral.

Tomado por sua hostilidade, o sujeito pode eventualmente produzir fantasmas agressivos: representações mentais que podem, às vezes, ser suficientes para descarregar o essencial da tensão interior, pois a produção mesma de fantasmas é consumidora de energia pulsional (Freud, 1968). Outro sujeito não conseguirá se relaxar por esse meio e deverá utilizar sua musculatura: fuga, crise de raiva motora, atuação agressiva, violência, oferecendo toda uma gama de ‘descargas psicomotoras’ (ou comportamentais). Enfim, quando a via mental e a via motora estão fora de ação, a energia pulsional não pode ser descarregada senão pela via do sistema nervoso autônomo e pelo desordenamento das funções somáticas. É a via ‘visceral’, a que estará atuando no processo de somatização (DEJOURS, 1994, p. 23).

Durante o desenvolvimento do aparelho psíquico, o mais sadio é que se estabeleça uma hierarquia entre essas vias de descarga pulsional, ocupando o topo a descarga psíquica e a cabendo à descarga visceral a via menos utilizada. Ao se estabelecer uma relação com a situação de trabalho, o que importa é saber se a tarefa que desempenha um trabalhador “exige suficientes atividades psíquicas, fantasmáticas e psicomotoras”. Diferentemente do que observamos na carga física, onde o perigo reside no emprego excessivo de aptidões fisiológicas, na carga

psíquica “o perigo principal é o de um subemprego de aptidões psíquicas, fantasmáticas ou psicomotoras, que ocasiona uma retenção de energia pulsional, o que constitui precisamente a carga psíquica de trabalho” (DEJOURS, 1994, p. 24).

O trabalho tornar-se-á perigoso ao aparelho psíquico sempre que se opuser a sua livre atividade:

O bem-estar, em matéria de carga psíquica, não advém só da ausência de funcionamento, mas, pelo contrário, de um livre funcionamento, articulado dialeticamente com o conteúdo da tarefa, expresso, por sua vez, na própria tarefa e revigorado por ela. Em termos econômicos, o prazer do trabalhador resulta da descarga de energia psíquica que a tarefa autoriza, o que corresponde a uma diminuição de carga psíquica do trabalho (DEJOURS, 1994, p. 24).

Esse posicionamento teórico leva tais autores a proporem as noções de trabalho fatigante e trabalho equilibrante: um trabalho que não permite a descarga das cargas psíquicas do trabalho faz com que elas se acumulem, e “tornando-se fonte de tensão e desprazer, a carga psíquica cresce até que aparecem a fadiga, a astenia, e a partir daí a patologia: é o *trabalho fatigante*”. No sentido oposto, “um trabalho livremente escolhido ou livremente organizado oferece, geralmente, vias de descarga mais adaptadas às necessidades”, tornando-se, inclusive, um meio de relaxamento. “É preciso então postular a existência de uma carga psíquica negativa do trabalho, ou de uma ‘descarga psíquica’ de trabalho. Esse é o caso do trabalho que reverte em proveito da homeostasia. Estamos aqui dentro do enfoque do *trabalho equilibrante*” (DEJOURS, 1994, p. 25, grifos do autor).

Dessa forma, se “a carga psíquica do trabalho resulta da confrontação do desejo do trabalhador à injunção do empregador, contida na organização do trabalho”, e se é possível afirmar que todo excesso de carga psíquica do trabalho conduz “à aparição da fadiga e do sofrimento”, então, se alguma alteração não interromper a evolução desse processo, “a fadiga desencadeia a patologia” (DEJOURS, 1994, p. 28-30).

Outra estratégia defensiva apontada por Dejours (1992, p. 63) é a ideologia ocupacional defensiva, resultante do medo no trabalho, dimensão da vivência dos trabalhadores quase sempre ignorada nos estudos sobre o trabalho e que “está presente em todos os tipos de ocupações profissionais”. O medo pode ser relativo a um risco real ou suposto, individual ou coletivo, imaginado, implícito ou explícito. Diversas são as formas dos riscos a que os trabalhadores estão ou julgam estar expostos. O medo pode ser direcionado à perda de seu emprego. Ou ao fracasso diante da realização da tarefa. O que importa é que os trabalhadores

desenvolvem em face desses medos defesas específicas, as quais os fazem negar ou diminuir a importância de tais medos, encontrando assim condições para desempenharem suas funções.

Ao falar dos medos oriundos dos ritmos intensos de trabalho, Dejours (1992, p. 73) passa a usar o termo ansiedade. Nossa interpretação, considerando a integralidade da obra, é a de que a vivência do medo pelos trabalhadores nessas situações, fundamentalmente o sofrimento disso resultante, os conduz ao sintoma da ansiedade. Entretanto, isso não está expresso na literalidade desta passagem. A parte disso, Dejours expõem as diferentes formas de ansiedade vivenciadas pelos trabalhadores:

A primeira delas é a “ansiedade relativa à degradação do funcionamento mental e do equilíbrio psicoafetivo”, onde são possíveis observar dois tipos de ansiedade:

A primeira resulta da *desestruturação* das relações psicoafetivas espontâneas com os colegas de trabalho, de seu envenenamento pela discriminação ou suspeita, ou de sua implicação forçada nas relações de violência e de agressividade com a hierarquia. A desorganização dos investimentos afetivos provocada pela organização pode colocar em perigo o equilíbrio mental dos trabalhadores. Em geral, eles têm consciência deste risco. A necessidade de descarregar a agressividade provoca a contaminação das relações fora da fábrica, e em particular, das relações familiares. [...]. O segundo tipo de ansiedade diz respeito à desorganização do funcionamento mental. [...]. A partir de efeitos específicos da organização do trabalho sobre a vida mental dos trabalhadores resulta uma ansiedade partilhada por uma grande parte da população trabalhadora: é o sentimento de esclerose mental, de paralisia da imaginação, de regressão intelectual. De certo modo, de despersonalização (DEJOURS, 1992, p. 77-78).

A segunda, a “ansiedade relativa à degradação do organismo”, resulta do risco atinente à saúde física do trabalhador:

As más condições de trabalho colocam o corpo em perigo de duas maneiras: risco de acidente de caráter súbito e de grande amplitude (queimaduras, ferimentos, fraturas, morte), doenças profissionais ou de caráter profissional, aumento do índice de morbidade, diminuição do período de vida, doenças ‘psicossomáticas’. [...]. As más condições de trabalho não somente trazem prejuízos ao corpo, como também para o espírito. É de natureza mental a ansiedade resultante das ameaças à integridade física. A ansiedade é a seqüela psíquica do risco que a nocividade das condições de trabalho impõe ao corpo (DEJOURS, 1992, p. 78).

A terceira e última é “a ansiedade gerada pela ‘disciplina da fome’”:

Apesar do sofrimento mental que não pode mais ser ignorado, os trabalhadores continuam em seus postos de trabalho expondo seu equilíbrio e seu funcionamento mental à ameaça contida no trabalho, para enfrentar uma exigência ainda mais imperiosa: sobreviver. Ansiedade da morte. A ansiedade que alguns autores deram o nome de ‘disciplina da fome’ [...]. [Mais observável apenas nas classes economicamente menos favorecidas entre os trabalhadores], em todo caso, a disciplina da fome não faz parte diretamente da relação homem-organização do trabalho, mas é, acima de tudo, sua condição (DEJOURS, 1992, p. 78-79).

As situações trazidas por Dejours (1992, p. 73) são, conforme já indicamos, (1) a ansiedade resultante dos ritmos intensos de trabalho, onde observa que a ansiedade “responde então aos ritmos de trabalho, de produção, à velocidade e, através desses aspectos, ao salário, aos prêmios, às bonificações”, uma vez que “a situação de trabalho por produção é completamente impregnada pelo risco de não acompanhar o ritmo imposto”. E (2) a ansiedade advinda das relações de trabalho, entendida como “todos os laços humanos criados pela organização do trabalho”, como as “relações de hierarquia com a chefia”, as relações “com a supervisão” ou “com os outros trabalhadores”. Uma ansiedade que se superpõe à oriunda do ritmo de produção, de rendimento, prêmio e bonificações. “É uma ansiedade superposta na medida em que a supervisão tem por encargo específico manter esta ansiedade com relação ao rendimento de cada trabalhador” (DEJOURS, 1992, p. 75). Com esse panorama como referência, Dejours afirma, no que concerne ao desenvolvimento das doenças mentais, que:

Deve-se levar em consideração três componentes da relação homem-organização do trabalho: a fadiga, que faz com que o aparelho mental perca sua versatilidade; o sistema frustração-agressividade reativa, que deixa sem saída uma parte importante da energia pulsional; a organização do trabalho, como correia de transmissão de uma vontade externa, que se opõe aos investimentos das pulsões e sublimações. O defeito crônico de uma vida mental sem saída mantido pela organização do trabalho, tem provavelmente um efeito que favorece as descompensações psiconeuróticas (DEJOURS, 1992, p. 122).

Já quanto ao desenvolvimento das doenças somática, sendo a somatização o “processo pelo qual um conflito que não consegue encontrar uma resolução mental desencadeia, no corpo, desordens endócrino-metabólicas, ponto de partida para uma doença somática” (DEJOURS, 1992, p. 127), este autor afirma que:

Quando as defesas caracteriais e comportamentais não conseguem se exercer durante o trabalho, há o risco de uma acumulação de energia pulsional, que não consegue se descarregar. Para ser mais exato, é preciso saber que o inverso também ocorre: a contribuição exagerada de uma defesa comportamental ou de um sistema defensivo caracterial, em detrimento de outros mecanismos de defesa não colocados em prática, pode conduzir à desorganização. O efeito principal da neutralização das defesas caracteriais e comportamentais é o aparecimento de uma doença somática (DEJOURS, 1992, p. 126).

A situação, da forma como apresentada até o presentemente momento, parece conduzir os trabalhadores a um destino único e inevitável, a doença, seja ela mental ou psicossomática, sempre resultante da relação do trabalhador com seu trabalho. Entretanto, como dissemos, a prática mostra que a doença mental não é observada. Assim sendo, agora já tendo percorrido o

caminho trilhado por Dejours, como podemos responder mais aprofundadamente à pergunta que anteriormente colocamos, sobre como conseguem os trabalhadores resistir às pressões a que estão submetidos nas organizações do trabalho sem desenvolver alguma doença mental?

A resposta está na própria pergunta. Os trabalhadores resistem. Eles desenvolveram estratégias defensivas que possibilitaram a eles se manter sadios mentalmente. Conforme aponta Dejours (1992, p. 120): “Mesmo intenso, o sofrimento é razoavelmente bem controlado pelas estratégias defensivas, para impedir que se transforme em patologia”. Nesse mesmo sentido, em outro texto, propõem a ocorrência de um “sofrimento compatível com a normalidade e com a salvaguarda do equilíbrio do aparelho psíquico, mas que implica toda uma série de procedimentos de regulação”, as estratégias defensivas que brevemente apresentamos (DEJOURS E ADBOUCHÉLI, 1994, p. 127).

Se para Dejours isso não estava claro desde o começo, para a organização do trabalho tal situação nunca foi desconhecida. Nesse sentido, o autor afirma: “O que é explorado pela organização do trabalho [na busca pelo aumento da produtividade] *não é o sofrimento, em si mesmo, mas principalmente os mecanismos de defesa utilizados contra esse sofrimento*” (DEJOURS, 1992, p. 104, grifos do autor). Ou seja, o aumento da produtividade é obtido diretamente do surgimento das estratégias defensivas.

Mas, conforma já comentamos, essas estratégias defensivas cobram um preço muito alto para funcionarem. “Se a função primeira dos sintomas de defesa é aliviar o sofrimento, seu poder de ocultação volta-se contra seus criadores. Pois sem conhecer a forma e o conteúdo desse sofrimento, é difícil lutar eficazmente contra ele”. O que leva este autor a avaliar que, no fim, “as estratégias defensivas, em razão da sua própria eficácia em relação ao equilíbrio mental, opõem-se a uma evolução que poderia levar a uma estabilidade, num nível menos medíocre” (DEJOURS, 1992, p. 136-137).

Novamente é referenciada então a questão da alienação. Seja no sentido “*em que Marx a compreendia nos manuscritos de 1844*, isto é, a tolerância graduada segundo os trabalhadores de uma organização do trabalho, que contra seus desejos, suas necessidades e sua saúde”, Seja no “*sentido psiquiátrico também, de substituição da vontade própria do Sujeito pela do Objeto*” (DEJOURS, 1992 p. 137, grifos do autor).

...trata-se de uma alienação, que passa pelas ideologias defensivas, de modo que o trabalhador acaba por confundir com seus desejos próprios a injunção organizacional que substituiu seu livre arbítrio. Vencido pela vontade contida na organização do trabalho, ele acaba por usar todos os seus esforços para tolerar esse enxerto contra sua natureza, ao invés de fazer triunfar sua própria vontade. Instalado o circuito, é a fadiga

que assegura sua perenidade, espécie chave, necessária para fechar o cadeado do círculo vicioso (DEJOURS, 1992, p. 137).

O que faz Dejours (1992, p. 137) afirmar que a “organização do trabalho aí aparece como o veículo da vontade de um outro, a tal ponto poderosa que, no fim, o trabalhador se sente habitado pelo estranho”. E que, no sentido clínico, a alienação, “no caso do trabalho, toma forma de um conflito onde o desejo do trabalhador capitulou frente à injunção patronal”.

Mas a alienação não é a única saída para evitar as doenças mentais no trabalho, há também uma situação onde o desejo do trabalhador não se rende à injunção patronal, onde o desejo recorre à sublimação para realizar-se. Segundo Dejours e Abdoucheli (1994, p. 36, grifos dos autores), o termo Desejo foi retomado pela psicanálise, passando a ser indissociável da noção de Inconsciente. “Ele é uma intenção de reencontrar os *signos* das primeiras *experiências de satisfação* da infância, ele reenvia a um passado e a uma história individual”. Tendo, portanto, um objeto que não é real.

O Desejo se inscreve em primeiro lugar no passado e naquilo que não é atual; em segundo lugar no fictício, no ilusório e no fantasmático; em terceiro lugar no individual e no subjetivo. [...] O Desejo articula-se com as noções de realização do Desejo e satisfação alucinatória do Desejo. Se está muito longe da realidade e se esta última está implícita nos comportamentos, ele não adquire sentido a não ser através de um conjunto de signos. Em outros termos, a Realidade é como uma máscara que esconde – ou como uma trama que sustenta – um processo que lhe escapa. [...]. [O Desejo] está presente no fantasma, no sonho, nos sintomas psiconeuróticos, e esta ubiquidade é fundamental na medida em que significa uma recusa radical a separar a esfera Comportamental do resto do funcionamento psíquico (DEJOURS e ABDOUCHELI, 1994, p. 36-37).

Quanto à sublimação, Dejours e Abdoucheli (1994, p. 37, grifo dos autores), afirmam ser um “processo psíquico insólito, graças ao qual as pulsões encontram uma *saída dessexualizada no campo social*”. Para eles,

a Sublimação diz respeito essencialmente às pulsões ditas ‘*parciais*’ isto é, aquelas que não são submetidas a autoridade e ao primado do genital. Trata-se, portanto, de elementos perversos da excitação sexual. [...] Este processo psíquico aparece estreitamente *ligado à dimensão narcisista do ego*.

A Sublimação, portanto, é caracterizada, em resumo, por três elementos: ela se dá no campo social e notadamente no Trabalho; ela é sempre associada às aspirações narcisistas; ela é animada pela parte perversa da sexualidade (DEJOURS e ABDOUCHELI, 1994, p. 37, grifo dos autores).

O adoecimento no trabalho é fundamentalmente um processo de agressão ao Eu. Despersonalizado, o sujeito passa a funcionar em um modo operatório, deixando de criar as fantasias que dão suporte ao Eu. Em última análise, o sujeito deixa de sublimar. Para Merlo

(2002), baseado em Freud, logo após o nascimento do indivíduo, seus órgãos sensoriais requerem satisfação por sua própria conta, configurando-se em um mosaico de solicitações. Há apenas o corpo, não existe ainda o aparelho psíquico para controlar essas operações. Está em curso a diferenciação somato-psíquica, a qual é necessária para se chegar à sexualidade adulta. A unificação desse mosaico ocorre através do olhar do outro, da mãe, primeiramente. Entretanto, há pulsões parciais que escapam a essa unificação.

A sublimação é, portanto, o processo graças ao qual essas pulsões parciais – cuja satisfação é, originalmente, de natureza sexual – encontram uma saída substitutiva em uma atividade socialmente valorizada. A idéia subjacente é a de que essas pulsões do sujeito, que deveriam desembocar sobre relações sexuais, são redirigidas ao trabalho, supondo-se que ocorra, preliminarmente, uma dessexualização e, também, uma atividade de substituição *socialmente valorizada*. No entanto essa substituição não é simples, pois trata-se de manterem-se juntos os aspectos semelhantes e os aspectos diferentes e, dessa forma, fazê-los interagir (MERLO, 2002, p.134, grifo nosso).

Como dissemos, a sublimação é a oportunidade do sujeito de modificar o sofrimento experimentado na atividade laboral, resultante de uma organização do trabalho que lhe é adversa, por meio de um processo inconsciente que exige uma negociação de sucesso entre desejo e realidade. Merlo (2002) elenca algumas condições necessárias para que a sublimação possa ocorrer na atividade laboral. Seleccionamos as mais relevantes. Condições psíquicas, o sujeito precisa ter dessexualizado suas pulsões parciais e precisa implementar uma mudança do objeto dessas pulsões, obtida pela curiosidade de entender e intervir em sua realidade de trabalho. Condições organizacionais, principalmente a existência de um espaço entre a organização do trabalho prescrito (a tarefa solicitada ao trabalhador da forma como planejada para ser realizada) e a organização do trabalho real (a atividade desempenhada na prática pelo trabalhador)<sup>36</sup>. Condições sociais, a existência de pares que valorizem positivamente a atividade do trabalhador, na medida em que não é mais a chefia quem faz isso. Esse julgamento de beleza de seu trabalho por seus colegas é pautado pela subversão e transgressão das regras que lhes foram prescritas, estas precisam poder ser alteradas, para deixarem de ser regras do trabalho prescrito e tornarem-se as regras do trabalho real.

---

<sup>36</sup> Nesse sentido, Schwartz (2011, p. 138-139) esclarece que os protocolos, as normas antecedentes, as prescrições nunca poderão abstrair os vazios das normas. Para ele, a renormatização é um fato universal. Os seres tentam viver em saúde e “viver e, saúde nunca foi isto: aceitar, sem ao mesmo tempo julgar esse uso, deixando-se tornar puro instrumento de injunções, trajetórias de agir previamente pensadas pelo meio, previamente pensadas por outros. Diz ele que as renormatizações produzem “microjurisprudências que fazem história, desabilitam o protocolo obrigando-o a se colocar em manutenção”. A necessidade de recriar normas é uma oportunidade “para a saúde de cada humano no trabalho – saúde que remete à singularidade de sua história – reforça a impossível estandardização do agir que se funda, ao contrário, sobre o relativo aspecto substituível dos humanos”.

Entretanto, convém lembrarmos o que disse Dejours (1992) quanto à sublimação não garantir por completo a ausência de sofrimento no trabalho ou a saúde mental e física do trabalhador. Ela é, apenas, o melhor encaminhamento que o sujeito pode dar para suas pulsões parciais para que isso aconteça. Isto porque, assim como a teoria de Dejours, a sublimação é psicodinâmica, ela pode modificar-se a qualquer momento. Convém igualmente lembrarmos que Dejours entende que em todo trabalho há sofrimento, mas que o sofrimento pode ser fonte de criatividade para o trabalhador. O chamado sofrimento criativo, onde, destacamos, não há prazer. O prazer na atividade laboral só será alcançado pela via do processo sublimatório. Dessa forma, a sublimação pode ser entendida como a via direta e única para o prazer no trabalho.

Dejours e Abdoucheli (1994, p. 133) fazem referência à inteligência astuciosa afirmando que essa noção possui ligações estreitas com as condições psicológicas e sociais da sublimação. Para eles, a inteligência astuciosa “funciona sempre em relação a uma regulamentação feita anteriormente (pela organização do trabalho) que ela subverte pelas necessidades do trabalho”, assim como “para atender aos objetivos com procedimentos mais eficazes, ao invés da utilização estrita dos modos operatórios prescritos”. Para que ela possa desenvolver-se, estes autores alertam para a existência de dois requisitos, um social e outro individual.

O requisito social diz respeito às relações sociais de trabalho, ao coletivo e à comunidade de pertença. Uma vez que a inteligência astuciosa é sempre transgressiva e, “pelo menos durante certo tempo, elaborada no espaço psíquico privado, para tornar-se eficaz socialmente, deve passar por uma *validação social*” (DEJOURS e ABDOUCHELI, 1994, p. 134, grifo dos autores). Ou permanecerá confidencial e será alvo de desaprovação por falta de profissionalismo.

A validação da invenção passa pelo *reconhecimento*, que funciona em dois registros: 1) reconhecimento pela hierarquia, 2) reconhecimento pelos pares. Esses dois modos de reconhecimento não são equivalentes. O primeiro é um reconhecimento da *utilidade*, o segundo é um reconhecimento de habilidade, de inteligência, de talento pessoal, de *originalidade*, até mesmo de *beleza*. Só os pares têm condições de avaliar plenamente a qualidade da inovação técnica. Mesmo se é um *feito* fundamentalmente reconhecido pelos pares (coletivo ou comunidade de pertença), é também no registro do *ser* que o sujeito o capitaliza. O reconhecimento traz também um benefício no registro da *identidade*, isto é, naquilo que torna este trabalhador um sujeito único, sem nenhum igual (DEJOURS e ABDOUCHELI, 1994, p. 135, grifo dos autores).

Dessa forma, esses autores afirmam que é através do reconhecimento que o processo da alteração do objeto da pulsão se desenvolve, no interior da teoria da sublimação. E que essa necessária passagem pela validação social faz da sublimação um processo histórico e socialmente situado, com diferenças notáveis de produção e reprodução.

Já o requisito individual é definido pelos autores como ressonância simbólica. Eles afirmam que o “exercício da inteligência astuciosa exige condições muito particulares de concordância entre o teatro do trabalho e o teatro interno dos *fantasmas* e da história singular” do sujeito (DEJOURS e ABDOUCHELI, 1994, p. 134, grifo dos autores).

Para que a curiosidade fundamental do sujeito seja solicitada e ativada pelo encontro com a situação de trabalho, é necessário que a tarefa tenha um sentido para o sujeito, tendo em vista sua história singular. Esta curiosidade, que não requer nada além do investimento na ação, é teorizada em psicopatologia sob o nome de epistemofilia, herdeira da curiosidade da criança a respeito de suas origens e do que esteve em jogo para permitir sua vinda ao mundo. Esta curiosidade pode ser transposta em curiosidade pela técnica e pelo conhecimento (epistemofilia), com a condição de que os desafios levantados pelos objetivos do trabalho que lhe atribui a organização do trabalho façam eco, **simbolicamente**, a esta curiosidade pelas origens. Essas condições psicoafetivas foram tematizadas com o nome de ‘*ressonância simbólica entre o teatro da situação de trabalho atual e o teatro interno herdado do passado* [...]’. Essas condições são aquelas das mudanças de objetivos da pulsão no processo de sublimação, tal como ele é conhecido em psicanálise (DEJOURS e ABDOUCHELI, 1994, p. 134, grifos em itálico dos autores, grifo nosso em negrito).

A ressonância simbólica é uma compatibilização, no sujeito, entre suas representações simbólicas, seus investimentos pulsionais e a realidade que este encontra em seu trabalho. Conforme Dejours (1994, p. 48), “a ressonância simbólica articula o teatro privado da história particular do sujeito ao teatro atual e público do trabalho, abrindo assim uma problemática socialmente referenciada da sublimação e do prazer no trabalho”. Para que ela ocorra, é necessário que a atividade desempenhada pelo trabalhador tenha um sentido para ele, um sentido fundamentado em sua história de vida.

A ressonância simbólica é a reconciliação entre os conteúdos inconscientes do sujeito e os objetivos da produção no trabalho, é o caminho para que se opere a sublimação. É comum que as normas muito rígidas da organização, em termos de controle, não permitam ou limitem o espaço da ressonância simbólica, seja por grandes exigências de responsabilidades ou por impossibilitar a separação dos já referidos trabalho prescrito e trabalho real, a concepção da execução, precisamente o espaço que Dejours (1992) indica como o lugar onde o trabalhador pode construir sua identidade:

Para que este espaço seja passível de utilização, é necessário que a realidade dessa defasagem não seja negada pela hierarquia. É necessário também que os administradores reconheçam o direito dos operadores de investir nesse espaço [...]. É necessário, enfim, que o sucesso da inteligência astuciosa seja reconhecido, o que implica certa transparência. Nessas condições, a organização do trabalho pode tornar-se o espaço de um debate permanente entre a direção e a base e de uma evolução gradual, advindos em boa parte dos próprios ‘executantes’ (DEJOURS e ABDOUCHELI, 1994, p. 135).

O preenchimento desse espaço através da ressonância simbólica constitui o desafio em que se insere a inteligência astuciosa, visando a sublimação das pulsões parciais na atividade laboral. Estes processos são fundamentais para que o sofrimento inerente a toda atividade laboral não se torne patogênico para o trabalhador, pelo contrário, sublima-se em prazer.

\*\*\*

Dessa forma, concluímos a problematização que planejamos apresentar neste capítulo, a qual visa, em última instância, explorar representações de trabalhadores e de ambientes de trabalho que podem ser potencialmente prejudiciais aos sujeitos ali representados desde o ponto de vista da Psicodinâmica do Trabalho, culminando com a construção da segunda categoria para interpretação da análise vindoura de nosso objeto empírico. Para tal, rememoremos alguns pontos que aqui explicitamos.

Que (1) o sofrimento no trabalho resulta da falta de significação humana na atividade laboral e que (2) é do embate entre um sujeito com uma história personalizada e uma instituição com uma injunção despersonalizante que essa falta de significação se origina, quando não consegue o trabalhador resistir. Que (3) para que o trabalhador consiga resistir, ou seja, para que seus mecanismos de defesa atuem, é preciso que o corpo do trabalhador tenha liberdade para movimentos físicos e psicológicos. Que (4) quanto mais rígida a organização do trabalho, menor a possibilidade de criação de conteúdo significativo por parte do trabalhador. Que (5) a sublimação, via direta de acesso ao prazer no trabalho é um processo inconsciente, portanto inacessível ao controle do sujeito. Que (6) a ressonância simbólica favorece a sublimação, sendo seu requisito. Que (7), caso o trabalhador exerça uma atividade sem a ela atribuir um sentido fundamentado em sua história de vida e caso o controle exercido pela organização quanto às atividades que este desempenha seja excessivamente rígido, não permitindo a separação entre trabalho prescrito (a tarefa abstrata) e trabalho real (a atividade concreta), estará dificultada a possibilidade de ocorrência da ressonância simbólica entre suas representações simbólicas, seus investimentos pulsionais e a realidade que encontra em seu trabalho, ou seja, estará posta a situação favorável à ocorrência de sofrimento no trabalho para o trabalhador.

Dessa forma, a partir do percurso que trilhamos, entendemos que a oferta da representação oficial do trabalhador brasileiro, como a que é midiaticamente representada nos audiovisuais de autoria dos órgãos governamentais ligados à atividade laboral, pode ser prejudicial a esse sujeito caso as representações da atividade desempenhada pelo trabalhador e

de seu ambiente de trabalho ali presentes não favoreçam a ocorrência de ressonância simbólica, nos termos anteriormente apresentados, quais sejam: a ausência de significação humana na atividade representada e a inexistência de um espaço entre trabalho prescrito (a tarefa) e trabalho real (a atividade).

Por conseguinte, é precisamente essa a segunda categoria de interpretação de nossa análise empírica vindoura: a (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica nos termos das representações da atividade desempenhada pelo trabalhador e de seu ambiente de trabalho presente nos audiovisuais a serem analisados.

Assim sendo, consideramos que alcançamos os objetivos que traçamos para esta primeira parte da tese, abordar o objeto teórico de estudo explorando as representações potencialmente prejudiciais aos sujeitos nelas representados do ponto de vista (1) do panorama das identidades na pós-modernidade e (2) saúde mental do trabalhador desde o ponto de vista da psicodinâmica do trabalho, culminando com a construção de uma categoria para interpretação da análise do objeto empírico desde cada uma dessas perspectivas. As categorias que construímos são, respectivamente, (1) a (in)existência de sustentação simbólica na forma como foram construídos os valores, os ideais e os predicativos do sujeito que compõem as identidades dos trabalhadores representados nos audiovisuais e (2) a (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica nos termos das representações da atividade desempenhada pelo trabalhador e de seu ambiente de trabalho presente nos audiovisuais.

A caracterização de uma representação midiática oficial do trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial a este sujeito, sintetizada nessas categorias para interpretação da análise empírica, empreendida nesses quatro primeiros capítulos que até este momento apresentamos, é precisamente a tese que aqui construímos e defendemos. Para que fique claro, nos próximos capítulos, dedicados à exploração de nosso objeto empírico, não mais estaremos ampliando nossa tese, esta perspectiva encontra-se finalizada, tampouco estaremos nos dedicando, com nossa análise empírica, a verificar sua validade. Passamos, de agora em diante, a verificar a ocorrência da tese que até aqui desenvolvemos no objeto empírico que selecionamos para este propósito.

Julgamos que, somente agora, dispondo das categorias que construímos, nos colocamos na posição de, através da abordagem de nosso objeto empírico de estudo, poder satisfazer a questão que resultou na produção desta pesquisa, verificar se estão os órgãos governamentais ligados à atividade laboral midiaticamente ofertando uma representação oficial do trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial aos sujeitos que a adotem enquanto matriz identitária. Dessa forma, passemos à segunda parte desta tese.

## **PARTE II – DO OBJETO EMPÍRICO**

Conforme havíamos esclarecido anteriormente, por razões metodológicas, assim como em razão de uma característica pessoal do autor desta pesquisa, optamos por dividir esta tese em duas partes, progredindo de uma análise de seu objeto teórico de estudo para uma análise de seu objeto empírico de estudo, onde os avanços obtidos em cada um dos subsegmentos que compõem as diferentes partes direcionam o percurso a ser trilhado no subsegmento posterior, resultando assim um trabalho de partes e segmentos intimamente ligados e relacionados.

Na primeira dessas partes, nosso objeto teórico de estudo, a representação midiática do trabalhador brasileiro sob o ponto de vista (1) do panorama das identidades na pós-modernidade e (2) da psicodinâmica do trabalho, foi analisado e, principalmente, problematizado, com o quê, ao final, encontramos características de uma matriz identitária do trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial a este sujeito, tese que defendemos. A partir da síntese de tais características, construímos as seguintes categorias para interpretação da análise de nosso objeto empírico: (1) a (in)existência de sustentação simbólica nos conteúdos culturais que compõem a representação das identidades dos trabalhadores nos audiovisuais e (2) a (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica nos termos das representações da atividade desempenhada pelo trabalhador e de seu ambiente de trabalho presente nos audiovisuais.

Para empreendermos tal interpretação, precisamos inicialmente analisar os audiovisuais selecionados. É o que fazemos nesta segunda parte desta tese. Analisamos semioticamente nosso objeto empírico de estudo, examinamos a representação das identidades dos trabalhadores brasileiros, de suas atividades laborais e de seu ambiente de trabalho nos produtos audiovisuais de caráter ficcional de autoria dos órgãos governamentais ligados à atividade laboral selecionados, com a finalidade de verificar, segundo os parâmetros das categorias de interpretação de análise que desenvolvemos, se tais órgãos, midiaticamente ofertam, nos audiovisuais que analisamos, uma representação oficial do trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial a esse sujeito.

À guisa de introdução dessa análise empírica, iniciamos nosso percurso com este quinto capítulo vindouro, explicitando nosso objeto empírico de estudo e as decisões metodológicas que conferem caráter científico à nossa análise. Para, posteriormente, no sexto capítulo desta tese, adentrarmos à análise empírica propriamente dita.

## CAPÍTULO V – METODOLOGIA DE ANÁLISE EMPÍRICA

Conforme anunciamos, em razão da especificidade de nossa análise empírica, dedicamos este capítulo para sua apresentação. Esta metodologia foi por nós escolhida e desenvolvida, especialmente a delimitação de seus diversos níveis de pertinência, em razão tanto dos objetivos que estabelecemos para nosso estudo, quanto das características do objeto que estudamos.

Iniciamos a apresentação de nossa metodologia de análise empírica explicitando nosso objeto empírico de análise, no subcapítulo intitulado *Objeto empírico de análise*, onde definimos também os diferentes *corpora* dessa análise. Em prosseguimento, no subcapítulo intitulado *Aspectos teórico-metodológicos* são apresentados os aspectos abstratos que respondem pelas orientações metodológicas mais fundamentais para a análise, uma vez que determinam todas as demais opções tomadas. Já no subcapítulo intitulado *Procedimentos operacionais-metodológicos*, são apresentados os procedimentos concretos concernentes à operacionalização da análise, resultantes das posições metodológicas adotadas anteriormente, que culminam na matriz de análise semiótica que desenvolvemos.

## 5.1 OBJETO EMPÍRICO DE ANÁLISE

Para que possamos falar sobre a metodologia com a qual procedemos a análise de nosso objeto empírico de pesquisa, entendemos que antes precisamos explicitar nosso objeto empírico de pesquisa, ao qual até agora nos referimos na maioria das vezes apenas genericamente como *produtos audiovisuais de autoria dos órgãos governamentais ligados à atividade laboral onde há a representação de trabalhadores brasileiros*. Entretanto, por óbvio, trata-se de uma indicação vaga e imprecisa.

Uma vez que as noções de identidade e de trabalhador já foram por nós apresentadas e problematizadas, resta esclarecermos quem são esses órgãos ligados à atividade laboral de que falamos e quais são especificamente os produtos audiovisuais a que nos referimos. Conforme indicamos, abordamos os órgãos governamentais que consideramos os mais relevantes quanto à regência da atividade laboral em nosso país, procurando na estrutura federal dessas organizações a publicação de material audiovisual nos termos já indicados. Nossa pesquisa inicial se dá nos sítios eletrônicos mantidos por tais órgãos, local onde ficam arquivados os materiais audiovisuais que produzem e também onde é possível encontrar a indicação do local, caso exterior ao próprio site, onde é possível encontrar tal material.

Limitamos nossa busca ao âmbito federal de tais órgãos em razão de que, conforme indicamos no título de nossa tese, buscamos analisar a representação de uma matriz identitária oficial do trabalhador brasileiro. Com “oficial” e com “brasileiro” queremos dizer que nosso objeto é a matriz identitária construída, intencionalmente ou não, e ofertada pelo Estado brasileiro (nesse sentido empregamos a expressão “oficial”) como a que representa o seu trabalhador de uma forma nacional (nesse sentido, empregamos a expressão trabalhador “brasileiro”). Se adentrarmos aos meandros regionais, acreditamos que estaríamos muito mais estar retratando uma matriz regional do que uma de aspiração nacional. Com isso em mente, os órgãos selecionados enquanto órgãos governamentais de nível federal mais relevantes para a regência da atividade laboral foram: pelo poder Legislativo, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados; pelo poder Judiciário, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho; pelo poder Executivo, o Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência Social; e, o órgão independente Ministério Público do Trabalho.

Dessa forma, em um levantamento que pela primeira vez realizamos em setembro de 2014, mas que repetimos incontáveis vezes, visitamos os sites dos órgãos que elegemos como os mais relevantes quanto à regência da atividade laboral em nosso país, não somente com objetivo exploratório, mas visando (1) o mapeamento da quantidade de material audiovisual ali

arquivada, para que tenhamos conhecimento deste universo, e (2) o conhecimento referente a quanto desse material cumpre as características que atendem aos nossos interesses. Foi a busca do cumprimento desse primeiro objetivo que nos possibilitou construir o critério com o qual cumprimos o segundo.

Abaixo relatamos os resultados desta empreitada. Adiantamos que esta pesquisa não alcançou seu resultado da forma que planejamos, pois não foi possível uma contagem exata dos audiovisuais disponíveis em razão (1) da excessiva quantidade de certos tipos de audiovisuais, (2) da repetição do arquivamento de um mesmo audiovisual em mais de um desses sites, ou, ainda, (3) o arquivamento de um mesmo audiovisual em mais de um local de um mesmo site; o que, em razão do número excessivo de material, impossibilitou qualquer tipo de cotejamento visando um número exato. Entretanto, mesmo que sem números exatos, este mapeamento inicial alcançou seu objetivo, uma vez que construímos noção referente ao universo de material audiovisual com o qual lidamos e, a partir disso, tomamos várias decisões, as quais, passo-a-passo anunciamos, no decorrer do relato desse mapeamento.

O primeiro órgão sobre o qual empreendemos pesquisa foi a Câmara dos Deputados (CD), órgão pertence ao poder Legislativo, responsável pela elaboração das Leis referentes, entre diversas outras matérias, à atividade laboral. A partir de nossa pesquisa em seu site, <[www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br)>, encontramos que este órgão possui uma Comissão Permanente dedicada, não em exclusividade, a avaliar os projetos de Lei relativos à atividade laboral, a Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos. Entretanto, esta Comissão não produz material audiovisual de forma individualizada. A Câmara dos Deputados possui um setor destinado à produção audiovisual, a TV Câmara, a qual caracteriza-se, principalmente, por transmitir ao vivo as discussões e votações no Plenário da Câmara e nas suas Comissões.

A TV Câmara produz ainda outros tipos de materiais audiovisuais, os quais arquivamos em sua página, subdividindo-os nas seguintes categorias de “Programas”: Jornalismo (5 produtos audiovisuais); Entrevistas e Debates (10 programas, cada um deles com diversos produtos audiovisuais<sup>37</sup>); Cultura (5 programas, diversos produtos audiovisuais<sup>38</sup>); Documentários (125 produtos audiovisuais); Outras Produções (31 programas, diversos produtos audiovisuais<sup>39</sup>); Parcerias (1 programa, não disponibiliza *link* para os produtos audiovisuais); e Acervos (61 programas, diversos produtos audiovisuais<sup>40</sup>). A TV Câmara ainda possui um canal no site

---

<sup>37</sup> Suspendemos a contagem quando passamos de 300 produtos audiovisuais.

<sup>38</sup> Suspendemos a contagem quando passamos de 200 produtos audiovisuais.

<sup>39</sup> Suspendemos a contagem quando passamos de 100 produtos audiovisuais.

<sup>40</sup> Suspendemos a contagem quando passamos de 100 produtos audiovisuais.

<www.youtube.com>, chamado *Câmara dos Deputados*, onde também arquiva material audiovisual. Contabilizamos aproximadamente 2.500 produtos audiovisuais em um período de 2 anos, quando suspendemos nossa contagem. Dessa forma, foram por nós encontrados mais de 3.330 produtos audiovisuais. Estimamos que esse número seja muito mais elevado, uma vez que quando suspendemos as contagens, ainda havia ainda muito material a ser contabilizado.

Em nossa pesquisa ao sítio eletrônico do Senado Federal (SF), <www12.senado.leg.br>, órgão do poder Legislativo, obtivemos resultados semelhantes. Entretanto, entre suas Comissões Permanentes não existe qualquer Comissão especificamente dedicada a avaliar projetos de Leis referentes à atividade laboral. Igualmente possui o Senado Federal setor responsável pela produção de material audiovisual, a TV Senado. A TV Senado, assim como a TV Câmara, organiza seu arquivo em “Programas”, sendo esses os resultados que encontramos: Agenda econômica (267 produtos audiovisuais); Alô Senado (383 produtos audiovisuais); Argumento (1.354 Produtos audiovisuais); Cidadania (894 Produtos audiovisuais); Conversa de Músico (não disponibiliza *link* para os produtos audiovisuais); Ecosenado (138 produtos audiovisuais); Em Discussão! (184 produtos audiovisuais); Entre Vistas (10 produtos audiovisuais); Espaço Cultural (não disponibiliza *link* para os produtos audiovisuais); Histórias Contadas (15 produtos audiovisuais); Inclusão (76 produtos audiovisuais); Município Brasil (32 produtos audiovisuais); Notícias (não contabilizamos o total para este programa em razão de o mesmo produzir em média 10 produtos audiovisuais a cada dia, num período não inferior há 5 anos); Parlamento Brasil (166 produtos audiovisuais); Senado Agora (não contabilizamos o total para este programa em razão de o mesmo produzir em média 4 produtos audiovisuais a cada dia, num período não inferior há 5 anos).

A forma como os audiovisuais estão postados nas páginas de seus respectivos programas no site do Senado Federal, diferentemente da forma como estão postados no site da Câmara dos deputados, possibilitou uma contagem um pouco mais precisa dos produtos audiovisuais. Temos o resultado parcial de 3.510 produtos audiovisuais, mesmo sem contabilizar dois dos programas. Entretanto, justamente os que apresentam o maior número de audiovisuais.

Contudo, a grande maioria desses produtos audiovisuais não se caracteriza para nós como adequado objeto de pesquisa, uma vez que são materiais de produção jornalística, onde muito pouco, ou nada, há quanto à representação de identidades de trabalhadores, suas atividades laborais ou seu ambiente de trabalho. Conforme já havíamos concluído desde a primeira vez que exploramos os referidos sites, é indiscutível a necessidade de criar um critério para selecionar os produtos audiovisuais mais relevantes para nossa análise empírica, levando-se em conta nossos objetivos de pesquisa. Em razão disso, suspendemos a contagem dos

produtos audiovisuais no site do Senado Federal, visto ser um trabalho excessivo e que já nos conduziu à conclusão que poderia, a de que a maioria dos audiovisuais ali presentes não se caracteriza como adequado objeto de pesquisa para nosso estudo. Em que pese, entendemos ser necessário a apresentação deste mapeamento, para que os fundamentos que nos levaram à proposição de um critério de seleção ficassem claros. Dessa forma, suspendemos a contagem dos audiovisuais apenas quando a mesma se mostrou inviável. É o presente caso. Abaixo, apresentamos apenas a indicação da localização dos demais audiovisuais no site do Senado Federal.

A TV Senado ainda apresenta, para além da agrupação “Programas”, mais duas categorias de reunião de material audiovisual, “Institucional” e “Documentários”. Na categoria Institucional há as seguintes sub-agrupações: É Lei; Fique Atento; Jovem Senador; Momento legislativo; Pense Rápido; Por Dentro do Senado; Senado Aprova; Senado Transparente; TV Senado – Sinal Digital; e TV Senado – 20 anos. Na categoria Documentários, há as seguintes sub-agrupações: Especiais; Grandes Personagens; Redescobrimo o Brasil; Senado Documento; Senado na História; e, Tela Brasil.

Há, ainda, no sítio do Senado Federal, um outro setor que produz material audiovisual, a Agência Senado, a qual registra no agrupamento denominado “Notícias”, uma infinidade de produtos audiovisuais. Tanto a TV Senado quanto a Agência Senado possuem um canal no site <www.youtube.com>, homônimos, respectivamente, onde igualmente estão postados inúmeros produtos audiovisuais. Tal material audiovisual corresponde a entrevistas com os senadores referentes a suas atividades parlamentares.

O próximo órgão alvo de nossa pesquisa é o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), órgão do poder Executivo. Em seu sítio eletrônico há um link denominado “vídeos”, o qual, quando clicado, faz abrir automaticamente uma aba do navegador no site *youtube*, diretamente no canal denominado *canaltrabalho*, onde estão depositados os materiais audiovisuais de autoria desse órgão, num total de 148 produtos audiovisuais. Não há materiais audiovisuais postados diretamente no site deste órgão.

Já o outro órgão do poder executivo que é alvo de nossa pesquisa, o Ministério da Previdência Social (MPS), igualmente não possui material audiovisual postado em seu sítio eletrônico. Há, apenas, um link denominado *youtube*, o qual, quando clicado, faz abrir automaticamente uma aba do navegador nesse site, em um canal denominado *TvPrevidencia*, onde estão depositados os vídeos de autoria desse órgão, num total de 27 produtos audiovisuais.

No sítio eletrônico do Ministério Público do Trabalho (MPT), órgão independente que não integra nenhum dos 3 poderes, encontramos com nossa pesquisa o programa “Trabalho

Legal”. Este programa conta com 163 produtos audiovisuais e caracteriza-se por um viés jornalístico, um relato da atuação do Ministério Público do Trabalho. Encontramos também 3 vídeos postados em sua página inicial. O Ministério Público do Trabalho também possui um canal no site <www.youtube.com>, chamado *mptpgt*, onde arquiva uma infinidade de materiais audiovisuais.

Empreendemos nossa pesquisa no sítio eletrônico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), <www.csjt.jus.br>, órgão do poder Judiciário, e encontramos, no *link* “Vídeos”, 7 produtos audiovisuais. Além, disso, há *links* para campanhas desenvolvidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. A primeira delas é a campanha “Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho”, no *link* PJe, onde há 2 produtos audiovisuais. Outra campanha é o “Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem”, de *link* homônimo, onde há 29 produtos audiovisuais arquivados. Na campanha “Execução Trabalhista”, de *link*, homônimo, há 8 produtos audiovisuais. Na campanha “Conciliação Trabalhista”, de *link* homônimo, 4 produtos audiovisuais. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho possui ainda um canal no site <www.youtube.com.br>, chamado *Canal do Conselho Superior da Justiça do Trabalho*, onde arquiva 73 produtos audiovisuais.

O último sítio eletrônico examinado foi o do Tribunal Superior do Trabalho (TST), <www.tst.jus.br>, órgão do poder Judiciário, no qual igualmente encontramos um setor específico de produção de material audiovisual, a TV TST, onde estão arquivados 331 produtos audiovisuais, caracterizando-se tais materiais pelo viés jornalístico, noticiando o cotidiano do Tribunal. Já no *link* para o programa “Trabalho Seguro”, encontramos 32 produtos audiovisuais. O Tribunal Superior do Trabalho, assim como os outros órgãos aqui analisados, possui um canal no site <www.youtube.com.br>, chamado *tst*, onde arquiva inúmeros materiais audiovisuais. Totalizando assim 363 materiais audiovisuais, sem termos levado em consideração os que estão no referido canal.

Sintetizamos os resultados aqui encontrados no Quadro 1, apresentado na sequência:

Quadro 1 – Número total de audiovisuais nos sites pesquisados

<b>Câmara dos Deputados</b>	Mais de 3.330
<b>Senado Federal</b>	Mais de 3.510
<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>	148
<b>Ministério da Previdência Social</b>	27
<b>Ministério Público do Trabalho</b>	Mais de 166
<b>Conselho Superior da Justiça do Trabalho</b>	123
<b>Tribunal Superior do Trabalho</b>	Mais de 363
<b>Total</b>	Mais de 7.667

Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre os audiovisuais encontrados com a referida pesquisa, a grande maioria deles possui a perspectiva jornalística, são entrevistas, reportagens ou gravações das atividades cotidianas dos órgãos pesquisados que estão ali registradas. Tal material não se enquadra em nosso objeto empírico de pesquisa da forma como o concebemos. Entendemos que podemos encontrar exemplos mais significativos quanto à representação das identidades do trabalhador brasileiro, suas atividades laborais e seu ambiente de trabalho em audiovisuais onde tais representações encontram sua plenitude, do que naqueles audiovisuais onde elas não estão presentes de forma tão marcante.

Os audiovisuais onde as representações da identidade do trabalhador brasileiro, suas atividades laborais e seu ambiente de trabalho se encontram em plenitude, em nossa avaliação, são aqueles onde tais representações não se limitaram por um simples registro de uma realidade específica, como nos audiovisuais de viés jornalístico por nós encontrados (onde a atividade parlamentar é registrada) ou em entrevistas, debates ou documentários sobre temas diversos. Nesses produtos audiovisuais, em muitos casos, trabalhadores são, evidentemente, representados; entretanto, o objetivo de tais produtos audiovisuais não é essa representação, ela

acontece de forma involuntária, não se apresentando como o foco da produção, da tematização ou figurativização do audiovisual.

Entendemos que as representações das identidades do trabalhador brasileiro, suas atividades laborais e seu ambiente de trabalho encontram plenitude nos audiovisuais onde a construção dessas representações se confunde, enquanto objetivo, com a própria produção do audiovisual. Essa situação acontece, em nossa compreensão, nos audiovisuais de caráter ficcional, aqueles onde o trabalhador não é representado através de sua própria pessoa, mas onde está representado em uma personagem. É nesse sentido que utilizamos o termo ficcional, desconsiderando a propriedade do conteúdo desses audiovisuais.

Dessa forma, construímos então um critério para seleção dos audiovisuais que comporão nosso objeto empírico de análise. Para selecioná-los, excluimos todos aqueles que se caracterizam pelo simples registro de uma realidade específica. E ficamos com aquele que ficcionalmente apresentam representações das identidades do trabalhador brasileiro, suas atividades laborais e seu ambiente de trabalho. Com esse critério como parâmetro, posteriormente ao exame de qualificação desta tese, entre os dias 27 de junho de 2017 e 04 de julho de 2017 pela última vez refizemos a consulta que anteriormente havíamos feito diversas vezes de forma mais livre e assim reduzimos nosso universo a uma quantidade de material possível de ser trabalhada. Apresentamos então, no Quadro 2, o resultado dessa nova pesquisa.

Quadro 2 – Número de audiovisuais de conteúdo ficcional nos sites pesquisados

<b>Câmara dos Deputados</b>	0
<b>Senado Federal</b>	0
<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>	22
<b>Ministério da Previdência Social</b>	2
<b>Ministério Público do Trabalho</b>	0
<b>Conselho Superior da Justiça do Trabalho</b>	7
<b>Tribunal Superior do Trabalho</b>	11
<b>Total</b>	42

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme pode ser visto no Quadro 2, os sítios eletrônicos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Ministério Público do Trabalho, assim como seus canais no site <www.youtube.com>, não apresentaram o tipo de produto audiovisual que buscamos. Pelo lado do Ministério Público do Trabalho, o material encontrado foi relativo à exposição da atividade interna desse órgão. Assim também se caracteriza a maior parte do material encontrado pelo lado da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Entretanto, esses dois órgãos possuem larga produção de outros tipos de produtos audiovisuais, como debates, entrevistas, programas musicais ou literários, documentários, etc. Não se caracterizando, contudo, tais produções conforme as que buscamos.

A partir do sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego, encontramos 22 produtos audiovisuais de caráter ficcional onde as representações das identidades do trabalhador brasileiro, suas atividades laborais e seu ambiente de trabalho se confundem, enquanto objetivo, com a própria produção dos audiovisuais. A partir do sítio do Ministério da Previdência Social, encontramos 2 audiovisuais com essas características. Já a partir do sítio eletrônico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho encontramos 7 produtos audiovisuais

com as mesmas características. E no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho encontramos 11 produtos audiovisuais da mesma forma caracterizados.

Entretanto, percebemos que os 7 produtos audiovisuais encontrados a partir do sítio eletrônico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho compõem os 11 encontrados no sítio do Tribunal Superior do Trabalho, ou seja, os mesmos audiovisuais foram postados pelos dois órgãos. Razão pela qual decidimos por agrupar Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho como se fossem um único órgão, já que publicaram, em parceria, os mesmos produtos audiovisuais. Dessa forma, encontramos o total de 35 produtos audiovisuais de autoria de órgãos governamentais ligados à atividade laboral onde há representação ficcional de trabalhadores brasileiros, passando os mesmos a compor o *corpus* de nosso objeto empírico de análise.

#### 5.1.1 *Corpus* total de análise

Metodologicamente, trabalhamos com as noções de *corpus* total de análise, *corpus* exemplar de análise e *corpus* complementar de análise. O *corpus* total de análise diz respeito ao somatório do *corpus* exemplar de análise e do *corpus* complementar de análise, ou seja, todos os objetos que em qualquer grau de profundidade analisamos. Entretanto, nem todos os produtos audiovisuais são por nós analisados com a mesma atenção, uma vez que empreendemos uma seleção daqueles que consideramos mais significativos.

Essa seleção é feita da seguinte maneira. Após termos mapeado a quantidade de audiovisuais que cumprem os critérios que definimos para se configurarem como possíveis objetos de nossa análise, conforme explicitado no segmento anterior, entre eles selecionamos os que entendemos enquanto mais significativos, tendo como referência a quantidade e a qualidade de suas representações ou o ineditismo das representações que o exame de um novo audiovisual pode introduzir, para assim definirmos nosso *corpus* total de análise. Nele, aplicamos a etapa que denominamos análise prévia exploratória do *corpus* total de análise, que nada mais é do que a análise semiótica denotativa de tais produtos audiovisuais.

Terminada esta etapa, a partir de seus resultados, selecionamos novamente os produtos audiovisuais que apresentam maior quantidade de elementos em torno da representação do trabalhador e maior qualidade dessa representação, passando estes a compor o *corpus* exemplar de análise de nossa análise empírica. Apenas nele aplicamos os outros dois níveis de análise semiótica de nossa matriz de análise: conotativo e polissêmico.

Os produtos audiovisuais menos significativos, aqueles que deixam de introduzir resultados inéditos à análise, passam a responder por nosso *corpus* complementar de análise, não tendo sua análise aprofundada para os dois próximos níveis que compõem a matriz que utilizamos. A análise semiótica denotativa de tais produtos pode ser encontrada no Apêndice A desta tese.

Novamente nos valem de quadros para facilitar a visualização. Primeiramente, o Quadro 3 que se refere à composição dos diferentes *corpora* de análise:

Quadro 3 – Composição dos diferentes *corpora* de análise

	<b>Número de produtos audiovisuais selecionados</b>
<b><i>Corpus</i> complementar de análise</b>	24
<b><i>Corpus</i> exemplar de análise</b>	11
<b><i>Corpus</i> total de análise</b>	35

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 4 se refere à aplicação das diferentes leituras semióticas nos diferentes *corpora*:

Quadro 4 – Aplicação das diferentes leituras semióticas nos diferentes *corpora* de análise

	<b>Leitura Semiótica Denotativa</b>	<b>Leitura Semiótica Conotativa</b>	<b>Leitura Semiótica Polissêmica</b>
<b><i>Corpus total de análise</i></b>	Sim	Não	Não
<b><i>Corpus complementar de análise</i></b>	Sim	Não	Não
<b><i>Corpus exemplar de análise</i></b>	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na sequência, o Quadro 5 que se refere à composição do *corpus* total de análise:

Quadro 5 – Composição do *corpus* total de análise

<b>Órgão governamental autor do audiovisual</b>	<b>Número de audiovisuais selecionados</b>
Ministério do Trabalho e Emprego	22
Ministério da Previdência Social	2
Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho	11

Fonte: Elaborado pelo autor.

Agora, o Quadro 6 que se refere à composição do *corpus* complementar de análise:

Quadro 6 – Composição do *corpus* complementar de análise

<b>Órgão governamental autor do audiovisual</b>	<b>Número de audiovisuais selecionados</b>
Ministério do Trabalho e Emprego	16
Ministério da Previdência Social	1
Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho	7

Fonte: Elaborado pelo autor.

E, por fim, o Quadro 7 que se refere à composição do *corpus* exemplar de análise:

Quadro 7 – Composição do *corpus* exemplar de análise

<b>Órgão governamental autor do audiovisual</b>	<b>Quantidade de audiovisuais selecionados</b>
Ministério do Trabalho e Emprego	6
Ministério da Previdência Social	1
Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho	4

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apoiamo-nos no instrumental acima apresentado como ferramenta operacional para a escolha dos audiovisuais que analisamos. Quanto à quantidade total de audiovisuais a serem analisados, gostaríamos de lembrar que, conforme dissemos, não temos o objetivo, com nossa tese, de produzir um conhecimento válido para todos os tipos audiovisuais produzidos pelos

órgãos governamentais, mas apenas para aqueles que analisamos. A expansão dos conhecimentos que aqui produzimos sofre da incerteza característica das generalizações, não sendo, portanto, de nosso interesse.

Apresentados os diferentes *corpora* que compõem nossa análise empírica, passamos agora às questões teórico-metodológicas com as quais trabalhamos.

## 5.2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para que cumpramos o necessário rigor em que implica uma pesquisa científica, recorreremos à teoria semiótica em busca de arcabouço teórico e procedimentos de análise adequados para a análise dos audiovisuais escolhidos como objetos empíricos deste estudo. Nos baseamos nas indicações de Peruzzolo (2002) e, assim como ele, não nos enquadrámos em uma vertente semiótica específica, dizemos que trabalhamos com uma Semiologia dos Discursos Midiáticos, que nada mais é do que a reunião de diferentes proposições de distintas correntes semióticas com vistas a alcançar uma metodologia de análise mais adequada aos discursos midiáticos. Entendemos que é no aprofundamento empreendido às questões metodológicas de qualquer trabalho que tal rigor pode ser avaliado. Dessa forma, consideramos fundamental a divisão da análise em diferentes níveis de pertinência, de abordagem, todos pensados em função de alcançar os objetivos a que o exame se propõe. É em função deste entendimento que cunhamos este segmento, no qual apresentamos as bases que orientam todas as nossas decisões metodológicas.

Consideramos nosso objeto de estudo empírico enquanto texto, pois só assim é possível submetê-lo a todo o instrumental a que recorreremos. Por essa razão, definimos o que entendemos por texto:

Um texto – qualquer conjunto tecido para a comunicação – apresenta sinais/representames/matérias significantes de vários tipos: palavras, letras, traços, marcas, sons, movimentos, espaços em branco, vazios silêncios, intensidades, etc, que integram linguagens, fundando a materialidade dos signos; uns, **convencionais**: estabelecemos para comunicar-nos, como o Código Morse, a sinaleira, o alfabeto, as palavras, a mímica... e outros, **naturais**, que não pertencem a linguagens, mas que se tornam linguagens quando nos servimos deles para comunicar-nos. Denominamos *texto* a todo produto empírico de comunicação, a toda ocorrência concreta que se submeta a uma análise semiótica (PERUZZOLO, 2002, p. 105, grifos do autor).

Assim sendo,

tanto um conjunto verbal quanto um conjunto de traços nós podemos chamar de ‘texto’. O texto é aquilo que foi *tecido (composto)* como uma unidade. Ele é uma tessitura de signos para servir de mensagem, de *entre* os comunicantes. É por isso que na Semiologia dos Discursos [...] o texto tomado como uma tessitura de sentidos vai chamar-se *discurso*, porque tem sempre sujeitos comunicantes implicados nele (PERUZZOLO, 2002, p. 114, grifos do autor).

Dessa forma, inicialmente podemos dizer que metodologicamente trabalhamos desconstituindo a ilusória unidade do texto, analisando-o no nível dos fios com os quais foi

composto. Mas, para cumprir tal empreitada, é preciso estar atento para duas ponderações importantes:

Não esqueçamos que o trabalho do enunciador é exercido como um fazer persuasivo e que o trabalho do enunciatário é um fazer interpretativo, cabendo a este a decisão do que fazer em seguida com a leitura que faz. Ora, isso coloca a ambos – enunciador e enunciatário – frente a um processo de negociação (prefiro dizer de agenciamentos para não dar a entender que os dois estejam conscientemente empenhados no intercâmbio). Mas isso se dá a entender que o discurso é um jogo comunicacional, o enunciador investe estratégias com o intuito de persuadir o enunciatário de certos valores, sejam eles ideológicos, morais, educativos, comportamentais, filosóficos, informativos, etc. e o enunciatário, por sua vez, acata tais instruções de modos de uso e realiza sua ação de construção e consumo de sentidos. (PERUZZOLO 2002, p. 190).

Também não podemos esquecer que

os elementos de linguagem operados pelo sujeito – o enunciado – têm a finalidade de estabelecer valores de conduta para o outro sujeito, seu interlocutor, fazendo a afirmação de experiências e/ou referindo estados de pessoas ou coisas. Tais valores são disseminados na narrativa sob a forma de percursos temáticos, que recebem revestimentos figurativos diversos tanto para constituir quanto para assegurar efeitos de sentido (PERUZZOLO, 2002, p. 193).

Com isso em mente, tratamos, na análise, de evidenciar efeitos de sentido possíveis a partir das modalidades de dizer pelas quais optou o enunciador, em busca da forma como está representada a identidade do trabalhador, sua atividade laboral e seu ambiente de trabalho, propostos ao enunciatário. Dessa forma, estamos aqui em busca tanto do *o que foi dito* quanto atrás do *como foi dito* aquilo que foi dito. É através da evidenciação da construção do percurso temático e da cobertura figurativa dos segmentos escolhidos para análise que apresentamos o *o que foi dito* e *como foi dito* nestes produtos audiovisuais. Mas ponderamos, desde já, que, em função de nosso objetivo ser analisar a forma como estão representadas as identidades dos trabalhadores, sua atividade laboral e seu ambiente de trabalho nos audiovisuais examinados segundo os parâmetros de interesse que anteriormente explicitamos, muito mais nos interessa o *o que foi dito*, tendo o *como foi dito* um papel secundário, recebendo atenção apenas quando auxiliar da compreensão do *o que foi dito*.

Podemos então agora metodologicamente dizer que nosso objetivo de análise é explicitar segmentos do desenvolvimento argumentativo (temas e figuras) com o qual foram tramados os textos escolhidos para análise. Dessa forma, trabalhamos, na ordem de uma semântica discursiva ao desvendarmos elementos do percurso temático e da cobertura figurativa.

Quanto ao percurso temático, esclarecemos que o entendemos como a distribuição dos temas que constitui um discurso, o caminho de temas que tal discurso percorre para dizer o que diz. Consideramos que não há um roteiro a ser seguido para quem estuda o percurso temático de um texto, mas há algumas questões que Peruzzolo (2002) indica como básicas. A primeira delas, que sugere o que fazer para conhecer *o que o texto diz*, é a que mais utilizamos em nossa análise:

*levantar os temas disseminados no texto*, porque eles aí se organizam como cadeias significantes. A tematização segue traçados semânticos, quer dizer, se desenvolve como um jogo significante, estruturado na forma de texto. As idéias, os pensamentos, os valores... que o enunciador quer fazer circular, são organizados em traços ou cadeias significantes, como um percurso a ser palmilhado (PERUZZOLO, 2002, p. 200, grifo do autor).

Precisamos, então, perceber como a cadeia significante se articula, se desvia, se quebra, etc., organizando suas coerências e redundâncias, no decorrer do enunciado. Para tal, é fundamental que entendamos o que quer dizer *tema*. Tema é

um assunto; e assunto é uma idéia ou núcleo de idéias que sustentam um pensamento sobre o modo de ser, fazer, crer, sentir e/ou pensar de um sujeito ou objeto ou função. Por isso dizemos que um tema é uma proposição de uma idéia-motivo com a qual se desenvolve uma composição significante a respeito de sujeitos (humanos ou não, mas todo valor se define sempre em relação àqueles), feito de modo narrativo. [...] Mas atenção, uma idéia-motivo se organiza, compondo-se com **outras idéias**; um tema básico, com **numerosos outros temas**. Faz-se uma narrativa, escreve-se uma história com uma **trama de temas** (PERUZZOLO, 2002, p. 200-201, grifo nosso).

Incidimos nossa análise, em função de nosso objetivo, no que se refere ao percurso temático, justamente nesses numerosos outros temas, temas menores, que compõem o tema básico da narrativa, os quais chamamos de unidades temáticas, sem o compromisso de analisarmos todos eles, uma vez que não temos o propósito de esgotar a narrativa, mas de trabalhar em seus elementos mais destacados. O critério que usamos para considerar determinada unidade temática como destacada é a relação que esta apresenta com nosso objetivo de análise: evidenciar a forma como estão representadas as identidades dos trabalhadores, suas atividades laborais e seu ambiente de trabalho. Este mesmo procedimento aplicamos à cobertura figurativa, analisando certas unidades figurativas. Chamamos tanto as unidades temáticas quanto as unidades figurativas de unidades semióticas.

Em termos práticos, estaremos analisando fragmentos destacados do texto, tais fragmentos constituem-se em unidades semióticas. Peruzzolo (2002, p. 115) define unidades semióticas como “um conjunto de signos de contornos definidos. Uma cadeia significante

possível de ser tomada à parte, apenas com o intuito de clareza e de classificação posterior dos sentidos”. Acreditamos que nos valermos das unidades semióticas como metodologia de análise irá “facilitar a visão do mais importante e determinar aquelas cadeias de signos ou semas que são mais fundamentais”. As unidades semióticas têm “apenas uma função metodológica, pois, o texto se apresenta como um bloco de significação, e segmentá-lo é torná-lo mais maleável”.

Acreditamos que também nos permite assim proceder nosso entendimento de que “o discurso não é um fio temático, antes, uma multiplicidade deles, como uma teia” (PERUZZOLO, 2002, p. 201-202). Logo, “a disseminação de temas ocorre em forma de uma semiose que organiza a trama argumentativa do discurso, amarrando os traços semânticos”. É precisamente por essa razão que, resumidamente, “pode-se dizer que o percurso temático é o processo gerativo da argumentação”.

A segunda e a terceira questões básicas que Peruzzolo (2002, p. 203-204, grifos do autor) indica para quem deseja estudar o percurso temático construído em um texto estão mais relacionadas a sugestões sobre como proceder para conhecer *como o texto diz* o que diz, são elas: “*procurar estabelecer os efeitos que se obtém com a constituição da tessitura [...]*” e “*mostrar com que procedimentos discursivos os efeitos são conseguidos [...]*”. Tais indicações serão por nós muito pouco utilizadas, pois, como dissemos, o *como foi dito* nos interessa apenas quando auxiliar na compreensão do *o que foi dito*.

Quanto à cobertura figurativa dos conteúdos, Peruzzolo (2002, p. 207, grifo do autor) afirma que

A figurativização reveste os termos com traços de lembranças sensoriais. Como diz Aumont (95:253), é ‘*uma espécie de contaminação do verbal pelo icônico*’. Por isso também chamadas de figuras de conteúdo, isto é, idéias ligadas a imagens constituídas por experiências, a processos de iconização, de modo que a narrativa pareça desenvolver-se por ações. Assim, as idéias que se espalham pelo texto, na ação de organizar a trama argumentativa, são abrigadas por uma espécie de revestimento sensorial.

Aceitar ideias, informações, pensamentos, condutas, raciocínios, até mesmo ideologias ou valores, ou qualquer outro efeito, está diretamente ligado aos efeitos de realidade embalados nas figurativizações narrativas. A iconicidade que atribuímos à narrativa refere-se ao efeito que as figuras discursivas produzem no sujeito leitor, ela o auxilia a representar uma imagem mental daquilo que foi dito, como se fora algo que se concretizou no real da experiência. Por isso se diz que icônico é tudo aquilo que se pode configurar mentalmente como uma imagem (PERUZZOLO, 2002). Tomando o signo como ponto básico, a figura afirma uma ideia ligada a algo que foi experimentado ou que é experimentável. Ela, a figura,

aparece como uma ‘visão interior’ de objetos e realidades experimentadas. Aparece como imagens projetadas no espaço da mente pela experiência sensória com tais objetos reais ou situações concretas. É desse modo que a linguagem se nutre da percepção como reflexo aproximadamente exato do mundo material (PERUZZOLO, 2002, p. 208).

Quanto aos discursos constituídos simultaneamente por duas linguagens, Peruzzolo (2002, p. 211-212) alerta que o que muda é a dimensão da análise: “agora o que temos são dois modos de tematização e dois modos de figurativização convergindo na narrativa, isto é, dois textos interagindo na constituição de um evento com sentido: o icônico e o lingüístico”.

Entretanto, no que se refere a analisar tematização em linguagem icônica, é preciso ter em mente que

figurativizar é arrumar idéias com uso de matérias significantes que podem ser iconizadas. Nesse caso [no caso da linguagem icônica], as figuras são praticamente as mesmas que os temas, pois são elas que criam estes, quer dizer, as idéias da linguagem icônica provêm de suas imagens. [Analisar tematização na linguagem icônica] Seria como procurar o que as imagens contam de si mesmas (PERUZZOLO, 2002, p. 213).

Por este motivo, analisamos na linguagem icônica primordialmente a cobertura figurativa e, para que não tenhamos resultados de análise sobrecarregados no que se refere à figurativização, decidimos estender o inverso de tal escolha para a análise da linguagem verbal, ou seja, analisar nela primordialmente o percurso temático.

Vejamos o que diz Duarte (2010, p. 228) quanto ao modo de abordar objetos audiovisuais em uma análise empírica. Segundo ela, tais objetos são a manifestação do processo de significação, o discurso, e expressam seus conteúdos através de diferentes linguagens, “sonoras” e “visuais”, sendo por isso ditos “complexos”. Afirma ela: “De um lado, tem-se a plástica da imagem – estilos de cenários, figurinos, maquiagem, iluminação, enquadramentos e, mesmo, os modos de interpretação. De outro, os elementos sonoros – o verbal, o musical e as mixagens, decorrentes do processo de edição”. Neles, imagens e sons interagem, intersemioticamente construindo-se.

Ainda esclarece que

As relações internas ao texto são aquelas que se estabelecem entre expressão e conteúdo, envolvendo aspectos discursivos ligados a sua tematização, espacialização, temporalização, figurativização, actorialização e tonalização, o que atualiza possibilidades ligadas às estratégias discursivas – narrativas e enunciativas – e aquelas ligadas aos mecanismos de expressão utilizados (DUARTE, 2010, p. 235).

Com o objetivo de estabelecer diferentes níveis de pertinência para nossa análise, com o que, como dissemos, acreditamos conferir-lhe precisão e rigor, deliberamos por fazer a leitura dos signos nos textos escolhidos em três níveis: denotativo, conotativo e polissêmico. Antes de abordar tal opção, contudo, fazemos uma ressalva. Precisamos lembrar que, estritamente falando, não são os signos os objetos de uma análise semiótica, seu objeto é, em última instância, o texto. Os signos são apenas “as unidades de superfície a partir dos quais se procura descobrir o jogo de significações que está embaixo deles, que é feito com eles” (PERUZZOLO, 2002, p. 101). Dizemos então que lemos as relações entre os signos, mas em razão da margem de confusão que essa expressão pode causar, esclarecemos que com *ler* queremos dizer

Colher os sinais, isto é, captar os traços nas suas relações significantes de tal modo que se possa ver neles o que eles pretendem estimular em termos de significação. O processo de leitura, seja de um texto lingüístico seja de um texto icônico, é sempre um percurso que segue a remissiva de signos para signos, operando a re-composição, isto é, às vezes reconstruindo o movimento original e, na maioria das vezes, compondo uma seqüência/percurso diferente daquele da autoria, a fim de construir uma mensagem e/ou organizar informações (PERUZZOLO, 2002, p. 101).

Entretanto, podemos dizer que não conseguimos resolver os sentidos de um texto nele mesmo. É preciso que recorramos àquilo da linguagem que temos depositado em nós, uma vez que os significados que a linguagem nos oferece são anteriores à nossa inscrição nesta instância, eles estão postos, nos sendo possível apenas articulá-los. Por isso, para resolver os sentidos de um texto, recorreremos àquilo que já sabemos, àquilo que já experimentamos ou àquilo que conseguimos inferir ou deduzir de situações semelhantes, ou seja, recorreremos à linguagem. “É por isso que se afirma que um texto pressupõe mais do que diz expressamente” (PERUZZOLO, 2002, p. 103).

Para explorar possíveis jogos significantes no novo texto que produzimos após nossa leitura, porque cada leitura de um texto é a produção de um novo texto, diferente daquele produzido pelo autor, é que lemos esses textos por nós escolhidos para análise nos níveis denotativo, conotativo e polissêmico. É evidente que o repertório cultural de cada leitor marca a diferença entre cada novo texto produzido. Conscientes disso, nos esforçamos em fazer nossas leituras valendo-nos de elementos de nosso repertório cultural que julgamos serem de domínio de uma maioria, tendo por objetivo garantir assim que nossa leitura seja a mais próxima possível da leitura que fazem muitos outros sobre o mesmo texto-base. Gostaríamos de deixar assinalado, apenas, ser este um limite lingüístico intransponível: o caráter subjetivo, particular, de cada significação.

Quando dizemos linguagem, nos referimos a

todo conjunto de sinais que tem regras de valor e de composição e que serve para deslanchar um processo de comunicação. Isso implica, primeiro, a existência de **relações de significação** (valor de relação) e, segundo, **sinais que suportam um ordenamento num conjunto significativo**. As relações de significação se estruturam de acordo com um conjunto traçado de representações e de regras. Estas – as regras – devem poder fazer com que aquelas – as representações – se tornem significativas para seus usuários. Os sinais precisam ser variados, primeiro, para constituir-se em diferenças (lembramos o que se disse atrás em Derrida, [...] “*um signo sozinho é impensável*”; ele só existe num movimento de diferenças) e, depois, para permitir diferentes informações. Em seguida, eles precisam ordenar-se segundo convenções de uso para permitir a decodificação pelo signo e a compreensão pelo interpretante (PERUZZOLO, 2002, p. 105-107, grifos do autor).

O que nos leva a reafirmar a unidade da comunicação não no signo, nem na palavra, nem no traço, mas na organização desses em matéria significante, como num texto. Peruzzolo (2002, p. 106) recorre a Floch<sup>41</sup> para dizer que “os signos não são nada mais que o ponto de partida da investigação de formas significantes subjacentes”.

Feita a ressalva, voltamos a falar do modo como abordamos os objetos de análise, qual seja, analisando-os em diferentes níveis. Assim procedemos, pois, apoiamo-nos em mais uma indicação metodológica de Peruzzolo (2002, p. 108-109), a qual sugere comportarmo-nos como se uma certa metodologia de leitura semiótica fosse possível, para tal, devemos estabelecer níveis de leitura, sem esquecer que esses níveis não representam limites entre eles, mas que devemos tratá-los como se tais níveis fossem possíveis. Os níveis de leitura semiótica de que fala Peruzzolo são os níveis denotativo, conotativo e polissêmico.

Para realizar uma leitura semiótica denotativa, é preciso primeiro

ver o texto como uma oferta literal, uma matriz, uma textura de signos pertinentes a um mesmo código dos comunicantes [...]. ...a leitura denotativa é o reconhecimento dos signos na sua literalidade e o desvelamento do significado amarrado a essa literalidade. [...]. ...os signos são analisados mais como apontadores, indicadores de objetos, de referências, de circunstâncias e aspectos, e menos como significantes produtores de sentidos. [...]. A leitura semiológica denotativa procura, primeiro, localizar, isto é, construir a matéria significante dos signos e, a seguir, referenciar o que eles mostram, designam ou indicam, mas muito cuidado, [...] o signo tem que estar arrumado numa organização, num mecanismo dentro do qual ele faz um jogo de relações que leva ao seu sentido (PERUZZOLO, 2002, p. 110-112).

Ao que em outra passagem completa: a leitura semiótica denotativa é uma “descrição fria, uma narração. O sentido literal é sentido dado por um processo descritivo do que se tem na mensagem, sem associações contextuais” (PERUZZOLO, 2002, p. 120).

---

<sup>41</sup> Na bibliografia de Peruzzolo (2002, p.136): “FLOCH, Jean-Marie. *Semiótica, Marketing y Comunicación*. Barcelona: Paidós, 1993.”.

Já para a realização da leitura semiótica conotativa, é preciso

fazer a indicação das principais cadeias de signos conotativos, como chama Hjelmslev ‘conotadores’, isto é, levantar as cadeias significantes das representações subjetivas: sentimentos, idéias abstratas como sossego, beleza, solidão, mansidão, calma... [...] [Para então] compor um texto com os sentidos conotativos produzidos, explorando as associações sígnicas. [...]. Os signos são analisados na sua qualidade de cadeia significante, onde a literalidade dos significantes com os seus significados são tomados como base de um outro significado. Os ‘como-se-fossem’ são idéias conotativas. ‘O que se deduz pelos’ também é um indício de conotação (PERUZZOLO, 2002, p. 121-122).

Dessa forma, entendemos a leitura conotativa como um “contato intuitivo com um jogo de deslocamento possível nas relações com os referentes, isto é, um movimento de observação da matéria significante”. Já o sentido conotativo, entendemos como “a impressão subjetiva, para além da literalidade, nascida do impacto que o jogo sígnico produz no receptor”. Ele expressa a relação que se estabelece entre leitor e texto. O sentido conotativo está ligado não somente àquilo que se pensa, “mas principalmente ao que se sente, o modo como se sente, o que se insinua, o que é feito para sugerir outra coisa que não aquela claramente ligada aos signos” (PERUZZOLO, 2002, p. 124-125).

Ao referir-se à leitura semiótica polissêmica, Peruzzolo pondera que

podemos desenvolver um tipo de análise que se desprenda dos significados de modo livre; que procure explicar o que o texto diz e como diz; e, assim, examine os procedimentos de organização do objeto de significação – o texto – nas suas ligações contextuais. [...]. [A leitura semiótica polissêmica] é a análise crítica e reflexiva do texto e, mais, o enunciado de um juízo sobre ele. Passa-se da impressão subjetiva para significações mais profundas do texto (PERUZZOLO, 2002, p. 128-129).

Comparando a terminologia de Peruzzolo e Duarte, consideramos que, pelo menos no caso da aplicação ao audiovisual, o “texto linguístico” de Peruzzolo (2002) pode ser entendido como a categoria “fala” de Duarte (2010). Categoria essa, “fala”, que Duarte (2010) insere, juntamente com as categorias “Musical” e “Mixagens”, na categoria mais ampla “linguagem sonora”. Já a categoria “texto icônico” de Peruzzolo (2002) equivale, em certo sentido, à categoria “linguagem visual” de Duarte (2010). Optamos por utilizar categorias propostas por ambos os autores. Tomando como base essas equivalências, escolhemos as categorias que pensamos ser as mais simples ao entendimento. É com elas que organizamos nossos Procedimentos operacionais-metodológicos, os quais apresentamos a seguir.

### 5.3 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS-METODOLÓGICOS

Os procedimentos operacionais-metodológicos dizem respeito a estabelecer os níveis de pertinência da análise empírica a ser empreendida, assim como a estabelecer os limites desses níveis. O principal procedimento operacional-metodológico que utilizamos, em razão de nossos objetivos de análise e da característica do objeto que analisamos, é o da reconstrução do desenvolvimento argumentativo (percurso temático e cobertura figurativa), a partir da linguagem sonora e da linguagem visual, respectivamente. É para tal que empreendemos os três tipos de leituras semióticas: denotativa, conotativa e polissêmica.

Na sequência, para uma melhor visualização, apresentamos quadros que evidenciam nosso procedimento metodológico. Primeiramente, no Quadro 8, nosso procedimento metodológico geral:

Quadro 8 – Procedimento metodológico geral

<b>Reconstrução do desenvolvimento argumentativo</b>	
<i>1 – Através da reconstrução de percurso temático mediante análise de linguagem sonora</i>	<i>1 – Através da reconstrução de cobertura figurativa mediante análise de linguagem visual</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Agora, no Quadro 9, nosso procedimento metodológico específico:

Quadro 9 – Procedimento metodológico específico

<b>Reconstrução do percurso temático</b>	<b>Reconstrução da cobertura figurativa</b>
<i>1 – Através de leitura semiótica denotativa, conotativa e polissêmica da linguagem sonora</i>	<i>1 – Através de leitura semiótica denotativa, conotativa e polissêmica da linguagem visual</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao considerarmos as características que anteriormente apresentamos, atribuídas por Peruzzolo (2002) à leitura semiótica denotativa; ao considerarmos a riqueza do objeto de análise, determinada por sua natureza audiovisual; e, também em função de nossa experiência em análises prévias; percebemos que tal nível de análise pode estender-se em demasia, acabando por, a certa altura, deixar de oferecer resultados de análise que introduzam novidades quanto à reconstrução do desenvolvimento argumentativo no que diz respeito à representação das identidades dos trabalhadores, de sua atividade laboral e de seu ambiente de trabalho. Desta forma, estabelecemos limites para a análise neste nível: as categorias principais de análise denotativa, as quais oferecem os fundamentos das análises posteriores (conotativa e polissêmica), e as categorias secundárias de análise denotativa, as quais oferecem elementos eventualmente utilizados para as análises posteriores. Os elementos das categorias secundárias de análise são considerados quando, de alguma forma, contribuem para as representações que envolvem os trabalhadores na unidade semiótica.

As categorias principais de análise denotativa são, pelo lado da linguagem sonora, *as falas* das personagens do audiovisual e, pelo lado da linguagem visual, a *interpretação*<sup>42</sup> que os atores empreendem; já as categorias secundárias de análise denotativa são, pelo lado da linguagem sonora, *o musical* e *as mixagens* que acompanham as falas e, pelo lado da linguagem visual, *o figurino* e *o cenário* utilizados.

Apresentamos na sequência, novamente em quadros, tais categorias. Primeiramente, no Quadro 10, as categorias principais da análise denotativa:

Quadro 10 – Categorias principais de análise denotativa

Na linguagem sonora	Na linguagem visual
1 – <i>Fala</i>	1 – <i>Interpretação</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

<sup>42</sup> A categoria *interpretação* pode trazer alguma imprecisão em relação ao que queremos com ela referir, principalmente quando entendida a partir das teorias teatrais, dessa forma, gostaríamos de deixar claro que, com *interpretação*, estamos nos referindo à performance, ao desempenho, à ação do ator observada em cena e nada mais.

A seguir, no Quadro 11, as categorias secundárias da análise denotativa:

Quadro 11 – Categorias secundárias de análise denotativa

Na linguagem sonora	Na linguagem visual
1 – <i>Musical</i>	1 – <i>Cenário</i>
2 – <i>Mixagens</i>	2 – <i>Figurino</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à leitura semiótica conotativa, igualmente considerando as características que Peruzzolo a ela atribui e a experiência que acumulamos em análises anteriores, optamos por organizar a análise nesse nível de forma distinta. Para que possamos melhor apresentar as análises que fazemos, sempre com o objetivo de evidenciar a forma como estão representadas as identidades dos trabalhadores, sua atividade laboral e seu ambiente de trabalho nos audiovisuais, aqui ainda mantemos a separação entre as diferentes linguagens que compõem o audiovisual, ou seja, são feitas duas leituras semióticas conotativas, uma para a linguagem sonora e outra para a linguagem visual. Essas leituras têm como base o material obtido com as categorias principais de análise denotativa, primeira abordagem analítica que empreendemos ao objeto empírico. Acreditamos que assim conferimos clareza e agilidade a nossa análise.

Já no que se refere à leitura semiótica polissêmica, sempre considerando as ponderações de Peruzzolo, principalmente a noção de que nesse nível nos propomos a ir *além* do texto, assim como considerando nossa experiência, optamos por realizar tal análise em via única, sem diferenciar linguagem sonora e linguagem visual. Semelhante à leitura que o espectador faz quando frui um produto audiovisual, onde não há tal separação na construção intersemiótica. Consideramos que nesse nível tal separação não mais se justifica.

Para que consigamos mais facilmente alcançar nosso objetivo para esta tese, optamos por empreender a leitura semiótica polissêmica com o auxílio das categorias de interpretação da análise empírica que construímos, pelo lado do panorama das identidades na pós-modernidade, a (in)existência de sustentação simbólica para a representação das identidades

dos trabalhadores, e, pelo lado da psicodinâmica do trabalho, a (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica nos termos da representação de sua atividade laboral e de seu ambiente de trabalho. Não encontramos razões para realizar tal ação em local separado, uma vez que isso acabaria apenas por dificultar tanto o trabalho de quem escreve esta tese, quanto o trabalho de quem a lê. Assim sendo, realizamos inicialmente interpretações parciais de análise, a cada audiovisual analisado, e, posteriormente, uma interpretação geral dos resultados de análise.

Dessa forma, através do Quadro 12, apresentamos a seguir nossa sequência completa de análise para cada unidade semiótica:

Quadro 12 – Sequência completa de análise para cada unidade semiótica

- Leitura Semiótica Denotativa da Linguagem Sonora na categoria Fala
- Leitura Semiótica Denotativa da Linguagem Sonora na categoria Musical
- Leitura Semiótica Denotativa da Linguagem Sonora na categoria Mixagem
- Leitura Semiótica Denotativa da Linguagem Visual na categoria Interpretação
- Leitura Semiótica Denotativa da Linguagem Visual na categoria Cenário
- Leitura Semiótica Denotativa da Linguagem Visual na categoria Figurino
- Leitura Semiótica Conotativa da Linguagem Sonora
- Leitura Semiótica Conotativa da Linguagem Visual
- Leitura Semiótica Polissêmica

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 5.3.1 Matriz de análise semiótica

Igualmente a partir de experiências anteriores, percebemos uma dificuldade: a discrepância que resultava entre o modo como um audiovisual é fruído pelo espectador e o modo como nossa análise seria fruída pelo leitor. Estamos nos referindo ao fato de que o audiovisual é fruído sem intervalos temporais. Diferentes categorias, diferentes linguagens, diferentes leituras são feitas em concomitância, durante o processo de significação que empreende o espectador. Em contrapartida, nossa análise utiliza a metodologia de fragmentar o texto em unidades semióticas para mais facilmente manejá-lo, dividi-lo em diferentes níveis de pertinência de análise para conferir-lhe maior rigor e pertinência metodológica. De tal opção resulta acentuado, para o leitor de nossa análise, o intervalo temporal e espacial entre a análise das categorias, linguagens e leituras.

Por conseguinte, tomamos a liberdade de construir um modelo de matriz de análise semiótica. Tal modelo sintetiza as diferentes categorias, diferentes linguagens e diferentes leituras em um único quadro, o qual conseguimos, por vezes, apresentar em página única. Com este quadro, entendemos que obtemos o efeito de sentido de que a fruição de nossa análise se dá com menor quantidade de intervalos temporais, uma vez que ela está condensada. Semelhante ao processo de significação que empreende o espectador sobre nosso objeto empírico de análise.

O efeito de sentido de diminuição dos intervalos temporais na fruição de nossa análise se dá em função da diminuição dos intervalos espaciais que conseguimos obter com a utilização do modelo de matriz de análise semiótica que criamos. Tal diminuição foi lograda com a utilização de fonte menor do que a habitual (*Times New Roman 10*) e alteração da orientação da página de vertical (retrato) para horizontal (paisagem).

A seguir, no Quadro 13, modelo de matriz de análise semiótica que desenvolvemos.



Destarte, após termos explicitado nosso objeto empírico de análise, após termos definido nosso *corpus* total de análise, após termos explicado a forma como dividimos os audiovisuais que analisamos entre os diferentes *corpora*, após termos evidenciado os aspectos teórico-metodológicos que fundamentam nossas escolhas metodológicas, após termos especificado os procedimentos operacionais-metodológicos que operacionalizam nossa análise e após termos revelado a matriz de análise semiótica que desenvolvemos, entendemos que alcançamos o objetivo deste capítulo, qual seja, apresentar a metodologia da análise que empreendemos em nosso objeto empírico. Assim sendo, passemos a análise de nosso objeto empírico.

## CAPÍTULO VI – ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DOS TRABALHADORES

Após termos apresentado as diversas questões metodológicas concernentes a nossa análise empírica, neste capítulo analisamos o *corpus* exemplar de análise que selecionamos. Para tal, visando verificar se algum dos audiovisuais selecionados contém representações potencialmente prejudiciais ao trabalhador que as adote enquanto matriz identitária, nos valem dos conhecimentos que alcançamos através da análise de nosso objeto teórico, os quais culminaram sintetizados nas duas categorias de interpretação para a análise empírica que construímos, sendo elas, (1) a (in)existência de sustentação simbólica na representação das características identitárias do trabalhador e (2) a (in)viabilidade da ocorrência de ressonância simbólica a partir das representações das atividades dos trabalhadores e de seu ambiente de trabalho.

Pelo lado da primeira categoria, a potencialidade prejudicial ao trabalhador foi por nós observada na oferta midiática de representações do trabalhador brasileiro onde há a ausência de sustentação simbólica (dessimbolização) de suas características identitárias, ou de ao menos um caminho fortemente sugestionado ao fruidor para que desempenhe ele mesmo o processo de simbolização das representações. Já pelo lado da segunda categoria, a potencialidade prejudicial ao trabalhador foi por nós observada quando a representação da atividade desenvolvida pelo trabalhador e a representação de seu ambiente de trabalho, midiaticamente ofertadas, não favoreciam a viabilidade do processo de ressonância simbólica. Esta situação se procede a partir dois vieses: (1) a ausência de significação humana na representação da atividade do trabalhador e (2) a ausência de separação entre trabalho prescrito (a tarefa) e trabalho real (a atividade) na representação da atividade do trabalhador e de seu ambiente de trabalho. Todas as leituras semióticas que aqui empreendemos nos conduzem à observação dessas questões, as quais respondem pelo mais íntimo da tese que aqui desenvolvemos.

Este capítulo está subdividido em razão dos diferentes órgãos ligados à atividade laboral que são autores dos audiovisuais analisado. Por conseguinte, intitulamos o primeiro subcapítulo *Audiovisuais do CSJT e TST*, onde seu respectivos audiovisuais são analisados. Intitulamos o

segundo subcapítulo *Audiovisuais do Ministério da Previdência*, onde seus respectivos audiovisuais são analisados. Já o terceiro subcapítulo foi por nós intitulado *Audiovisuais do Ministério do Trabalho e Emprego*, onde igualmente seus respectivos audiovisuais são analisados. Por último, o subcapítulo intitulado *Síntese e interpretação da análise empírica*, onde fazemos um balanço dos resultados obtidos.

Quanto aos produtos audiovisuais que analisamos, fazemos a indicação do endereço eletrônico onde eles podem ser encontrados. Além disso, no Anexo “A” deste trabalho, disponibilizamos um DVD onde está gravado nosso *Corpus Total de Análise*, sendo esta outra forma pela qual esses materiais podem ser acessados. Passemos às análises.

## 6.1 AUDIOVISUAIS DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Conforme já anunciamos, agrupamos os audiovisuais do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSTJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em razão de que os 07 materiais encontrados a partir do site do Conselho Superior da Justiça do Trabalho também foram encontrados entre os 11 que tiveram como origem da busca o site do Tribunal Superior do Trabalho. Aqui, analisamos os 4 produtos audiovisuais que selecionamos para análise dentre esses 11. Eles fazem parte de dois programas lançados por esses órgãos, o programa Trabalho Seguro e a Semana Nacional de Execução Trabalhista.

### 6.1.1 Programa trabalho seguro

O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho: Trabalho Seguro é uma iniciativa conjunta do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Desse modo, o principal objetivo do programa é contribuir para a diminuição do número de acidentes de trabalho registrados no Brasil nos últimos anos.

O programa volta-se a promover a articulação entre instituições públicas federais, estaduais e municipais e aproximar-se aos atores da sociedade civil, tais como empregados, empregadores, sindicatos, Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS), instituições de pesquisa e ensino, promovendo a conscientização da importância do tema e contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes de trabalho.

Quanto à produção audiovisual, no ano de 2012, o Programa Trabalho Seguro deu origem a três produtos audiovisuais. Já ano de 2014, foram produzidos quatro produtos audiovisuais. Estes materiais foram veiculados em diversos meios. No ano de 2017, o Programa Trabalho Seguro dedicou-se a prevenção de doenças mentais no trabalho, sem produzir mais nenhum produto audiovisual.

O primeiro produto audiovisual desse programa que analisamos denomina-se *Abertura*. Ele pode ser acessado nos canais do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho no site *youtube*, no endereço <[https://www.youtube.com/watch?v=M\\_m22ymaSaY](https://www.youtube.com/watch?v=M_m22ymaSaY)>, ou diretamente no DVD anexo a esta

tese. Esse produto audiovisual foi postado no site *youtube* no dia 02 de maio de 2012 e apresentava mais de 45 mil visualizações quando da pesquisa que empreendemos e que resultou na seleção de nosso *corpus* exemplar de análise.

Já o segundo produto que analisamos do programa Trabalho Seguro denomina-se *Construção civil*. Esse audiovisual também pode ser acessado nos canais do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho no site *youtube*, no endereço <<https://www.youtube.com/watch?v=wiaicGUgBdA>>, ou diretamente no DVD anexo a esta tese. Esse produto audiovisual foi postado no site *youtube* no dia 30 de março de 2012 e apresentava mais de 30 mil visualizações quando da pesquisa que empreendemos.

Quanto à produção audiovisual do ano de 2012 do Programa Trabalho Seguro, a qual pertencem esses os dois programas que referimos, foi por nós preterido 01 produto audiovisual, o qual apresenta um mesmo padrão narrativo de outro já analisado. As diferenças que apresentam, conforme nossa análise prévia exploratória não constitui elemento significativo que justifique a análise desse audiovisual, uma vez que não introduz resultados inéditos para a análise. Destarte, o alocamos em nosso Objeto Complementar de Análise.

O terceiro produto que analisamos do programa Trabalho Seguro denomina-se *Acidentes não acontecem por acaso, mas por descaso*, é 01 dos 04 audiovisuais produzidos no ano de 2014 pelo Programa Trabalho Seguro. Esse audiovisual igualmente pode ser acessado nos canais do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho no site *youtube*, no endereço <<https://www.youtube.com/watch?v=W9BpIxPWTx8>>, ou diretamente no DVD anexo a esta tese. Esse produto audiovisual foi postado no site *youtube* no dia 03 de novembro de 2014 e apresentava mais de 45 mil visualizações quando da pesquisa que empreendemos.

Os 03 audiovisuais que foram por nós preteridos apresentavam inferior qualidade e quantidade de representações das identidades dos trabalhadores, de suas atividades e de seus ambientes de trabalho. As particularidades que apresentam, conforme nossa análise prévia exploratória, não constituem elemento significativo que justifique a análise desses audiovisuais, os quais foram alocamos em nosso Objeto Complementar de Análise.

6.1.1.1 *Abertura* (2012)**Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":**

Quadro inicial



Quadro final

**Leituras Semióticas**

DE NO TA TI VA	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
	Não há falas.	Há musical em segundo plano sonoro.  Música instrumental.	Há mixagens que acompanham as ações das personagens, o som ambiente de cada interpretação.  Ouvimos o toque de um telefone fixo.  Há mixagens semelhantes ao som da datilografia em máquina de escrever cada	As personagens estão dentro de um ambiente de escritório, cada qual interpreta estar trabalhando, seja individualmente em um computador, seja coletivamente em uma mesa numa reunião. O plano inicial encerra-se com uma cadeira vaga, em uma mesa onde há um computador e um telefone com as luzes de iluminação interna das teclas acionada. Sobreposto ao local vazio, é colocada uma caixa de texto com o dizer: “723 mil acidentes de trabalho por ano”.  Na sequência, há três aparelhos eletrodomésticos sobre uma esteira. Dois trabalhadores montam dois deles. Não há trabalhador montando o aparelho central. Sobreposto ao local vazio, é colocada uma caixa de texto com o dizer: “2496 mortes por ano”.	O cenário inicial é o de um escritório. Há diversas mesas, com papéis, computadores, <i>mouses</i> , teclados, e cadeiras na abertura. Ali estão em torno de 10 pessoas.  O cenário agora é o de o interior de uma fábrica. Há uma esteira, várias caixas de papelão desmontadas empilhadas, um contêiner de descarte.	Os primeiros trabalhadores apresentam-se todos em trajes sociais. Os homens, de terno ou camisa, calça e gravata. A mulheres, de camisa, blazer, saia ou calça.  Os trabalhadores vestem macacões bege de tecido grosso. Ambos utilizam abafador auricular.

			<p>vez que as caixas de texto se sobrepõem na imagem.</p>	<p>A próxima tomada enfoca uma cozinha industrial. Três cozinheiros são representados. Um deles está com uma frigideira, flambando um alimento. Outro corta verduras. E um último, também com uma frigideira na mão, derrama um alimento sobre um prato e estende-o em direção a um quarto posto de trabalho, onde não há trabalhador, mas apenas um chapéu de cozinheiro sobre a bancada. Sobreposto ao local vazio, é colocada uma caixa de texto com o dizer: “7 trabalhadores por dia”.</p> <p>A sequência é a tomada de um trabalhador colocando um capacete característico do ambiente de construção civil em sua cabeça. Este trabalhador movimenta-se para a direita. O enquadre não o acompanha, permanece fixo. É possível observar então que na parede um capacete permanece pendurado em um suporte na parede. Sobrepõe-se o dizer: “E o local onde eles mais fazem falta, ”.</p> <p>Na última tomada há uma mulher e duas crianças sentadas, comendo em uma mesa com diversas cadeiras. Destacamos que a cadeira da cabeceira da mesa não está ocupada. Principalmente a mulher, mas também a menina, olham para a cadeira desocupada. Sobrepõe-se à cadeira o dizer: “não é no trabalho.”. A mulher olha para a menina, a qual passa a mão em seu braço. Sobrepõe-se o dizer: “Programa Nacional de Acidentes de trabalho. Faça parte. <a href="http://www.tst.jus.br/prevenção">www.tst.jus.br/prevenção</a> Justiça do Trabalho: 70 anos de justiça social.”</p>	<p>O cenário é o de uma cozinha industrial. Em primeiro plano, um fogão industrial à esquerda, ao centro uma bancada com uma garrafa de azeite, legumes e verduras e outro fogão industrial à direita. Na extrema direita, outra bancada garrafas de azeite, moedores de pimenta e um chapéu de cozinheiro. Às costas dos cozinheiros há uma bancada com pias, torneiras, pratos e diversos utensílios de cozinha.</p> <p>Visualizamos apenas uma parede de madeira, atrás da personagem, onde há uma espécie de suporte, um cabideiro, onde estão pendurados dois capacetes amarelos inicialmente.</p> <p>O cenário agora é uma sala de jantar. Há uma mesa, com pratos e talheres sobre ela. Há cadeiras. Um quadro na parede. Um abajur.</p>	<p>Os cozinheiros vestem jalecos brancos, o que está posicionado à esquerda veste também avental. Todos usam o tradicional chapéu de cozinheiro.</p> <p>O trabalhador veste macacão azul escuro. Capacete amarelo. Usa óculos.</p> <p>A mulher veste uma blusa branca. A menina veste uma blusa rosa. O menino veste camiseta roxa e calça de brim.</p>
--	--	--	---	--	---	---

	<b>LINGUAGEM SONORA</b>	<b>LINGUAGEM VISUAL</b>
<b>CO NO TA TI VA</b>	<p>Neste audiovisual, a linguagem sonora não é a base para construção do sentido. O sentido apresenta-se muito mais determinado pela linguagem visual. A linguagem sonora apresenta a função de destacar as situações de maior relevância, onde estão contidos os sentidos mais importantes da narrativa.</p> <p>Neste sentido, na primeira tomada, desde seu início, o telefone toca para enfatizar que não há quem o atenda. Ou o som da datilografia ou digitação destaca a contagem dos índices apresentados.</p> <p>O musical, o qual percorre toda a narrativa, a ela confere tensão e suspense.</p>	<p>Entretanto, conforme dissemos, a base para a construção de sentidos nesta narrativa é a linguagem visual, sua cobertura figurativa. A cadeira vazia no escritório indica a ausência de um trabalhador que antes ali estava. O telefone chama naquela mesa, mas não há ninguém ali para atendê-lo. O texto “723 mil acidentes de trabalho por ano” reforça esse sentido, já que cria-se a sugestão de que o posto vazio é resultado de um acidente de trabalho.</p> <p>O aparelho eletrodoméstico sobre a esteira sem ninguém para montá-lo igualmente remete à ausência de um trabalhador. O texto “2496 mortes por ano” reduz as possibilidades da narrativa. Se antes havia a possibilidade de um acidente pouco grave, com afastamento temporário, agora a sugestão é por algo mais sério, pelo falecimento do trabalhador ausente em razão de um acidente de trabalho.</p> <p>A ausência de um trabalhador para finalizar o prato no quarto posto de trabalho na cozinha industrial tem um sentido semelhante. O texto “7 trabalhadores por ano” é uma continuidade do texto anterior. São 7 trabalhadores que morrem por ano. A sugestão é a de que o chapéu de cozinheiro que está posicionado sobre a bancada pertencia a um trabalhador que morreu em decorrência de um acidente de trabalho.</p> <p>Assim como o mesmo sentido é reforçado pelo capacete que sobra, pendurado na parede. O texto, “E o local onde eles mais fazem falta,”., introduz a complementação do sentido da narrativa, o qual não encontra-se ainda finalizado. Cria-se um suspense: Saber onde tais trabalhadores fazem mais falta.</p> <p>Tal suspense é logo desfeito, a cena da família sentada à mesa com o lugar da cabeceira vazio, a mãe apresentando semblante carregado e pesaroso, é facilmente interpretada. Fica claro que o lugar onde um trabalhador vítima de acidente fatal no trabalho faz mais falta não é no próprio trabalho, mas sim junto a sua família.</p>
<b>PO LIS</b>	<p>Entendemos que o desenvolvimento argumentativo dessa unidade semiótica está fundamentado na noção da falta. A falta que faz um trabalhador em seus postos de trabalho e, principalmente, a falta que este faz junto a sua família. A noção de morte, presente na metade final da narrativa, é que ocasiona tais faltas. A narrativa do audiovisual convoca o trabalhador que fruía-lo a se colocar no lugar do trabalhador ausente nas microssituações representadas, devendo este trabalhador evitar os acidentes de trabalho para que tais situações não aconteçam em seu contexto particular. Principalmente, para que não seja a sua família aquela que passará a jantar com a cabeceira da mesa vazia, caso ele não seja cuidadoso e venha a sofrer um acidente fatal.</p> <p>Destacamos a representação da família do trabalhador no audiovisual. Não sua representação icônica, mas sua representação enquanto recurso principal de persuasão no desenvolvimento argumentativo. Tal argumento, assim elaborado, é um gatilho, uma ponte, para o início do processo de simbolização em torno desse contexto. É um auxílio</p>	

<b>SÊ MI CA</b>	<p>para a, conforme vimos no item 3.2 desta tese, enfraquecida capacidade de simbolização de simbolização do sujeito quanto a seus elementos identitários, nesse caso, o de ser um trabalhador cuidadoso quanto aos acidentes de trabalho.</p> <p>Quanto a nossa segunda categoria de interpretação, a (in)viabilidade da ocorrência do processo de ressonância simbólica a partir da representação do trabalhador e de seu ambiente de trabalho, as representações constantes neste audiovisual não permitem boa avaliação nesse sentido. Os trabalhadores são representados todos concentrados em suas atividades individuais, a maioria delas realizada em um mesmo lugar. Não foi possível formarmos juízo quanto à separação entre o trabalho prescrito e o trabalho real, não há nada que indique sua inexistência, ao mesmo tempo em que nada comprova estar representado. Destacamos que representação da família do trabalhador ligada aos motivos pelos quais deve ser cuidadoso e evitar acidentes no trabalho de alguma forma, mesmo que indireta, introduz significação humana em sua atividade.</p> <p>Assim sendo, quanto a nossa primeira categoria de interpretação de análise, a que verifica (in)existência de sustentação simbólica nas características identitárias com que foi representado o trabalhador, consideramos que este audiovisual não é potencialmente prejudicial ao trabalhador que adotá-lo como referência, uma vez que, apesar de não trazer já simbolizada a característica identitária do trabalhador, apresenta uma relação que induzir o sujeito a realizar esse processo. Quanto à segunda categoria de interpretação para nossa análise, a que verifica a (in)viabilidade de ocorrência do processo de ressonância simbólica a partir da representação do trabalhador e de seu ambiente de trabalho, igualmente não o consideramos como potencialmente prejudicial ao trabalhador, em que pese não apresente as melhores representações em ambos os sentidos.</p>
-------------------------	---

6.1.1.2 *Construção civil* (2012)**Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":**

Quadro inicial



Quadro final

**Leituras Semióticas**

DE NO TA TI VA	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
	<p><b>Trabalhador 1:</b> “Eu devia ter trocado os andaimes. Mas a obra não podia parar.”</p> <p><b>Trabalhador 2:</b> “Eu devia ter verificado melhor os tubos. Mas estava chovendo muito.”</p> <p><b>Trabalhador 3:</b> “A gente devia ter trocado os cabos do elevador. Mas estava em falta.”</p> <p><b>Locução em off:</b> “Acidentes não acontecem por acaso. Trabalho seguro é responsabilidade de todos. Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Justiça do Trabalho.”</p>	<p>Há musical em segundo plano sonoro.</p> <p>Música instrumental.</p>	<p>Há mixagens que acompanham as ações das personagens.</p> <p>Barulho da porta do elevador, do elevador em funcionamento.</p> <p>Além de mixagens que introduzem a locução em off.</p>	<p>As personagens estão dentro de um elevador, o trabalhador 3 fecha sua porta em grade. O trabalhador 1 olha para a câmera e fala. O trabalhador 2 está abaixado, agarrado em uma tubulação metálica de andaimes. Atrás dele é possível ver outro trabalhar, com os braços erguidos esfregando uma esponja em uma estrutura metálica.</p> <p>O trabalhador 3, novamente dentro do elevador, olha para a câmera e fala. Atrás dele, é possível ver o trabalhador 1.</p> <p>Durante a locução em off são vistos vários trabalhadores, o primeiro deles engata seu cinto de segurança a uma alça fixa. Logo surge outro trabalhador, preso por cinto de segurança, carregando uma placa.</p>	<p>O cenário geral é o de construção civil. A obra é a construção de um prédio com mais de um andar.</p> <p>A primeira fala ocorre em um elevador. Não há paredes, apenas a estrutura metálica.</p> <p>Na segunda fala, o cenário é um andaime.</p> <p>A terceira fala ocorre novamente em um elevador.</p>	<p>O trabalhador 1 usa camisa azul em tecido fino e capacete branco.</p> <p>Os demais trabalhadores usam camisa cinza em tecido grosso.</p> <p>Todos usam óculos de proteção, luvas, abafadores de ruído e caças de brim.</p>

				A seguir são vistos 4 trabalhadores, um subindo uma escada, outro agarrando a escada, outro transportando material metálico no ombro e o outro mexendo em uma betoneira.	A locução em off tem como cenário o interior de uma obra de construção.	O trabalhador 2 usa capacete amarelo.  Os demais usam capacete azul.
	<b>LINGUAGEM SONORA</b>			<b>LINGUAGEM VISUAL</b>		
<b>CO NO TA TI VA</b>	<p>A fala dos três trabalhadores tem um núcleo temático em comum. O percurso temático é construído com a repetição de um tema: todos eles <i>deviam</i> ter feito algo, algo no sentido da prevenção de um possível acidente, e, por determinadas razões, não o fizeram. Os principais conotadores (“andaime”, “trocado”, “obra”, “parar”, “verificado”, “tubos”, “chovendo”, “cabos”, “elevador”, “falta”, etc.) se articulam neste padrão.</p> <p>Nas três microssituações há uma justificativa que intenta sustentar a não realização daquilo que devia ter sido feito. Uma desculpa que cada trabalhador dá. Esta parece ser uma das estratégias persuasivas da unidade semiótica: a abertura ao espectador da avaliação quanto à pertinência da justificativa.</p> <p>A inclinação da narrativa é no sentido de que a justificativa não é válida. As mixagens imputam suspense e tensão ao percurso temático em tom crescente. Atingindo o ápice com o término da fala do terceiro trabalhador, quando o som do ringir do elevador é enfatizado, o qual representa um acidente iminente em razão das omissões.</p> <p>Reforça essa direção de significação o conteúdo da locução, ao afirmar que os acidentes não acontecem por acaso, deixa implícito que ocorrem em razão das omissões.</p>			<p>A locução é acompanhada na visualidade por uma tela escura, letras em cinza. Seguida de seguinte frase: “A construção civil é a atividade industrial que mais mata no Brasil”. Lembremos que o preto representa o luto em nossa cultura. Antes disso, quando ringe alto o elevador, a imagem dos cabos e andaimes com os quais ele é composto balança, estremece.</p> <p>A cobertura figurativa posterior à tela escura robustece a significação de ser muito provável um acidente, estando presentes as omissões quanto às medidas de precaução. Ao ser afirmado que um trabalho seguro é responsabilidade de todos, são representados trabalhadores que cumprem tais medidas. Sugerindo assim qual deve ser atitude correta na situação representada.</p> <p>O ambiente de trabalho resulta, quanto à figurativização, como um ambiente seguro quando as medidas de proteção são seguidas, uma vez que tal situação está iconizada. E, em menor medida, como altamente arriscado quando tais medidas não estão presentes, uma vez que os possíveis acidentes de trabalho não são iconizados, mas apenas insinuados. Entretanto, como as duas situações se complementam inversamente, resultam, ao fim, ambas fortalecidas, mesmo que de forma ambivalente.</p>		
	<p>Os sentidos resultam do entrelaçamento das linguagens sonora e visual, som e imagem. Entendemos que o desenvolvimento argumentativo da unidade semiótica é construído tendo como base a ideia do dever. Deve o trabalhador cumprir as medidas de precaução a acidentes no trabalho. Contudo, por que deve o trabalhador agir assim? A única resposta encontrada no audiovisual para esta pergunta é a de que deve ele assim agir para evitar acidentes de trabalho, uma resposta tautológica. A ação sugerida, por nós entendida como um elemento identitário, o de estar atento às normas de prevenção de acidentes, não é sustentada simbolicamente, não há conexões com referentes externos para sustentar o desenvolvimento argumentativo.</p> <p>Cabe ao fruidor simbolizar sua escolha, seja ela qual for. É ele quem precisa encontrar os motivos que o levarão a cumprir as normas de prevenção e, assim, mais provavelmente evitar os acidentes de trabalho. Ou os motivos para não cumpri-las. Ou, ainda, cumpri-las ou não, sem construir seus motivos particulares, caso não disponha</p>					

<b>PO LIS SÊ MI CA</b>	<p>de competência simbólica para tal. A partir da suposta relação entre a observância de normas e a resultante segurança no trabalho, encaminha-se para a pretensa lógica contraditória entre más e boas práticas no trabalho. No sentido de nossa primeira categoria de interpretação, a da observância da (in)existência de sustentação simbólica para os conteúdos que caracterizam o trabalhador na representação, consideramos que este audiovisual é potencialmente prejudicial ao trabalhador que adotá-lo enquanto matriz identitária.</p> <p>A construção do ambiente de trabalho no audiovisual se dá principalmente através das imagens. A abertura à subjetividade do trabalhador no desempenhar de suas atividades está representada como o que justamente pode provocar o acidente o trabalho. Deve ele optar por seguir as normas de precaução, são impositivas. Não há espaço para questioná-las, para adaptá-las a seu ambiente particular. No desenvolvimento argumentativo, nas únicas situações onde os trabalhadores tomam iniciativas próprias, ficam sugeridos os acidentes de trabalho.</p> <p>Dessa forma, o ambiente de trabalho acaba representado como repleto de ordens heterônomas ao trabalhador, onde a autonomia representa justamente a possibilidade de um desastre. No sentido do cumprimento dessas normas, não há separação entre trabalho prescrito (tarefa) e trabalho real (atividade). Por mais que se saiba da importância de tais normas, quando assim representadas o que se expressa é um ambiente de trabalho enrijecido, onde também não observamos a presença de significação humana nas atividades representadas, dificultando a ressonância simbólica entre a atividade do trabalhador e sua subjetividade.</p> <p>Da forma como estão representadas a identidade do trabalhador e seu ambiente de trabalho, no sentido de ambas as categorias de interpretação que desenvolvemos e estamos aqui levando em consideração nessa análise, consideramos este audiovisual como potencialmente prejudicial ao trabalhador que o adotar enquanto uma matriz identitária de referência.</p>
--	---

## 6.1.1.3 Acidentes não acontecem por acaso, mas por descaso (2014)

## Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":

Quadro inicial



Quadro final



## Leituras Semióticas

DE NO TA TI VA	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
	<p><b>Trabalhadora 1:</b> “Escuta, Paula.”</p> <p><b>Trabalhadora 2:</b> “Oi.”</p> <p><b>Trabalhadora 1:</b> “Vou ter que cancelar a viagem no fim de semana.”</p> <p><b>Trabalhadora 2:</b> “Ah, sério?”</p> <p><b>Trabalhadora 1:</b> “Sério. Fui escalada para um acidente de trabalho na sexta-feira à tarde. Vou perder a mão.”</p> <p><b>Trabalhadora 2:</b> “Mas assim, de repente?”</p> <p><b>Trabalhadora 1:</b> “De repente não, tem dias que isso está para acontecer.”</p>	<p>Há musical em segundo plano sonoro.</p> <p>Música instrumental.</p>	<p>Há mixagens que acompanham as ações da trabalhadora 1, o som das folhas que coloca em uma máquina e o som desta máquina funcionando.</p>	<p>A trabalhadora 1 está realizando uma tarefa em uma máquina. Ela coloca folhas de papel em uma máquina que se movimenta. Não fica claro o que a máquina faz com as folhas. A trabalhadora 2 passa perto da trabalhadora 1, que a chama. Ambas conversam. Ao final da conversa, a trabalhadora 1 balança a cabeça verticalmente.</p> <p>Sobrepõe-se à imagem das trabalhadoras o dizer: “Não deixe que um acidente faça parte da sua rotina de trabalho.”</p> <p>Então, sobrepõem-se à imagem das trabalhadoras a logomarca do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho, do Programa Trabalho Seguro, o endereço eletrônico do programa “www.tst.jus.br/trabalhoseguro”,</p>	<p>O cenário inicial, aparentemente, é o de o interior de uma fábrica. Há máquinas horizontais grandes à frente das personagens. Às suas costas, outras máquinas e pilhas altas de caixas de papelão desmontadas.</p>	<p>As personagens vestem macacão em tecido grosso na cor bege/marrom. Ambas as trabalhadoras ventem camisetas brancas por baixo dos macacões. A trabalhadora 1 usa esta camiseta em manga comprida, já a trabalhadora 2 usa manga curta.</p>

	<b>Locução em off:</b> “Programa Trabalho Seguro. A prevenção é o melhor caminho.”			e o dizer: “A prevenção é o melhor caminho”.		A trabalhadora 2 segura prancheta e caneta nas mãos.
	<b>LINGUAGEM SONORA</b>			<b>LINGUAGEM VISUAL</b>		
<b>CO NO TA TI VA</b>	<p>O percurso temático da narrativa deste audiovisual é construído baseado na ironia. Nesta figura de linguagem, é dito o contrário do que se quer que se entenda. Dessa forma, as falas das personagens conduzem a significação no sentido da aceitação de que um acidente de trabalho é um fato normal e corriqueiro no ambiente laboral, faz parte de sua rotina.</p> <p>Nem mesmo a certeza da amputação da mão da trabalhadora 1 causa espanto em qualquer delas. Devido ao uso da figura de linguagem, o que se pretende significar é justamente o contrário, que uma ocorrência como esta não pode ser tratada como inevitável e corriqueira. A tematização produz também o sentido de que é preciso uma ação de atenção por parte dos trabalhadores para evitar um acidente.</p> <p>Reforça essa interpretação a última fala da trabalhadora 1, quando afirma que o acidente está para acontecer há dias, assim como o conteúdo da locução, a qual afirma ser a prevenção o melhor caminho, deixando norteadas a significação no sentido de que é sua falta de atenção quanto à possibilidade de um acidente que está fazendo com que ele esteja para acontecer há algum tempo.</p>			<p>A cobertura figurativa da narrativa apresenta duas trabalhadoras, uma das quais em situação de trabalho repetitivo. É ela a protagonista da situação. Esta personagem repetitivamente coloca folhas sobre a superfície móvel de uma máquina. Esta superfície está em movimento contínuo.</p> <p>Destacamos a caracterização da trabalhadora 1. Olheiras escuras, o que produz um efeito de sentido de alguém que está dormindo menos horas do que necessita. As pessoas que dormem menos do que precisam passam o dia sonolentas e apresentam menor capacidade de concentração do que as que dormem adequadamente.</p> <p>O dizer que orienta o trabalhador a não deixar que um acidente de trabalho faça parte de sua rotina é o que determina a chave interpretativa para a narrativa. É através dele percebe-se a utilização da ironia na construção do desenvolvimento argumentativo.</p> <p>Sobrepõe-se a logomarca do Programa Trabalho Seguro, a qual conta com um triângulo com um ponto de exclamação em seu interior, nas cores amarelo e preto, indicando perigo, e o contorno de um capacete utilizado como equipamento de proteção individual anteposto à escrita do nome do programa, sendo esta outra chave interpretativa para a narrativa, direcionando-a no sentido da prevenção de acidentes de trabalho.</p>		
	<p>Entendemos que o desenvolvimento argumentativo dessa unidade semiótica se fundamenta na ironia quanto aceitação de que um acidente de trabalho faz parte da rotina do ambiente de trabalho. Tal acidente é tido como inevitável e as personagens apresentam total resignação quando ao acontecimento. O trabalhador fruidor é convocado a indignar-se perante tal situação, para posicionar-se no sentido de que tal acidente pode ser sim evitado, bastando que se tome o devido cuidado. Passando a identificar-se com essa característica identitária.</p> <p>Entretanto, por que deve agir assim? Ou: por que deve identificar-se a tal característica identitária? A resposta novamente é tautológica, para evitar acidentes de trabalho. O posicionamento desejado para o trabalhador fruidor do audiovisual não é sustentado por nenhum tipo de argumento de caráter simbólico. Nem mesmo uma insinuação que possa iniciar o processo de simbolização foi por nós percebida. O fruidor está sozinho na atividade de simbolizar sua escolha/característica identitária.</p> <p>Dessa forma, no sentido de nossa primeira categoria de interpretação, a da observância da (in)existência de sustentação simbólica para os conteúdos que caracterizam o trabalhador na representação, consideramos que este audiovisual é potencialmente prejudicial ao trabalhador que adotar as características identitárias aqui promovidas.</p>					
<b>PO LIS SÊ MI CA</b>						

Quanto a nossa segunda categoria de interpretação, a (in)viabilidade da ocorrência do processo de ressonância simbólica a partir da representação do trabalhador e de seu ambiente de trabalho, avaliamos que, principalmente quanto à representação da trabalhadora 1, não observamos a existência de espaço entre o trabalho prescrito (tarefa) e o trabalho real (atividade). Esta personagem desempenha atividade altamente repetitiva, a qual, conforme vimos no item 4.2, tem como consequência para o trabalhador um estado de alienação. Já representação da trabalhadora 2, se não permite uma avaliação semelhante, também não conduz a uma análise em outro sentido. As representações dessas trabalhadoras não expressam significação humana em suas atividades.

Destarte, da forma como estão representadas a identidade do trabalhador e seu ambiente de trabalho, consideramos, para ambas as categorias para interpretação da análise que aqui estamos levando em consideração, este audiovisual como potencialmente prejudicial ao trabalhador que o adotar enquanto matriz identitária.

### 6.1.2 Semana nacional da execução trabalhista

A Semana Nacional da Execução Trabalhista é uma ação conjunta do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho e é realizada anualmente no âmbito dos órgãos da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, com objetivo de implementar medidas para maior efetividade do processo de execução trabalhista. Durante essa atividade, os Tribunais Regionais do Trabalho fomentam o trabalho em regime de mutirão, com a participação de magistrados e servidores de 1º e 2º graus, das unidades judiciárias e administrativas, ativos e do trabalho voluntário de magistrados e servidores inativos. São realizadas alienações judiciais de bens penhorados, com utilização prioritária de meio eletrônico, o Leilão Nacional da Justiça do Trabalho, e são priorizadas, além das audiências de conciliação e sessões de julgamento específicas, as ações voltadas à implementação do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

O produto audiovisual da Semana Nacional da Execução Trabalhista que analisamos denomina-se *Filmete que promove a Semana Nacional da execução Trabalhista*. Ele pode ser acessado nos canais do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho no site *youtube*, no endereço < <https://www.youtube.com/watch?v=PDg7X7fTLf0> >, ou diretamente no DVD anexo a esta tese. Esse produto audiovisual foi postado no site *youtube* no dia 08 de novembro de 2011 apresentava aproximadamente 600 visualizações quando da pesquisa que empreendemos e que resultou na seleção de nosso *corpus* exemplar de análise.

A Semana Nacional de Execução Trabalhista deu origem a um total de 04 produtos audiovisuais, de forma de 03 deles foram por nós preteridos quanto à análise completa, eles apresentavam inferior qualidade e quantidade de representações das identidades dos trabalhadores, de suas atividades e de seus ambientes de trabalho. As particularidades que apresentam, conforme nossa análise prévia exploratória, não constituem elemento significativo que justifique a análise desses audiovisuais, os quais foram alocados em nosso Objeto Complementar de Análise.

6.1.2.1 *Filmete que promove a semana nacional da execução trabalhista*

Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":

Quadro inicial



Quadro final



## Leituras Semióticas

DE NO TA TI VA	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
	<p><b>Locução em off:</b> “A justiça do trabalho está realizando um esforço conjunto para resolver o maior número de processos em fase de execução. Inclusive com leilão de bens apreendidos. Se a sua empresa tem dívidas a pagar, não espere até que seja tarde demais. Semana Nacional da execução trabalhista. Informe-se, é hora de pagar o que é direito do trabalhador.”</p>	<p>Há musical em segundo plano sonoro.</p> <p>Música instrumental.</p>	<p>Não há mixagens neste audiovisual.</p>	<p>Um trabalhador é mostrado dentro de automóvel, o trabalhador 1 cola um cartaz onde se pode ler “à venda”. O motorista faz um sinal com as mãos. O trabalhador 1 faz outro sinal com a cabeça.</p> <p>Uma trabalhadora está entrando em um imóvel comercial, o trabalhador está batendo com uma marreta no suporte de uma placa, para que esta fique fixa ao solo. O trabalhador 1 faz um sinal com a cabeça para a trabalhadora.</p> <p>Um homem, não se tem certeza se é um trabalhador ou um</p>	<p>O cenário é uma via pública. Há carros estacionados e muitas árvores na calçada. Um carro para à sinaleira. É um cruzamento com outra via. Alguns prédios são avistados.</p> <p>O próximo cenário é a frente de um imóvel. Há uma placa à entrada do prédio onde está escrito “Assessorias em Geral”. A entrada do prédio apresenta-se em rampa. Há um canteiro grama, pequenos arbustos e um coqueiro jovem.</p>	<p>O motorista veste uma camisa em cinza e preto. O trabalhador 1 veste camisa branca e manga curta, na cor branca, e gravata preta. Calça social preta e sapatos pretos. Ele usa óculos de grau.</p> <p>A trabalhadora usa traje social, Blusa com babado e saia na cor verde escuro, sapatos pretos. Bolsa preta.</p>

				<p>empregador, está ao telefone, sentado em um ambiente de escritório. O trabalhador 1 cola um cartaz em sua mesa onde se pode ler “vendido”. Outros dois trabalhadores erguem a mesa, e a retiram do local. Fazendo com que o homem que está ao telefone tenha que ser muito rápido para colocar o telefone em sua base antes que não alcance mais.</p> <p>Várias pessoas são enfocadas em uma sala. É uma audiência jurídica. Empregado e empregador, acompanhados de seus advogados, estão frente a frente, perante um juiz do trabalho. As partes conversam. Ao fim, se cumprimentam. Sorriem.</p> <p>O homem que estava ao telefone quando sua mesa foi levada é novamente mostrado, ele jogasse para trás na cadeira, com expressão e espanto/preocupação. Sobrepõem-se à imagem desse homem as logomarcas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça, assim como o endereço eletrônico “www.csjt.jus.br”, e o dizer: “Leilão Nacional de Bens em 2 de dezembro.”.</p>	<p>O cenário seguinte é um ambiente de escritório. Há duas mesas, sobre uma delas há a tela de um computador, um teclado, <i>mouse</i>, um telefone fixo e algumas pastas com folhas. Sobre a outra, há uma impressora, outro telefone e alguns papéis. Junto à parede, há armários livreiros, com muitos livros. Há também neste cenário um galão de água, e uma planta. A janela é coberta por cortina quebrada.</p> <p>Posteriormente, vemos uma sala de audiências. Há a mesa mais alta, onde postam-se o juiz do trabalho e a escrivã, sobre essa mesa, alguns processos judiciais. Na mesa baixa frente a frente, as partes, empregado e empregador, acompanhados de seus advogados. Sobre essa mesa há uma tela de computador e diversos papéis.</p> <p>O último cenário é o do ambiente de escritório, aquele de onde foi retirada a mesa.</p>	<p>O homem sentado à mesa usa camisa bege, camiseta branca por baixo. Calça social cinza escuro, sapatos e sinta pretos. Os trabalhadores que carregam a mesa usam calça de brim, e jaleco em tecido grosso na cor bege.</p> <p>Na audiência, o advogado da empregadora usa terno preto, camisa branca e gravata escura. A empregadora usa traje social. Cinza escuro. O trabalhador usa camiseta na cor salmão. Sua advogada usa traje social, blazer preto e camisa branca. Há um homem vestindo uma camisa verde clara. O juiz do trabalho veste terno preto, camisa cinza escuro, gravata preta. A escrivã veste traje social preto.</p>
--	--	--	--	--	--	--

	<b>LINGUAGEM SONORA</b>	<b>LINGUAGEM VISUAL</b>
<b>CO NO TA TI VA</b>	<p>O percurso temático da narrativa deste audiovisual é construído no sentido da adimplência de pendências relativas a demandas trabalhistas. Para que este percurso seja melhor entendido, cabe esclarecer que o processo trabalhista inicia em uma fase dita de conhecimento, onde é definido se a parte que alega ter determinado direito em realidade o tem. Havendo o referido direito e dele resultando créditos a receber, inicia-se a fase de liquidação, onde os cálculos apresentados são revistos e precisados. Estando definido valor a que a parte tem direito, inicia-se a fase de execução, onde o devedor é cobrado (executado).</p> <p>O percurso temático construído neste audiovisual refere-se a este momento, à fase de execução do processo trabalhista, a uma dívida ainda não paga de um empregador com um trabalhador, a qual está sendo cobrada judicialmente. A tematização apresenta um incentivo, ou mais que isso, uma pressão, para que os empregadores quitem suas dívidas trabalhistas. É nesse sentido que é anunciado o esforço que está sendo realizado pela justiça do trabalho.</p> <p>Há a tematização no sentido da penhora de bens da empresa para o pagamento da dívida, inclusive em tom de ameaça, quando recomenda que caso a empresa do empregador tenha contas a pagar, não deve esperar até que seja tarde demais. Ou seja, até que a penhora ocorra. Essa tematização, além de incentivar o pagamento da dívida, define a quem é endereçado este audiovisual, aos empregadores empresários, uma vez que expressa: “se sua empresa tem dívidas...”.</p> <p>A última tematização é uma injunção que ordena aos empresários informarem-se, afirmando ser hora de pagar o que é devido.</p>	<p>A cobertura figurativa da narrativa apresenta inicialmente um carro transitando pela via pública, o carro tem dizerem em sua lataria. Há um motorista, aparentemente trajando a camisa da empresa em que trabalha. A sugestão é a de que o carro é de uma empresa. Ele está parado em uma sinaleira, o trabalhador 1 aproxima-se e cola no vidro frontal do veículo uma placa, colocando-o à venda. O motorista faz um sinal com as mãos que sugere sua incompreensão quanto ao ato. O trabalhador 1 faz um sinal com as mãos e cabeça sugerindo que não pode fazer nada.</p> <p>A segunda figurativização diz respeito a uma mulher que se aproxima de uma casa comercial. É um local onde prestam-se consultorias. A mulher usa traje social. Há um canteiro na entrada dessa casa. O trabalhador fixa uma placa nesse canteiro, a placa coloca a casa à venda. A mulher para e fica olhando para o trabalhador 1, o qual repete o gesto anterior. Associada à tematização, agora é possível interpretar que o trabalhador 1 é um oficial de justiça que está penhorando os bens de alguma ou algumas empresas que não pagaram suas dívidas trabalhistas.</p> <p>A próxima figurativização representa um homem trabalhando em um escritório. Não fica claro se é o dono da empresa ou um empregado. O oficial de justiça, acompanhado de dois carregadores, confisca a mesa onde ele fala ao telefone. Não só a mesa, como todo o que está sobre ela também, uma tela de computador e o próprio telefone. A expressão do homem sugere surpresa. A conotação envolvida é a de que a penhora geralmente surpreende o empresário, o qual perde um bem de que necessita para sua atividade profissional.</p> <p>A última figurativização é a de uma audiência judicial. Nela, empregador e trabalhador conversam, acompanhados de seus advogados. Logo, apertam-se as mãos. Todos sorriem. A conotação envolvida é a de que houve um acordo para o pagamento da dívida que o empresário tinha com o trabalhador, sendo essa a melhor solução para o empresário.</p>
<b>PO LIS</b>	<p>Entendemos que o desenvolvimento argumentativo dessa unidade semiótica é construído no sentido da adimplência de pendências relativas a demandas trabalhistas. O audiovisual é destinado aos empregadores que possuem dívidas trabalhistas em fase de execução judicial. Estes empregadores são incentivados ou pressionados a pagarem suas dívidas. Os argumentos persuasivos usados dizem respeito à situação da penhora de bens que os atingirá caso não quitem suas dívidas. Essa situação é ilustrada com a ação de um oficial de justiça confiscando alguns bens de uma empresa é supostamente devedora.</p> <p>Nossa atenção se volta para os trabalhadores representados nesse audiovisual, o oficial de justiça, os carregadores, o motorista, o juiz, a escritã, os advogados. Quanto as características identitárias desses trabalhadores, não observamos a promoção de nenhuma delas de forma significativa. Já quanto à significação humana na atividade desses trabalhadores, analisamos que as atividades que realizam na representação implicam em um pressionamento do empregador no sentido do pagamento da dívida trabalhista.</p>	

<b>SÊ MI CA</b>	<p>Nesse contexto, entendemos que há significação humana na representação de suas atividades, no sentido de que essas conduzem ao pagamento de uma quantia monetária a que um outro trabalhador tem direito.</p> <p>Já quanto ao local de trabalho em que desempenham suas atividades, estes trabalhadores são representados em ambientes que possibilitam liberdade de movimentos físicos e psicológicos, o oficial de justiça cumpre os mandados de forma particular, não é limitado ou orientado em suas ações, o mesmo pode ser dito para os carregadores e o motorista.</p> <p>Por consequência, quanto à primeira de nossas categorias de análise, não pudemos formar juízo, visto não haver a promoção de nenhuma característica identitária dos trabalhadores, já quanto à segunda categoria que desenvolvemos para interpretação de nossa análise, não o consideramos como potencialmente prejudiciais ao trabalhador que adotar essa matriz identitária como referência.</p>
-------------------------	--

## 6.2 AUDIOVISUAIS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

No levantamento exploratório dos objetos para nossa análise empírica que empreendemos, encontramos apenas 02 produtos audiovisuais de caráter ficcional a partir do site do Ministério da Previdência Social. Tais audiovisuais não fazem parte nenhuma campanha específica. Aqui, analisamos 01 desses audiovisuais.

### 6.2.1 Audiovisual sem campanha específica

Conforme indicamos, optamos por analisar apenas um dos audiovisuais encontrados a partir do site do Ministério da Previdência Social em razão de que ambos os que encontramos obedecem a um mesmo padrão narrativo e estético, o que os faz bastante semelhantes entre si. As diferenças que apresentam, conforme nossa análise prévia exploratória, não constituem elemento significativo que justifique a análise desse outro audiovisual que, então, alocamos em nosso Objeto Complementar de Análise.

O audiovisual que analisamos foi denominado *Aposentadoria da Previdência Social – é mais seguro para você*, ele pode ser acessado no canal do Ministério da Previdência Social no site *youtube*, no endereço <<https://www.youtube.com/watch?v=pFvKk-VbuhA>>, ou diretamente no DVD anexo a esta tese. Este produto audiovisual foi postado no site *youtube* no dia 15 de outubro de 2015 e apresentava mais de 132 mil visualizações quando da pesquisa que empreendemos.

## 6.2.1.1 Aposentadoria da Previdência Social – é mais seguro para você

## Unidade Semiótica 1.1.1.1 - de 00' 00" até 00' 30":

Quadro inicial



Quadro final



## Leituras Semióticas

DE NO TA TI VA	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
	<p><b>Personagem jovem:</b> “Hoje eu só penso em estudar. Escolher uma profissão, começar logo a trabalhar, realizar os meus sonhos, construir uma carreira e, é claro...”.</p> <p><b>Personagem idosa:</b> “...me preparar para o que vem pela frente. A final, pensar no meu futuro é contribuir com minha segurança.”.</p> <p><b>Locução em off:</b> “A Previdência Social garante uma aposentadoria mais tranquila para seus segurados. Ligue 135 ou acesse previdência.gov.br e não deixe de contribuir com seu futuro. Previdência Social, é mais seguro para você. Governo Federal.”.</p>	<p>Há musical em segundo plano sonoro.</p> <p>Música instrumental.</p>	<p>Não há mixagens neste audiovisual.</p>	<p>A personagem jovem está sentada e interpreta ler um livro que porta nas mãos. Folheia-o, falando diretamente com a câmera.</p> <p>Posteriormente, a personagem idosa assume o lugar da personagem jovem. Ela igualmente porta um livro, mas este está em seu colo. A cadeira em que está sentada agora é uma cadeira de balanço. Ela dá continuidade à fala já iniciada, no mesmo modelo anterior, falando diretamente à câmera.</p> <p>Ao terminar sua fala, fecha o livro, levanta-se e solta-o sobre uma mesa. É mostrada uma xícara com um sachê de</p>	<p>O cenário inicial é o interior de uma peça. Há uma poltrona, uma cadeira e uma mesa com objetos sobre ela, alguns livros, um computador portátil, uma luminária, algumas canetas. Na parede, há um quadro. No chão, um tapete.</p> <p>O segundo cenário é a mesma peça do cenário inicial. A poltrona é recoberta com uma manta, a cadeira passa a ser uma cadeira de balanço, a mesa passa a</p>	<p>A personagem jovem usa óculos e brinco de pérola, veste calça de brim, sandália e blusa azul.</p> <p>A personagem idosa usa óculos e brinco de pérola, usa vestido azul e sapatilha e cinto marrons.</p>

				<p>chá sendo servida de água. Ela pega a xícara e volta para a cadeira.</p> <p>Já durante a interpretação da personagem jovem sobrepõe-se a ela a logomarca da Previdência Social. A qual perdura enquanto a personagem idosa é enfocada.</p> <p>A imagem fica branca e são sobrepostos os dizeres: “Ministério do Trabalho e Previdência Social”, “Governo Federal. Brasil. Pátria Educadora” (este sendo uma logomarca) e “Governo Federal. Trabalhando para o Brasil avançar.”.</p>	<p>ser uma mesa de canto ou um aparador, os objetos que estão sobre ele passam a ser um relógio, um vaso com flores, uma garrafa térmica em uma bandeja e uma xícara, duas mini gaiolas, uma gaveta e alguns livros. No chão, há outro tapete.</p>	
	<b>LINGUAGEM SONORA</b>			<b>LINGUAGEM VISUAL</b>		
<b>CO NO TA TI VA</b>	<p>O percurso temático da narrativa deste audiovisual é construído baseado na noção de precaução. A personagem jovem tematiza querer começar logo a trabalhar para realizar seus sonhos e “é claro” preparar-se para o que vem pela frente. Momento que em que a narrativa avança no tempo e passa a mostrar a mesma personagem já idosa.</p>			<p>A cobertura figurativa da narrativa apresenta inicialmente a personagem jovem, figurativizada com óculos, frequentemente usados por pessoas que se dedicam a leitura. A mesa ao lado da personagem apresenta objetos utilizados por que desenvolve algum tipo de estudo, seja alguém que finaliza o ensino médio ou alguém que se prepara para concursos públicos. Em qualquer dos casos, a personagem ainda não trabalha, este é um desejo que manifesta.</p>		
	<p>O desenvolvimento argumentativo é construído no sentido de que a personagem inicial planejava seu futuro, tinha no trabalho uma expectativa de segurança, referente a poder contar com o benefício de aposentadoria quando estivesse com idade avançada e não pudesse mais trabalhar. Justamente essa é a tematização sequente. A personagem idosa desenvolvendo ações características de pessoas que não desempenham atividades profissionais.</p> <p>A locução fornece a chave interpretativa derradeira ao dizer que “a previdência social fornece uma aposentadoria tranquila para seus segurados”. Conota-se que a personagem jovem trabalhou, contribuiu para a previdência, aposentou-se e agora ali está, em uma aposentadoria tranquila. Destacamos a parte final da locução, onde são passados os contatos da previdência social e o fruidor é orientado a não deixar de contribuir com a previdência, sendo essa a principal motivação persuasiva desse audiovisual.</p>			<p>A cobertura figurativa da personagem idosa repete alguns elementos utilizados na personagem jovem, como estratégia para produção de continuidade da narrativa. A peça (o ambiente) é a mesma, a poltrona também. E altera outros, como estratégia para construir um sentido de que há uma lacuna de vários anos na narrativa. A cadeira que a jovem utilizava passou a ser uma cadeira de balanço, mas frequentemente utilizada por pessoas idosas. O sofá ganhou uma manta. A mesa passou a ser um aparador, deixando de ser funcional para os estudos e voltando-se agora enquanto objeto de decoração.</p> <p>Desde a fala da personagem jovem, a sobreposição da logo marca da previdência social é observada. Essa opção demarca, previamente à sua revelação na locução, tratar-se de um material produzido e que está voltado para a Previdência Social.</p>		

<b>PO LIS SÊ MI CA</b>		
	<p>Entendemos que o desenvolvimento argumentativo dessa unidade semiótica se fundamenta na noção de precaução. A ideia central é a de que o trabalhador deve contribuir para a Previdência Social, pois isso lhe proporcionará uma aposentadoria tranquila. O trabalhador deve precaver-se. Conforme dissemos, em que pese essa seja a mensagem central da narrativa, a produção do audiovisual parece ser motivada antes por persuadir o trabalhador a contribuir para a previdência do que por uma preocupação da Previdência Social com seu futuro financeiro na terceira idade.</p> <p>Independente disso, apesar de não estar representado na narrativa um trabalhador, pois a personagem jovem ainda não trabalha e a personagem idosa já não trabalha mais, está promovida em seu desenvolvimento argumentativo uma característica de um trabalhador ideal aos olhos da Previdência Social, aquele que é precavido quanto a seu futuro e contribui para a Previdência Social buscando uma “aposentadoria tranquila”. A narrativa não simboliza plenamente essa característica identitária, entretanto constrói o caminho inicial para a simbolização. Basta que o trabalhador fruidor do audiovisual preencha a narrativa apresentada com sua situação particular, com o futuro que imagina para si, e que sustente a escolha que empreender, quanto a ser precavido, com os motivos (simbolizados) que quiser. Contudo, lembramos que, conforme apresentamos no item 3.2 dessa tese, alguns sujeitos podem encontrar dificuldades para percorrer esse caminho.</p> <p>Quanto à (in)viabilidade da ocorrência do processo de ressonância simbólica a partir da representação do trabalhador e de seu ambiente de trabalho, não temos como proceder tal avaliação, uma vez que não há representação nem de um trabalhador nem mesmo de um ambiente de trabalho. No entanto, destacamos que o trabalho possui significação humana no desenvolvimento argumentativo da narrativa, pois ele é representado pela personagem justamente como o meio que lhe possibilitará uma vida tranquila quando envelhecer.</p> <p>Por conseguinte, quanto a primeira categoria de interpretação para nossa análise, não consideramos este audiovisual como potencialmente prejudicial ao trabalhador que identificar-se com os elementos trazidos pela narrativa que ele apresenta.</p>	

### 6.3 AUDIOVISUAIS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

No levantamento exploratório dos objetos para nossa análise empírica que empreendemos, encontramos apenas 22 produtos audiovisuais de caráter ficcional a partir do site do Ministério do Trabalho e Emprego. Alguns desses audiovisuais fazem parte de campanhas específicas, outros não fazem parte de campanha alguma. Aqui, analisamos os 06 produtos audiovisuais que selecionamos para análise dentre esses 22.

#### 6.3.1 Direitos dos trabalhadores

Apesar de terem sido produzidos 03 produtos audiovisuais sob esse título, com um subtítulo especificando sobre qual direito se trata o audiovisual, pelo Ministério do trabalho e Emprego, não foi encontrada por nós nenhuma explicação quanto a uma campanha ou programa que origine tais produtos audiovisuais. Uma explicação possível é de que por tratar-se de um órgão do poder executivo, o qual renova frequentemente, com a troca de ministros, supomos que a página da campanha ou programa possa ter sido excluída. Ou talvez nunca tenha mesmo existido.

Optamos por analisar apenas um único produto audiovisual igualmente em razão de que os demais obedecem a um mesmo padrão narrativo e estético, o que os faz bastante semelhantes entre si. As diferenças que apresentam, conforme nossa análise prévia exploratória, não constituem elemento significativo que justifique a análise desses outros audiovisual que, então, alocamos em nosso Objeto Complementar de Análise.

O audiovisual que analisamos foi denominado *Salário mínimo*, ele pode ser acessado no canal da Ministério do Trabalho e Emprego no site *youtube*, no endereço <<https://www.youtube.com/watch?v=Wkc6LwlkGbM>>, ou diretamente no DVD anexo a esta tese. Este produto audiovisual foi postado no site *youtube* no dia 02 de agosto de 2016 e apresentava mais de 12 mil visualizações quando da pesquisa que empreendemos.

## 6.3.1.1 Salário Mínimo

Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":



Quadro inicial



Quadro final

## Leituras Semióticas

DE NO TA TI VA	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
	<p><b>Trabalhadora:</b> “Antes das leis trabalhistas, as trabalhadoras e trabalhadores não tinham garantias. Agora, temos um salário mínimo que impulsiona a economia e ajuda a reduzir a pobreza. O último reajuste foi de 11,6% e nos últimos 13 anos o salário mínimo cresceu 76% acima da inflação. Quem está aqui dentro está protegido.”.</p> <p><b>Locução feita pela própria trabalhadora:</b> “Exija a carteira de trabalho assinada. É um direito seu.”.</p>	<p>Há musical em segundo plano sonoro.</p> <p>Música instrumental.</p>	<p>Há uma mixagem neste audiovisual.</p> <p>No momento em que a imagem recua e é possível ver seu enquadramento na carteira de trabalho, há um som que acompanha esse movimento.</p>	<p>A trabalhadora empurra uma estrutura de ferro, a qual possui rodas. Ela fala diretamente à câmera. Logo solta esta estrutura e passa a caminha na direção da câmera, que recua. Ela retira os óculos de proteção que usa. Um outro trabalhador passa a seu lado, igualmente empurrando uma estrutura metálica. Há outros trabalhadores às suas costas, cada um desenvolve uma tarefa individual. A imagem recua e seu enquadramento obedece aos limites da foto de uma carteira de trabalho que progressivamente vai sendo mostrada. Essa carteira está na mão de um outro personagem, que a entrega à mesma</p>	<p>O cenário inicial é o de uma fábrica. Há a referida estrutura metálica transportada pela trabalhadora, ao fundo há outra estrutura semelhante. À esquerda da trabalhadora, é possível ver duas mesas bastante grandes, aparentemente servem para embalar com papel plástico algum tipo de produto. O ambiente é grande, é possível o carro de transporte de objetos pesados.</p>	<p>A imagem não deixa claro se a trabalhadora inicialmente usa um macacão, um jaleco ou uma camisa cinza escura, em tecido grosso. Usa óculos de proteção e tem abafadores de ruído repousados em seu peito. Usa uma camiseta branca por baixo do macacão. Os demais trabalhadores vestem</p>

	<p><b>Locução em off:</b> “O Brasil protege o trabalhador. O trabalho constrói o Brasil.”.</p>			<p>atriz que representa a trabalhadora inicial, mas que agora está com outro figurino e em outro local. A trabalhadora deixa de falar diretamente à câmera, levanta-se e agradece ao homem que lhe entregou uma carteira de trabalho.</p> <p>A imagem fica branca e são sobrepostos os dizeres: “Ministério do Trabalho e Previdência Social”, “Governo Federal. Brasil. Pátria Educadora” (este sendo uma logomarca), o endereço eletrônico “www.mtps.gov.br” e o dizer: “O Brasil protege o Trabalhador.”.</p>	<p>O segundo cenário é um ambiente de escritório, há janelas com vidros, algumas mesas com cadeiras e muitos objetos sobre essas mesas, papéis, canetas, telas de computador. Pela janela, é possível visualizar o cenário anterior, sendo, portanto, concebível concluir que se trata de um mezanino no mesmo local.</p>	<p>trajes semelhantes e possuem os mesmos equipamentos de proteção.</p> <p>Posteriormente, essa mesma trabalhadora veste blusa bege e calça de brim. O personagem que a ela entrega uma carteira de trabalho usa camisa de manga curta azul.</p>
	<b>LINGUAGEM SONORA</b>			<b>LINGUAGEM VISUAL</b>		
<b>CO NO TA TI VA</b>	<p>O percurso temático da narrativa deste audiovisual é construído sob a noção de proteção. Proteção alcançada através da exigência de um direito do qual se é titular. No caso, o direito de o trabalhador ter sua carteira de trabalho assinada pelo empregador, situação que acarretará na garantia de pagamento de ao menos um salário mínimo ao trabalhador.</p> <p>A trabalhadora inicia sua tematização citando as leis trabalhistas, enfatizando que trouxeram direitos e garantias para os trabalhadores. Um dos direitos que o trabalhador tem é a um valor mínimo a ser pago por seu trabalho, o salário mínimo. A trabalhadora, buscando valorizar o salário mínimo, refere que este auxilia a impulsionar a economia e a reduzir a pobreza. E cita dados de seus últimos reajustes.</p> <p>Ao concluir, coloca a seguinte tematização: “Quem está aqui dentro está protegido”. Quando fala dentro, refere-se à conformidade às leis trabalhistas, no caso específico, refere-se aos trabalhadores terem sua carteira de trabalho assinada pelos empregadores, saindo assim da relação de informalidade e alcançando a proteção das normativas trabalhistas. Reafirma, ao final, que isso é um direito do trabalhador. E incentiva-os a exigirem esse direito.</p>			<p>A cobertura figurativa da narrativa apresenta inicialmente o ambiente de uma fábrica. Não é possível concluir o produto ali fabricado, mas diversos elementos são representados nesse sentido, como o figurino utilizado pelos personagens, a amplitude do ambiente, os equipamentos de proteção individual que eles utilizam.</p> <p>A figurativização é construída com a personagem falando diretamente para a câmera, diretamente com o trabalhador fruidor do audiovisual. Seu tom é pedagógico, ensina o trabalhador-espectador os aspectos que tematiza, o direito que esse tem de trabalhar na formalidade e disfrutar das garantias envolvidas nessa condição.</p> <p>A certa altura da narrativa, progressivamente abre-se o plano e a imagem fica delimitada pela foto da carteira de trabalho da trabalhadora, até que outra unidade de figurativização seja representada. Ao receber, a trabalhadora, sua carteira de trabalho no escritório, conota-se que a mesma foi assinada, estando a trabalhadora na garantia de todos os direitos de que ela mesma falava.</p>		

<b>PO LIS SÊ MI CA</b>		
	<p>Entendemos que o desenvolvimento argumentativo dessa unidade semiótica se fundamenta na noção de proteção. O esforço persuasivo se dá no sentido de convencimento quanto a ser um direito do trabalhador laborar com sua carteira assinada pelo empregador. O principal argumento nesse sentido é da garantia do recebimento de um salário mínimo como remuneração, resultando um trabalhador protegido, seja quanto à remuneração mínima, seja quanto aos demais direitos de que goza.</p> <p>Todavia, sabemos que na prática nem sempre é simples fazer valer esse direito. Muitos trabalhadores estão em uma situação de subemprego, sendo essa uma crescente tendência para o futuro, conforme vimos no item 4.2 desta tese. Em função da dependência para sua sobrevivência que apresentam quanto à remuneração que ganham, muitos trabalhadores não estão em posição de exigir o direito que têm visto que a consequência de tal ato pode ser sua substituição por outro trabalhador que aceite uma relação de trabalho na informalidade.</p> <p>Quanto a principal característica identitária de um trabalhador aqui promovida, essa de ser alguém que se protege através da exigência de seus direitos, ela não é sustentada simbolicamente. Cabe ao trabalhador escolher os motivos simbólicos pelos quais deve ser uma pessoa que se protege de tal forma, caso opte por assim agir.</p> <p>Quanto à (in)viabilidade da ocorrência do processo de ressonância simbólica a partir da representação do trabalhador e de seu ambiente de trabalho, o que podemos destacar é que, quando representados, os trabalhadores possuíam liberdade de movimentos físicos e psicológicos, essa liberdade favorece muito a existência de um espaço entre o trabalho prescrito (a tarefa) e o trabalho real (a atividade). O desempenho da personagem, a qual tem liberdade para falar com o fruidor do audiovisual é um bom exemplo. Quanto a significação humana na tarefa desempenhada pelo trabalhador, em nossa avaliação, percebemos que a representação associa a atividade laboral com carteira assinada a uma proteção no sentido do cumprimento dos direitos a que faz jus o trabalhador nessa condição, entre eles, o salário mínimo. Levando-se em consideração todo o contexto de dependência do trabalhador quanto à remuneração que recebe, consideramos que há significação humana na representação da atividade do trabalhador no audiovisual.</p> <p>Por conseguinte, quanto a primeira categoria de interpretação de nossa análise, a da (in)existência de sustentação simbólica na representação das características identitárias do trabalhador, consideramos este audiovisual como potencialmente prejudicial ao trabalhador que adotá-lo enquanto referência, já quanto a segunda categoria de interpretação para nossa análise, a da (in)viabilidade da ocorrência de ressonância simbólica, não consideramos este audiovisual como potencialmente prejudicial ao trabalhador.</p>	

### 6.3.2 Campanha seguro-desemprego

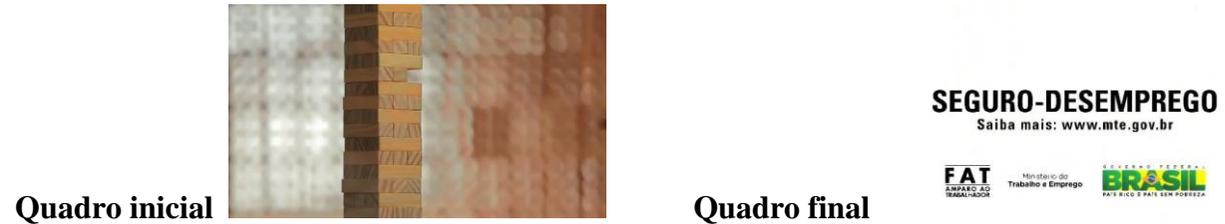
Apesar de terem sido produzidos pelo Ministério do trabalho e Emprego 03 produtos audiovisuais sob esse título, com um subtítulo especificando sobre qual direito do trabalhador se trata o audiovisual, não foi encontrada, por nós, no site do referido órgão, nenhuma explicação quanto a uma campanha ou programa que origine tais produtos audiovisuais. Assim sendo, empreendemos uma exploração ampliada, a partir do site *google*, a qual igualmente resultou em não encontrarmos nenhuma explicação sobre uma campanha denominada Seguro-Desemprego por ação do Ministério do Trabalho e Emprego. Uma explicação possível é a de que, por tratar-se o Ministério do Trabalho de um órgão do poder executivo, o qual se renova a cada 04 anos, e em razão da troca de ministros em busca de apoio político que lhe caracteriza, a página dessa campanha ou programa possa ter sido excluída pelo ingresso de uma nova gestão. Ou talvez nunca tenha mesmo existido.

A parte disso, entre os 03 audiovisuais encontrados, optamos por analisar apenas 01 deles, igualmente em razão de que os outros 02 audiovisuais que foram por nós preteridos apresentavam inferior qualidade e quantidade de representações das identidades dos trabalhadores, de suas atividades e de seus ambientes de trabalho. As particularidades que apresentam, conforme nossa análise prévia exploratória, não constituem elemento significativo que justifique a análise desses audiovisuais, os quais foram alocados em nosso Objeto Complementar de Análise.

O audiovisual que analisamos foi denominado *Salário mínimo*, ele pode ser acessado no canal da Ministério do Trabalho e Emprego no site *youtube*, no endereço <<https://www.youtube.com/watch?v=EOKEQD9d35c>>, ou diretamente no DVD anexo a esta tese. Este produto audiovisual foi postado no site *youtube* no dia 10 de janeiro de 2013 e apresentava mais de 9 mil visualizações quando da pesquisa que empreendemos.

## 6.3.2.1 Audiovisual sem nome divulgado

## Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":



## Leituras Semióticas

DE NO TA TI VA	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
	<p><b>Trabalhador 1:</b> “Às vezes, a gente faz coisas sem pensar nas consequências.”</p> <p><b>Trabalhador 2:</b> “Tem pessoas dando um jeitinho de receber o seguro-desemprego mesmo já estando empregadas, o que é errado e contra a lei.”</p> <p><b>Trabalhador 1:</b> “Parece pouco, mas quando muitas pessoas começam a fazer isso, todo mundo perde. O trabalhador que faz isso coloca em risco uma conquista de todos e pode perder o benefício.”</p> <p><b>Trabalhador 2:</b> “E o empregador pode ser multado.”</p>	<p>Há musical em segundo plano sonoro.</p> <p>Música instrumental.</p>	<p>Há mixagens neste audiovisual.</p> <p>O som ambiente é por vezes introduzido, como quando passa um carro de mão ao lado do trabalhador 1.</p> <p>Há uma mixagem também quando desmorona a torre de fragmentos de madeira.</p>	<p>O trabalhador 1 dá alguns passos em direção à câmera. Fala diretamente se dirigindo a ela. Há outros trabalhadores no local. Um deles passa a sua esquerda, guiando om carro de mão.</p> <p>O trabalhador 2 está parado e igualmente fala dirigindo-se para a câmera, gesticula com os braços.</p> <p>O trabalhador continua a falar para a câmera, gesticulando com seus braços.</p> <p>A imagem fica branca e são sobrepostos os dizeres: “Seguro-Desemprego”, “Saiba mais: www.mte.gov.br” e as logomarcas do Fundo de Amparo ao</p>	<p>O cenário onde está o trabalhador 1 é uma obra de construção. Há pilhas de tijolos, colunas e vigas, paredes sem reboco de cimento, buracos nessas paredes para serem colocadas as aberturas, ainda ausentes.</p> <p>O cenário onde está o trabalhador 2 não definitivamente conclusivo. A impressão de que é um tipo de comércio, parece haver prateleiras com produtos às suas</p>	<p>O trabalhador 1 veste calça de brim, camiseta branca, apresentando sujeita à altura da barriga, e camisa de manga curta na cor azul em tecido grosso. Usa capacete branco.</p> <p>Os trabalhadores que estão à sua volta usam macacão azul marinho em tecido grosso. E capacete.</p>

	<p><b>Trabalhador 1</b> : “Vamos cuidar do que é nosso.”.</p> <p><b>Locução em off</b>: “Ministério do Trabalho e Emprego. Governo Federal.”.</p>			Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.	costas. A imagem de tudo que não é o próprio trabalhador 2 está bastante desfocada.	O trabalhador 2 usa camisa polo verde, uma camiseta branca por baixo e um avental marrom por cima.
	<b>LINGUAGEM SONORA</b>			<b>LINGUAGEM VISUAL</b>		
<b>CO NO TA TI VA</b>	<p>O percurso temático da narrativa deste audiovisual é construído em torno da noção de algo que não deve ser feito. Algo que foi “errado e contra a lei”. Refere-se ao recebimento de seguro-desemprego por trabalhadores que já voltaram ao mercado de trabalho.</p> <p>O trabalhador 1 inicia sua tematização aliviando a carga de reprovação em torno de quem faz algo que não deve, dizendo que todos fazemos coisas sem pensar nas consequências. O trabalhador imediatamente delimita a tematização, referindo tratar-se de pessoas que continuam a receber seguro-desemprego mesmo já estando novamente empedadas. E acrescenta um elemento temático ao dizer que isso pode colocar em risco uma conquista de todos.</p> <p>O argumento persuasivo utilizado é o de fazer com que o fruidor se sensibilize com a possibilidade de que a ação “errada e contra a lei” de um pode vir fazer com que todos venham a perder o benefício do seguro-desemprego.</p> <p>Nossa interpretação é a de que o que está sendo proposto é que esses pagamentos a quem não mais tem direito a esse benefício pode fazer com que falte dinheiro para o pagamento daqueles que a ele fazem jus. Isso sem contar que o prejuízo anunciado ao próprio beneficiário e ao empregador envolvido.</p> <p>A última tematização colocada pelo trabalhador convoca os trabalhadores a “cuidarem do que é nosso”. Essa é uma tentativa de fazer com que muitos trabalhadores se coloquem como fiscais das irregularidades relativas ao seguro-desemprego, para assim garantirem a disponibilidade de recursos caso necessitem.</p>			<p>Inicialmente vemos uma torre composta por fragmentos de madeira. Estes fragmentos são postados de forma que as adições resultam em uma torre cada vez maior, mas um fragmento mal colocado pode fazer com que toda a torre toda venha ao chão. A figurativização mostra dois fragmentos da parte inferior da torre sendo retirado, deixando-a vulnerável.</p> <p>Ao relacionarmos a figurativização com tematização que a acompanha, entendemos que a torre representa a quantidade de recursos disponíveis para o pagamento do seguro-desemprego. Já as retiradas dos fragmentos representam o recebimento indevido desse benefício.</p> <p>O trabalhador 1 é figurativizado no ambiente de uma obra, uma de construção. Ele fala e caminha em direção à câmera. Ele está com a camiseta suja, causando o efeito de sentido de que estava trabalhando. Após sua fala, novamente é mostrada a torre, agora faltam nela muitos fragmentos de madeira. E são-lhe retirados mais alguns.</p> <p>O trabalhador 2 é então mostrado enquanto fala. O foco da câmera está em seu rosto, o ambiente onde ele está aparece desfocado. A impressão que temos é a de que se trata de algum tipo de comércio, não conseguimos concluir qual. Novamente é mostrado o trabalhador 1 enquanto fala. Mais uma vez a torre é enfocada, as lacunas dos fragmentos que apresentava estão quase todas preenchidas, mas, subitamente, muitos são retirados e ela desmorona.</p> <p>Quando o trabalhador 1 afirma que quem recebe seguro-desemprego indevidamente pode perder o direito a esse benefício, a tela fica toda vermelha/laranja com o seguinte dizer em letras brancas: “Até 4 anos sem o benefício”. Os trabalhadores 1 e 2 são mostrados mais uma vez. E a tela final, branca com dizeres e logomarcas, é mostrada.</p>		

<b>PO LIS SÊ MI CA</b>	<p>Entendemos que o desenvolvimento argumentativo dessa unidade semiótica se fundamenta na noção de algo que não deve ser feito, no caso, fraudar o recebimento de seguro-desemprego. Essa proposição é reforçada por outras situações que a narrativa dissuade. Não deve o trabalhador agir contra a lei. Não deve fazer o que é errado. Não deve correr o risco de ficar 4 anos sem direito a receber esse benefício. E, não deve agir no sentido de prejudicar outros trabalhadores que podem vir a precisar solicitar esse benefício e que não o encontrarão disponível em razão das fraudes.</p> <p>Quanto a principal característica identitária de um trabalhador aqui promovida, essa de ser alguém que não faz o que não deve, destacamos a sustentação vinculada ao apelo do bem-estar da coletividade, que talvez possa despertar algum tipo de processo de simbolização, entretanto, se rememorarmos o acentuado caráter individualista da sociedade hodierna, conforme apresentamos no item 2.1 desta tese, consideramos pouco provável.</p> <p>Quanto à (in)viabilidade da ocorrência do processo de ressonância simbólica a partir da representação do trabalhador e de seu ambiente de trabalho, destacamos novamente o apelo ao bem-estar da coletividade, ou seja, a convocação à lembrança de que outros trabalhadores podem ficar sem seguro-desemprego quando chegar a sua vez de solicitá-lo em razão das fraudes. Tal construção no desenvolvimento argumentativo introduz algo de significação humana na representação do trabalho, pois as contribuições realizadas em função de estar trabalhando é que possibilitam o pagamento do seguro-desemprego aos que estão sem trabalho. Em que pese, essa seja uma significação humana mais voltada para o caráter coletivo e menos para o viés particular, como a que apresentamos no item 4.3 desta tese enquanto condição de viabilidade da ressonância simbólica.</p> <p>Já quanto a separação entre trabalho prescrito (a tarefa) e trabalho real (a atividade), a narrativa não nos permite uma avaliação mais precisa. Apenas quando é enfocado o trabalhador 1 é que podemos ver o ambiente de trabalho, mesmo assim, muito brevemente. Os trabalhadores desempenham suas atividades, não há nada que nos leve a interpretar pela inexistência do necessário espaço, em que pese isso também não signifique que ele existe.</p> <p>Destarte, em razão das fracas relações simbólicas que conseguimos estabelecer na análise deste audiovisual, consideramos ser mais adequado pensar que uma simbolização para a decisão de não fazer “o que não deve ser feito” ficará a cargo do trabalhador-fruidor deste audiovisual. Assim como, uma condição favorável de viabilidade para a ocorrência de ressonância simbólica não foi plenamente reconhecida. Razões pelas quais consideramos este audiovisual como potencialmente prejudicial ao trabalhador que se identificar com os elementos trazidos pela narrativa que ele apresenta, desde o ponto de vista das duas categorias que construímos para a interpretação de nossa análise.</p>
--	---

### 6.3.3 Campanha nacional de prevenção de acidentes de trabalho

Não foi encontrada, por nós, no site do referido órgão, nenhuma referência ou explicação quanto à Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho a partir do site do Ministério do Trabalho e Emprego. Na exploração ampliada que empreendemos, a partir do site *google*, quanto a essa campanha, os únicos esclarecimentos que obtivemos foram os de que a campanha do ano de 2015 teve como tema a seguinte frase: *Você é sua principal ferramenta de trabalho*. O audiovisual que analisamos é homônimo a esse tema. E que essa campanha teve início no ano de 2003. Não há outras produções audiovisuais referentes a essa campanha. Novamente entendemos que uma explicação possível é a de que, por tratar-se o Ministério do Trabalho e Emprego de um órgão do poder executivo, o qual se renova a cada 04 anos, assim como em razão da frequente troca de ministros em troca de apoio político que lhe caracteriza, a página dessa campanha possa ter sido excluída pelo ingresso de uma nova gestão.

O audiovisual que analisamos foi denominado *Você é sua principal ferramenta de trabalho*, ele pode ser acessado no canal da Ministério do Trabalho e Emprego no site *youtube*, no endereço < <https://www.youtube.com/watch?v=VePUI4pgLCQ>>, ou diretamente no DVD anexo a esta tese. Este produto audiovisual foi postado no site *youtube* no dia 29 de abril de 2015 e apresentava mais de 20 mil visualizações quando da pesquisa que empreendemos.

## 6.3.3.1 Campanha nacional de acidentes de trabalho

Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":

Quadro inicial



Quadro final



## Leituras Semióticas

DE NO TA TI VA	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
	<p><b>Locução em off:</b> “Você é sua principal ferramenta de trabalho. Por isso, empregador e empregado têm o dever de prevenir os acidentes de trabalho e preservar a vida. Com um ambiente de trabalho mais seguro, o Brasil avança para um futuro melhor.”.</p>	<p>Há musical em segundo plano sonoro.</p> <p>Música instrumental.</p>	<p>Há mixagens neste audiovisual.</p> <p>As diversas ações vistas são enriquecidas com mixagens a elas relativas.</p>	<p>Inicialmente vemos um pano sendo enxugado. Uma laranja sendo espremida. Um ovo sendo quebrado. O interior do corpo humano em funcionamento.</p> <p>Um trabalhador, então, destampa um pote de vidro em uma cozinha industrial.</p> <p>Outro ergue uma caixa e a coloca em seu ombro.</p> <p>Outro fura uma parede com uma ferramenta elétrica.</p> <p>Outro dirige uma moto na chuva.</p>	<p>O primeiro cenário é uma cozinha industrial, onde estão diversos utensílios de cozinha pendurados, muitas panelas grandes, fogões industriais, bancadas, pias, uma panela ao fogo, dois cozinheiros ao fundo e as mãos do terceiro cozinheiro destampando o pote de vidro.</p> <p>O próximo cenário é um depósito. Há algumas caixas de madeira ali. Na parede, há um compartimento metálico na cor vermelha onde fica</p>	<p>Na cozinha, os dois trabalhadores que são vistos vestem roupas brancas de cozinheiro, chapéu de cozinheiro à cabeça de ambos.</p> <p>O segundo trabalhador mostrado um uniforme, calça e camisa de tecidos grossos, na cor verde. Usa luvas para proteção das mãos.</p> <p>O trabalhador que fura a parede igualmente usa</p>

				<p>Outro realiza uma atividade de solda.</p> <p>Por último, uma trabalhadora rural aparece sorrindo em uma plantação de trigo.</p> <p>Sobrepõem-se a ela as logomarcas da campanha nacional de acidentes de trabalho, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.</p>	<p>uma mangueira para utilização em caso de incêndio. Há a tubulação que leva água até essa mangueira. Na porta desse compartimento metálico, está escrito “incêndio”.</p> <p>O terceiro, o quarto e o quinto trabalhadores são enfocados em primeiro plano, não permitindo assim a visualização do cenário onde se encontram.</p> <p>A última trabalhadora mostrada está em uma plantação de trigo, às suas costas é possível ver uma máquina colheitadeira.</p>	<p>luvas. Usa óculos e uma máscara para filtragem do ar que respira. Usa um capacete amarelo de proteção.</p> <p>O trabalhador que pilota uma moto usa luvas e capacete.</p> <p>O trabalhador que solda usa luvas, roupa/armadura de proteção e máscara com visor para proteção dos olhos.</p> <p>A última trabalhadora usa camiseta de mangas longas, uma camisa de mangas curtas, luvas, um avental bege e um chapéu com proteção em seu pescoço.</p>
	<b>LINGUAGEM SONORA</b>			<b>LINGUAGEM VISUAL</b>		
<b>CO NO TA</b>	<p>O percurso temático da narrativa deste audiovisual é construído em torno da noção do dever da prevenção de acidentes de trabalho. Empregador e empregados são responsabilizados por prevenir os acidentes e preservar a vida.</p> <p>No entanto, a estratégia de produção de sentido empregada se concentra numa convocação mais acentuada em torno do trabalhador, uma vez que a tematização inicial refere ser ele sua principal ferramenta de trabalho, o que busca levá-lo a perceber que de nada adiantam outras ferramentas estarem</p>			<p>Temos diversas figurativizações no início da narrativa. O pano que é torcido, a laranja espremida, o ovo que é quebrado, e as diversas formas como o corpo humano é mostrado em funcionamento. Tais coberturas figurativas recebem suas chaves interpretativas com a posterior tematização referente a ser o corpo do trabalhador sua maior ferramenta.</p> <p>É por isso que são mostrados as atividades iniciais, onde uma tarefa é cumprida mediante o uso do corpo do trabalhador. E é por isso que são mostradas diversas formas do interior do corpo humano em funcionamento. Para que a tematização referente a ser o corpo do trabalhador sua maior ferramenta receba cobertura figurativa.</p>		

<b>TI VA</b>	<p>disponíveis para suas atividades se ele mesmo também não o estiver e assim, conduzi-lo num sentido de autopreservação.</p> <p>Há também a tematização que relaciona o ambiente mais seguro no trabalho com o avanço do Brasil para um futuro melhor, responsabilizando assim empregado e empregador pelo destino do país.</p>	<p>Cobertura figurativa que é ampliada com a representação dos trabalhadores em atividades que se realizam mediante um alto grau de envolvimento da ação humana. O transportar da caixa, o cozinhar, o furar a parede, o soldar.</p> <p>Merece destaque, nas figurativizações, os equipamentos de proteção utilizados nas representações de todos os trabalhadores. O efeito de sentido resultante é o de trabalhadores protegidos no desempenhar de suas tarefas.</p>
<b>PO LIS SÊ MI CA</b>	<p>Entendemos que o desenvolvimento argumentativo dessa unidade semiótica se fundamenta na noção do dever de prevenção de acidentes de trabalho, seja por parte dos trabalhadores ou dos empregadores, contudo, com mais ênfase para uma responsabilidade por parte dos primeiros. O argumento persuasivo presente se aproxima da noção da convocação do trabalhador quanto a manter sua condição de estar no trabalho, ou, dito de outra forma, de estar em condições de trabalhar.</p> <p>Relembramos o que apresentamos no item 4.3 desta tese, sobre a ideologia defensiva, uma espécie de consenso entre os trabalhadores quanto a necessidade de manter longe de si, mesmo que através de negação, qualquer tipo de doença, pois esta é representada por eles como um risco quanto ao afastamento da atividade laboral, conforme Dejours (1992). A convocação do trabalhador quanto ser responsável por manter sua condição de trabalho acentua essa já problemática estratégia defensiva que frequentemente utilizam.</p> <p>A principal característica identitária de um trabalhador aqui promovida, essa do dever de prevenção de acidentes de trabalho, não é diretamente sustentada em termos simbólicos no desenvolvimento argumentativo da narrativa. Os elementos que podem induzir o trabalhador fruidor a tal processo são muito tênues, não passam da representação da prática de diferentes atividades profissionais ou de detalhes de algumas dessas práticas, como nas figurativizações iniciais. Apenas na tematização referente à construção de um futuro melhor para o país é que está presente uma indução persuasiva mais robusta no sentido do processo de simbolização, uma vez que um dos responsáveis por tal situação é o trabalhador. Terá ele que conferir sustentação simbólica à opção que tomar quanto a assumir ou não essa responsabilidade, conquanto, conforme vimos no item 3.2 desta tese, esta capacidade está para ele enfraquecida na pós-modernidade.</p> <p>Quanto à (in)viabilidade da ocorrência do processo de ressonância simbólica a partir da representação do trabalhador e de seu ambiente de trabalho, com as representações do cumprimento das tarefas mediante o uso do corpo do trabalhador, o desenvolvimento argumentativo do audiovisual enfatiza a significação humana na atividade dos trabalhadores, entretanto, o faz através de uma perspectiva fisiológica, e não de uma perspectiva psicológica, que é a que efetivamente aqui seria interessante nesse sentido.</p> <p>Destacamos, novamente, na tematização referente à construção de um futuro melhor para o país sob responsabilidade de trabalhadores e empregadores mediante o cumprimento do dever de evitar acidentes de trabalho. Nos mesmos moldes da análise do audiovisual imediatamente anterior, tal construção no desenvolvimento argumentativo introduz algo de significação humana na representação do trabalho, uma vez que, se o trabalhador cumprir seu dever, todo o país terá um futuro melhor. Em que pese, essa seja uma significação humana mais voltada para o carácter coletivo e não para o carácter particular, como a que apresentamos no item 4.3 desta tese enquanto condição de viabilidade da ressonância simbólica.</p> <p>Já quanto ao ambiente de trabalho, ele é representado em conformidade com as determinações de proteção a acidentes de trabalho. Destacamos os equipamentos de proteção com que estão caracterizados todos os trabalhadores. O fornecimento desses equipamentos é uma responsabilidade do empregador, a qual está na narrativa</p>	

plenamente cumprida. Quanto aos trabalhadores, eles desempenham suas atividades, não há nada que nos leve a interpretar pela inexistência do necessário espaço entre trabalho prescrito e trabalho real, em que pese isso também não signifique que esse espaço exista.

Destarte, em razão das fracas relações simbólicas que conseguimos estabelecer na análise deste audiovisual, consideramos ser mais adequado pensar que uma simbolização para a decisão quanto a se irá cumprir o dever prevenir acidentes de trabalho ficará a cargo do trabalhador-fruidor deste audiovisual. Assim como, uma condição favorável para a viabilidade de ocorrência da ressonância simbólica não foi plenamente reconhecida. Razões pelas quais consideramos este audiovisual como potencialmente prejudicial ao trabalhador que se identificar com os elementos trazidos pela narrativa que ele apresenta, desde o ponto de vista das duas categorias que construímos para a interpretação de nossa análise.

#### 6.3.4 Campanha RAIS

Novamente não foi encontrada por nós nenhuma referência à Campanha RAIS a partir do site do Ministério do Trabalho e Emprego. Tampouco a partir de nossa exploração ampliada. O que há são informações técnicas sobre a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a qual deve ser declarada pelo empregador referente a seus empregados visando a composição de um banco de dados para o Governo Federal referente aos trabalhadores brasileiros.

Encontramos 02 produtos audiovisuais relacionados a este tema, optamos por analisar apenas 01 deles, em razão de que o outro audiovisual que foi por nós preterido apresentava inferior qualidade e quantidade de representações das identidades dos trabalhadores, de suas atividades e de seus ambientes de trabalho. As particularidades que apresentam, conforme nossa análise prévia exploratória, não constituem elemento significativo que justifique a análise desse audiovisual, o qual foi alocado em nosso Objeto Complementar de Análise.

O audiovisual que analisamos foi denominado *Campanha RAIS 2013*, ele pode ser acessado no canal da Ministério do Trabalho e Emprego no site *youtube*, no endereço <<https://www.youtube.com/watch?v=2EKBKhBnlsE>>, ou diretamente no DVD anexo a esta tese. Este produto audiovisual foi postado no site *youtube* no dia 28 de fevereiro de 2013 e apresentava mais de 9 mil visualizações quando da pesquisa que empreendemos.

## 6.3.4.1 Campanha RAIS 2013

## Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":



Quadro inicial



Quadro final

## Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Trabalhador 1:</b> “Essa é pra você, empregador.”.</p> <p><b>Coro de trabalhadores:</b> “Quem emprega gera renda, e faz o Brasil prosperar, não pode esquecer jamais de entregar a sua RAIS.”.</p> <p><b>Locução em off:</b> “A declaração da RAIS garante o abono salarial de seus colaboradores. E o prazo é até 8 de março.”.</p> <p><b>Coro de trabalhadores:</b> “Amigo, não vá esquecer, o nosso abono depende de você.”.</p>	<p>Há musical neste audiovisual, entretanto ele não está em segundo plano sonoro, como em todos os outros audiovisuais analisados, aqui o musical está em primeiro plano sonoro.</p>	<p>Não há mixagens neste audiovisual.</p>	<p>Um homem, sentado em uma cadeira em uma roda de samba, dá início a uma música.</p> <p>Muitas pessoas estão nessa mesma roda de samba. Alguns tocam instrumentos. Cavaquinho, violão, pandeiro, caixeta, chocalho, etc. Uns acompanham o ritmo batucando em uma caixa de fósforo. Outros batem uma mão na outra, cadenciadamente.</p> <p>Ao redor da roda de samba, há mesas e cadeiras. Há pessoas nessas mesas, mas, em sua grande maioria, não estão sentadas, estão em pé, dançando.</p>	<p>Não é possível identificar com precisão qual é o cenário onde se passa a narrativa.</p> <p>Há diversas mesas, onde há bebidas, copos e pratos, e também várias cadeiras. O enquadramento desde cima do mezanino permite essa visualização.</p>	<p>O primeiro trabalhador enfocado usa camiseta azul e, por cima ela, uma camisa rosa. Usa também um chapéu branco.</p> <p>Os outros trabalhadores que participam da roda de samba usam trajes semelhantes, camiseta com</p>

	<b>Locução em off:</b> “Ministério do Trabalho e Emprego. Governo Federal.”.	Música do gênero samba /pagode.		Há um trabalhador que acompanha a música desde o mezanino do local. Ele é um dos que batuca em uma caixa de fósforo.  Sobrepõem-se à imagem dos trabalhadores, um texto que indica o prazo final para a declaração da RAIS: 8 de março.  Posteriormente, sobrepõe-se a injunção: Acesse <a href="http://www.rais.gov.br">www.rais.gov.br</a> e faça sua declaração. Seguida de uma faixa branca onde estão presentes as logomarcas do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.	Há uma roda de samba. Nela, as personagens portam muitos instrumentos.	camisa aberto por sobre, camisa polo, um deles também usa chapéu. As mulheres da roda usam vestido.  Os trajes das pessoas que estão ao redor da roda de samba seguem esse mesmo padrão.
	<b>LINGUAGEM SONORA</b>			<b>LINGUAGEM VISUAL</b>		
<b>CO NO TA TI VA</b>	<p>O percurso temático da narrativa deste audiovisual inicia com o direcionamento de seu destinatário: o empregador. Em meio a um elogio aos empregadores, aqueles que geram renda e fazem o Brasil prosperar, por parte dos trabalhadores, aqueles são advertidos por estes que, jamais, podem esquecer de entregar a RAIS.</p> <p>O motivo é logo revelado pela tematização introduzida pela locução em <i>off</i>, é a declaração da RAIS que garante o abono salarial dos empregados do empregador. Há um prazo para que essa declaração seja feita, o qual é indicado, mas que não nos interessa.</p> <p>Outra tematização é introduzida. Na frase “Amigo, não vá esquecer, o nosso abono depende de você”, os trabalhadores chamam o empregador de amigo. O efeito de sentido alcançado é o de uma boa relação entre trabalhadores e empregadores.</p> <p>Nesta mesma frase também está a chave interpretativa que nos faz entender que todos que estão no audiovisual representados são trabalhadores, uma vez que cantam: o “nosso” abono depende de você.</p>			<p>A cobertura figurativa inicia com um homem dando início a uma música, a qual é cantada por todas as demais personagens. Há várias pessoas tocando instrumentos, configurando a tradicional roda de samba carioca. O chapéu usado por esse primeiro homem representado influencia no sentido dessa interpretação.</p> <p>Os pratos em cima das mesas, vistos de relance, nos remeteram a uma feijoada carioca. Combinação, feijoada e roda de samba, culturalmente muito valorizada nesse estado da federação. Não há conformação nesse sentido. O que está claro é que é um ambiente de confraternização, um ambiente alegre, onde todos são figurativizados felizes.</p> <p>Quanto ao local, não ficou claro para nós tratar-se de um bar ou tratar-se de uma confraternização dos trabalhadores em seu ambiente de trabalho. Essa última interpretação tem fundamento em uma passarela onde a tomada se dá de baixo para cima e é possível observar uma tubulação em metal preto, no segundo andar do ambiente. Há ainda a possibilidade de não ser nenhum desses dois locais aventados.</p> <p>Por último, destacamos a injunção presente no texto sobreposto à imagem dos trabalhadores: Acesse <a href="http://www.rais.gov.br">www.rais.gov.br</a> e faça sua declaração. Tal ordenamento, na representação, não parte dos trabalhadores. É um ditame feito pelos autores do audiovisual, Ministério do Trabalho e Emprego e Governo Federal.</p>		

Entendemos que o desenvolvimento argumentativo dessa unidade semiótica se fundamenta no pedido dos trabalhadores aos empregadores para que não esqueçam de declarar a RAIS. O argumento persuasivo racional usado pelos trabalhadores é o de que a declaração da RAIS é requisito para que recebem o Abono Salarial a que têm direito. Já o argumento persuasivo emocional usado pelos trabalhadores é o apelo para uma relação de amizade com os empregadores.

A principal característica identitária de um trabalhador aqui promovida na matriz identitária representada é a de um trabalhador amigo do empregador. Sabemos que a amizade entre empregador e trabalhador nem sempre é observada. O trabalhador frequentemente é explorado pelo empregador em busca de acúmulos de capital. Podemos ver as consequências dessa exploração nos itens 4.2 e 4.3 desta tese. Entretanto, a relação de amizade entre trabalhador e empregador também é por vezes observada, mas em menor medida.

Gostaríamos de referir que essa característica promovida no trabalhador, a de ser amigo do empregador, não está de nenhuma forma simbolizada. Caberá ao trabalhador fruidor do audiovisual atribuir sustentação simbólica à opção de considerar-se amigo de seu empregador. Processo que se encontra dificultado ao sujeito pós-moderno, conforme vimos em 3.2.

Quanto à (in)viabilidade da ocorrência do processo de ressonância simbólica a partir da representação do trabalhador e de seu ambiente de trabalho, em nossa análise, não há representações referentes a significação humana na atividade laboral ou ao ambiente de trabalho neste audiovisual. Lembramos o que apresentamos no item 4.3 desta tese, que uso do tempo fora do trabalho para lazer conforme o desejo do trabalhador pode atenuar as consequências negativas das estratégias defensivas, as quais cobram um preço alto para realizarem sua função. Essa situação é muito difícil de ser verificada, ocorrendo em regra a contaminação do tempo fora do trabalho pelo trabalho, o que inviabiliza a divisão tempo no trabalho – tempo fora do trabalho.

É justamente o que observamos na construção do desenvolvimento argumentativo desse audiovisual. O tempo fora do trabalho, o qual deveria ser usado pelo trabalhador conforme seu desejo, é invadido por uma questão relativa ao trabalho: Pedir ao empregador que não esqueça de fazer a declaração da RAIS para que não corram o risco de ficar sem o Abono Salarial a quem têm direito. O que impossibilita que esse tempo possa ajudar o trabalhador a aliviar as tensões provenientes das suas estratégias defensivas.

Assim sendo, como não observamos sustentação simbólica para a principal característica da matriz identitária representada, e como não observamos uma condição favorável para a viabilidade de ocorrência da ressonância simbólica, consideramos este audiovisual como potencialmente prejudicial ao trabalhador que se identificar com os elementos trazidos pela narrativa que ele apresenta, desde o ponto de vista das duas categorias para interpretação dessa análise que construímos.

### 6.3.5 FGTS mais a fundo

Assim como quanto às campanhas ou programas anteriores, não foi encontrada, por nós, no site do referido órgão, nenhuma referência ou explicação quanto à campanha ou ao programa FGTS mais a fundo a partir do site do Ministério do Trabalho e Emprego. Na exploração ampliada que empreendemos, a partir do site *google*, igualmente nada encontramos. A única coisa que encontramos são 11 audiovisuais que se destinam a explicar questões relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Optamos por analisar apenas um único produto audiovisual em razão de que os demais obedecem a um mesmo padrão narrativo e estético, o que os faz bastante semelhantes entre si. As diferenças que apresentam, conforme nossa análise prévia exploratória, não constituem elemento significativo que justifique a análise desses outros audiovisual que, então, alocamos em nosso Objeto Complementar de Análise.

O audiovisual que analisamos foi denominado *Como usar o FGTS para comprar minha casa própria*, ele pode ser acessado no canal da Ministério do Trabalho e Emprego no site *youtube*, no endereço < <https://www.youtube.com/watch?v=1ofwtUi4w0U> >, ou diretamente no DVD anexo a esta tese. Este produto audiovisual foi postado no site *youtube* no dia 16 de dezembro de 2014 e apresentava mais de 2600 visualizações quando da pesquisa que empreendemos.

## 6.3.5.1 Como usar o FGTS para comprar minha casa própria

## Unidade Semiótica de 00' 00" até 01' 00":



Quadro inicial



Quadro final

## Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
DE NO TA TI VA	<b>Locução em off:</b> “FGTS mais a fundo. Tudo que você queria saber sobre FGTS e mais.”.	Há musical em segundo plano sonoro.	Há mixagens neste audiovisual.	O trabalhador está inicia a interpretação levantando um carro de mão como se estivesse esvaziando-o. Ele está de lado para a câmera. Então, vira-se para ela, sorri e inicia a falar. Logo, ele baixa o carro de mão, tira os óculos de proteção e inicia a andar.	O cenário inicialmente é o de uma obra de construção. Atrás do trabalhador é possível ver as colunas de um edifício em construção. Após a mudança do ângulo de filmagem, é possível ver um guindaste do tipo que é usado na construção de prédios.	O trabalhador 1 veste macacão cinza em tecido grosso. Colete sinalizador. Capacete de proteção. Óculos de proteção. E luvas. Usa também um cinto porta-ferramentas.
	<b>Trabalhador 1:</b> “Para usar o seu FGTS para comprar a sua casa própria, você precisa atender a alguns requisitos. Ter o mínimo de três anos de contribuição no FGTS, independente de mudanças de empregos. Não participar de nenhum financiamento no sistema financeiro de habitação. E não ser proprietário de imóvel e não ter vínculo com negociações imobiliárias na região que você mora. Se você se encaixa nesses requisitos, pode começar a procurar o seu futuro imóvel.”.	Música instrumental.	Quando o ator levanta o carro de mão de simula empurrar, é introduzido o som de algo sendo despejado do carrinho.	A câmera muda de posição e passa a enfocá-lo de frente. Ele dá passos em direção à câmera. Fala diretamente se dirigindo a ela, conduzindo o carro de mão. Gesticula com as mãos. Até que o enquadramento se abre e é possível que se trata de um ator.	Após a ampliação do enquadramento, é possível ver que esse cenário inicial se	Os demais trabalhadores, vistos após a abertura do enquadramento, vestem roupas
	<b>Trabalhador 2:</b> “Corta! Beleza, qual é o próximo? Tem mais informação		Quando a tela branca aparece, há uma mixagem que a acompanha.	Há dois outros trabalhadores agachados segurando o carro de mão. O ator que falava à câmera desce de uma esteira, que agora pode ser vista, a qual auxiliava-o na simulação de caminhada que fazia. Na		

	<p>importante. Vamos escolher aí qual vai ser?”.</p> <p><b>Demais trabalhadores:</b> Conversam em segundo plano, não sendo possível reproduzir uma frase completa.</p>			<p>verdade, ele nunca saiu do mesmo lugar. Ele desce e caminha pela lateral do estúdio que agora pode ser visto.</p> <p>Há outros trabalhadores envolvidos nessa filmagem, além dos que estão segurando o carro de mão. Um opera a câmera de filmagem. Outro segura um microfone. O diretor está sentado em uma cadeira. E um outro segura algumas folhas de papel nas mãos.</p> <p>Ao centro da imagem, sobrepõem-se dois quadros com imagens de outros audiovisuais dessa mesma campanha sobre FGTS, com o título deles sendo mostrado. Por trás, os trabalhadores movimentam-se no cenário e conversam. Os quadros somem e sobrepõem-se aos trabalhadores os dizeres: “#MEU FGTS. Com o FGTS você ganha duas vezes.”. E: “Saiba mais a fundo em: <a href="http://www.fgts.gov.br">www.fgts.gov.br</a>”.</p> <p>A imagem fica branca e são sobrepostas as logomarcas do FGTS, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.</p>	<p>tratava da projeção de uma filmagem em uma tela branca. O cenário passa a ser um estúdio de gravação. Há a referida tela branca. Torres de iluminação. Um microfone do tipo grua. Há uma esteira, por onde o ator caminha. A câmera de gravação. Uma cadeira do tipo “diretor”. Além de diversos panos pretos cobrindo as paredes. E, é claro, o carro de mão.</p>	<p>pretas. À exceção do diretor, que veste uma camisa clara com desenhos não identificados como estampa.</p>
	<b>LINGUAGEM SONORA</b>			<b>LINGUAGEM VISUAL</b>		
<b>CO NO</b>	<p>O início do percurso temático se dá com uma locução em <i>off</i>, a qual esclarece o tema geral ao qual se dedica o audiovisual, o FGTS, e a ele confere caráter pedagógico.</p> <p>O percurso temático da narrativa deste audiovisual é construído em torno da explicação para o trabalhador sobre como usar o fundo do seu FGTS na compra de sua casa própria. São explicados alguns requisitos. Para aqueles que cumprem os requisitos apresentados, é tematizada a autorização para a procura de seu futuro imóvel.</p>			<p>A cobertura figurativa se inicia com um trabalhador manejando um carro de mão. Interpreta estar esvaziando esse carro ao levantá-lo. Posteriormente, este trabalhador olha para a câmera e fala. Não há a preocupação de disfarçar o olha diretamente para a câmera. Justo pelo contrário.</p> <p>Nossa avaliação é a de que são dadas pistas para que o fruidor perceba, previamente que a cobertura figurativa inicial se trata de uma filmagem. A tela onde são projetadas as imagens de um prédio em construção às costas do trabalhador, simulando estar ele nesse cenário, não é realista o suficiente para se fazer confundir com a realidade. O trabalhador, enquanto fala, inicialmente gesticula com umas das mãos. Seu carro de mão pende para</p>		

<b>TA TI VA</b>		<p>o lado que ficou solto. Na sequência, o trabalhador passa a gesticular com ambas as mãos, sem parar de andar, e o carro permanece na mesma posição a sua frente.</p> <p>A cobertura figurativa construída revela então que tudo mostrado até ali tratava-se de uma representação, na verdade, uma metarrepresentação, pois estamos diante da representação de uma representação. Essa revelação enfatiza novamente o viés pedagógico desse audiovisual, uma vez que a figurativização da filmagem evidencia se tratar de uma construção que tem como objetivo ensinar algo ao trabalhador.</p> <p>Situação que é reforçada com os quadros sobrepostos às imagens dos trabalhadores que anunciam outros audiovisuais que trazem informações relativas ao FGTS.</p>
<b>PO LIS SÊ MI CA</b>	<p>Entendemos que o desenvolvimento argumentativo dessa unidade semiótica tem caráter pedagógico e destina-se a informar o trabalhador sobre como usar o fundo de seu FGTS para a compra de sua casa própria. A maior estratégia comunicacional empregada é a de expor na narrativa que se trata de um audiovisual informativo, para com isso alcançar a atenção do trabalhador, uma vez que ele não está sendo convencido de nada aqui.</p> <p>Quanto às características identitárias de um trabalhador aqui promovidas, dado o viés pedagógico desse audiovisual, não identificamos nada a ser destacado nesse sentido. Gostaríamos de ressaltar a potencialidade simbólica da tematização da casa própria. Esta não foi usada para sustentar nenhum viés das identidades do trabalhador, mas sim para trazer potencial de significação humana ao trabalho de cada fruidor. Afinal, conforme o desenvolvimento argumentativo, através de sua atividade laboral o trabalhador pode adquirir sua sonhada (e simbolizada) casa. Em que pese, mais uma vez venhamos ponderar que tal processo encontra-se dificultado na pós-modernidade, conforme vimos no item 3.2 desta tese.</p> <p>Se esse processo de simbolização em torno da atividade laboral e da casa própria for desempenhado pelos fruidores quanto as suas atividades laborais próprias, a partir da experiência com esse audiovisual, afirmamos que a viabilidade da ocorrência do processo de ressonância simbólica estará favorecida. Já quanto ao ambiente de trabalho representado, seja na representação ou na metarrepresentação, ambos possibilitavam o movimento dos trabalhadores, tanto físico quanto psicológico. Neste último sentido, destacamos que no desenvolvimento argumentativo o diretor da filmagem pergunta aos outros trabalhadores envolvidos com a atividade qual roteiro eles gostariam de gravar na sequência.</p> <p>Nesses termos, quanto a (in)existência de sustentação simbólica das características identitárias dos trabalhadores representados, não foi possível fazermos uma análise. Já quanto a (in)viabilidade da ocorrência da ressonância simbólica, apesar de não estar plenamente reconhecida, confiamos na força simbólica da tematização da casa própria para conferir significação humana à atividade laboral dos trabalhadores fruidores deste audiovisual, razões pelas quais não o vemos potencialmente prejudicial ao trabalhador desde o ponto de vista de nossa segunda categoria para interpretação de análise.</p>	

### 6.3.6 Programa de proteção ao emprego

Mais uma vez, não foi encontrada por nós, no site do referido órgão, nenhuma referência ou explicação quanto ao Programa de Proteção ao Emprego a partir do site do Ministério do Trabalho e Emprego. Na exploração ampliada que empreendemos, a partir do site *google*, quanto a esse programa, encontramos notícias que relatam sua criação e publicações que detalham seu funcionamento, o qual basicamente permite a redução da jornada de trabalho mediante redução da remuneração dos trabalhadores visando a manutenção de seus empregos, com o Governo Federal repondo a metade da redução que atingirá cada trabalhador.

Este programa deu origem a um único produto audiovisual, o qual analisamos. Ele foi denominado *Programa de proteção ao emprego (PPE)*, e pode ser acessado no canal da Ministério do Trabalho e Emprego no site *youtube*, no endereço <<https://www.youtube.com/watch?v=7oQcN2UBxxg>>, ou diretamente no DVD anexo a esta tese. Este produto audiovisual foi postado no site *youtube* no dia 08 de dezembro de 2015 e apresentava mais de 9500 visualizações quando da pesquisa que empreendemos.

## 6.3.6.1 Programa de Proteção ao Emprego

Unidade Semiótica de 00' 00" até 01' 00":



## Leituras Semióticas

DE NO TA TI VA	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
	<p><b>Trabalhador 1:</b> “Ninguém supera desafios sozinho. Ninguém. Por isso, o Programa de Proteção ao emprego está sendo implantado.”.</p> <p><b>Trabalhadora 2:</b> “É bom ter alguém que se preocupa com a gente, né.”.</p> <p><b>Trabalhador 1:</b> “O programa funciona da seguinte forma. Para preservar o emprego, sindicatos e empresas negociam a redução temporária da jornada de trabalho e do salário.”.</p> <p><b>Trabalhador 3:</b> “E o trabalhador? Como fica?”.</p>	<p>Há musical em segundo plano sonoro.</p> <p>Música instrumental.</p>	<p>Não há mixagens neste audiovisual.</p>	<p>O trabalhador 1 é focado lateralmente, tomando café em uma padaria. Levanta-se e dirige-se à saída. Passa a ser focado de frente. Fala diretamente à câmera enquanto sai da padaria.</p> <p>O trabalhador 1 passa por duas outras trabalhadoras que estão na calçada, as quais conversam entre si.</p> <p>O trabalhador 1 é novamente focado, agora, entrando em um ônibus do transporte público. Ele continua a</p>	<p>O cenário inicial onde está o trabalhador 1 é uma padaria. Ele está em um balcão e segura um copo. Este balcão possui um mostruário de vidro, por onde é possível ver vários tipos de pães. Há mais pessoas ali, duas mulheres e um outro homem. Ao sair dessa padaria, é possível uma espécie de quiosque interno, onde há diversos itens à venda. Uma pessoa está ali dentro. É a caixa.</p> <p>O trabalhador sai à calçada. Não é possível descrever este cenário, pois a câmera enfoca com nitidez apenas as duas mulheres que ali</p>	<p>O trabalhador 1 veste, calça de brim, camiseta amarela de mangas curtas, leva, uma camiseta cinza por baixo, dobrada ao braço uma outra camisa.</p> <p>As trabalhadoras que conversam na calçada vestem um tipo de uniforme. Não fica claro se</p>

<p><b>Trabalhador 1 :</b> “O trabalhador fica mais tranquilo. Mantém o emprego, o 13º salário, as férias, o FGTS e o tempo de aposentadoria.”.</p> <p><b>Locução em off:</b> “E o governo Federal repõem até metade da redução salarial.”.</p> <p><b>Trabalhadora 2:</b> “A crise passa, mas o emprego fica.”.</p> <p><b>Trabalhador 1:</b> “O Programa de Proteção ao emprego é isso. Todos juntos trabalhando para o país avançar.”.</p> <p><b>Locução em off:</b> “Acesse mte.gov.br e informe-se. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Brasil, Pátria Educadora.”.</p>			<p>falar diretamente à câmera e percorre o interior do ônibus, da frente para o fundo.</p> <p>Há outras pessoas no ônibus. Uma delas faz uma pergunta para a outra, com a qual divide o banco. A pergunta é respondida pelo trabalhador 1, o qual senta-se em no banco da fileira imediatamente atrás, mas no outro lado do corredor.</p> <p>O trabalhador 1 é focado descendo do ônibus. Dessa vez, não fala e nem olha para a câmera.</p> <p>Diversos trabalhadores e trabalhadoras são mostradas em um ambiente externo, uma delas fala diretamente à câmera.</p> <p>O trabalhador 1 é mostrado vestindo seu uniforme de trabalho. Uma camisa cinza em tecido grosso. Novamente ele fala diretamente à câmera.</p> <p>O trabalhador 1 é mostrado então operando uma máquina grande e horizontal. Não nos é possível precisar de qual máquina se trata.</p>	<p>conversam, deixando tudo o que está além delas desfocado.</p> <p>Na sequência, o trabalhador está embarcando em um ônibus, na calçada em que eles está há algumas palmeiras e um canteiro com grama.</p> <p>O próximo cenário é o interior de um ônibus de transporte público municipal. Há as tubulações amarelas, destinadas que os usuários nelas se segurem, muitos bancos cinza escuros e figurantes neles sentados.</p> <p>O trabalhador 1 desce do ônibus e é possível brevemente ver o exterior do ônibus, há carros na rua, prédios altos e um poste de luz.</p> <p>O cenário seguinte é externo. Assemelha-se à entrada de uma empresa. Há diversos figurantes.</p> <p>O trabalhador 1 é então mostrado em uma peça, paredes bege, há uma lâmpada, e um quadro na parede. Neste quadro, há uma carteira de trabalho, um trabalhador vestindo macacão bege, luvas e capacete de proteção brancos e óculos de proteção. Há vários dizeres no quadro, é possível a leitura de: “Programa de Proteção ao Emprego. Você trabalhando, as empresas produzindo e o Brasil avançando.”.</p>	<p>é um vestido ou uma camiseta polo. O certo é que é na cor azul, com detalhes em branco na gola.</p> <p>O trabalhador que faz a pergunta à trabalhadora que está sentada ao seu lado veste camisa cinza, mangas arremangadas, já a trabalhadora veste camisa polo na cor laranja.</p> <p>Os trabalhadores que chegam à fábrica todos vestem uma camisa cinza escura, em tecido grosso. A maioria deles usa calça de brim, em diversas cores.</p> <p>O trabalhador 1 então prepara-se para começar sua atividade, ele tira a camisa</p>
--	--	--	---	---	--

				<p>Assemelha-se a um torno mecânico.</p> <p>A imagem fica branca e são sobrepostas as logomarcas do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Previdência Social e do Governo Federal.</p>	<p>O próximo cenário é o de o interior de uma fábrica. O trabalhador opera uma grande máquina horizontal. O ambiente é bastante amplo, há outros trabalhadores no local. Há estantes e mesas de metal. Várias outras máquinas e pessoas trabalhando. Entretanto, essa imagem é um pouco desfocada.</p>	<p>amarela que usava e veste essa mesma camisa cinza em tecido grosso.</p> <p>É idêntica à camisa que usam os trabalhadores do interior da fábrica.</p>
	<b>LINGUAGEM SONORA</b>			<b>LINGUAGEM VISUAL</b>		
<b>CO NO TA TI VA</b>	<p>O percurso temático da narrativa deste audiovisual é construído em torno da noção da manutenção do emprego do trabalhador. Essa noção se justifica pela tematização inicial, a qual indica que o trabalhador está vivendo um contexto de desafios. Destacamos que a tematização é proposta por um trabalhador, tal estratégia busca alcançar a identificação dos trabalhadores fruidores desse audiovisual.</p> <p>Mas quais desafios? Os desafios impostos pela crise que vive a economia do país, a qual acarreta, frequentemente, na demissão de trabalhadores e no fechamento de empresas. Ainda nesse início da narrativa também há a tematização referente à dificuldade em enfrentar desafios sozinho, a qual justifica a implementação do Programa de Proteção ao Emprego.</p> <p>A trabalhadora amplia essa tematização, dizendo ser bom ter alguém que cuide “da gente”. Dessa forma, é estendido ao Governo Federal o entendimento de que está implementando esse programa para cuidar (do emprego, conforme se verá mais à frente) do trabalhador brasileiro.</p> <p>Na sequência, é explicado o funcionamento do programa, uma negociação entre sindicatos e empresas para a redução da carga horária mediante redução salarial. Um outro trabalhador questiona como ficará o trabalhador nessa situação. O trabalhador 1, protagonista da narrativa, tematiza que o trabalhador ficará tranquilo, equivalendo tranquilidade à manutenção do vínculo empregatício, o que lhe garantirá a continuidade de diversos direitos trabalhistas, como 13º salário, FGTS e contagem do tempo para aposentadoria.</p>			<p>A cobertura figurativa ilustra e enriquece o percurso temático. Inicialmente, é sugerido que o trabalhador 1 está tomando café da manhã em uma padaria, antes de iniciar sua jornada de trabalho. A figurativização construída propõe uma significação no sentido de um trabalhador que dispõe de dinheiro e tempo para tomar café da manhã tranquilamente em um estabelecimento comercial.</p> <p>Ele introduz o tema do programa, essa tematização é enriquecida pela figurativização de duas trabalhadoras uniformizadas que elogiam a atitude proposta em um sentido geral. O trabalhador 1 continua a explicar o programa, a figurativização se dá em torno da locomoção do trabalhador até seu ambiente de trabalho através de transporte público municipal, apresentando esse serviço como uma opção calma, espaçosa e viável. Os poucos trabalhadores que também estão dentro do ônibus o questionam quanto o programa. Ele segue fazendo esclarecimentos.</p> <p>A figurativização seguinte é a representação de trabalhadores chegando a seu ambiente de trabalho. (Eles têm um trabalho). A trabalhadora afirma que a crise passa, mas os empregos ficam. Nesse mesmo sentido está a próxima figurativização, a do trabalhador 1 vestindo seu uniforme de trabalho para começar sua jornada: ele tem um emprego.</p> <p>A última figurativização é a do trabalhador 1 exercendo suas atividades laborais. Enquanto as realiza, de forma tranquila e interessada, sobrepõe-se o endereço eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego e a injunção que ordena ao trabalhador quanto a acessá-lo e quanto a informar-se.</p>		

	<p>A locução em <i>off</i>, com a voz do próprio trabalhador, avisa que o Governo Federal reporá até a metade do valor reduzido. Uma trabalhadora tematiza que a crise passará sem que o trabalhador perca seu emprego. O trabalhador 1 reafirma que disso se trata o referido programa e tematiza que com todos juntos e trabalhando, o país irá avançar.</p>		
<p><b>PO LIS SÊ MI CA</b></p>	<p>Entendemos que o desenvolvimento argumentativo dessa unidade semiótica se fundamenta na noção da manutenção do emprego do trabalhador. Os argumentos persuasivos que reforçam a importância dessa manutenção estão relacionados à crise econômica que o país atravessava no momento de sua produção. Se é que em algum momento de nossa história não estivemos em crise. A parte disso, a crise é tematizada enquanto um desafio, uma vez que o contexto social era o corte de vagas e fechamento de empresas.</p> <p>Para enfrentar o desafio, o Governo Federal se coloca como alguém que ajudará o trabalhador, posteriormente a um trabalhador afirmar que ninguém supera desafios sozinho. Em avaliação à postura do Governo Federal, uma trabalhadora enfatiza que é bom ter alguém que se preocupe com os trabalhadores. Destacamos que o trabalhador é então representado como alguém que precisa ser ajudado, alguém com quem outros se preocupam. É representado com alguém frágil e dependente. Alguém ficará mais tranquilo em razão da ajuda que receberá do Governo Federal, a qual possibilitará que não perca seu emprego e tampouco as garantias que o vínculo empregatício decorrem.</p> <p>Essa matriz identitária não está plenamente simbolizada na narrativa, o que há é a possibilidade do estabelecimento de uma relação com o tema das garantias advindas do vínculo empregatício, o qual possui grande potencial simbólico, para conferir assim sustentação simbólica a essa matriz identitária. Contudo, essa relação precisa ser empreendida pelo trabalhador fruidor do audiovisual e, conforme vimos no item 3.2 dessa tese, esse caminho se encontra dificultado na pós-modernidade. E, mesmo que houvesse a plena sustentação simbólica da matriz identitária representada, em razão da representação de um trabalhador frágil e dependente ali presente, mesmo assim tratar-se-ia de uma representação potencialmente prejudicial ao trabalhador caso adote essa matriz como modelo.</p> <p>Quanto à (in)viabilidade da ocorrência do processo de ressonância simbólica a partir da representação do trabalhador e de seu ambiente de trabalho, analisamos que o audiovisual apresenta a representação do trabalho vinculando-o a uma significação humana. Assim entendemos em razão de ser o trabalho representado justamente como aquilo que irá proporcionar tranquilidade à vida do trabalhador, em função do salário e demais direitos em que implica. Representação que pode ser melhor entendida se levarmos em consideração aquilo que apresentamos no item 4.3 desta tese, quanto à dependência dos trabalhadores em relação à remuneração financeira que recebem em razão de seu trabalho, situação de onde se originam as ideologias defensivas e da vergonha.</p> <p>Já quanto a separação entre trabalho prescrito (a tarefa) e trabalho real (a atividade), apenas na parte final do audiovisual é representado o trabalhador em seu ambiente de trabalho. O que vemos é o trabalhador 1 usando itens de segurança no trabalhador e outros trabalhadores circulando no local de trabalho. Os trabalhadores desempenham livremente suas atividades, não há nada que nos leve a interpretar pela inexistência do necessário espaço.</p> <p>Por conseguinte, consideramos que este audiovisual, é potencialmente prejudicial para o trabalhador que o adotá-lo enquanto um modelo identitário no sentido de nossa primeira categoria para interpretação de análise, mas que ele não é potencialmente prejudicial ao trabalhador no sentido de nossa segunda categoria para interpretação de análise.</p>		

#### 6.4 SÍNTESE E INTERPRETAÇÃO DA ANÁLISE EMPÍRICA

Terminada nossa análise empírica, passamos a sua síntese e interpretação. Procedemos a análise de nosso objeto empírico objetivando verificar a ocorrência da tese que desenvolvemos na primeira parte desta pesquisa. Em outros termos, objetivando verificar se algum dos audiovisuais selecionados seria potencialmente prejudicial ao trabalhador que adotasse as representações ali midiaticamente ofertadas enquanto matriz identitária. Para tal, nos valem dos conhecimentos que alcançamos através da análise de nosso objeto teórico, os quais culminaram nas duas categorias de interpretação para a análise empírica que construímos, sendo elas, (1) a (in)existência de sustentação simbólica na representação das características identitárias do trabalhador e (2) a (in)viabilidade da ocorrência de ressonância simbólica a partir das representações das atividades dos trabalhadores e de seu ambiente de trabalho.

Pelo lado da primeira categoria, a potencialidade prejudicial ao trabalhador foi por nós observada na oferta midiática de representações do trabalhador brasileiro onde há a ausência de sustentação simbólica (dessimbolização) de suas características identitárias. Essa ausência apenas foi por nós assinalada quando não conseguimos constatar nem ao menos a indicação de um caminho sugestionado ao fruir para que desempenhe o processo de simbolização das representações. Já pelo lado da segunda categoria, a potencialidade prejudicial ao trabalhador foi por nós observada quando a representação da atividade desenvolvida pelo trabalhador e a representação de seu ambiente de trabalho, midiaticamente ofertadas, não favoreciam a viabilidade do processo de ressonância simbólica. Esta situação se procede a partir dois vieses: (1) a ausência de significação humana na representação da atividade do trabalhador e (2) a ausência de separação entre trabalho prescrito (a tarefa) e trabalho real (a atividade) nas representações da atividade do trabalhador e de seu ambiente de trabalho.

Nesses termos, ao analisarmos os 04 audiovisuais do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho que selecionamos, observamos que, quanto à primeira de nossas categorias de interpretação, 02 deles eram potencialmente prejudiciais aos trabalhadores que os adotassem enquanto matriz identitária, em 01 deles não foi observada essa potencialidade e em 01 deles não foi possível realizar a avaliação em razão de não haver a representação da identidade de trabalhadores. Já quanto à segunda de nossas categorias de interpretação, 02 deles eram potencialmente prejudiciais aos trabalhadores que os adotassem enquanto matriz identitária e 02 deles não eram. Nos Quadros 14 e 15 é possível uma melhor visualização de tais resultados.

Quadro 14 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria do CSJT e do TST quanto à (in)existência de sustentação simbólica na representação das identidades dos trabalhadores.

	<b>CSJT e TST</b>
<b>Potencialmente prejudiciais</b>	2
<b>Não prejudiciais</b>	1
<b>Não possibilitaram análise</b>	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 15 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria do CSJT e do TST quanto à (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica a partir das representações da atividade dos trabalhadores e de seu ambiente de trabalho.

	<b>CSJT e TST</b>
<b>Potencialmente prejudiciais</b>	2
<b>Não prejudiciais</b>	2
<b>Não possibilitaram análise</b>	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observamos um leve predomínio de audiovisuais considerados potencialmente prejudiciais quanto à primeira de nossas categorias de interpretação para a análise empírica. Já quanto à segunda dessas categorias, houve paridade entre os audiovisuais considerados potencialmente prejudiciais e os não considerados prejudiciais.

Pelo lado do Ministério da Previdência Social, analisamos 01 único produto audiovisual. Quanto à primeira de nossas categorias de interpretação, ele não foi considerado potencialmente prejudicial ao trabalhador que adotá-lo enquanto matriz identitária. Já quanto a nossa segunda categoria de interpretação, o audiovisual não permitiu que fizéssemos uma avaliação. Os Quadros 16 e 17 evidenciam esse resultado.

Quadro 16 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria do Ministério da Previdência Social quanto à (in)existência de sustentação simbólica na representação das identidades dos trabalhadores.

	<b>Ministério da Previdência Social</b>
<b>Potencialmente prejudiciais</b>	0
<b>Não prejudiciais</b>	1
<b>Não possibilitaram análise</b>	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 17 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria do Ministério da Previdência Social quanto à (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica a partir das representações da atividade dos trabalhadores e de seu ambiente de trabalho.

	<b>Ministério da Previdência Social</b>
<b>Potencialmente prejudiciais</b>	0
<b>Não prejudiciais</b>	0
<b>Não possibilitaram análise</b>	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em razão do pequeno *corpus* exemplar de análise que encontramos, não temos resultados que nos possibilitam uma interpretação mais aprofundada. Quanto à primeira de nossas categorias de interpretação para a análise empírica, o audiovisual analisado foi considerado como não prejudicial. Já quanto a segunda dessas categorias, não houve resultado.

E, quanto ao Ministério do Trabalho e Emprego, analisamos 6 produtos audiovisuais. Quanto à primeira de nossas categorias de interpretação, 05 deles eram potencialmente prejudiciais aos trabalhadores que os adotassem enquanto matriz identitária, em 01 deles não foi possível realizar a avaliação em razão de não haver a representação da identidade de trabalhadores e nenhum deles foi considerado por nós como não prejudicial ao trabalhador. Já quanto à segunda de nossas categorias de interpretação, 03 deles eram potencialmente prejudiciais aos trabalhadores que os adotassem enquanto matriz identitária e outros 03 foram considerados como não prejudiciais. Os Quadros 18 e 19 oferecem uma melhor visualização de tais resultados.

Quadro 18 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria do Ministério do Trabalho e Emprego quanto à (in)existência de sustentação simbólica na representação das identidades dos trabalhadores.

	<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>
<b>Potencialmente prejudiciais</b>	5
<b>Não prejudiciais</b>	0
<b>Não possibilitaram análise</b>	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 19 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria Ministério do Trabalho e Emprego quanto à (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica a partir das representações da atividade dos trabalhadores e de seu ambiente de trabalho.

	<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>
<b>Potencialmente prejudiciais</b>	3
<b>Não prejudiciais</b>	3
<b>Não possibilitaram análise</b>	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observamos aqui um amplo predomínio de audiovisuais considerados potencialmente prejudiciais quanto à primeira de nossas categorias de interpretação para a análise empírica. Já quanto a segunda dessas categorias, houve paridade entre os audiovisuais considerados potencialmente prejudiciais e os não considerados prejudiciais.

Em termos absolutos, sem distinguir o órgão autor dos audiovisuais, analisamos 11 produtos. Quanto à primeira de nossas categorias de interpretação, 07 deles eram potencialmente prejudiciais aos trabalhadores que os adotassem enquanto matriz identitária, em 02 deles não foi observada essa potencialidade e em 02 deles não foi possível realizar a avaliação em razão de não haver a representação da identidade de trabalhadores. Já quanto à segunda de nossas categorias de interpretação, 05 deles eram potencialmente prejudiciais aos trabalhadores que os adotassem enquanto matriz identitária, 05 foram considerados como não prejudiciais e em 01 deles não foi possível realizar a análise em razão de não haver nele as representações da tarefa realizada pelo trabalhador ou de seu ambiente de trabalho. Mais uma vez os Quadros 20 e 21 oferecem uma melhor visualização de tais resultados.

Quadro 20 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria de todos os órgãos analisados quanto à (in)existência de sustentação simbólica na representação das identidades dos trabalhadores.

	<b>Todos os órgãos analisados</b>
<b>Potencialmente prejudiciais</b>	7
<b>Não prejudiciais</b>	2
<b>Não possibilitaram análise</b>	2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 21 – Resultados de análise dos audiovisuais de autoria todos os órgãos analisados quanto à (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica a partir das representações da atividade dos trabalhadores e de seu ambiente de trabalho.

	<b>Todos os órgãos analisados</b>
<b>Potencialmente prejudiciais</b>	5
<b>Não prejudiciais</b>	5
<b>Não possibilitaram análise</b>	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observamos novamente um amplo predomínio de audiovisuais considerados potencialmente prejudiciais quanto à primeira de nossas categorias de interpretação para a análise empírica. E, quanto a segunda dessas categorias, a paridade entre os audiovisuais considerados potencialmente prejudiciais e os não considerados prejudiciais. Tais resultados da análise de nosso objeto empírico evidenciam presença de material potencialmente prejudicial ao trabalhador brasileiro, nos termos da análise que fizemos de nosso objeto teórico, entre os audiovisuais de caráter ficcional midiaticamente ofertados pelos órgãos governamentais ligados à atividade laboral em nosso país, onde há representações das identidades de trabalhadores, de suas atividades e de seu ambiente de trabalho

Conforme já indicamos, não planejamos a metodologia desta pesquisa para que os resultados que alcançamos com o *corpus* total que selecionamos representem os resultados do universo desses objetos. Nossos resultados dizem respeito ao *corpus* que analisamos. Ainda assim, é inegável que tais resultados oferecem ao menos uma vaga noção quanto ao universo dos materiais audiovisuais produzidos por esses órgãos, no que se refere aos termos de nossa análise. Não estamos aqui nos referindo a um sentido quantitativo, mas a um sentido qualitativo: o saber que há material potencialmente prejudicial ao trabalhador brasileiro sendo

mediaticamente ofertado pelos órgãos governamentais ligados à atividade laboral em nosso país.

Com isso, verificamos a ocorrência da tese que desenvolvemos na primeira parte desta pesquisa no objeto empírico que selecionamos para análise e alcançamos o objetivo geral que estabelecemos para este trabalho, o de saber se os referidos órgãos estão midiaticamente ofertando em seus materiais audiovisuais uma representação oficial do trabalhador brasileiro que é potencialmente prejudicial a esse sujeito nos termos já indicados. A resposta é afirmativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentamos no decorrer dessa tese, já há algum tempo vivemos em um contexto de grande profusão de imagens, entretanto, esse quadro tem se complexificado. Na atualidade, não há apenas imagens por todas as partes, mas também materiais audiovisuais em todos os lados. As imagens, antes paradas, ganham som e movimento. A televisão já está consolidada como companheira invariável no cotidiano da imensa maioria dos lares e os computadores caminham no mesmo sentido. O desenvolvimento recente dos telefones móveis, os quais tornaram-se pequenos computadores, possibilitou a um grande contingente de pessoas dispor de acesso a produtos audiovisuais quase que permanentemente. Pontuamos, principalmente com Sodré (2002), em meio a essa conjuntura, a grande importância conferida a esse tipo de material, no contexto da no o de midiaticiza o, a qual propõe, entre muitas outras coisas, que representa es midiaticamente ofertadas estão sendo adotadas pelos sujeitos enquanto referência para composi o de suas identidades.

Gostaríamos de atentar, igualmente, para as condi es socioculturais e est tico-políticas em que nos encontramos, sintetizadas por muitos na expressão pós-modernidade, no o que exploramos principalmente a partir de Featherstone (1995), Calabrese (1989), Lipovetsky (2004), Harvey (2008), Lyotard (1990), Hall (2003) e Bauman (2001). A relativiza o das referências socioculturais e est tico-políticas, a partir da crescente incredulidade nas grandes narrativas, implicou para a identidade dos sujeitos considerável dificuldade, colocando-a em uma situa o dita de crise. Uma crise que em nossa visão se origina da dessimboliza o, no o trabalhada a partir de Dufour (2005), do sujeito e da cultura contemporâneos. Obviamente, para a identidade dos trabalhadores, não foi diferente.

O desenvolvimento dos modelos de produ o industrial, os quais exploramos principalmente com Braverman (2011), Pinto (2007), Harvey (2008) e Antunes (2006; 2009), ocorrido no século passado, não teve como parâmetro o bem-estar do trabalhador. Guiou-se pela ganância desmedida dos empregadores em busca de melhores índices de acúmulo de

capitais, ocasionando a despersonalização e a alienação do trabalhador quanto a seu trabalho, conforme Antunes (2006; 2009) e Dejours (1992; 1994). Nesse contexto, em uma relação de forças evidentemente desproporcionais entre empregador e trabalhador, estes últimos esperam contar com a intervenção regulatória do Estado a seu favor, objetivando equilibrar essa relação.

Nosso Estado organizou-se com muitos órgãos ligados à atividade laboral, uma vez que é o trabalho que movimenta a economia do país. Esses órgãos, acompanhando as tendências hodiernas, passaram a buscar uma comunicação mais frequente com os atores sociais com que estão envolvidos. Por conseguinte, construíram ambientes virtuais, os chamados *sites*, e ingressaram em diversas redes (midiáticas) sociais. Nestes locais, passaram a oferecer, entre outras coisas, materiais audiovisuais em que relatam suas atividades, instruem trabalhadores ou empregadores quanto a seus direitos e deveres ou promovem as mais diversas ações que consideram interessantes, como programas de proteção à saúde do trabalhador, entre outros. Nesses materiais audiovisuais, recorrentemente, são representados trabalhadores em suas atividades e em seu ambiente de trabalho.

Considerando esse contexto, conjecturamos: se as representações midiáticas são hoje tomadas como parâmetro para conformatação das subjetividades, evidentemente pode haver o caso de representações construídas de tal forma que estariam em harmonia com situações que são prejudiciais ao próprio trabalhador e, caso ele as adote como uma matriz identitária, resultaria prejudicado. As situações prejudiciais ao trabalhador que consideramos, conforme diversas vezes indicamos no corpo desta tese são essas decorrentes da crise pela qual passam as identidades na contemporaneidade e as relativas à saúde mental do trabalhador desde o ponto de vista da psicopatologia do trabalho. Foi com esta conjuntura em mente que criou-se em nós a curiosidade de saber se estariam os órgãos do Estado ligados à atividade laboral, esses de quem o trabalhador espera uma ação regulatória na desigual relação que mantêm com seus empregadores, ofertando midiaticamente uma representação oficial do trabalhador brasileiro que lhe é prejudicial, caso adotada enquanto matriz identitária.

Deste cenário foi que surgiu este trabalho. Para articulá-lo, avaliamos que precisaríamos primeiramente melhor definir essas situações que são prejudiciais ao trabalhador, objetivo que mostrou-se nada fácil de ser alcançado, para só então podermos analisar as representações midiaticamente ofertadas por esses órgãos nesses materiais audiovisuais e chegar a conhecer se isso que imaginamos está ou não acontecendo.

Previamente à exploração dessas representações potencialmente prejudiciais ao trabalhador brasileiro, com o Capítulo I desta tese, além de sustarmos a inserção de nosso tema de estudo na Área de Concentração do Programa de Pós-Graduação e na Linha de Pesquisa

elegidos para desenvolvê-lo, apresentamos a abordagem mais tradicional da noção de identidade, a qual consideramos precisava ser atualizada pelo viés do que para nossa tese é um pressuposto, o entendimento de que a esfera midiática acendeu a um lugar de grande importância entre os referenciais culturais quanto à conformação das identidades na contemporaneidade, o que fizemos principalmente a partir de Sodré (2002).

Este foi nosso panorama inicial. Entretanto, para que conseguíssemos, nessa abordagem teórica de nosso objeto de pesquisa, explorar as representações potencialmente prejudiciais aos sujeitos que as tomarem enquanto matrizes identitárias, culminando com a construção da primeira das categorias de interpretação da análise empírica de nosso objeto de estudo, conforme nos propomos, consideramos que o referido panorama precisava ser estendido, debatido, aprofundado e problematizado com maior intensidade. Fizemos isso no Capítulo II desta tese, no qual diferenciamos as configurações identitárias típicas da modernidade e da pós-modernidade, as quais chamamos identidade moderna e identidades pós-modernas.

Caracterizamos, principalmente a partir de Lipovetsky (2004), Harvey (2008), Hall (2003) e Bauman (2001), a primeira delas como eminentemente singular, uma vez que foi definida como fixa, racional, científica, positivista, linear, padronizada, absoluta, centrada, unificada, consciente e monótona, fundamentada em grandes narrativas, e tendo como objetivo ser coerente e perene. Metaforicamente, foi dito que a identidade moderna é sólida, no sentido de que tem sua configuração fortemente definida, talvez imutável, a ponto de ser confundida com a essência do sujeito.

Já a segunda, com base nesses mesmos autores, foi caracterizada como eminentemente plural, uma vez que foi definida como móvel, flexível, individualista, autônoma, contraditória, frequentemente deslocada e fragmentada. Metaforicamente, foi dito que as identidades pós-modernas são líquidas, no sentido de que suas configurações são evasivas, voláteis e ágeis; elas alteram-se constantemente. Deixa, o sujeito pós-moderno, de possuir uma identidade única, ilusão de retrato de sua essência, passando a possuir muitas, convenientes a diferentes contextos. Contudo, conforme apontou Lipovetsky (2004), essa flexibilidade tem um custo para o sujeito, que muitas vezes desenvolve algum tipo de psicopatologia em razão disso.

Ainda no Capítulo II, introduzimos a existência de um problema com as identidades nas pós-modernidade, uma dificuldade por parte do sujeito pós-moderno quanto a sustentá-las, o qual entendemos está ligado à incredulidade nas grandes narrativas. Deixamos essa conclusão temporariamente suspensa, para que pudéssemos abordar a configuração de identidades a partir de um viés psicanalítico e assim nos aprofundarmos no sentido de como ocorrem as identificações que fundamentam as escolhas identitárias. Descrevemos então, a partir de Souza

(1994), o processo de identificação pelo qual passam os sujeitos, as identificações do ideal de eu entre os constituintes conceituais predicativos da linguagem elegidos por este para imaginariamente configurar-se. Escolhas que se darão tanto pela sustentação simbólica que possuem tais predicativos na cultura, como pelo quanto eles estão de alguma forma relacionados ao traço unário de seu eu ideal recalçado.

Afirmamos que a estabilidade de cada elemento que compõem esse quadro imaginário de respostas está diretamente ligada à consistência da sustentação simbólica de determinado conteúdo predicativo da cultura, alvo das identificações do ideal de eu em sua busca por reconstruir ilusoriamente o eu ideal, pois é esse conteúdo simbólico que será relacionado de alguma forma, pelo sujeito, com o traço unário de seu eu ideal recalçado, produzindo assim uma formação substitutiva. Caso esse conteúdo predicativo da cultura perca o arranjo simbólico que detém e que possibilitou ao sujeito empreender tal ligação (a identificação simbólica com o traço unário de algum elemento de seu eu ideal recalçado), essa relação simbólica deixará de existir. Será necessária então uma nova resposta.

À guisa de dar encaminhamento ao estudo, percebemos que, se considerarmos as características pertinentes às condições socioculturais e estético-políticas da contemporaneidade que trouxemos, especificamente o aumento da fugacidade das condições em geral, podemos pensar em uma aceleração desse circuito de substituição de identificações em que vive o sujeito, em sua busca por dar um tom imaginário para aquilo com o que simbolicamente se identifica, conforme anteriormente apresentamos. Com a fragilização da sustentação simbólica dos conteúdos culturais na pós-modernidade, entendemos que o quadro de respostas para a questão *quem sou eu?* entoada pelo sujeito desse período teve sua volatilidade acelerada. Dessa forma, relacionamos a volatilização da sustentação simbólica dos conteúdos culturais ao referido problema das identidades na pós-modernidade, o que novamente estabelece uma ligação entre este e a incredulidade às grandes narrativas. Entretanto, encontramos outras questões de grande relevância. A principal delas, a apresentação do mecanismo através do qual as identidades escolhem os conteúdos que funcionam como seus provisórios predicados.

Destarte, entendemos que, para que consigamos alcançar a primeira categoria de interpretação de nossa análise empírica, essa que sintetiza as representações que são potencialmente prejudiciais ao sujeito que as tomarem enquanto matrizes identitárias pelo viés do que chamamos de panorama das identidades na pós-modernidade, precisaríamos agora empreender uma abordagem da esfera cultural através de um viés específico, o da análise das instituições socioculturais que em grande medida conferem sustentação simbólica a todos os

tipos de conteúdos culturais, uma vez que entendemos que é justamente em razão disso que essas instituições podem ser consideradas matrizes que fornecem elementos para as configurações identitárias. Com isso, entendemos que poderíamos abordar em maior profundidade essa relação e avançar no sentido de descobrir se estão os órgãos governamentais ligados à atividade laboral midiaticamente ofertando a representação oficial de um trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial a esse sujeito.

O que fizemos, então, no Capítulo III desta tese, foi uma análise de caráter pessoal que teve como referência as características atribuídas aos tradicionais períodos da História no ocidente. Nossa ênfase, em função dos objetivos gerais deste trabalho, recaiu sobre a Idade Contemporânea. O raciocínio que realizamos nos permitiu, ao fim, pensar a forma como a mídia, a instituição que demonstramos ser atualmente a hegemônica quanto aos parâmetros de configuração das identidades, (des)articula tais parâmetros, situação que entendemos só se torna possível em razão do enfraquecimento da consistência da sustentação simbólica dos conteúdos culturais possibilitada pela incredulidade às grandes narrativas.

Se antes a consistência da sustentação simbólica dos conteúdos culturais tinha aspirações universais e absolutas, conforme apresentamos com Lyotard (1990) quanto aos saberes, agora igualmente passou a ser local e contextual, relativa. O que possibilita ao sujeito pós-moderno configurar-se autonomamente. Esse é nosso posicionamento concernente à indicação de uma ligação entre a incredulidade nas grandes narrativas e o problema das identidades na pós-modernidade. Entretanto, relembramos a afirmação de Lipovetsky (2004), de que a autonomia e a mobilidade para configurar-se livremente têm, com frequência, para o sujeito pós-moderno, um custo, geralmente elevado, o de um sofrimento psicológico. Se os indivíduos estão cada vez mais se autodirigindo, o que nesta nova condição estaria dando tão errado a ponto de levar este autor a perceber a existência desse sofrimento para muitos desses sujeitos?

Respondemos a esta questão principalmente a partir das proposições teóricas de Dufour (2005), com as quais defendemos uma crescente dificuldade do sujeito pós-moderno quanto a empreender o processo de simbolização e enfatizamos a parcela de contribuição referente à esfera midiática neste panorama, principalmente da televisão. Somados a esse contexto a incredulidade às grandes narrativas e o conseqüente enfraquecimento dos referenciais simbólicos, defendemos que houve o deslocamento da responsabilidade pela sustentação simbólica dos conteúdos culturais para o sujeito em sua singularidade, para que ele, de forma livre, em cada situação de identificação, confira conteúdo simbólico a cada referência cultural. Atividade essa da qual não estava incumbido, uma vez que na modernidade as referências

culturais já se encontravam consistentemente simbolizadas pelas grandes narrativas. Processo esse que, conforme apresentamos, tem se tornado cada vez mais difícil para o sujeito pós-moderno.

Dessa forma, a partir desse exercício teórico que empreendemos podemos afirmar que a oferta de uma matriz identitária oficial do trabalhador brasileiro, como a que é midiaticamente representada nos audiovisuais de autoria dos órgãos governamentais ligados à atividade laboral, pode ser prejudicial a esse sujeito caso não confira, ela mesma, conteúdo simbólico aos ideais, aos valores, aos predicativos do sujeito ali representados, esses que serão os alvos das identificações, os parâmetros para as configurações identitárias. Ou que, no mínimo, apresente uma sugestão de simbolização fortemente representada no audiovisual, para que o trabalhador possa mais facilmente realizar esse processo.

Essa é, precisamente, a primeira das categorias que construímos para interpretação de nossa análise empírica: a (in)existência de sustentação simbólica na forma como foram construídos os valores, os ideais e os predicativos do sujeito que compõem as identidades dos trabalhadores representados nos audiovisuais.

Posteriormente a termos problematizado a noção de identidade, explorando assim as representações que podem ser potencialmente prejudiciais aos sujeitos que por ventura as tomarem enquanto matrizes identitárias, culminando com a construção da primeira categoria para interpretação de nossa análise empírica, passamos a problematizar as noções de trabalho e trabalhador com este mesmo afã, com vistas à segunda dessas categorias.

Fizemos isso no Capítulo IV desta tese, onde, principalmente a partir de Barreto (2006), Sávtchenko (1987), Marx (1996), Arendt (2009), Maya (2016), Johnson (1997), Jacques (2002) e Antunes (2006; 2009), debatemos as noções de trabalho e trabalhador e exploramos a representação social do trabalho ao longo da história. Apresentamos a evolução dos modelos de produção contemporâneos, taylorismo, fordismo e toyotismo, principalmente a partir de Braverman (2011), Pinto (2007), Harvey (2008) e Antunes (2006; 2009), enfatizando as consequências, para as identidades dos trabalhadores, do predomínio de cada um desses modelos. E problematizamos as considerações apresentadas anteriormente através das proposições da Psicodinâmica do Trabalho, principalmente através de Dejours (1994).

As principais proposições que apresentamos foram: Que (1) o sofrimento no trabalho resulta da falta de significação humana na atividade laboral e que (2) é do embate entre um sujeito com uma história personalizada e uma instituição com uma injunção despersonalizante que essa falta de significação se origina, quando não consegue o trabalhador resistir. Que (3) para que o trabalhador consiga resistir, ou seja, para que seus mecanismos de defesa atuem, é

preciso que o corpo do trabalhador tenha liberdade para movimentos físicos e psicológicos. Que (4) quanto mais rígida a organização do trabalho, menor a possibilidade de criação de conteúdo significativo por parte do trabalhador. Que (5) a sublimação, via direta de acesso ao prazer no trabalho é um processo inconsciente, portanto inacessível ao controle do sujeito. Que (6) a ressonância simbólica favorece a sublimação, sendo seu requisito. Que (7), caso o trabalhador exerça uma atividade sem a ela atribuir um sentido fundamentado em sua história de vida e caso o controle exercido pela organização quanto às atividades que este desempenha seja excessivamente rígido, não permitindo a separação entre trabalho prescrito (a tarefa abstrata) e trabalho real (a atividade concreta), estará dificultada a possibilidade de ocorrência da ressonância simbólica entre suas representações simbólicas, seus investimentos pulsionais e a realidade que encontra em seu trabalho, ou seja, estará posta a situação favorável à ocorrência de sofrimento no trabalho para o trabalhador.

Destarte, concluímos que a oferta da representação oficial do trabalhador brasileiro, como a que é midiaticamente representada nos audiovisuais de autoria dos órgãos governamentais ligados à atividade laboral, pode ser prejudicial a esse sujeito caso as representações da atividade desempenhada pelo trabalhador e de seu ambiente de trabalho ali presentes não favoreçam a ocorrência de ressonância simbólica, nos termos anteriormente apresentados, quais sejam: a ausência de significação humana na atividade representada e a inexistência de um espaço entre trabalho prescrito (a tarefa) e trabalho real (a atividade).

É precisamente essa a segunda categoria que construímos para a interpretação de nossa análise empírica: a (in)viabilidade de ocorrência de ressonância simbólica nos termos das representações da atividade desempenhada pelo trabalhador e de seu ambiente de trabalho presente nos audiovisuais.

De posse de ambas as categorias para interpretação da análise de nosso objeto empírico de pesquisa, consideramos que alcançamos os objetivos que traçamos para esta primeira parte de nossa tese, abordar nosso objeto teórico de estudo explorando as representações potencialmente prejudiciais aos sujeitos nelas representados do ponto de vista (1) do panorama das identidades na pós-modernidade e (2) as saúde mental do trabalhador a partir da psicodinâmica do trabalho, culminando com a construção de tais categorias de interpretação de análise. A caracterização de uma representação midiática oficial do trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial a este sujeito, sintetizada nessas categorias para interpretação da análise empírica, é precisamente a tese que aqui construímos e defendemos. Dispondo de tais categorias para análise, passamos a averiguar a ocorrência da tese que desenvolvemos no objeto empírico que selecionamos para este propósito, pois somente com essa ferramenta foi que

julgamos que nos colocamos na posição de poder verificar, através dessa abordagem de nosso objeto empírico de estudo, se estariam os órgãos governamentais ligados à atividade laboral midiaticamente ofertando uma representação oficial do trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial aos sujeitos que a adotem enquanto matriz identitária, objetivo que estabelecemos para a segunda parte desta tese.

Nela, inicialmente, no Capítulo V desta pesquisa, em razão de sua especificidade, apresentamos a metodologia de nossa análise empírica. Recorremos à teoria semiótica em busca de arcabouço teórico e procedimentos de análise adequados para a análise dos audiovisuais escolhidos como objetos empíricos deste estudo. Nos baseamos, principalmente, nas indicações de Peruzzolo (2002) e, assim como ele, não nos enquadrados em uma vertente semiótica específica, dizemos que trabalhamos na ordem de uma Semiologia dos Discursos Midiáticos, que nada mais é do que a reunião de diferentes proposições de distintas correntes semióticas com vistas a alcançar uma metodologia de análise o mais adequada possível aos discursos midiáticos.

No Capítulo VI desta tese, examinamos o *corpus* exemplar de análise que selecionamos visando verificar se algum dos audiovisuais selecionados contém representações potencialmente prejudiciais ao trabalhador que as adote enquanto matriz identitária. Para tal, conforme recorrentemente indicamos, nos valem dos conhecimentos que alcançamos através da análise de nosso objeto teórico, os quais culminaram nas duas categorias de interpretação para a análise empírica que construímos, sendo elas, (1) a (in)existência de sustentação simbólica na representação das características identitárias do trabalhador e (2) a (in)viabilidade da ocorrência de ressonância simbólica a partir das representações das atividades dos trabalhadores e de seu ambiente de trabalho.

Pelo lado da primeira categoria, principalmente a partir das indicações de Dufour (2005), a potencialidade prejudicial ao trabalhador foi por nós observada na oferta midiática de representações do trabalhador brasileiro onde há a ausência de sustentação simbólica (dessimbolização) de suas características identitárias, ou de ao menos um caminho fortemente sugestionado ao fruidor para que desempenhe ele mesmo o processo de simbolização das representações. Já pelo lado da segunda categoria, principalmente a partir das indicações de Dejours (1992; 1994), a potencialidade prejudicial ao trabalhador foi por nós observada quando a representação da atividade desenvolvida pelo trabalhador e a representação de seu ambiente de trabalho, midiaticamente ofertadas, não favoreciam a viabilidade do processo de ressonância simbólica. Esta situação se procede a partir dois vieses: (1) a ausência de significação humana na representação da atividade do trabalhador e (2) a ausência de separação entre trabalho

prescrito (a tarefa) e trabalho real (a atividade) na representação da atividade do trabalhador e de seu ambiente de trabalho. Todas as leituras semióticas que aqui empreendemos conduzem à observação dessas questões, as quais respondem pelo mais íntimo da tese que aqui desenvolvemos.

Nesses termos, ao analisarmos os audiovisuais que selecionamos, verificamos a ocorrência da tese que construímos ao longo da primeira parte desta pesquisa, o que conforme já explicitamos não equivale à verificação de sua validade, mas, mais simplesmente, à averiguação de seu acontecimento nos termos em que a propomos. Em outros termos, observamos um amplo predomínio de audiovisuais considerados potencialmente prejudiciais quanto à primeira de nossas categorias de interpretação para a análise empírica. E, quanto a segunda dessas categorias, observamos a paridade entre os audiovisuais considerados potencialmente prejudiciais e os não considerados prejudiciais. Tais resultados da análise de nosso objeto empírico evidenciaram presença de material potencialmente prejudicial ao trabalhador brasileiro, nos termos da análise que fizemos de nosso objeto teórico, entre os audiovisuais de caráter ficcional midiaticamente ofertados pelos órgãos governamentais ligados à atividade laboral em nosso país, onde há representações das identidades de trabalhadores, de suas atividades e de seu ambiente de trabalho.

Conforme já indicamos, não planejamos a metodologia desta pesquisa para que os resultados que alcançamos com o *corpus* total que selecionamos representem os resultados do universo desses objetos. Nossos resultados dizem respeito ao *corpus* que analisamos. Ainda assim, é inegável que tais resultados oferecem ao menos uma vaga noção quanto ao universo dos materiais audiovisuais produzidos por esses órgãos, no que se refere aos termos de nossa análise. Não estamos aqui nos referindo a um sentido quantitativo, mas a um sentido qualitativo: o de saber que há material audiovisual potencialmente prejudicial ao trabalhador brasileiro sendo midiaticamente ofertado pelos órgãos governamentais ligados à atividade laboral em nosso país.

Com isso, alcançamos o objetivo geral que estabelecemos para esta tese, descobrir se os referidos órgãos estão midiaticamente ofertando nos materiais audiovisuais que veiculam uma representação oficial do trabalhador brasileiro que é potencialmente prejudicial a esse sujeito nos termos já indicados. Conforme já anunciamos, a resposta foi afirmativa.

A questão que aqui levantamos, essa da possibilidade de os órgãos governamentais estarem midiaticamente ofertando uma matriz oficial do trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial a esse sujeito, é em nossa visão de suma importância, conforme apresentamos na análise de nosso objeto teórico de estudo, nos quarto primeiros capítulos desta tese.

Compartilhamos o entendimento de haver a necessidade de um viés de responsabilidade quando da produção de qualquer material midiaticamente veiculado, para além das questões jurídicas, uma responsabilidade social inserida no âmbito das Políticas Públicas de Comunicação visando uma saudável relação entre Comunicação e Saúde.

O conhecimento que produzimos através dos resultados que obtivemos, esse que nos permitiu afirmar a veiculação midiática de material audiovisual potencialmente prejudicial ao trabalhador que adotá-lo enquanto matriz identitária por parte dos principais órgãos federais ligados à atividade laboral, abre, por conseguinte, a questão referente à responsabilidade pela veiculação midiática de um material desse tipo. Não só quanto aos órgãos governamentais ligados à atividade laboral, não só quanto às representações do trabalhador, de suas atividades e de seu ambiente de trabalho, que foi o que aqui analisamos, mas referente a todo tipo de veiculação midiática de produção audiovisual, de qualquer autoria.

Entretanto, entendemos a impropriedade de um direcionamento geral quanto à produção audiovisual em nosso país. Deixamos o questionamento quanto à necessidade da criação de diretrizes, no sentido de uma Política Pública de Comunicação, referentes à veiculação midiática audiovisual por parte dos órgãos governamentais, os quais, em nossa visão, deveriam invariavelmente levar em consideração a responsabilidade social de que há pouco falamos em suas produções.

À guisa de avaliação da pesquisa que realizamos, gostaríamos de dizer que na realização deste estudo estamos nos deparando com algumas dificuldades, das quais sobre algumas já tínhamos conhecimento teórico prévio, sobre outras apenas com a prática de pesquisa pudemos vislumbrar. A mais importante de todas diz respeito à amplitude e ao caráter de confluência do campo epistemológico da Comunicação.

O tema *Identidade* por si só já implica um objeto teórico caracterizado por intensa confluência entre campos do conhecimento. Da mesma forma o tema do *Trabalho*, por si só, já implica em considerável confluência entre campos do conhecimento. Outros temas como *Cultura*, *Pós-Modernidade* e *Representação* seguem essa mesma condição. Somar tais confluências foi um grande desafio. Entretanto, abordar tais temas pelo viés da Comunicação certamente foi um desafio ainda maior, uma vez que fez com que tais confluências se potencializassem.

Por conseguinte, entendemos como necessário contemplar distintos referenciais teóricos, percorrer muitas áreas do conhecimento, para abordar nosso objeto de pesquisa adequadamente. O resultado disso é um texto complexo, por vezes denso, com elevado grau de dependência entre suas partes, o que exige certa competência e considerável paciência do leitor

para abordá-lo. É a forma como concebemos esta pesquisa, acreditamos que trilhamos o caminho certo.

Gostaríamos também de aqui pontuar uma situação particular de nosso país, onde o trabalho, essa atividade que deve ser livre e que é condição de cidadania, aparentemente não ascendeu às preferências nacionais. Ele parece ser, por aqui, mais frequentemente entendido segundo o viés judaico-cristão, que o interpretava enquanto um castigo ou uma punição, do que segundo a perspectiva da época patrística e escolástica, que pregava haver nele um sentido de purificação e salvação, ou o viés introduzido pelos filósofos renascentistas, que o coloca como dignificante, nos termos do referencial que apresentamos no Capítulo IV desta tese. Acreditamos que isso contribui significativamente para aumentar as dificuldades em torno da simbolização do trabalho em nosso país.

Outra dificuldade que encontramos foi a da inexistência de um repositório institucional de campanhas públicas de comunicação. Os órgãos que analisamos utilizam o site da empresa privada *youtube* como repositório de suas produções. Para além das dificuldades que encontramos no levantamento que empreendemos, essa situação merece destaque em razão de que tais campanhas são financiadas pelos órgãos autores mediante a utilização de recursos públicos e, por este motivo, evidentemente não podem ficar disponíveis apenas em um ambiente privado. Questionamos: E se a empresa *youtube* decidir alterar sua política de acesso aos materiais que resguarda? E se passar a cobrar por esse acesso? Ou: E se a empresa *youtube* encerrar suas atividades, não terá o governo brasileiro mais os materiais audiovisuais que produziu mediante o investimento de recursos públicos a sua disposição? Nesse sentido, entendemos ser urgente a criação de uma Política de Informação do Estado Brasileiro para regular esta situação.

Para finalizar, gostaríamos de fazer uma ressalva. Em grande medida, nosso objetivo geral, verificar se estão os órgãos governamentais ligados à atividade laboral midiaticamente ofertando uma representação oficial do trabalhador brasileiro potencialmente prejudicial a esse sujeito, foi que orientou nossa opção quanto à escolha do referencial teórico utilizado. Em razão disso, nosso interesse se deu pelos referenciais teóricos que abordam questões prejudiciais resultantes das muitas noções teóricas que compõem os diversos segmentos dessa tese, em detrimento da escolha por referenciais teóricos que abordam questões salutaras dessas noções. Em nossa visão, não haveria como ser diferente, para que os possíveis aspectos prejudiciais fossem elucidados.

Deixamos claro, destarte, que as diversas abordagens teóricas que optamos por utilizar e que norteiam a direção desta tese não respondem pela unanimidade em torno dos temas a que

se relacionam, sempre há divergências, debates, ou mesmo opiniões radicalmente opostas em torno deles. Não foi possível para nós apresentar essas diversas perspectivas acerca de cada noção teórica por diversos motivos, seja pela amplitude que este trabalho alcançaria, a qual já consideramos como demasiada, nos termos anteriormente explicitados, seja pelo tamanho físico para este texto em isso implicaria, seja, mais simplesmente, por um limite de quem constrói esse trabalho. Esta perspectiva se configura como um viés de abordagem possível de ser adotado para alguém que pelo tema se interesse.

Outras possibilidades que vemos giram em torno da ampliação do objeto de análise empírica. Ou a contemplação de outros órgãos governamentais que midiaticamente ofertam representações acerca do trabalhador. Ou mesmo a interpelação de uma produção não originada a partir de órgãos governamentais, a qual é, sem dúvida, muito mais abundante.

Assim sendo, postas todas essas questões, nos damos por satisfeitos quanto à apresentação da tese que desenvolvemos e aqui a finalizamos.

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia Citada

AGAMBEN, G. “Deus não morreu. Ele tornou-se o dinheiro”. Entrevista com Giorgio Agamben. Instituto Humanitas Unisinos. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>>. Acesso em 10 abr. 2016.

ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a negação e a afirmação do trabalho. 2ª ed. Boitempo: São Paulo, 2009.

ARENDT, H. **A condição humana.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BARICHELLO, E. M. M. R. A construção da visibilidade institucional pela mídia. In: SILVEIRA, A. C. M. et al. **Comunicação Midiática.** Santa Maria – RS: Editora da FACOS – UFSM, 2002.

BARRETO, V. P. **Dicionário de Filosofia do Direito.** São Leopoldo\RS – Rio de Janeiro\RJ: Ed. Unisinos – Livraria Editora Renovar, 2006.

BAUMAN, Z. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENSASSOLLI, P. F; SOBOLL, L. A. P. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In: BENSASSOLLI, P. F; SOBOLL, L. A. P. (Orgs.). **Clínicas do Trabalho.** São Paulo: Atlas, 2011.

BRANDÃO, E. P; BUENO, W. C; MARTINS, L; MATOS, H; MONTEIRO, M. G; NOVELLI, A. L. Conceito de comunicação pública. In: JORGE DUARTE. (org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro, LTC: 2011.

CALABRESE, O. **A idade neobarroca**. Lisboa: Edições 70, 1989.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, M. L. D. Promoção em *primeira geração*. In: DUARTE, E. B; CASTRO, M. L. D. (Orgs.) **Núcleo de Especiais RBS TV: ficção e documentário regional**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

CASTRO, M. L. D; DUARTE, E. B. (Orgs.) **Televisão: entre o mercado e a academia**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

CHANLAT, F. O desafio social da gestão: a contribuição das ciências sociais. In: BENDASSOLLI, P. F; SOBOLL, L. A. P. (Orgs.). **Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHEMAMA, R. (Org.) **Dicionário de Psicanálise Larousse**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CONSTRUÇÃO CIVIL. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=GyrhtZaS8PI>>. Acesso em 09 fev. 2017.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=valor>>. Acesso em 15 fev. 2010.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

\_\_\_\_\_. A metodologia em psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S; SZNELWAR, L. (Org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

\_\_\_\_\_. A carga psíquica do trabalho. In: DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento, trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E. Desejo ou motivação: a interrogação psicanalítica do trabalho. In: DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento, trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

\_\_\_\_\_. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento, trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DUARTE, E. B. Fantasias?! Uma comédia de situação. In: DUARTE, E. B; CASTRO, M. L. D. (Orgs) **Núcleo de Especiais RBS TV**: ficção e documentário regional. Porto Alegre: Sulina, 2009.

DUFOUR, D. R. **A arte de reduzir as cabeças**: sobre a servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DUARTE, E. B. Televisão: Desafios Teórico-metodológicos. In: BRAGA, J. L; LOPEZ, M. I. V; MARTINO, L. C. (Orgs.) **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas** – uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FREIRE COSTA, J. **Psicanálise e Contexto Cultural**: imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapias. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FREUD, S. À guisa de introdução ao narcisismo. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

\_\_\_\_\_. Psicologia das massas e análise do ego. In: **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIRARD, G; OULLET, R; RIGOULT, C. **O universo do teatro**. Coimbra: Almedina, 1980.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HEIDEGGER, M. Identidade e diferença – o princípio de identidade e constituição onto-teológica da metafísica. In: **Coleção Os Pensadores – Heidegger**. São Paulo: Abril, 1973.

HELLER, A. **Hipotesis para uma teoria marxista de los valores**. Barcelona: Zero, 1978.

JACQUES, M.G. "Doença dos nervos": uma expressão da relação entre saúde/doença mental. In: JACQUES, M.G.; CODO, W. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: Guia Prático da Linguagem Sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KAUFMANN, P. **Dicionário Enciclopédico de Psicanálise**: o legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KEHL, M. R. Imaginário e pensamento. In: SOUSA, M. W. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

LACAN, J. **A fase do espelho como formadora da função do eu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1949.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LIPOVETSKY, G. **Metamorfoses da cultura**: ética, mídia e empresa. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LYOTARD, J. F. **O pós-moderno**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1990.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 15ª ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1996.

MAYA, P. V. R. Trabalho e tempo livre: uma abordagem crítica. In: JACQUES, M. G; *et al* (Orgs.). **Relações Sociais e Ética**. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/6j3gx/pdf/jacques-9788599662892-07.pdf> >. Acesso em 12 de ago. 2016.

MERLO, A. R. C. Psicodinâmica do trabalho. In: JACQUES, M. G; CODO, W. (Orgs.). **Saúde mental e trabalho: Leituras**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em < <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=valor> >. Acesso em 15 fev. 2010.

NIETZSCHE, F. W. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NOVAES, M. A. A. Como se faz corpo? Considerações sobre o ideal em Freud e Lacan. In: **Pulsional** – Revista de Psicanálise. Ano XVIII, n. 182. São Paulo: Pulsional, 2005.

OLIVEIRA, C. B. **História: geral: antiga e medieval**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1994.

PERUZZOLO, A. C. **A comunicação como encontro**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

\_\_\_\_\_. **A estratégia dos signos: quando aprender é fazer.** Editora FACOS/UFSM: Santa Maria – RS, 2002.

PESAVENTO, S. J. Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. J. (orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século XX.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RONSINI, V. V. M. **Mercadores de sentido: consumo de mídia e identidades juvenis.** Porto Alegre: Sulina, 2007.

SARTORI, G. **Homo videns: televisão e pós-pensamento.** Bauru – SP: EDUSC, 2001.

SÁVTCHENKO, P. **Que é o Trabalho?** Moscou: Progresso, 1987.

SCHWARTZ, Y. Manifesto por um ergoengajamento. In: BENDASSOLLI, P. F; SOBOLL, L. A. P. (Orgs.). **Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade.** São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, J; PENA, J. B. D. **História Geral.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

SILVEIRA, A. C. M. O arqueio das identidades pela indústria cultural. In: SILVEIRA, A. C. M. et al. **Comunicação e Sociabilidades.** Santa Maria – RS: Editora da FACOS – UFSM, 2001.

SILVEIRA, A. C. M. Representações midiáticas: reflexão sobre o estatuto representacional da mídia. In: SILVEIRA, A. C. M. da. et al. **Comunicação Midiática.** Santa Maria – RS: Editora da FACOS – UFSM, 2002.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A máquina de narciso** – televisão, indivíduo e poder no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **Televisão e Psicanálise**. 2ª ed. Série Princípios, São Paulo: Ática, 2000.

SOUZA, O. **FANTASIA DE BRASIL: As identificações na busca da identidade nacional**. São Paulo: Escuta: 1994.

TAYLOR, F. W. **Princípios da administração científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1970.

VIANA, N. **Os valores na sociedade moderna**. Brasília: Thesaurus, 2007.

VICENTINO, C. **História: memória viva (da idade moderna à contemporânea)**. 3ª ed. São Paulo: Spicione, 1995.

\_\_\_\_\_. **História Geral**. 4ª ed. São Paulo: Spicione, 1997.

### **Bibliografia Consultada**

BAUMAN, Z. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CASTRO, M. L. D; DUARTE, E. B. (Orgs.) **Televisão: entre o mercado e a academia II**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

DUARTE, E. B. **Televisão: Ensaios metodológicos**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

FONTANILLE, J. **Significação e Visualidade**. Exercícios práticos. Porto Alegre: Sulina, 2005.

FREUD, S. A Cisão do Eu no Processo de Defesa. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud, vol. 3**. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

\_\_\_\_\_. A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud, vol.3.** Rio de Janeiro: Imago, 2007.

\_\_\_\_\_. Algumas Observações sobre o Conceito de Inconsciente na Psicanálise. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud, vol. 1.** Rio de Janeiro: Imago, 2004.

\_\_\_\_\_. Conferências introdutórias sobre psicanálise. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XVI.** Rio de Janeiro: Imago, 1995.

\_\_\_\_\_. Formulações sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud, vol. 1.** Rio de Janeiro: Imago, 2004.

\_\_\_\_\_. Neurose e Psicose. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud, vol. 3.** Rio de Janeiro: Imago, 2007.

\_\_\_\_\_. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXII.** Rio de Janeiro: Imago, 1995.

\_\_\_\_\_. O Eu e o Id. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud, vol. 3.** Rio de Janeiro: Imago, 2007.

\_\_\_\_\_. O Recalque. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud, vol. 1.** Rio de Janeiro: Imago, 2004.

\_\_\_\_\_. Pulsões e Destinos da Pulsão. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud, vol. 1.** Rio de Janeiro: Imago, 2004.

JOST, F. **Seis lições sobre televisão.** Porto Alegre: Sulina, 2004.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. Do sujeito enfim em questão. In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. Função e campo da fala e da linguagem. In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. O seminário sobre “A carta roubada”. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **O seminário – livro 1: Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 3: As psicoses**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 4: A relação de objeto**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 9: A identificação**. Inédito.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 22: R.S.I.** Inédito.

\_\_\_\_\_. Para além do “Princípio da realidade”. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MACHADO, A. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2000.

MAGALDI, S. **Iniciação ao teatro**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1985.

MOISÉS, M. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1974.

MORAES, D. (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MORAES, D. (org.). **Sociedade Mdiatizada**. São Paulo: Manuad X, 2006.

MARTINS, F. M; SILVA, J. M. (orgs.). **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

ROUDINESCO, E; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

VASCONCELLOS, L. P. **Dicionário de teatro**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

### **Comunicações Pessoais**

AMARAL, M. F. 2009.

ARDANS-BONFÁCINO, H. O. 2009.

CASTRO, E. G. 2006

CASTRO, M. L. D. 2009.

DUARTE, E. B. 2009.

KAHL, M. L. F. 2006.

OLIVEIRA, L. F. L. 2010.

PALMA, C. M. S. 2009.

PERRONE, C. M. 2010.

PERUZZOLO, A. C. 2009.

RITTER, F. 2010.

RONSINI, V. V. M. 2009.

SILVEIRA, A. C. M. 2009-2010; 2014-2018.

## APÊNDICE A – ANÁLISE PRÉVIA EXPLORATÓRIA DO *CORPUS* COMPLEMENTAR DE ANÁLISE

### 1 AUDIOVUAIS DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

#### 1.1 SEMANA NACIONAL DE EXECUÇÃO TRABALHISTA

##### 1.1.1 Audiovisual sem nome divulgado

Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":

Quadro inicial



Quadro final



#### Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<b>Trabalhador 1</b> - “Processando. Processando. Processando. Processando.”	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	O trabalhador 1 faz operações em um terminal de autoatendimento bancário. Quando o caixa eletrônico indica que está processando a operação solicitada, o trabalhador 1 tem um leve descontrole, repetente a palavra “processando” várias vezes,	O plano de filmagem escolhido para a cena inicial é bastante fechado, não é possível ver muito do cenário. O ator está frente a u caixa eletrônico. Há um espelho nesse ambiente.	O figurino inicial do trabalhador 1 é um terno marrom, camisa azul clara e gravata preta.
	<b>Mulher 1</b> – “Esse filme é comédia, né?”					
	<b>Mulher 2</b> – “Não, é ação.”					

	<p><b>Trabalhador 1</b> – “Ação. Ação Ação.”</p> <p><b>Trabalhador 1</b> – “Eu já disse não existe justiça!”</p> <p><b>Locução em off</b> – “Uma ação trabalhista não pode virar um trauma na sua vida. Empresário, aproveite a semana nacional de execução trabalhista e resolva suas pendências na justiça do trabalho.</p>			<p>tem vários espasmos musculares. Ele sai da frente do caixa eletrônico e contempla-se em um espelho.</p> <p>Na sequência, o trabalhador 1 está em uma fila, segura um pote com pipocas na mão. Há duas mulheres às suas costas, uma delas pergunta se o filme que irão assistir é do gênero comédia, a outra responde que é de ação. O trabalhador 1 então novamente tem um leve descontrole, repetindo a palavra “ação” e tendo espasmos musculares. Ele sai da fila, caminhando em sentido contrário à entrada do cinema.</p> <p>O trabalhador 1 está abraçado em um outro homem. Segura um microfone, ambos cantam. Quando ele pronuncia a palavra “justiça”, novamente sofre leve descontrole, seguido de espasmos musculares. Eles param de cantar. O trabalhador 1 representa não estar passando bem.</p>	<p>O cenário seguinte é o interior de um shopping center, mais precisamente o setor em frente a um cinema.</p> <p>O terceiro cenário novamente é enfocado com um plano fechado. Aparentemente trata-se de um bar com karaokê. O trabalhador 1 está em um pequeno palco, há um monitor às suas costas onde a letra da música que canta é mostrada.</p>	<p>O segundo figurino do trabalhador 1 camiseta gola polo cinza, calça preta. A mulher 1 usa blusa cinza e cardigã preto. A mulher 2 usa blusa bordô e casaco em tons de azul e cinza.</p> <p>O terceiro figurino do trabalhador 1 é uma camisa cinza e gravata listrada preta e cinza. Diferentemente do primeiro figurino, o qual estava alinhado, dessa vez a camisa está com dois botões desabotoados e a gravata está afrouxada do pescoço do ator.</p>
--	---	--	--	---	---	--

## 1.1.2 Audiovisual sem nome divulgado

## Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":



Quadro inicial



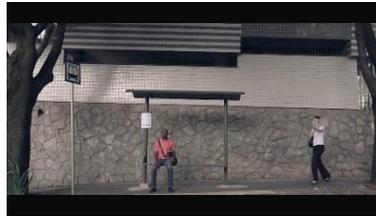
Quadro final

## Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<b>Locução em off:</b> “Não deixe que uma dívida trabalhista vire um peso desnecessário. Semana nacional da execução trabalhista. Uma oportunidade para trabalhadores e empregadores resolverem processos em fase de execução. Participe. Justiça do trabalho.”	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	O trabalhador 1, segurando um bloco de construção em seu ombro, faz sinal para que um táxi que passa pela rua pare. O taxista olha-o com expressão de estranhamento e não para. O trabalhador 1 ajeita o bloco em seu ombro e caminha por uma rua de paralelepípedos. Então, é mostrado entrando em um elevador, no qual já estão várias pessoas. A seguir, o trabalhador 1, sempre carregando o bloco de construção nos ombros é mostrado caminhando em uma praça. Ele senta-se em um banco. A próxima cena mostra o trabalhador já sem o bloco, ele entra em um ambiente de escritório e cumprimenta outro homem, que lhe entrega um papel que carimba. O trabalhador 1 é mostrado então saindo do fórum da justiça do trabalho, sem o bloco de construção.	O primeiro cenário é a via pública. É possível ver casas, calçadas e árvores. O trabalhador passa por uma rua de paralelepípedos, onde somente é possível ver a rua, e chega a um elevador com vários outros atores. O cenário seguinte é uma praça pública. O trabalhador 1 caminha em seu interior e senta-se em um banco. O próximo cenário é um ambiente de escritório ou uma repartição pública. Há um balcão, mesas, cadeiras. O último cenário é a frente de um fórum da justiça do trabalho.	O trabalhador 1 veste terno cinza, camisa branca e sapatos pretos. Ele leva consigo uma pasta marrom de couro e um bloco de construção.

1.1.3 Audiovisual sem nome divulgado

Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":



Quadro inicial



Quadro final

Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Locução em off:</b> “Não deixe que uma dívida trabalhista vire um peso desnecessário. Semana nacional da execução trabalhista. Uma oportunidade para trabalhadores e empregadores resolverem processos em fase de execução. Participe. Justiça do trabalho.”</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>A trabalhadora 1 caminha pela via pública carregando um bloco de construção em seu ombro. Senta-se em uma parada de ônibus. Há um homem na já ali sentado, ele a olha enquanto ela tira o bloco de seu ombro e faz uma expressão de incômodo físico. Flexiona o ombro dolorido por carregar o bloco.</p> <p>Na sequência é mostrada a trabalhadora 1 subindo uma escadaria ao ar livre, novamente com o bloco de construção ao ombro. Ela passa então por uma loja de roupas e para ver a vitrine e ajeita o bloco em uma posição menos incômoda.</p> <p>Posteriormente, é mostrada a trabalhadora 1 ainda com o bloco ao ombro em uma fila de uma padaria ou</p>	<p>O cenário inicial é a via pública. Há uma parada de ônibus onde a trabalhadora senta.</p> <p>Na sequência, o cenário é uma escadaria ao ar livre. O enquadramento não permite boa visualização da escadaria.</p> <p>Na sequência, novamente o cenário é a via pública. A trabalhadora 1 para em frente à vitrine de uma loja.</p>	<p>A trabalhadora 1 veste calça social preta. Sapato de salto alto preto. E camisa social branca. Ela carrega uma bolsa preta ao ombro. E o bloco de construção no outro ombro.</p>

				<p>confeitaria ou afim. Há mais pessoas nessa fila. Um homem imediatamente atrás dela faz expressões com o rosto por ela estar carregando o bloco de construção ao ombro. A trabalhadora 1 tem dificuldade para mexer em sua bolsa e realizar o pagamento.</p> <p>A trabalhadora 1 é então mostrada apertando a mão de um homem, agora sem o bloco ao ombro. Um papel é carimbado e lhe é entregue. A trabalhadora 1 aparece saindo do fórum da justiça do trabalho.</p>	<p>O próximo cenário é o interior de uma padaria ou confeitaria ou afim. Há mesas e cadeiras. Há um balcão com vidro. Há também um caixa onde uma fila de pessoas está formada.</p> <p>O cenário agora é um ambiente de escritório ou uma repartição pública. Há mesas e cadeiras. Um balcão.</p> <p>O último cenário é a frente de um fórum da justiça do trabalho, de onde a trabalhadora sai, sem mais carregar o bloco de construção.</p>	
--	--	--	--	--	---	--

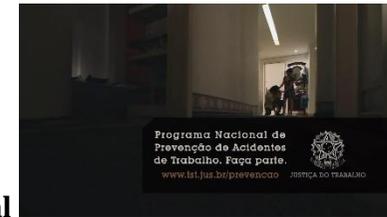
## 1.2 PROGRAMA TRABALHO SEGURO

### 1.2.1 Acidente – Pai (2012)

Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":



Quadro inicial



Quadro final

### Leituras Semióticas

DE NO TA TI VA	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
	<p><b>Locução em off:</b> “Justiça do trabalho, 70 anos de justiça social.”</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>Um garoto de aproximadamente 3 ou 4 anos brinca com uma reprodução em miniatura de um carro-de-mão. É mostrado então um trabalhador da construção civil em seu ambiente de trabalho utilizando um carro-de-mão.</p> <p>É mostrado novamente o garoto, ele está brincando com um mini martelo de plástico. A imagem passa a mostrar o trabalhador da construção civil martelando um prego.</p> <p>O garoto brinca com uma reprodução plástica de uma serra de madeira. É mostrado o trabalhador da construção</p>	<p>O cenário inicial é um quarto de criança. Há uma cama com uma concha enfeitada. Há diversos brinquedos, uma mesa pequena com cadeira proporcional, própria para criança.</p> <p>A seguir o cenário é um canteiro de obra. Ao fundo é possível ver um edifício em construção.</p> <p>O cenário volta a ser o quarto de criança. E</p>	<p>O garoto veste camiseta de manga longa listrada, em dois tons de azul, branco e bordô. E calça cinza chumbo.</p> <p>O trabalhador veste macacão azul em tecido grosso e capacete de proteção amarelo. Usa luvas de proteção.</p> <p>A mulher usa um vestido simples estampado.</p>

				<p>civil serrando uma madeira em uma serra de mesa verdadeira. Sobrepõe-se à imagem o dizer: “Milhares de brasileiros sofrem acidentes de trabalho todos dias.”</p> <p>É mostrado o garoto brincando com um carrinho de plástico. É a reprodução em miniatura de uma ambulância. É mostrado um ambiente onde há armários de ferro. Sobrepõe-se o dizer: “E o lugar onde eles mais fazem falta,”</p> <p>É mostrado o garoto espiando por uma fresta de uma porta. Sobrepõe-se o dizer: “não é no trabalho.”</p> <p>Na sequência é possível ver uma mulher abrindo a porta de uma casa ou apartamento. Ela beija na boca um homem que entra na casa. O garoto das outras cenas corre até eles e abraça esse homem.</p>	<p>logo volta para o canteiro de construção.</p> <p>Alternam-se esses cenários.</p> <p>É possível um cenário que reproduz o ambiente de um vestiário, com diversos armários metálicos.</p> <p>O cenário final é o interior de uma casa ou apartamento, o enquadramento mostra um corredor, ao fundo está a porta de entrada na residência.</p>	<p>O homem que entra na residência usa calça de brim e camisa bege de mangas curtas.</p>
--	--	--	--	--	--	--

## 1.2.2 Fatiadora (2014)

## Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":



Quadro inicial



Quadro final

## Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
DE NO TA TI VA	<p><b>Locução em off:</b> “Esta é uma fatiadora de frios. Durante anos, ela tem sido uma máquina exemplar, orgulho da casa. Mas o tempo passa e, mesmo que não aparente, ela tem um sério problema na lâmina. Hoje, ela é um acidente esperando para acontecer.”</p> <p><b>Trabalhadora 1:</b> “Aaaaaaaa!”.</p> <p><b>Locução em off:</b> “Programa trabalho seguro. A prevenção é o melhor caminho”.</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>A cena começa com a máquina fatiadora sendo mostrada em primeiro plano. Atrás da máquina estão duas trabalhadoras.</p> <p>Após, o enquadramento vai progressivamente fechando sobre a máquina fatiadora.</p> <p>Surge a trabalhadora 1, operando a máquina fatiadora. Ela fatia uma peça de queijo. Essa operação é mostrada em detalhes. Até que a tela fica preta e escuta-se um grito, seguido de um choro.</p> <p>Sobrepõe-se à tela preta as seguintes frases: Acidentes não acontecem por acaso. Acidentes acontecem por descaso.</p>	<p>O cenário é o de uma padaria. O elemento mais destacado é a máquina fatiadora de frios. Entretanto, há outros elementos, como expositores com pães de forma, prateleiras em aço inox onde estão pães e biscoitos, balcões com pequenos cestos com pastéis e salgados.</p>	<p>As trabalhadoras vestem roupas brancas, jaleco e bandana.</p> <p>A trabalhadora 1 além de jaleco e bandana brancos usa brincos, unhas pintadas em bordô. Usa um avental sobressalente ao jaleco.</p>

## 1.2.3 Pistola de pregos (2014)

Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":



Quadro inicial



Quadro final

## Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Locução em off:</b> “Esta é uma pistola de pregos, um exemplo de produtividade. Para o profissional bem treinado, é uma ferramenta de trabalho rápida, precisa e potente. Porém, em mãos inexperientes, ela é um acidente esperando para acontecer.”</p> <p><b>Trabalhador 1:</b> “Aaaaaaaa!”.</p> <p><b>Locução em off:</b> “Programa trabalho seguro. A prevenção é o melhor caminho”.</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>A cena começa com uma estante com diversas ferramentas e utensílios sendo mostrados. Ao centro, uma pistola de pregos.</p> <p>Diversos trabalhadores são mostrados em afazeres de marcenaria. Um deles opera uma pistola de pregos, a qual falha. Este trabalhador, mostrado em detalhe, bate com sua mão na lateral da pistola, e vira ela em direção a seu rosto. É quando a imagem escurece, ouve-se um grito, seguido de choro.</p> <p>Sobrepõe-se à tela preta as seguintes frases: Acidentes não acontecem por acaso. Acidentes acontecem por descaso.</p>	O cenário é o de o interior de uma pequena fábrica de móveis. Há balcões de trabalho, vários recortes em madeira, uma escada. O teto pode ser diretamente visto.	Os trabalhadores usam camisetas azuis, óculos de proteção, abafadores de ruídos e máscara-filtro para respiração.

## 1.2.4 Não deixe que um acidente faça parte da sua rotina de trabalho (2014)

## Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":



Quadro inicial



Quadro final

## Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Trabalhador 1:</b> “Então, combinado lá em casa amanhã depois do trabalho?”.</p> <p><b>Trabalhador 2:</b> “Cara, amanhã não vai dar. Amanhã é meu dia de sofrer um acidente.”.</p> <p><b>Trabalhador 1:</b> “Mas já?”.</p> <p><b>Trabalhador 2:</b> “É, a pedra do esmeril vai soltar e esmagar meu olho esquerdo. Vou ficar te devendo.”.</p> <p><b>Locução em off:</b> “Programa trabalho seguro. A prevenção é o melhor caminho”.</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>A cena inicia mostrando o interior de uma fábrica. É um galpão grande, há muitas estações de trabalho ali. Alguns trabalhadores podem ser vistos.</p> <p>O trabalhador 1 se aproxima do trabalhador 2 e ambos conversam. O trabalhador 1 relata que sofrerá um acidente. Ambos ficam conformados. O trabalhador 1 segue caminhando e a imagem perde nitidez.</p> <p>Sobrepõe-se a seguinte frase: Não deixe que um acidente faça parte da sua rotina de trabalho.</p>	<p>O cenário é o de o interior de uma fábrica metalúrgica. É um galpão grande, há muitas estações de trabalho nele. Há diversas máquinas de grande porte também.</p> <p>Nas estações há esmeris fixados em cada uma delas, para uso dos trabalhadores.</p>	<p>Os trabalhadores vestem jaleco de mangas curtas em tecido grosso na cor azul escuro. Usam óculos de proteção e abafadores de ruídos. Todos usam camisetas brancas de mangas curtas por baixo do jaleco.</p>

## 2 AUDIOVISUAIS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

### 2.1 AUDIOVISUAL SEM CAMPANHA ESPECÍFICA

#### 2.1.1 Salário-maternidade da previdência social – é mais seguro para você

Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":

Quadro inicial



Quadro final



### Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Trabalhadora 1:</b> “Eu sempre sonhei em ser mãe de dois filhos lindos, chegar do trabalho e ter aquela surpresa... ..e ainda assim perceber que estamos protegidos e construindo um futuro melhor.”.</p> <p><b>Locução em off:</b> “O salário maternidade é um dos benefícios a que o contribuinte da previdência pode ter direito. Ligue 135 ou acesse previdência.gov.br e contribua para ter direito a esse e outros benefícios. Previdência social – é mais seguro para você.”.</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>É mostrada uma mulher em um quarto de criança. Ela está grávida, passa as mãos na barriga saliente.</p> <p>A mulher fala diretamente à câmera, gesticula.</p> <p>Então, ela aparece com outra roupa e continua a falar diretamente à câmera. Duas crianças entram correndo pelas laterais e a abraçam. Os três sentam em uma cama. O garoto pega um pincel e inicia dá continuidade à uma pintura já iniciada em</p>	<p>O cenário inicial é o de um quarto de bebê. Há berço, uma poltrona para amamentação, uma cômoda e alguns brinquedos infantis, bonecos de pelúcia.</p> <p>O cenário seguinte parece ser a mesma peça, mas agora há duas camas pequenas,</p>	<p>A trabalhadora 1 inicialmente veste um vestido cinza escuro à meia perna. Sapatilha azul.</p> <p>Posteriormente, a trabalhadora 1 veste calça social preta, camisa social branca e sapato preto de salto alto.</p>

				<p>um suporte próprio para pintura. A menina entrega a sua mãe um livro infantil, para que esta o leia.</p> <p>A imagem fica esbranquiçada, sobrepõem-se as logomarcas da previdência social e do governo federal e a seguinte frase: Governo Federal. Trabalhando para o Brasil avançar.</p>	<p>uma mesinha infantil com duas pequenas cadeiras e um aparador. Há um suporte para pintura em tela, uma bicicleta e outros brinquedos.</p>	<p>A menina usa vestido azul florido e o menino usa camiseta branca listrada em preto, bermuda de brim e tênis bege.</p>
--	--	--	--	---	--	--

### 3 AUDIOVISUAIS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

#### 3.1 CAMPANHA DIREITOS DOS TRABALHADORES

##### 3.1.1 O que é o FGTS

Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":



Quadro inicial



Quadro final

#### Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Trabalhadora 1:</b> “O fundo de garantia por tempo de serviço está fazendo 50 anos. É uma conquista dos trabalhadores brasileiros. Com o FGTS, estamos protegidos contra adversidades como a perda do emprego ou desastres naturais. Mas ele também traz benefícios para todos: financia a compra da casa própria e muitas obras na sua cidade. FGTS. Quem tá aqui dentro tá protegido. Confira sempre o seu extrato do FGTS. É um direito seu.”</p> <p><b>Locução em off:</b> “O Brasil protege o trabalhador. O trabalho constrói o Brasil.”</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>É mostrado um trabalhador. Ele fala diretamente à câmera. Caminha em direção a ela, a qual aparentemente recua. Há outros trabalhadores ao redor desse trabalhador, eles carregam caixas de papelão e colocam sobre um caminhão.</p> <p>O enquadramento continua recuando, até que fica delimitado por algo que posteriormente percebe-se ser a fotografia do trabalhador em sua carteira de trabalho.</p>	<p>Não é possível definir claramente qual é o cenário inicial. Se é a via pública ou o pátio de uma empresa. Há um caminhão estacionado e são colocadas caixas sobre ele.</p> <p>O cenário seguinte é um ambiente interno de escritório. Há</p>	<p>Inicialmente todos os trabalhadores usam camiseta gola polo azul, boné azul e calça de brim.</p> <p>Posteriormente, a mulher que entrega a carteira de trabalho usa camisa salmão e o trabalhador usa camisa social azul clara e calça de brim.</p>

				<p>O enquadramento continua a recuar, a imagem do trabalhador se paralisa na foto. É possível ver uma mulher segurando a carteira de identidade onde está essa foto do trabalhador que antes falava à câmara. Essa mulher entrega a esse mesmo trabalhador, que agora pode ser visto em essa outra diegese, a referida carteira de trabalho a ele pertencente.</p> <p>A imagem fica completamente branca, sobrepõem-se as logomarcas da previdência social e do governo federal e a seguinte frase: O Brasil protege o trabalhador. O trabalho constrói o Brasil.</p>	<p>mesas, cadeiras, computadores, estantes, luminárias, canetas, papéis, etc.</p>	
--	--	--	--	---	---	--

## 3.1.2 Previdência social

**Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":**



**Quadro inicial**



**Quadro final**

**Leituras Semióticas**

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Trabalhadora 1:</b> “A previdência social é uma grande conquista dos trabalhadores brasileiros. Com ela, estamos garantidos no presente e no futuro também. A previdência é um fundo com a participação de todos os contribuintes que serve para garantir o nosso salário quando nos aposentamos, acidentamos ou mesmo para nossa família em caso de falecimento. Previdência social. Quem tá aqui dentro tá protegido. Ligue 135 e informe-se.”</p> <p><b>Locução em off:</b> “O Brasil protege o trabalhador. O trabalho constrói o Brasil.”</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>São mostrados alguns trabalhadores. Um deles coloca uma caixa com verduras em um caminhão e fala diretamente à câmera. Caminha em direção a ela, que recua. Os outros trabalhadores estão abaixados, mexendo nos vegetais plantados na terra.</p> <p>O trabalhador continua caminhando e falando diretamente à câmera e o enquadramento continua recuando, até que fica delimitado por algo que posteriormente percebe-se ser a fotografia do trabalhador em sua carteira de trabalho.</p> <p>O enquadramento continua a recuar, a imagem do trabalhador se paralisa na foto. É possível ver um homem segurando a carteira de identidade onde está essa foto do trabalhador que antes falava à câmera. Esse homem entrega a esse mesmo</p>	<p>O cenário inicial é externo. É uma plantação de algum tipo de verdura. Há canteiros onde pessoas trabalham. Há um caminhão estacionado e um trator a seu lado.</p> <p>O cenário seguinte é um ambiente interno de escritório. Há uma mesa, cadeiras, computador, um mapa do Brasil fixado na parede, etc.</p>	<p>Inicialmente os trabalhadores usam uma camiseta azul escura de mangas compridas, calça de brim. Alguns usam chapéu e boné. O trabalhador que fala diretamente à câmera usa um avental rústico sobre a camiseta azul.</p> <p>Posteriormente, o trabalhador que fala diretamente à câmera usa camisa social azul clara listrada em branco de mangas curtas e calça de brim. O homem que lhe</p>

				<p>trabalhador, que agora pode ser visto em essa outra diegese, a referida carteira de trabalho a ele pertencente.</p> <p>A imagem fica completamente branca, sobrepõem-se as logomarcas da previdência social e do governo federal e a seguinte frase: O Brasil protege o trabalhador. O trabalho constrói o Brasil.</p>		<p>entrega a carteira de identidade igualmente usa camisa social, mas de mangas compridas, branca. E calça de brim.</p>
--	--	--	--	---	--	---

### 3.2 CAMPANHA FGTS MAIS A FUNDO

#### 3.2.1 Posso consultar meu FGTS pela internet?

Unidade Semiótica de 00' 00" até 01' 00":



Quadro inicial



Quadro final

#### Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Locução em off:</b> “FGTS mais a fundo, tudo que você queria saber sobre FGTS e mais.”.</p> <p><b>Trabalhador 1:</b> “Sim, você pode usar a internet para ver o saldo do seu FGTS. É tudo rápido e prático. Basta acessar <a href="http://www.fgts.gov.br">www.fgts.gov.br</a> e lá você consulta o que você precisa. A, se quiser, pode cadastrar seu número de celular e seu e-mail para receber todas as movimentações na sua cota. É bom que você ajuda a natureza economizando papel. Viu como fica muito mais fácil.”.</p> <p><b>Trabalhador 2:</b> “Corta! Beleza, qual é o próximo? Tem mais informação importante! Vamos escolher aí qual vai ser!?”</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>É mostrado um trabalhador, conhecido como gari. Ele fala diretamente à câmera e varre a rua. Ele caminha em direção à câmera. Mostra um aparelho de telefone móvel, enquanto fala e varre a rua.</p> <p>Após a alteração do enquadramento, é possível ver outros trabalhadores, um opera uma câmera de filmagem, outro está sentado em uma cadeira caracteriza o diretor cinematográfico, outro está segurando uma prancheta e fazendo um apontamento.</p> <p>Surgem quadros sobrepostos à imagem indicando dois outros audiovisuais dessa</p>	<p>O cenário inicial é uma rua onde há diversas casas antigas. A arquitetura dessas casas é semelhante à das cidades do interior de Minas Gerais, como Ouro Preto</p> <p>O enquadramento altera-se, a tomada do ator é recuada. É possível ver então que ele não está em uma rua, mas sim no interior de um estúdio.</p>	<p>Inicialmente o trabalhador um veste um macacão na dor laranja. Usa um chapéu na mesma cor. E botas de trabalho. Usa sobreposto ao macacão um colete sinalizador.</p> <p>Não é possível ver muito dos outros trabalhadores. O diretor da filmagem usa camisa estampada cinza, calça de brim.</p>

				<p>campanha que tratam sobre outros temas relacionados ao FGTS.</p> <p>A imagem perde nitidez, sobrepõem-se à imagem a logomarca da campanha, acompanhada da frase “Saiba mais a fundo em: <a href="http://www.fgts.gov.br">www.fgts.gov.br</a>”.</p> <p>A imagem fica completamente branca, sobrepõem-se as logomarcas FGTS, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.</p>	<p>Há um telão às suas costas, onde é projetada a imagem da rua relatada.</p> <p>Neste estúdio há uma grua para microfone, uma câmera profissional, um tripé de iluminação, uma esteira onde o ator simula caminhar, muitos panos pretos, etc.</p>	<p>Outros dois trabalhadores usam camiseta preta em mangas curtas. Calça de brim.</p>
--	--	--	--	---	--	---

## 3.2.2 Posso sacar o FGTS no exterior?

## Unidade Semiótica de 00' 00" até 01' 00":



Quadro inicial



Quadro final

## Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Locução em off:</b> “FGTS mais a fundo, tudo que você queria saber sobre FGTS e mais.”.</p> <p><b>Trabalhador 1:</b> “Você pode sacar o seu FGTS no exterior. Para realizar os eu saque, acesse o site <a href="http://www.fgts.gov.br">www.fgts.gov.br</a> e pegue o seu formulário. Em seguida, vá a um consulado brasileiro e apresente a solicitação de saque preenchida com os documentos necessários. Todo esse processo deve ser acompanhado de um representante consular. Opa! Reunião. Não importa onde você esteja, o seu benefício continua garantido.”.</p> <p><b>Trabalhador 2:</b> “Corta! Beleza, qual é o próximo? Tem mais informação importante! Vamos escolher aí qual vai ser!?”</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>É mostrado um trabalhador digitando em uma máquina de calcular. Ele está sentado em uma mesa e fala diretamente à câmera. Após ele dizer algumas frases, uma mulher vem até ele faz um sinal com a cabeça, chamando-o para algo que acontecerá à direita da sala onde estão.</p> <p>Após a alteração do enquadramento, a mulher volta a aproximar-se do trabalhador 1. É possível ver outros trabalhadores, um opera uma câmera de filmagem, outro está sentado em uma cadeira que caracteriza o diretor cinematográfico, outro está segurando a grua do microfone.</p> <p>Surgem quadros sobrepostos à imagem indicando dois outros audiovisuais dessa campanha que tratam sobre outros temas relacionados ao FGTS.</p>	<p>O cenário inicial é um ambiente de escritório. Há diversas mesas, cadeiras. Papéis e computadores sobre tais mesas. Há plantas, armários de ferro para papéis. Um telefone sobre a mesa do trabalhador 1.</p> <p>O enquadramento altera-se, a tomada do ator é recuada. É possível ver então que ele não está em um escritório, mas sim no interior de um estúdio. Há um telão às suas</p>	<p>Inicialmente o trabalhador um veste uma camisa branca em mangas curtas, gravata listrada em vermelho e branco e óculos de grau. A mulher que dele se aproxima usa camisa branca e saia preta.</p> <p>Não é possível ver muito dos outros trabalhadores. O diretor da filmagem usa camisa estampada cinza, calça de brim. Outros dois trabalhadores usam camiseta preta em</p>

				<p>A imagem perde nitidez, sobrepõem-se à imagem a logomarca da campanha, acompanhada da frase “Saiba mais a fundo em: <a href="http://www.fgts.gov.br">www.fgts.gov.br</a>”.</p> <p>A imagem fica completamente branca, sobrepõem-se as logomarcas FGTS, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.</p>	<p>costas, onde é projetada a imagem do escritório relatado.</p> <p>Neste estúdio há uma grua para microfone, uma câmera profissional, um tripé de iluminação, uma única mesa, a qual é utilizada pelo ator, muitos panos pretos, etc.</p>	<p>mangas curtas. Em um deles é possível ver que está escrito “produção” nas costas da camiseta. Usam calça de brim.</p>
--	--	--	--	---	--	--

## 3.2.3 Posso usar o meu FGTS para consórcios imobiliários?

## Unidade Semiótica de 00' 00" até 01' 00":



Quadro inicial



Quadro final

## Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Locução em off:</b> “FGTS mais a fundo, tudo que você queria saber sobre FGTS e mais.”.</p> <p><b>Trabalhador 1:</b> “Você pode usar o seu saldo do FGTS para pagar uma parte ou liquidar as prestações que ainda faltam no seu consórcio imobiliário. Mas antes de dar entrada na papelada, veja se você atende a alguns pré-requisitos. O trabalhador deverá contar com 3 anos de trabalho sob o regime do FGTS. A cota de consórcio utilizada para aquisição do imóvel deverá estar em nome do trabalhador. E, na data de aquisição do imóvel, o titular da conta não poderá ter financiamento ativo no FSH, sistema financeiro de habitação. Em qualquer parte do território nacional. O titular da conta não poderá ser proprietário de outro imóvel na região que ele mora. Agora ficou mais fácil, né?.”.</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>É mostrado um trabalhador, frentista de posto de gasolina, abastecendo uma motocicleta. Este trabalhador fala olhando diretamente para a câmera enquanto simula o abastecimento. Ao terminar, retira a mangueira de abastecimento do tanque da moto. O condutor da motocicleta recoloca a tampa do tanque, liga a moto e sai andando nela. Ambos estão em um posto de gasolina. O trabalhador continua a falar olhando diretamente para a câmera. Gesticula. O enquadramento fecha para primeiro plano e volta a ficar mais aberto.</p> <p>O enquadramento recua. É possível ver agora que eles não estavam em um posto de gasolina, mas em um estúdio de filmagem. Há outros trabalhadores, um opera uma câmera de filmagem, outro está sentado em uma cadeira que caracteriza o diretor</p>	<p>O cenário inicial é um posto de gasolina. É possível ver as bombas de abastecimento e a cobertura que tradicionalmente é usada nesses ambientes. Ao fundo, uma rodovia.</p> <p>O enquadramento altera-se, a tomada do ator é recuada. É possível ver então que ele não está em um posto de gasolina, mas sim no interior de um estúdio. Há um telão às suas costas, onde é</p>	<p>Inicialmente o trabalhador 1 veste boné cinza escuro, camiseta gola polo branca e calça de abrigo cinza escura. Usa um crachá pendurado ao pescoço. O condutor da motocicleta usa capacete preto e cinza, calça de brim, jaqueta e luvas pretas e um colete sinalizador em preto, amarelo e verde.</p> <p>Não é possível ver muito dos outros trabalhadores. O</p>

	<p><b>Trabalhador 2:</b> “Corta! Beleza, qual é o próximo? Tem mais informação importante! Vamos escolher aí qual vai ser!?”</p>			<p>cinematográfico, outro está segurando a grua do microfone. Outro está sentado com um notebook no colo. Surge um trabalhador que pega a mangueira de abastecimento que está na mão do trabalhador 1. O trabalhador 1 aperta a mão do diretor da filmagem.</p> <p>Surgem quadros sobrepostos à imagem indicando dois outros audiovisuais dessa campanha que tratam sobre outros temas relacionados ao FGTS.</p> <p>A imagem perde nitidez, sobrepõem-se à imagem a logomarca da campanha, acompanhada da frase “Saiba mais a fundo em: <a href="http://www.fgts.gov.br">www.fgts.gov.br</a>”.</p> <p>A imagem fica completamente branca, sobrepõem-se as logomarcas FGTS, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.</p>	<p>projeta a imagem do relatado posto.</p> <p>Neste estúdio há uma grua para microfone, uma câmera profissional, um tripé de iluminação, uma motocicleta, a qual é montada por um ator, muitos panos pretos, etc.</p>	<p>diretor da filmagem usa camisa estampada predominantemente verde, calça de brim. Outros dois trabalhadores usam camiseta preta em mangas curtas. Em um deles é possível ver que está escrito “produção” nas costas da camiseta, ele usa uma calça militar.</p>
--	--	--	--	--	---	---

## 3.2.4 Quais são os canais de atendimento disponíveis?

Unidade Semiótica de 00' 00" até 01' 00":



Quadro inicial



Quadro final

## Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<b>Locução em off:</b> “FGTS mais a fundo, tudo que você queria saber sobre FGTS e mais.”.	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	É mostrado um trabalhador, motorista de ônibus, que fala diretamente à câmera. É possível perceber que se trata de uma representação de um motorista de ônibus, uma vez que não há um ônibus verdadeiro ali, mas apenas uma poltrona de motorista e uma direção. O motorista continua a falar olhando diretamente para a câmera. Algumas pessoas simulam entrar no ônibus. O enquadramento fecha para primeiro plano e volta a ficar mais aberto. O motorista simula dirigir o ônibus, usa cinto de segurança.	O cenário inicial simula uma parada de ônibus. Assim como simula um ônibus de transporte público coletivo. Há uma placa que sinaliza a ponto de ônibus. Há uma cadeira que simula a cadeira do motorista do ônibus. Há também uma direção.	O trabalhador 1 veste camisa social branca em mangas compridas. Gravata preta. Calça social preta.
	<b>Trabalhador 1:</b> “Você tem várias opções de canais de atendimento a sua disposição: internet, acesso via celular, SAC, cartão cidadão e até as lotéricas. Neles, você pode fazer serviços como: consultas de saldos, saques e tirar as dúvidas que ainda restam. Escolha qual é a melhor para você e aproveite.”. <b>Trabalhador 2:</b> “Corta! Beleza, qual é o próximo? Tem mais informação importante! Vamos escolher aí qual vai ser!?”			O enquadramento recua. É possível ver agora que eles estão em um estúdio de filmagem. Há outros trabalhadores, um opera uma câmera de filmagem, outro está sentado em uma cadeira que caracteriza o diretor cinematográfico, outro está	O enquadramento altera-se, a tomada do ator é recuada. É possível ver então que ele não está no interior de um estúdio. Há um	Não é possível ver muito dos outros trabalhadores. O diretor da filmagem usa camisa estampada predominantemente verde, calça de brim. Outros dois trabalhadores usam camiseta preta em mangas curtas. Em um deles é possível ver que está escrito

				<p>segurando a grua do microfone. O diretor da filmagem levanta-se e o trabalhador 1 aperta sua mão.</p> <p>Surgem quadros sobrepostos à imagem indicando dois outros audiovisuais dessa campanha que tratam sobre outros temas relacionados ao FGTS.</p> <p>A imagem perde nitidez, sobrepõem-se à imagem a logomarca da campanha, acompanhada da frase “Saiba mais a fundo em: <a href="http://www.fgts.gov.br">www.fgts.gov.br</a>”.</p> <p>A imagem fica completamente branca, sobrepõem-se as logomarcas FGTS, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.</p>	<p>telão às suas costas, onde é projetada a imagem da placa sinalizadora e uma paisagem noturna ao fundo.</p> <p>Neste estúdio há uma grua para microfone, uma câmera profissional, um tripé de iluminação e muitos panos pretos, etc.</p>	<p>“produção” nas costas da camiseta. Usam calça de brim.</p>
--	--	--	--	---	--	---

## 3.2.5 Qual é o valor do depósito?

Unidade Semiótica de 00' 00" até 01' 00":



Quadro inicial



Quadro final

## Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Locução em off:</b> “FGTS mais a fundo, tudo que você queria saber sobre FGTS e mais.”.</p> <p><b>Trabalhador 1:</b> “O valor do depósito do FGTS é de 8% do valor da remuneração paga ou devida. A, isso para contrato regido pela CTL. Se você é menos aprendiz, o percentual é 2%. Já dá para fazer as contas, não é? Veja quanto você pode acumular com o passar do tempo aqui mesmo no nosso site, em nosso simulador.”.</p> <p><b>Trabalhador 2:</b> “Corta! Beleza, qual é o próximo? Tem mais informação importante! Vamos escolher aí qual vai ser!?”</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>É mostrado um trabalhador, cozinheiro, em uma cozinha industrial. Ele está com uma panela frigideira ao fogo. Segura-a pelo cabo e fala à câmera. Há uma outra panela, caçarola, igualmente ao fogo. O trabalhador continua a falar olhando diretamente para a câmera. Gesticula. Mostra uma carteira de trabalho que tira do bolso. O enquadramento fecha para primeiro plano e volta a ficar mais aberto.</p> <p>O enquadramento recua. É possível ver agora que ele não estava em uma cozinha industrial, mas em um estúdio de filmagem. Há outros trabalhadores, um opera uma câmera de filmagem, outro está sentado em uma cadeira que caracteriza o diretor cinematográfico, outro está segurando a grua do microfone. Outro está acocado, ele levanta-se e pega a frigideira da mão do</p>	<p>O cenário inicial é uma cozinha industrial. É possível ver um enorme balcão, com muitas pias, fogões, fornos, diversos utensílios de cozinha.</p> <p>O enquadramento altera-se, a tomada do ator é recuada. É possível ver então que ele não está em uma cozinha industrial, mas sim no interior de um estúdio. Há um telão às suas costas, onde é projetada a</p>	<p>O trabalhador 1 veste a roupa característica dos chefes de cozinha. Usa avental em branco e preto, e chapéu de cozinheiro na cor cinza.</p> <p>Não é possível ver muito dos outros trabalhadores. O diretor da filmagem usa camisa estampada verde, calça de brim. Outros dois trabalhadores usam camiseta preta em mangas curtas. Em um deles é possível ver</p>

				<p>trabalhador 1. O trabalhador 1 aperta sua mão.</p> <p>Surgem quadros sobrepostos à imagem indicando dois outros audiovisuais dessa campanha que tratam sobre outros temas relacionados ao FGTS.</p> <p>A imagem perde nitidez, sobrepõem-se à imagem a logomarca da campanha, acompanhada da frase “Saiba mais a fundo em: <a href="http://www.fgts.gov.br">www.fgts.gov.br</a>”.</p> <p>A imagem fica completamente branca, sobrepõem-se as logomarcas FGTS, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.</p>	<p>imagem da relatada cozinha.</p> <p>Neste estúdio há um mini fogão de acampamento, com apenas duas bocas, ligado a um botijão de gás. Há também uma grua para microfone, uma câmera profissional, um tripé de iluminação, muitos panos pretos, etc.</p>	<p>que está escrito “produção” nas costas da camiseta, ele usa uma calça militar e boné preto.</p>
--	--	--	--	--	---	--

## 3.2.6 Quando posso sacar meu FGTS?

Unidade Semiótica de 00' 00" até 01' 00":



Quadro inicial



Quadro final

## Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
DE NO TA TI VA	<p><b>Locução em off:</b> “FGTS mais a fundo, tudo que você queria saber sobre FGTS e mais.”.</p> <p><b>Trabalhador 1:</b> “Você pode sacar o seu FGTS em várias situações. Mas para a gente não ficar o dia inteiro falando disso, vou falar os mais comuns, vamos lá. Na demissão sem justa causa, na aposentadoria em caso de algumas doenças graves ou no caso de falecimento do trabalhador. A, você também pode sacar o FGTS se tiver 70 anos ou mais, para comprar sua moradia própria, liquidar dívida ou parte das prestações do financiamento habitacional. Ufa! Existem muitos jeitos, né.”.</p> <p><b>Trabalhador 2:</b> “Corta! Beleza, qual é o próximo? Tem mais informação importante! Vamos escolher aí qual vai ser!?”</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>É mostrado um trabalhador, vendendo de roupas, arrumando uma arara com roupas em cabides. Uma mulher aproxima-se e ele entrega a ela uma roupa infantil. Então fala olhando diretamente para a câmera. Gesticula. Caminha. O enquadramento fecha para primeiro plano e volta a ficar mais aberto.</p> <p>O enquadramento recua. É possível ver agora que ele não estava em uma loja de roupas, mas em um estúdio de filmagem. Há outros trabalhadores, um opera uma câmera de filmagem, outro está sentado em uma cadeira que caracteriza o diretor cinematográfico, outro está segurando a grua do microfone. Outros dois aproximam-se e retiram a arara com as roupas. Uma mulher aproxima-se do trabalhador 1 e retoca sua maquiagem.</p>	<p>O cenário inicial é uma loja de roupas infantis. Há um balcão com muitos cartões de presente, um monitor de computador e algumas caixas embalagens de presente. Há muitas araras com roupas infantis e um berço branco com rodas.</p> <p>O enquadramento altera-se, a tomada do ator é recuada. É possível ver então que ele não está em uma loja de roupas infantis, mas sim no interior de</p>	<p>O trabalhador 1 veste camiseta gola polo listrada em cinza e rosa. Calça de brim.</p> <p>Não é possível ver muito dos outros trabalhadores. O diretor da filmagem usa camisa estampada predominantemente azul, calça de brim. Outros dois trabalhadores usam camiseta preta em mangas curtas. Um dos que retira a arara usa uma calça militar e boné preto. O outro</p>

				<p>Surgem quadros sobrepostos à imagem indicando dois outros audiovisuais dessa campanha que tratam sobre outros temas relacionados ao FGTS.</p> <p>A imagem perde nitidez, sobrepõem-se à imagem a logomarca da campanha, acompanhada da frase “Saiba mais a fundo em: <a href="http://www.fgts.gov.br">www.fgts.gov.br</a>”.</p> <p>A imagem fica completamente branca, sobrepõem-se as logomarcas FGTS, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.</p>	<p>um estúdio. Há um telão às suas costas, onde é projetada a imagem da relatada loja.</p> <p>Neste estúdio há uma esteira, onde simula sua caminhada. Há também uma grua para microfone, uma câmera profissional, um tripé de iluminação, muitos panos pretos, etc.</p>	<p>usa bermuda preta e branca.</p>
--	--	--	--	--	--	------------------------------------

## 3.2.7 Quem faz o depósito na conta do trabalhador e quando pode ser feito?

Unidade Semiótica de 00' 00" até 01' 00":



Quadro inicial



Quadro final

## Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Locução em off:</b> “FGTS mais a fundo, tudo que você queria saber sobre FGTS e mais.”.</p> <p><b>Trabalhador 1:</b> “Quem faz o depósito do FGTS na sua conta é seu empregador. Ele deve ser feito até o dia sete do mês. Fazendo isso, ele garante o seu benefício. E lá na frente, você pode usar de várias formas. Para ver como você pode usar seu FGTS, assista o vídeo dois: ‘Como usar meu FGTS’. Para saber como usar seu FGTS, clique aqui.”.</p> <p><b>Trabalhador 2:</b> “Corta! Beleza, qual é o próximo? Tem mais informação importante! Vamos escolher aí qual vai ser!?”</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>É mostrado um trabalhador, agricultor, regando algumas verduras. Ele está em uma estufa de verduras, fala diretamente à câmera. Gesticula. O enquadramento fecha para primeiro plano e volta a ficar mais aberto. Ele aponta com o dedo para uma janela que sobrepõe-se à imagem.</p> <p>O enquadramento recua. É possível ver agora que ele não estava em uma estufa de verduras, mas em um estúdio de filmagem. Há outros trabalhadores, um opera uma câmera de filmagem, outro está sentado em uma cadeira que caracteriza o diretor cinematográfico, outro está segurando a grua do microfone. Outro segura um regador de jardim. O trabalhador 1 vem até o diretor e o cumprimenta.</p>	<p>O cenário inicial é uma estufa de verduras. É uma estrutura circular, a exemplo de um túnel, coberta com tecido branco. Em seu interior estão diversas plantas enraizadas ao solo.</p> <p>O enquadramento altera-se, a tomada do ator é recuada. É possível ver então que ele não está em uma estufa de verduras, mas sim no interior de um estúdio. Há um telão às suas costas,</p>	<p>O trabalhador 1 veste camisa xadrez em vermelho e preto. Avental em tecido grosso azul marinho. Boné preto. Luvas amarelas. E máscara para respiração.</p> <p>Não é possível ver muito dos outros trabalhadores. O diretor da filmagem usa camisa estampada verde clara, calça de brim. Outros dois trabalhadores usam camiseta preta em mangas curtas. Um</p>

				<p>Surgem quadros sobrepostos à imagem indicando dois outros audiovisuais dessa campanha que tratam sobre outros temas relacionados ao FGTS.</p> <p>A imagem perde nitidez, sobrepõem-se à imagem a logomarca da campanha, acompanhada da frase “Saiba mais a fundo em: <a href="http://www.fgts.gov.br">www.fgts.gov.br</a>”.</p> <p>A imagem fica completamente branca, sobrepõem-se as logomarcas FGTS, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.</p>	<p>onde é projetada a imagem da relatada estufa.</p> <p>Neste estúdio há uma caixa de madeira com verduras. Há também uma grua para microfone, uma câmera profissional, um tripé de iluminação, muitos panos pretos, etc.</p>	<p>deles segura o regador azul marinho, igualmente usa camiseta preta e calça de brim e boné preto.</p>
--	--	--	--	--	---	---

## 3.2.8 Quem não tem internet, como pode consultar o extrato do FGTS?

Unidade Semiótica de 00' 00" até 01' 00":



Quadro inicial



Quadro final

## Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Locução em off:</b> “FGTS mais a fundo, tudo que você queria saber sobre FGTS e mais.”.</p> <p><b>Trabalhador 1:</b> “Quem não tem internet, tem outros meios para consultar o extrato do FGTS. O cartão cidadão é uma das formas. Além de poder sacar o seu FGTS, você tem informações importantes sobre ele e outros benefícios. Para conseguir o cartão cidadão, vá a uma agência da Caixa ou peça pela central telefônica. Anote o número aí: 08807260101. Ou se o seu endereço estiver atualizado, você receberá uma carta com o seu extrato em casa.”.</p> <p><b>Trabalhador 2:</b> “Corta! Beleza, qual é o próximo? Tem mais informação importante! Vamos escolher aí qual vai ser!?”</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>É mostrado um trabalhador, pintor, em um ambiente interno que está sendo pintado. Ele está inicialmente de costas para a câmera. Vira-se e começa a falar diretamente à câmera. Gesticula. Retira um cartão cidadão de um bolso e continua a falar diretamente à câmera. Até que o guarda novamente em seu bolso. O enquadramento fecha para primeiro plano e volta a ficar mais aberto.</p> <p>O enquadramento recua. É possível ver agora que ele não estava em um ambiente interno que está sendo pintado, mas em um estúdio de filmagem. Há outros trabalhadores, um opera uma câmera de filmagem, outro está sentado em uma cadeira que caracteriza o diretor cinematográfico, outro está segurando a</p>	<p>O cenário inicial é um ambiente interno amplo, o qual está sendo pintado. A maioria das paredes é branca, há um segmento delas que é verde.</p> <p>O enquadramento altera-se, a tomada do ator é recuada. É possível ver então que ele não está em um ambiente interno sendo pintado, mas sim no interior de um estúdio. Há um telão às suas costas, onde é</p>	<p>O trabalhador 1 veste um jaleco em tecido grosso na cor bege. Este jaleco está sujo de marcas de tinta branca. O trabalhador usa uma camiseta bege por baixo do jaleco, usa óculos de proteção, e máscara-filtro para respirar. Usa uma calça em tecido grosso. Segura um rolo de pintura com cabo alongado em uma de suas mãos.</p> <p>Não é possível ver muito dos outros trabalhadores. O</p>

				<p>grua do microfone. Outro pega pelo cabo do rolo de pintura que ele estava segurando.</p> <p>Surgem quadros sobrepostos à imagem indicando dois outros audiovisuais dessa campanha que tratam sobre outros temas relacionados ao FGTS.</p> <p>A imagem perde nitidez, sobrepõem-se à imagem a logomarca da campanha, acompanhada da frase “Saiba mais a fundo em: <a href="http://www.fgts.gov.br">www.fgts.gov.br</a>”.</p> <p>A imagem fica completamente branca, sobrepõem-se as logomarcas FGTS, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.</p>	<p>projeta a imagem do relatada ambiente.</p> <p>Neste estúdio há uma escada em madeira. Há também uma grua para microfone, uma câmera profissional, um tripé de iluminação, muitos panos pretos, etc.</p>	<p>diretor da filmagem usa camisa estampada predominantemente verde clara, calça de brim. Outros trabalhadores usam camiseta preta em mangas curtas.</p>
--	--	--	--	--	--	--

## 3.2.9 Quem tem direito?

## Unidade Semiótica de 00' 00" até 01' 00":



Quadro inicial



Quadro final

## Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<b>Locução em off:</b> “FGTS mais a fundo, tudo que você queria saber sobre FGTS e mais.”.	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	É mostrado um trabalhador, porteiro, na portaria de um prédio. Ele mexe em um rádio à pilha e fala diretamente à câmera. Está sentado em uma cadeira e tem uma mesa a sua frente. Há um jornal por sobre ela. O trabalhador 1 retira uma carteira de trabalho de seu bolso e continua a falar diretamente à câmera segurando a carteira de trabalho em sua mão, mostrando-a à câmera. Posteriormente, guarda-a. Uma mulher aproxima-se dele, segurando uma raquete de tênis, com uma bolsa ao ombro. Ele pega uma chave dentro de uma gaveta e entra a ela, que afasta-se.	O cenário inicial é a portaria de um prédio, uma mesa, cadeira, na parede há um quadro com dois papéis em se interior afixados, um relógio, um extintor de incêndio. Há um armário de correspondências. Uma planta em um vaso.	O trabalhador 1 veste uma camisa social em mangas curtas na cor azul claro. Calça social na cor cinza e sapatos pretos. Ele tem um rádio à pilha em uma das mãos. Posteriormente, segura uma carteira de trabalho. Há jornais sobre a mesa.
	<b>Trabalhador 1:</b> “Tem direito ao FGTS qualquer trabalhador de carteira assinada. Isto é, quem tem contrato de trabalho regido pela CLT. Qualquer trabalhador regido pela CLT tem direito, temporário, avulso, atletas, os que trabalham no meio rural, entre outros. É uma obrigação do empregador contribuir com o fundo de garantia. Ter segurança é tudo de bom, né?.”.			O enquadramento recua. É possível ver agora que ele não estava na portaria de um prédio, mas em um estúdio de filmagem. Há outros trabalhadores, um opera uma câmera de filmagem, outro está sentado em	O enquadramento altera-se, a tomada do ator é recuada. É possível ver então que ele não está em uma portaria de um prédio, mas sim no interior de	A mulher usa roupas justas, próprias para a prática esportiva. Blusa e saia. Segura uma raquete de tênis e tem uma bolsa esportiva pendurada

				<p>uma cadeira que caracteriza o diretor cinematográfico, outro está segurando a grua do microfone. Outro pega uma planta em um vaso e retira do estúdio. A mulher com a raquete de tênis retorna e cumprimenta o trabalhador 1.</p> <p>Surgem quadros sobrepostos à imagem indicando dois outros audiovisuais dessa campanha que tratam sobre outros temas relacionados ao FGTS.</p> <p>A imagem perde nitidez, sobrepõem-se à imagem a logomarca da campanha, acompanhada da frase “Saiba mais a fundo em: <a href="http://www.fgts.gov.br">www.fgts.gov.br</a>”.</p> <p>A imagem fica completamente branca, sobrepõem-se as logomarcas FGTS, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.</p>	<p>um estúdio. Há um telão às suas costas, onde é projetada a imagem da relatada portaria.</p> <p>Neste estúdio há uma mesa e uma cadeira. Há também uma grua para microfone, uma câmera profissional, um tripé de iluminação, muitos panos pretos, etc.</p>	<p>em um de seus ombros.</p> <p>Não é possível ver muito dos outros trabalhadores. O diretor da filmagem usa camisa estampada predominantemente verde clara, calça de brim. Outros trabalhadores usam camiseta preta em mangas curtas.</p>
--	--	--	--	---	--	--

### 3.3 CAMPANHA RAIS

#### 3.3.1 RAIS 2014

Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":



Quadro inicial



Quadro final

#### Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Trabalhador 1:</b> “Se você é um empregador, não esqueça a RAIS. RAIS é a relação anual de informações sociais. Você precisa fazer a sua declaração para garantir o abono salarial dos seus colaboradores. Mas fique de olho no prazo, E evite multas para sua empresa. Declare a RAIS. Saiba com em rais.gov.br.”</p> <p><b>Locução em off:</b> “Ministério do Trabalho e Emprego. Governo Federal.”</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>É mostrado um homem caminhando na via pública. Ele fala e dirige-se diretamente à câmera. Suas falas são ilustradas por frases nas imagens. Inicialmente, é mostrado um quadro negro colocado à calçada onde está escrito: “Não esqueça a RAIS”.</p> <p>Posteriormente, em uma vitrine, novamente está escrita a frase: “Não esqueça a RAIS”.</p> <p>Na sequência, ao falar quanto ao prazo, o ator quase choca-se com um homem que carrega dias caixas, nelas está projetado o prazo: “21 de março”. Esta mesma frase pode ser vista na sequência na camiseta de um jovem que caminha pela rua.</p>	O cenário é a via pública. O ator caminha por calçadas enquanto fala diretamente à câmera.	O ator principal usa camisa cinza listrada em branco. Usa calça de brim e sapatênis na cor marrom.

				<p>É mostrado então um homem sentado em um banco, na calçada, lendo jornal. Não é possível ver o homem, pois o jornal está aberto e ele o segura de forma que cobre seu rosto. No jornal está escrito em letras grades: “Não esqueça a RAIS”. Assim como novamente isso está escrito nas vitrines por onde o ator passa.</p> <p>Em um outdoor em cima de um prédio, novamente é possível a frase: “21 de março”.</p> <p>Há muitas outras indicações deste tipo.</p> <p>A imagem fica completamente branca, sobrepõem-se as logomarcas do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.</p>		
--	--	--	--	--	--	--

### 3.4 CAMPANHA SEGURO-DESEMPREGO

#### 3.4.1 Seguro-desemprego

Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":



Quadro inicial

**SEGURO-DESEMPREGO**  
Saiba mais: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)



Quadro final

#### Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<b>Trabalhadora:</b> “O seguro desemprego é como aquele amigo que aparece quando a gente amis precisa.”.	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	É mostrada uma trabalhadora, ela está segurando um copo em sua mão. Solta-o em uma mesa pequena e fala diretamente à câmera. Ao fundo, há outra mulher sentada em uma cadeira. A sua frente uma mesa.	O cenário onde está a trabalhadora é um ambiente interno. Há uma pequena mesa ou carrinho com rodas, usado para transportar utensílios de serviço de café ou outros líquidos. Sobre esse carrinho há copos, xícaras e garrafas térmicas. Ao fundo, há uma mesa/balcão de escritório, com um computador sobre ela, papéis, flores. Há duas	A trabalhadora usa um uniforme predominantemente preto em mangas curtas. Usa um adereço para prender o cabelo que faz parte do uniforme. É um uniforme de empregada doméstica. A outra mulher que está ao fundo usa camisa social e blazer. Usa um microfone acoplado a um fone de ouvido à cabeça.
	<b>Empregador:</b> “Por isso cada um precisa fazer a sua parte para que ele seja usado só por quem está desempregado.”.			É mostrado o empregador, ele está sentado em uma cadeira, há uma mesa a sua frente. Ele fala diretamente à câmera. Levanta-se.		
	<b>Trabalhadora:</b> “Se o empregador agir certo, não corre o risco de ser multado.”.			A trabalhadora novamente fala diretamente à câmera. Ela está em pé, apoia suas mãos em uma garrafa térmica.		
	<b>Empregador:</b> “O trabalhador evita perder o benefício e ainda garante o direito de quem precisa.”.			O empregador é mostrado então sentado/apoiado em uma mesa de		
	<b>Trabalhadora:</b> “Esse dinheiro é de todos.”.					

	<p><b>Empregador:</b> “E é dele também que vem o abono salarial, que começou a ser pago em agosto.”.</p> <p><b>Trabalhadora:</b> “Vamos cuidar melhor do que é nosso?.”.</p> <p><b>Locução em off:</b> “Ministério do Trabalho e Emprego. Governo Federal.”.</p>			<p>escritório, ele fala diretamente à câmera e gesticula. Ao seu lado sobrepõe-se à imagem um quadro em laranja, onde está escrito: “Até 4 anos sem o seguro”.</p> <p>A trabalhadora é mostrada em primeiro plano. Ela fala diretamente à câmera.</p> <p>O empregador é mostrado em primeiro plano, ele fala diretamente à câmera. A abaixo, sobrepõe-se à imagem a seguinte frase: “O seguro-desemprego e o abono salarial são pagos com recursos do fundo de amparo ao trabalhador”.</p> <p>A trabalhadora é novamente mostrada em primeiro plano e fala diretamente à câmera. A frase mantém-se sobreposta à imagem.</p> <p>A imagem fica completamente branca, sobrepõem-se os dizeres: “Seguro-desemprego. Sabia mais: <a href="http://www.mte.gov.br">www.mte.gov.br</a>”. Abaixo são alocadas as logomarcas do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.</p>	<p>cadeiras. Uma planta em um caso. Na parede há um quadro. Cortinas.</p> <p>O cenário onde está empregador é uma sala de escritório. Há uma cadeira e mesa, sobre a mesa há um computador, luminária, telefone, cartões de visita. Ao fundo há um balcão, um relógio na parede. Cortinas de escritório.</p>	<p>O empregador usa camisa branca de mangas compridas dobradas. Usa calça social na cor cáqui e cinto marrom.</p>
--	--	--	--	---	--	---

### 3.5 AUDIOVISUAL SEM CAMAPANHA ESPECÍFICA

#### 3.5.1 Seguro-desemprego

Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":



Quadro inicial



Quadro final

#### Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
	<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Locução em off:</b> “Decente é trabalhar com carteira assinada. Decente é respeitar a jornada, a saúde e a segurança no trabalho. Decente é trabalhar com proteção social. Decente é dizer não ao trabalho infantil e ao análogo ao escravo. Decente é trabalhar com remuneração adequada. Decente é o trabalho com diálogo social, liberdade e sem discriminação. E gente decente respeita o trabalho decente.”.</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>Todas as frases ditas pela locução em <i>off</i> podem ser vistas escritas sobrepostas às imagens.</p> <p>É mostrada uma empregadora retirando a letra “V” na cor verde de dentro de uma caixa. É mostrada uma empregada doméstica. Na sequência, ambas estão segurando esse “V” e olhando para a tela.</p> <p>Posteriormente é mostrado um guindaste transportando um “V” gigante no exterior de uma fábrica. O enquadramento fecha na porta de entrada, são mostradas pessoas entrando e saindo.</p> <p>São mostradas duas trabalhadoras, uma delas segura o “V” em suas mãos. Passa o “V” para as mãos da outra trabalhadora. Posteriormente,</p>	<p>Os cenários são diversos. O primeiro deles é um ambiente interno. Não fica claro é um ambiente comercial ou particular. As paredes são na cor bege, Há prateleiras, utensílios de vidro.</p> <p>O segundo cenário é o ambiente externo de uma fábrica. É um prédio grande. Há</p>

				<p>ambas, uma de costas para a outra, com um “V” bem maior que o inicial, sorriem para a câmera.</p> <p>É mostrado um caminhoneiro que conduz um caminhão de médio porte. O enquadramento amplia-se e é possível ver que ele transporta legumes e verduras. Entre eles está um “V” de tamanho grande. O caminhão circula por uma estrada. É mostrado então o caminhoneiro fora do caminhão, ele está em pé, ao lado da caçamba do caminhão. Com as mãos no bolso, o “V” está aos eu lado, em meios às verduras e legumes.</p> <p>É mostrado então outro trabalhador. Ele está sentado em uma cadeira, há uma mesa de escritório a sua frente. Ele sorri olhando para a câmera.</p> <p>É mostrado então um motoboy aproximando-se de uma recepção no térreo de um edifício, ele traz o “V” em sua mão, e o entrega à recepcionista deste local. Na sequência, ele é mostrado em um ambiente externo, um grande prédio ao fundo, com muitos vidros. Ele segura o “V” em uma de suas mãos e seu capacete em outra e sorri para a câmera.</p> <p>A imagem fica completamente branca, sobrepõem-se a logomarca “Trabalho decente”. A tele fica novamente branca e sobrepõem-se as logomarcas do Ministério do Trabalho e Emprego e do Governo Federal.</p>	<p>uma rua calçada e um canteiro gramado.</p> <p>O próximo cenário é o interior de uma fábrica. É um ambiente bastante amplo, muitas ferramentas em ferro, esteiras, etc.</p> <p>O próximo cenário é uma rodovia, a qual não possui buracos. Há um campo gramado em sua lateral.</p> <p>O próximo é um ambiente de escritório. Há uma cadeira, uma mesa, com computador e papéis e canetas sobre ela. Ao fundo há um balcão, impressora, etc.</p> <p>Os próximos são o saguão de um prédio com muitos vidros, posteriormente é o exterior desse prédio que é mostrado.</p>	<p>O caminhoneiro usa camiseta gola polo listrada em cinza e branco. Calça de brim.</p> <p>O trabalhador no escritório usa camisa social de mangas compridas azul clara.</p> <p>A recepcionista usa camisa branca e blazer. O motoboy usa calça um conjunto em tecido impermeável na cor preta, por sobre ele, usa um colete sinalizador. Usa um capacete predominantemente preto.</p>
--	--	--	--	---	--	--

### 3.6 AUDIOVISUAL SEM CAMAPANHA ESPECÍFICA

#### 3.6.1 O prazo final do abono salarial é 29 de dezembro

#### Unidade Semiótica de 00' 00" até 00' 30":



Quadro inicial



Quadro final

#### Leituras Semióticas

	LINGUAGEM SONORA			LINGUAGEM VISUAL		
	Fala	Musical	Mixagem	Interpretação	Cenário	Figurino
<b>DE NO TA TI VA</b>	<p><b>Trabalhadora:</b> “Hoje eu fui lavar roupa e achei um dinheirinho que nem lembrava. Bom, né/? E isso pode acontecer com você. Se você trabalhou pelo menos um mês de carteira assinada em 2014 ganhando até dois salários mínimos, entre no site e veja se tem direito ao Abono Salarial PIS/PASEP 2014. São 880 reais que você pode sacar nas agências da Caixa ou do Banco do Brasil, até 29 de dezembro.”.</p> <p><b>Locução em off:</b> “Governo Federal.”.</p>	Há musical.	Há efeitos de mixagem.	<p>Uma dona de casa eleva uma bacia com roupas dentro e afasta-se de um tanque de lavar roupas. Ela fala diretamente à câmera. Entrega a bacia a uma empregada doméstica que inicial a estender tais roupas em um varal. A dona de casa continua a andar e falar olhando diretamente à câmera.</p> <p>A imagem fica paralisada e desfocada, sobrepõe-se a logomarca do Governo Federal.</p>	<p>O cenário é o do pátio de uma casa. Há um tanque de lavar roupas, algumas roupas já estendidas para secar. Há alguns bancos pelo pátio.</p> <p>Conforme a dona de casa caminha, é possível ver a porta de acesso à casa. O pátio é coberto. Há duas bicicletas encostadas contra uma parede. Há um balanço para</p>	<p>A dona de casa usa vestido branco com estampa floral à altura da cintura, em verde e vermelho.</p> <p>A empregada doméstica usa vestido bege estampado. Usa um chinelo branco.</p>

						<p>crianças de pouca idade. Há uma árvore, da qual só é possível ver as algumas folhas.</p> <p>Há uma folhagem fixada à parede. Há uma flor sobre um dos bancos.</p> <p>Dentro da casa é possível ver uma fruteira, próxima à porta de entrada.</p>	
--	--	--	--	--	--	---	--

**ANEXO A – DVD CONTENDO O *CORPUS* TOTAL DE ANÁLISE**